

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Cláudio Orlando Gamarano Cabral

“Tenho mais cadastro em farmácias do que em baladas”: rastros de discursos medicalizantes em enunciados de sujeitos homossexuais masculinos no *Twitter*

Juiz de Fora

2023

Cláudio Orlando Gamarano Cabral

“Tenho mais cadastro em farmácias do que em baladas”: rastros de discursos medicalizantes em enunciações de sujeitos homossexuais masculinos no *Twitter*

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas.

Orientador: Prof. Dr. Roney Polato de Castro

Juiz de Fora

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Cabral, Cláudio Orlando Gamarano.

"Tenho mais cadastro em farmácias do que em baladas": rastros de discursos medicalizantes em enunciados de sujeitos homossexuais masculinos no Twitter / Cláudio Orlando Gamarano Cabral. -- 2023. 218 f. : il.

Orientador: Roney Polato de Castro
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.

1. Medicalização. 2. Produção de homossexualidades. 3. Estudos de gênero e sexualidade. 4. Processos Educativos. 5. Redes sociais. I. Castro, Roney Polato de , orient. II. Título.

Cláudio Orlando Gamarano Cabral

"Tenho mais cadastro em farmácias do que em baladas": rastros de discursos medicalizantes em enunciados de sujeitos homossexuais masculinos no Twitter

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas.

Aprovada em: 13 de abril de 2023

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Roney Polato de Castro - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Anderson Ferrari
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Alexandre José Pinto Cadilhe de Assis Jácome
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Filipe Gabriel Ribeiro França
Estado de Minas Gerais

Dra. Paula Regina Costa Ribeiro
Universidade Federal do Rio Grande

Juiz de Fora, 02/03/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Roney Polato de Castro, Professor(a)**, em 13/04/2023, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Filipe Gabriel Ribeiro França, Usuário Externo**, em 13/04/2023, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Jose Pinto Cadilhe de Assis Jacome, Professor(a)**, em 14/04/2023, às 00:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Regina Costa Ribeiro, Usuário Externo**, em 14/04/2023, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Ferrari, Professor(a)**, em 17/04/2023, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1168751** e o código CRC **3E15B990**.

Dedico este trabalho a todos/as que sonham, trabalham e se arriscam pela produção de um mundo em que contos bancários, cor da pele, etnia, determinadas expressões de gênero e de sexualidade ou alguma forma de ser ou de se comportar dos múltiplos sujeitos não sejam referências para demarcar lugares sociais, invisibilidades, silenciamentos, sofrimentos ou justificar a falta de direito algum de qualquer ser humano.

AGRADECIMENTOS

É com muita alegria que dedico este momento para agradecer e demonstrar meu reconhecimento a todos os encontros que tive ao longo da vida, especialmente, àqueles que marcaram minha vida acadêmica durante o doutorado. Quando falo de encontros, falo de pessoas que abriram portas, facilitaram o caminho ou que caminharam ao meu lado, ajudando-me a vencer os desafios, a ansiedade e a solidão que nos tomam no movimento da pesquisa.

Quero começar por meu orientador, Professor Dr. Roney Polato de Castro, por ter abraçado meu projeto de pesquisa e ter me orientado com dedicação, leveza, zelo e cuidado. Roney sempre esteve por perto nos momentos mais difíceis e conturbados da pesquisa, momentos em que escutando, mais do que falando, ajudou-me a traçar os caminhos que me trouxeram até este momento tão marcante, que é a produção de uma tese. Roney foi mais que orientador e inspiração, foi amigo! Sua presença como professor nas disciplinas ou nos encontros de orientação foi sempre a de um companheiro de luta que acolhe, aconchega, afaga e incentiva. Obrigado pelos encontros de orientação! Obrigado por ter caminhado comigo nos últimos anos!

Esta pesquisa não teria acontecido, se não fossem as provocações do Prof. Dr Anderson Ferrari, a quem serei eternamente grato, pela inspiração que representou para minha vida acadêmica. Foi Anderson Ferrari que me instigou a problematizar a medicalização, ainda no mestrado, enquanto agora, no doutorado, foram seus questionamentos que me despertaram para as primeiras problematizações acerca dos atravessamentos da medicalização com a produção de homossexualidades. Obrigado, Anderson, pelo carinho, pela generosidade e pelo acolhimento de sempre!

Falar dos professores Anderson Ferrari e Roney Polato como inspiração é falar também do Gesed e de muitos/as companheiros/as de luta, de estudos e de vida com quem pude caminhar. Os momentos juntos/as, quer sejam os de estudos nas disciplinas, nas discussões no grupo, nas rápidas conversas durante um lanche ou em confraternizações, que sempre foram momentos de crescimento, de trocas e de carinho, levarei para toda a minha vida. Obrigado a todos, todas e todes participantes do Gesed, os/as atuais e os/as que não estão mais conosco. Eu aprendi e aprendo muito com vocês!

Agradeço aos/às funcionários/as, aos/às técnicos/as administrativos/as e ao corpo docente, especialmente, às coordenadoras do PPGE/Faced/UFJF, Profas. Dras. Sônia Maria

Clareto e Andréia Garcia Resende que, sempre e prontamente, cuidaram da nossa vida acadêmica, enquanto alunos/as do programa. Obrigado por tudo!

Sou também muito agradecido aos professores e à professora que, com tamanho cuidado, atenção e carinho, compuseram minhas bancas de qualificação e de defesa. Obrigado professores/a doutores/a: Anderson Ferrari, Márcio Caetano, Alexandre Cadilhe, Filipe Gabriel Ribeiro França e Paula Regina Costa Ribeiro, pois somente a partir das questões que vocês apontaram pude avançar com minhas problematizações. Agradeço também aos professores doutores: Francione Oliveira Carvalho, Felipe Bastos, Marcos Lopes de Souza e à Profa. Dra. Mylene Cristina Santiago, suplentes em minhas qualificações e defesa. Contar com essa equipe - que tanto respeito, admiro e confio - foi motivo de alegria e orgulho para mim. A essa banca que tanto enriqueceu meu trabalho, meu mais sincero muito obrigado!

Agradeço imensamente a tantos/as autores/as cujas obras possibilitaram as problematizações que empreendi. Esta pesquisa não teria acontecido sem as valiosas contribuições daqueles/as que, antes de mim, criaram as bases e os referenciais para meus estudos.

Agradeço a todos/as/es que antes de mim militaram nas ruas, nas universidades e tantos outros espaços sociais reivindicando direitos para as pessoas LGBTQIA+. Sem esses/as guerreiros/as que morreram e apanharam nas ruas, expondo-se em função de uma causa, talvez eu não pudesse realizar este trabalho de pesquisa. Agradeço aos/às internautas que, ao postarem suas histórias e suas vivências no *Twitter*, rede que utilizei como campo, possibilitaram minhas problematizações. Agradeço, muito especialmente, aos muitos sujeitos que encontrei militando nessa rede, pois, sem suas postagens, minha pesquisa não teria tomado os rumos que tomou e minhas problematizações não teriam sido possíveis.

Agradeço à minha família que soube compreender minha ausência em função da dedicação aos estudos. Agradeço especialmente à minha mãe que, mesmo em momentos tão delicados de sua saúde, soube entender e respeitar meu afastamento. Obrigado, mãe, por ter permitido minha existência e ter me ensinado sobre perseverança e cuidado com o outro. Agradeço também a meus irmãos, irmãs e sobrinhos/as pela força e pela presença. Obrigado por não terem desistido de me chamar para festas, almoços ou encontros de família, mesmo aqueles dos quais eu não pude participar. Muito obrigado a essa família amiga que torna minha vida mais fácil e leve!

Agradeço aos/às amigos/as pela constante presença e incentivo ao meu trabalho, sobretudo, aos/às amigos e colegas professores/as da Escola Municipal Menelick de Carvalho

que sempre me apoiaram e torceram por mim em meus estudos. Sem o abraço e sem o carinho de vocês meus caminhos teriam sido bem mais tortuosos e difíceis.

Agradeço aos meus/minhas alunos/as por me desafiarem a estudar e buscar me atualizar. Quero destacar meu agradecimento a um aluno muito especial que, com sua inquietude, representou a primeira centelha que disparou minhas investigações. Conforme conto no corpo do texto, minha pesquisa não existiria se não fossem os desafios e as provocações que esse aluno desencadeou.

Eu não posso deixar de agradecer aos/às amigos/as peludos/as pela presença constante em meu escritório durante os longos dias e noites que passei pesquisando. Sem suas abanadas de rabo, sem suas esfregas, ronronados e calor, meus dias de dedicação aos estudos teriam sido mais desgastantes. Obrigado, Hanna, Dora e Nina, minhas cadelas queridas. Obrigado queridos gatitos, Billy, Tico e Teco, pois vocês tornaram meus dias mais leves e alegres.

Agradeço, por fim, ao meu companheiro de vida, Alexandre Henrique, que foi a pessoa que mais incentivou, ajudou e esteve ao meu lado durante todo o processo da pesquisa. Sem sua companhia calorosa e constante, sem seu carinho, atenção e sem as massagens nos ombros cansados, além dos deliciosos lanchinhos que traziam energia e alegria para os longos períodos de trabalho, penso que eu não teria encarado a empreitada desta pesquisa. Obrigado, Alexandre, por ter compreendido a minha necessidade de isolamento, silêncio e introspecção que a pesquisa exigiu, especialmente, por ter sido tão compreensivo em relação às viagens e passeios que precisamos adiar. Obrigado por você ser tão cuidadoso e ter me ajudado a vencer os momentos de cansaço, ansiedade e medo que experimentei no movimento da pesquisa, enfim, obrigado por você existir e fazer parte da minha vida!

Um grande abraço para todos/as vocês!

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica (FOUCAULT, 2012, p. 144).

O corpo é hoje um desafio político importante, é o analista de nossas sociedades contemporâneas [...] 'É por seu corpo que você é classificado e julgado' [...]. Se em todas as sociedades humanas o corpo é uma estrutura simbólica, torna-se aqui uma escrita altamente reivindicada, embasada por um imperativo de se transformar, de se modelar, de se colocar no mundo (LE BRETON, 2014, p. 31).

RESUMO

Esta tese, produzida junto ao PPGE/Faced/UFJF na linha de pesquisa Discurso, Práticas, Ideias e Subjetividades em Processos Educativos, é o desdobramento de um trabalho de pesquisa cujo objetivo foi problematizar a forma como discursos medicalizantes marcam a sociedade ocidental e atravessam a produção de homossexualidades masculinas nos dias atuais. As problematizações que compõem os textos desta tese foram conduzidas a partir da consideração foucaultiana de que os discursos acerca do sexo e da sexualidade ocupam lugar central na produção de sujeitos na sociedade ocidental, isto é, no sexo são encontradas “as verdades mais secretas e profundas do indivíduo”, ocorrendo essa produção de sujeitos atravessada pela medicalização. Com referência nas possibilidades de análises que as teorizações pós-críticas, incluindo os estudos de gênero e os estudos culturais sob as perspectivas pós-estruturalistas, os estudos queer e as suas aproximações com os estudos foucaultianos inspiram, este estudo utilizou o conceito de medicalização para se referir a um processo indefinido e crescente que, em nossos dias, transfere, para a ciência biomédica e farmacêutica, poderes que vão muito além do tratamento de doenças, transtornos ou incômodos que possam afetar o corpo, ou seja, um poder que se estende a toda a vida. Utilizando como campo de pesquisa enunciados de sujeitos que participam do Twitter, esta pesquisa investigou, e buscou atualizar, a forma como se construiu (e se constrói) uma marca de anormalidade e doença que ainda está presente quando pensamos nas práticas sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo gênero. Para tal intuito, investiu-se na análise do discurso de inspiração foucaultiana, para problematizar os discursos que atravessam, via medicalização, a constituição das homossexualidades, a fim de investigar como alguns discursos vêm funcionando como instrumento estratégico de normalização da sociedade, engendrando, especialmente, condutas e comportamentos de determinados corpos homossexuais masculinos. A partir dos objetivos propostos, este trabalho, ao considerar que nos constituímos sujeitos por variados processos educativos, aponta para a grande importância das redes sociais, dentre elas o Twitter, como poderosas maquinarias de produção de sujeitos, corpos e sexualidades em nossos dias; uma produção que acontece por meio da circulação de discursos e enunciados que a profusão de formas de interação entre sujeitos que o Twitter e as redes sociais, de maneira geral, possibilitam.

Palavras-chave: Medicalização. Produção de homossexualidades. Estudos de gênero e sexualidade. Processos Educativos. Redes sociais.

ABSTRACT

This thesis, produced in collaboration with PPGE/Faced/UFJF in the research field of Discourse, Practices, Ideas, and Subjectivities in Educational Processes, is the unfolding of a research work aimed at problematizing the way medicalizing discourses mark the Western society and cross the construction of male homosexuality in nowadays. The problematizations presented in this thesis are conducted by the Foucauldian considerations that discourses about sex and sexuality occupy a central role in the production of subjects in Western society, that is, are found in sex "the most secret and profound truths of the individual", and this production of subjects is influenced by medicalization. Using as references the possibilities of analysis of some post-critical theorizations, including gender studies and cultural studies, from post-structuralist perspectives, queer studies, and it approaches with Foucauldian studies inspire, this study used the concept of medicalization to refer to an undefined and crescent process that, nowadays, transfers to the biomedical and pharmaceutical science powers those are beyond the treatment of diseases, disorders, or bodily discomforts, in other words, a power that extends to all life. Using as the research field statements from individuals participating in Twitter, this study investigates and, seeks to update, how a construct of abnormality and illness has been (and continues to be) constructed regarding sexual and affective practices between individuals of the same gender. To this end, we invested in discourse analysis inspired by Foucault to problematize the discourses that are presents, through medicalization, contribute to the formation of homosexuality, aiming to examine how certain discourses function as strategic instruments for the normalization of society, particularly shaping the behaviors and conduct of certain male homosexual bodies. With the proposed objectives, this work highlights the significant role of social networks, including Twitter, as powerful machinery for the production of subjects, bodies, and sexualities in contemporary times, a production that occurs through the circulation of discourses and statements facilitated by the proliferation of interaction forms among individuals provided by Twitter and social media platforms in general.

Keywords: Medicalization. Construction of homosexuality. Gender and sexuality studies. Educative process. Social media.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Imagem postada no grupo Ursos e Afins.....	42
Figura 2	- Propaganda de Viagra - “Não deixe a vida atrapalhar sua história de amor” (tradução nossa).....	86
Figura 3	- Imagens <i>Google</i> /medicalização da vida	175

LISTA DE ABREVIATURAS

Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Faced	Faculdade de Educação
Gesed	Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade
HSH	Homens que fazem sexo com homens
LGBTQIA+	Lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, queer, intersexo, assexual e outra sexualidade não heterossexual
Neped	Núcleo de Educação e Diversidade
PPGE	Programa de Pós-graduação em Educação
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
Uerj	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1	INICIANDO A CONVERSA	15
1.1	PESQUISAR E ESCREVER: UM CONVITE À LEITURA	18
1.2	QUESTÃO DE PESQUISA E OBJETIVOS	23
1.3	COMO NASCEU ESTA PESQUISA	24
1.3.1	“Ele é trans e esquizofrênico”: um incômodo como disparador da pesquisa	28
2	CAMINHOS METODOLÓGICOS	34
3	A ENTRADA NO CAMPO E OS NOVOS PROBLEMAS PARA A PESQUISA	42
3.1	A ENTRADA NO <i>TWITTER</i> E O PRIMEIRO CONFLITO ÉTICO DA PESQUISA	47
4	“POR QUE QUE A GENTE É ASSIM”?: OS DISCURSOS E A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES	51
4.1	APRENDENDO O QUE É SER VIADO OU SOBRE COMO SE DESCOBRE QUE A HOMOSSEXUALIDADE É ALGO ANORMAL	54
4.2	OS DISCURSOS E OS PROCESSOS EDUCATIVOS	59
4.3	AFEMINADOS, GORDOS, MAGROS, NEGROS E ‘CORPOS PADRÃO’: POR QUE ALGUMAS VIDAS IMPORTAM MAIS DO QUE OUTRAS?.....	67
4.4	OS DISCURSOS E A PRODUÇÃO DE SUJEITOS	78
4.4.1	Condições para o discurso realizar sua função	84
4.5	DISCURSOS MÉDICOS, SABERES, PODERES, VERDADES: O SURGIMENTO DOS ANORMAIS	88
4.6	A MEDICINA E O PODER DE ESTADO: A BIOPOLÍTICA.....	93
5	O Gesed COMO UM IMPORTANTE ESPAÇO DE ACOLHIMENTO, DE RESISTÊNCIA, DE APRENDIZADO E DE LUTA	99
5.1	PUXANDO FIOS DAS PRODUÇÕES DO Gesed	101
5.1.1	“Para fazer pensar e entreter”: uma pesquisa, uma inspiração	105
6	A MEDICALIZAÇÃO NOSSA DE CADA DIA: RASTREANDO A MEDICALIZAÇÃO DAS HOMOSSEXUALIDADES NA ATUALIDADE	116
6.1	NOSSO CORPO É FORMADO PARA SENTIR ATRAÇÃO PELO SEXO OPOSTO?	118
6.2	“SEGUE O <i>THREAD</i> ”: “DÁ PARA VIVER SEM TER QUE AGRADAR HÉTERO [...], COMO O MEU EMAGRECIMENTO E A MINHA OBSESSÃO COM O CORPO TEM A VER COM O FATO DE EU SER GAY”	126

6.3	GÊNERO, HETERONORMATIVIDADE E MEDICALIZAÇÃO DAS HOMOSSEXUALIDADES MASCULINAS	136
6.4	É “TUDO CULPA DESSE ALGORITMO QUE ESTÁ DENTRO DA MINHA CABEÇA” (2021): AS REDES SOCIAIS, AS HOMOSSEXUALIDADES MASCULINAS E A MEDICALIZAÇÃO.....	148
6.5	“TÔ CRIANDO ESSA CONTA ANÔNIMA PRA CONFESSAR E CONTAR TUDO SOBRE MEU DIA E ROTINA” (2021): AS REDES SOCIAIS, A CONFISSÃO E A PRODUÇÃO DE SUJEITOS	157
6.6	“NUNCA PAROU PRA PENSAR PQ NÃO FAZ O TEU TIPO”? A PORNOGRAFIA E AS HOMOSSEXUALIDADES	163
6.7	“A CULTURA GAY QUANDO HOMONORMATIVA É ADOECEDORA: [...] PRECISAMOS CONVERSAR SOBRE COMO NOS SABOTAMOS E ESTAMOS ADOECENDO A NÓS MESMOS”	170
6.8	“TENHO MAIS CADASTRO EM FARMÁCIAS DO QUE EM BALADAS, HOJE EM DIA”: A MEDICALIZAÇÃO COMO ALTERNATIVA OU SOLUÇÃO PARA OS CORPOS E SEUS DESEJOS.....	175
6.9	“O QUE É UMA CIRURGIA PLÁSTICA SENÃO UM VIAGRA <i>AD ETERNUN</i> ”? A PRODUÇÃO BIOMÉDICA E TECNOLÓGICA DE CORPOS HOMOSSEXUAIS MASCULINOS	183
6.10	“A NORMA SEDUZ, A NORMA GARANTE PRIVILÉGIOS... A NORMA FORJA MESMO EM SEXUALIDADES DISSIDENTES...”	190
7	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	196
	REFERÊNCIAS	205

1 INICIANDO A CONVERSA

É no sexo que se devem procurar as verdades mais secretas e profundas do indivíduo; que é nele que se pode descobrir quem ele é, e aquilo que o determina; e se, durante séculos, se acreditou que era preciso esconder as coisas do sexo porque eram vergonhosas, sabe-se agora que é o próprio sexo que esconde as partes mais secretas do indivíduo: a estrutura de suas fantasias, as raízes do seu eu, as formas de sua relação com a realidade. No fundo do sexo, a verdade (FOUCAULT, 2010a, p. 85).

Este texto tem como objetivo articular e registrar os rumos e as questões que movimentaram uma pesquisa de doutorado que se propôs a problematizar a forma como discursos medicalizantes marcam a sociedade ocidental e atravessam a produção de homossexualidades masculinas nos dias atuais.

A história do corpo no Ocidente pode ser pensada como uma bio-história, isto é, como um longo processo que se confunde com a história das tentativas de intervenções do poder sobre o corpo (FOUCAULT, 2011a). De acordo com Michel Foucault (2011b), a criação de tecnologias e formas de controle sobre o corpo que vêm, desde o século XVII, ocupando-se com sua manutenção e com sua longevidade, encontrou, no discurso médico do século XIX, um importante e estratégico aliado. Nessa aliança, foi pela sexualidade que a medicina iniciou suas investidas sobre o corpo dos indivíduos (FOUCAULT, 2011b).

Mais do que criar termos novos – homossexual, heterossexual e bissexual¹ - para nomear e distinguir antigos prazeres, isto é, as formas de relação entre corpos, o século XIX criou tais identidades separando-as, enquadrando-as e hierarquizando-as socialmente, dando aos sujeitos, dessa forma, lugares sociais de acordo com seus desejos, comportamentos ou práticas sexuais. Enquanto a forma heterossexual foi valorizada por aquela sociedade e conquistou o direito de gozar de privilégios e vantagens por ter sido considerada a sexualidade ‘normal’ e em conformidade com uma suposta ‘natureza’ dos corpos, as relações entre pessoas do mesmo gênero foram levadas para o lugar da anormalidade e da doença. Tal doença, de acordo com os saberes do século XIX e boa parte do século XX, deveria ser tratada para a preservação do corpo de cada indivíduo, mas também para a preservação da sociedade e da espécie humana. Tentar compreender e atualizar a forma como essa marca de anormalidade e doença está presente quando pensamos nas práticas sexuais e afetivas entre

¹ Usarei o termo homossexual para me referir a sujeitos que manifestam desejos, sentimentos ou que mantêm relações e/ou práticas sexuais com pessoas de mesmo gênero, independentemente de esses sujeitos se dizerem homossexuais, enquanto utilizarei heterossexual para me referir àqueles cujas manifestações acontecem em direção a um gênero distinto do seu. Já o termo bissexual, usarei para sujeitos que manifestam desejos ou se relacionam com pessoas que expressam distintos gêneros.

peças do mesmo gênero, em nossos dias, e como o discurso médico-farmacêutico marca e atravessa os corpos homossexuais masculinos é o principal desafio desta pesquisa.

Foi buscando inspiração e referência no pensamento do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), especialmente quanto à forma como esse importante pensador fazia suas pesquisas, ou seja, como problematização, que desenvolvi meus estudos. É a partir dessa importante ferramenta foucaultiana, a problematização, que busquei pensar minha pesquisa e guiei meu olhar para o mundo. Olhar para o mundo e tentar problematizá-lo diz de um ‘gesto investigativo’, isto é, uma forma de investigar e de tecer questões que tem mais a ver com criar problemas do que tentar resolver e dar respostas às demandas de nossa sociedade.

É com esse olhar problematizante que busquei investigar como, historicamente, o discurso médico vem se acoplando a outros discursos para a difusão de valores e normas aos quais vamos nos habituando e tornam-se nossas verdades e práticas. Para o pensamento foucaultiano, é exatamente, por/ao se tornarem práticas que marcam os corpos, que esses discursos podem ser percebidos acontecendo e, daí, serem rastreados e investigados quanto ao seu funcionamento, sua história, sua função, sua frequência e seus efeitos nos corpos.

Rastrear tais discursos acontecendo e se materializando em corpos é o que impulsionou minha pesquisa que teve como campo a rede social *Twitter*². Foi a partir da definição desse campo que a pesquisa adquiriu os atuais contornos, bem como o objetivo de investigar e problematizar a forma como os discursos produzidos na área médica e farmacêutica e suas tecnologias - em diálogo com outros discursos do nosso tempo - vêm operando na produção de corpos homossexuais masculinos.

A começar pela epígrafe que abre este texto, meus estudos se conduziram a partir da consideração foucaultiana de que os discursos acerca do sexo e da sexualidade ocupam lugar central na produção de sujeitos na sociedade ocidental, isto é, no sexo é que encontramos “as verdades mais secretas e profundas do indivíduo”, pois é nele que podemos encontrar a “estrutura de suas fantasias, as raízes do seu eu, as formas de sua relação com a realidade” (FOUCAULT, 2010a, p. 85). Assim, foi a partir dessa caracterização foucaultiana do lugar que a sexualidade ocupa na constituição de sujeitos que busquei problematizar as

² “O nome *Twitter* vem do termo inglês *tweet* que significa ‘gorjeio’ ou ‘pio de passarinhos’. A ideia do *tweet* na rede social é uma comparação com a sequência de pequenas publicações que os usuários do *Twitter* fazem, já que só é possível a postagem de textos com até 140 caracteres [...] O *Twitter* é uma das redes sociais mais populares do mundo. Diariamente, são gerados milhões de *tweets*, facilitando a comunicação das pessoas, principalmente com seus artistas preferidos, importantes personalidades políticas ou para saber notícias no mundo todo o mais rápido possível” (SIGNIFICADOSBR, [2022a], recurso online).

manifestações de usuários do *Twitter*, com vistas a tentar perceber e analisar os discursos que atravessam, via medicalização, a constituição de corpos homossexuais masculinos.

Muita coisa mudou desde o momento em que, no século XIX, os sujeitos que se relacionavam com pessoas do mesmo gênero foram enquadrados na categoria médica de homossexualismo, ou seja, como desviantes, ‘invertidos sexuais’ e doentes a serem corrigidos ou curados, até nossos dias. No entanto, o desuso do termo homossexualismo, em função da retirada da homossexualidade do rol de doenças psiquiátricas, em 1970, não foi suficiente para que o antigo estigma de anormalidade se apartasse da homossexualidade. Assim, os efeitos desses discursos podem dizer muito da forma como se constituem discursivamente corpos homossexuais masculinos em nossos dias, mediante sua medicalização.

Como aponta Jurema Barros Dantas (2009), a medicalização pode se manifestar por meio de uma tecnificação biomédica da vida, visto que a amplitude do discurso medicalizante torna-se um mito nos dias atuais. Ele se torna mito porque se apoia em um discurso técnico cientificista que rompe os muros das indústrias farmacêuticas e torna-se um “discurso comum, quase necessário, para aqueles que buscam sucesso e felicidade no mundo contemporâneo” (DANTAS, 2009, p. 566): um discurso que nos envolve em torno da ideia de saúde. Sustentando seu argumento, Dantas (2009) aponta ainda que “o indivíduo, aparentemente livre e soberano, parece ter se reduzido a uma marionete que realiza espasmodicamente os comportamentos que lhe são sutilmente impostos pelo campo sociocultural” (DANTAS, 2009, p. 566). Se somos ou não, ou, até que ponto somos, essa marionete dos discursos de nosso tempo, depende de cada sujeito e da forma como este entra no jogo discursivo de seu tempo.

Para este início de conversa, saliento que usarei o termo medicalização para me referir a um processo indefinido e crescente que, em nossos dias, transfere para a ciência biomédica e farmacêutica poderes que vão muito além do tratamento de doenças, transtornos ou incômodos que possam afetar o corpo, pois a medicalização exerce um poder que se estende a toda a vida. Esse importante conceito foucaultiano, o de medicalização, foi fundamental para meu objetivo de investigar e problematizar como esses discursos atravessam a constituição de homossexuais masculinos que participam do *Twitter*. A opção por trabalhar com esses, e não outros sujeitos, será esclarecida ao longo do texto. No entanto, adianto que foi motivada pelo meu envolvimento pessoal, profissional e, sobretudo, acadêmico com o tema.

Após apresentar esta breve introdução, destaco que, ao longo deste primeiro capítulo, que chamo de conversa inicial, vou sinalizar como fui me movendo no processo de pesquisa, conduzindo o texto, além de detalhar meus objetivos com a pesquisa. Nessa parte também

apresentarei a minha questão de investigação, além de falar um pouco de como esta pesquisa nasceu.

No capítulo dois, tratarei dos caminhos metodológicos que foram se consumando ao longo da pesquisa, enquanto, no três, começo a contar da minha entrada no campo e como essa experiência foi me levando a ajustar o foco e dar novos rumos à pesquisa.

No capítulo quatro, conversaremos acerca do campo teórico que me ajudou na condução das investigações, com destaque para a análise de discurso de inspiração foucaultiana, enquanto no capítulo cinco, tratarei da influência das pesquisas realizadas no Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade (Gesed)³ em meu trabalho, especialmente, para a definição dos rumos após a primeira qualificação.

No capítulo seis, apresentarei algumas problematizações disparadas junto ao campo de pesquisa, isto é, junto aos sujeitos que encontrei se manifestando e enunciando coisas no *Twitter*.

Para finalizar, o sétimo capítulo apresentará algumas considerações acerca do trabalho produzido.

1.1 PESQUISAR E ESCREVER: UM CONVITE À LEITURA

Caçador de mim
 Por tanto amor
 Por tanta emoção
 A vida me fez assim
 Doce ou atroz
 Manso ou feroz
 Eu, caçador de mim
 Preso a canções
 Entregue a paixões
 Que nunca tiveram fim
 Vou me encontrar
 Longe do meu lugar
 Eu, caçador de mim

³ O Gesed, grupo que acolheu minha pesquisa, é um grupo de estudos e pesquisas em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade. Fundado em 2010, está vinculado à Faculdade de Educação e ao Núcleo de Educação e Diversidade (Neped) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Suas ações de ensino, pesquisa e extensão concentram-se em temáticas relativas às sexualidades, gêneros, corpos e intersecções, a partir de perspectivas pós-críticas, especialmente as perspectivas pós-estruturalistas e os estudos foucaultianos. O grupo reúne-se semanalmente para estudo de textos, discussão e planejamento de projetos de extensão, treinamento profissional e eventos, compartilhamento e orientação coletiva das pesquisas de mestrado, doutorado e iniciação científica. Coordenado pelo Prof. Dr. Roney Polato de Castro e pelo Prof. Dr. Anderson Ferrari, sua composição atual inclui docentes da Faculdade de Educação (Faced)/UFJF, docentes das redes públicas de ensino, graduandos/as, mestrandos/as e doutorandos/as.

Nada a temer senão o correr da luta
 Nada a fazer senão esquecer o medo
 Abrir o peito a força, numa procura
 Fugir às armadilhas da mata escura
 Longe se vai
 Sonhando demais
 Mas onde se chega assim
 Vou descobrir
 O que me faz sentir
 Eu, caçador de mim (CAÇADOR..., 1981).

Desde a juventude, Milton Nascimento me encanta, inquieta e desafia com suas canções. Uma delas é a que escolhi para abrir este texto: a canção “Caçador de mim”. Desde que passei a me permitir transitar entre ser manso e feroz, momento em que também comecei a me sentir um caçador de mim, mas, sobretudo, a partir do momento em que me envolvi com a pesquisa acadêmica, muita coisa vem mudando na minha vida.

Foi essa mesma canção que um dia me instigou a desconfiar de que poderia existir outro lugar, outras possibilidades de vida diferentes da heterossexualidade que me foi ensinada como única forma possível de ser homem. Milton Nascimento me ajudou a descobrir que, mesmo que a vida seja uma busca infinita, há lugares possíveis, há espaços habitáveis. Trata-se de espaços que podemos construir, como este que venho tentando por meio da pesquisa acadêmica, pois, enquanto aquele jovem que decidira tentar mudar o mundo dando aulas de História deslizou no tempo, tento, hoje, mergulhado na pesquisa, dar vazão ao mesmo desejo de desobediência e de resistência que me movimentou na juventude, embalado por Milton.

Penso que é por esse tanto de amor e de emoção que vêm me afetando e transformando como sujeito, professor e pesquisador, que me encontro diante do computador a elaborar este texto. Escrever tem sido minha forma de lidar com os afetos, com os encontros e com as despedidas que ter me tornado um caçador de mim ainda dispara.

Procurar por mim, inspirado por Carlos Skliar (2014), tem me levado ao encontro do outro com sua diferença. A diferença produzida pela perturbação, alteração da serenidade ou da tranquilidade que a presença do outro provoca em mim. Uma presença que me lembra meus próprios defeitos, medos, inseguranças e limitações. É pensando com o autor, que aponto que, de certa forma, pesquisar e escrever tem sido como uma procura por mim mesmo, ou melhor dizendo, como um cuidado comigo mesmo. Um cuidado e atenção comigo enquanto um sujeito marcado pelo outro e sua diferença, uma diferença que demarca uma distância necessária para que algo aconteça e dispare novos afetos, novos desejos e necessidades, como os que vivi e ainda tenho vivido com a pesquisa.

Assim, é tentando traduzir coisas que escapam à razão, mas que transbordam de emoção que, a partir dos incômodos de olhar, ler, sentir, amar, odiar as coisas do mundo, afirmo que este texto tem como objetivo abrir uma conversa com os desdobramentos de uma pesquisa de doutorado que buscou problematizar como os discursos medicalizantes atuam na produção de homossexualidades masculinas. Pesquisei e produzi este texto a partir dos olhares que mirei e das lentes que usei ao olhar para as coisas de meu tempo, como as redes sociais e os rastros de discursos que os sujeitos nela enunciaram. Tais enunciações me permitiram problematizar a medicalização atravessando as homossexualidades e produzindo corpos.

Cada palavra deste texto diz de um professor de História e pesquisador na área de Educação tomado pelos acontecimentos ao seu redor. Cada frase diz de um sujeito em construção, que passou quase dois anos em casa, mergulhado nos estudos, evitando contatos sociais com vistas a ajudar a controlar a pandemia Covid-19. Este texto também dirá um pouco da forma como fui encarando os desafios do meu tempo e como isso se refletiu na pesquisa, em mim e no mundo que ajudo a produzir. Um mundo, agora, mirado com lentes próprias da pesquisa acadêmica que me inspirou a duvidar e desconfiar da minha própria forma de olhar para o mundo e para as antigas certezas que me guiavam. Luiz Felipe Zago e Luís Henrique Sacchi dos Santos (2013), revisando autores/as que trabalham com etnografia e mídias digitais, muito me ajudam a pensar esse meu lugar e minha implicação com a pesquisa, isto é, a flexibilidade em meu processo de pesquisa. Para os autores, essa flexibilidade é como se fosse o “reflexo do objeto nos autores da pesquisa, e os autores da pesquisa se vissem refletidos no objeto ponto a ponto” (ZAGO; SANTOS, 2013, p. 49), gerando uma maleabilidade do pesquisador, quer seja na escolha do objeto ou dos sujeitos que vão compor a pesquisa, quer no planejamento metodológico e na condução dos estudos.

Meus passos, como pesquisador, foram acompanhados e orientados pelo Professor Dr. Roney Polato de Castro que, juntamente com o professor Dr. Anderson Ferrari, coordena o Gesed, grupo que acolheu minha pesquisa. Aproveito para, desde já, influenciado pelas perspectivas teórico-metodológicas do grupo, assumir que minha pesquisa foi interessada e engajada com minha vida, com meu momento histórico, com minhas bandeiras e com a luta política por um mundo menos desigual. É a partir dessa consideração que digo que sou parte da pesquisa que realizei, ou seja, estou presente, com minha história, meus sonhos e minhas bandeiras, nas investigações que empreendi. Não tive qualquer pretensão de ser neutro, pelo contrário.

Desde meus primeiros passos junto ao Gesed, venho vivenciando a pesquisa como uma experiência que transforma e nos faz outro. De acordo com Larrosa (2014), é essa “experiência, e não a verdade, que dá sentido à escritura” (LARROSSA, 2014, p. 5). Portanto, pensando com Larrosa, “se alguma coisa nos anima a escrever é a possibilidade de que esse ato de escritura, essa experiência em palavras, nos permita liberar-nos de certas verdades, de modo a deixarmos de ser o que somos para ser outra coisa, diferente do que vimos sendo” (LARROSSA, 2014, p. 5). Inspirado pelo pensamento de Michel Foucault e Larrosa, também penso que pesquisar e escrever tem por função transformar o que sabemos e não apenas para transmitir o já sabido.

Tenho vivido a experiência de pesquisar, como esse algo que nos acomete, que nos toma “e que às vezes treme, ou vibra, algo que nos faz pensar, algo que nos faz sofrer ou gozar, algo que luta pela expressão, e que às vezes, algumas vezes, quando cai em mãos de alguém capaz de dar forma a esse tremor, então, somente então, se converte em canto” (LARROSSA, 2014, p. 10). Quem sabe um canto que atravesse o tempo e o espaço e possa compor com outros cantos que podem ser de protesto, de rebeldia, de lamento, de despedida ou de perda, mas que também possa ser um canto épico e aventureiro, “como os cantos de viajantes e de exploradores, desses que vão sempre mais além do conhecido, mais além do seguro e do garantido, ainda que não saibam muito bem aonde” (LARROSSA, 2014, p. 10).

É inspirado por Larrosa (2014) que busquei me esquivar de falar como um *expert*, um especialista, um crítico ou um porta-voz em nome de alguma verdade ou realidade, mas falar e escrever em nome próprio e na primeira pessoa, com minhas próprias palavras, isto é, colocar-me na língua a partir das palavras que têm a ver comigo e com minha história. E isso não quer dizer que falar em primeira pessoa seja apenas um dizer de mim mesmo como tema ou como memória, mas como forma de

falar (ou escrever) a partir de si mesmo, colocar a si mesmo em jogo no que diz ou pensa, expor-se no que se diz e no que se pensa. Falar ou escrever em nome próprio significa abandonar a segurança de qualquer posição enunciativa para se expor na insegurança das próprias palavras, na incerteza dos próprios pensamentos (LARROSSA, 2014, p. 70).

É pensando com Larrosa que desejo fazer deste texto um convite a possíveis leitores/as que queiram se aventurar comigo em uma pesquisa que tem por objetivo problematizar discursos que costumamos aceitar como verdadeiros acerca das homossexualidades masculinas. Discursos os quais, muitas vezes, nem os percebemos como produzidos em um dado momento histórico e uma dada cultura, pois, de tão acostumados/as

com sua presença e circulação, nós os tratamos como uma própria verdade da natureza, das coisas e do mundo; discursos que povoam e moldam corpos, constituem sexualidades e nos fazem sermos o que somos ao se tornarem nossas verdades e nossa prática social.

Se a resposta a meu convite for afirmativa e você, leitor/a, aceitar esse desafio, entre comigo nesta conversa que tem começo, mas que não chegará a uma conclusão ou resposta acerca das questões levantadas. Afirmando isso porque, nos (des)caminhos e nas idas e vindas da pesquisa, fui me inspirando em Foucault (2010a) que nos pergunta se teríamos coragem de escrever um livro se, desde o início, já soubéssemos o que dizer no final. Para o autor, “o que vale para a escrita e a relação amorosa vale também para a vida. Só vale a pena na medida em que se ignora como terminará” (FOUCAULT, 2010a, p. 294).

Chamar essa interação que pretendo fazer com meus/minhas possíveis leitores/as de conversa diz, de acordo com Larrosa (2014), de uma tentativa de inventar uma linguagem para criar uma conversação e não ficar apenas em um debate de opiniões sobre meu tema. Meu intuito foi, então, partindo da minha experiência singular com a pesquisa, conversar horizontalmente de forma que, como autor, eu não assumisse um lugar de destaque, quer acima ou abaixo de quem lê, mas de forma que pudéssemos nos aproximar e vivermos novas experiências.

Conversar, como pretendo, será tentar criar relações, criar afetos e

ver a até que ponto ainda somos capazes de nos falarmos, de colocar em comum o que pensamos ou o que nos faz pensar, de elaborar com outros o sentido ou a ausência de sentido do que nos acontece, de tratar de dizer o que ainda não sabemos dizer e de tratar de escutar o que ainda não compreendemos (LARROSA, 2014, p. 71).

Ao escrever este texto, fui percebendo que tentar conversar com possíveis leitores/as tinha a ver com colocar em comum aquilo que me acontecia: aquilo que movia meu próprio movimento de pensamento. Escrever foi como tentar dizer o que eu ainda não sabia, mas que, no exercício de tentar comunicar, no contato forjado com o outro a quem eu me direcionava, adquiria sentido, mesmo que, em muitos momentos, parecesse não ter. Talvez o sentido de escrever esteja na procura por nós mesmos ou, quem sabe, esteja na procura desse outro com quem buscamos alguma forma de identificação e interlocução; um outro que, como eu, se interesse pela defesa da vida com sua pluralidade de cores, desejos e corpos.

Antes de especificar minha questão de pesquisa e meus principais objetivos, quero ainda salientar que espero e busco, em suma, que meu trabalho seja uma ferramenta útil a todos/as que sonham, trabalham e se arriscam pela produção de um mundo em que contas

bancárias, cor da pele, etnia, determinadas expressões de gênero e de sexualidade ou alguma forma de ser ou de comportar dos múltiplos sujeitos não sejam referências para demarcar lugares sociais, invisibilidades, silenciamentos, sofrimentos ou justificar a falta de qualquer direito a qualquer ser humano. Quero muito que minha pesquisa abra conversa com sujeitos homossexuais, com pesquisadores/as, professores/as, médicos/as, psicólogos/as e todos/as profissionais das mais diversas áreas de conhecimento ou profissões, ou seja, com todas as pessoas que estejam abertas ao outro e à sua diferença. Desejo, enfim, que este texto possa ser lido por todos/as dispostos/as a repensarem seus pontos de vista, a revisitarem os olhares que miram no outro, bem como que estejam dispostos/as a reverem suas formas de pensar e agir em relação às homossexualidades e à sua produção em nossos dias.

1.2 QUESTÃO DE PESQUISA E OBJETIVOS

A partir dessa conversa inicial, penso já poder apontar para a questão principal e outras complementares que marcaram meus caminhos e me pareceram mais potentes no movimento da pesquisa. A questão principal é: **como os discursos medicalizantes, apoiados em referenciais de normalidade e anormalidade, afetam as homossexualidades masculinas e produzem subjetividades?**

Essa questão principal se desdobrou em outras, tais como: que modos de subjetivação estão funcionando e afetando a constituição de corpos homossexuais masculinos? Como as homossexualidades masculinas se constituem em negociação com discursos de normalidade e seus jogos de saber e poder? Como esses discursos se articulam com o nosso momento histórico, econômico, social e político? Como esses sujeitos se conduzem, como cuidam de si mesmos a partir dos saberes, poderes e verdades veiculadas por esses discursos? Há impulsos, desejos, interesses, privilégios ou alguma forma de sedução movimentando esses discursos e sujeitos? Que composições ou agenciamentos podem estar operando nessa prática medicalizante?

Junto a essas questões, aproveito para reafirmar o objetivo principal que me conduziu pelos caminhos da pesquisa: investigar e problematizar os discursos que atravessam, via medicalização, a constituição de homossexuais masculinos que participam do *Twitter*. Ou, em outras palavras: analisar como alguns discursos vêm funcionando como instrumento estratégico de normalização da sociedade, engendrando, especialmente, condutas e comportamentos de determinados corpos homossexuais masculinos.

Como objetivo mais específico, destaco o interesse em problematizar de que maneira os discursos produzidos pelo saber biomédico e farmacêutico, apoiados na ciência e na tecnologia, são autorizados a falar sobre a sexualidade e sobre a vida, bem como a forma como esses discursos nos capturam por meio de variados e processos educativos que a sociedade nos apresenta.

1.3 COMO NASCEU ESTA PESQUISA

A placa de censura no meu rosto diz:
 Não recomendado à sociedade
 A tarja de conforto no meu corpo diz:
 Não recomendado à sociedade

Perverso, mal-amado, menino malvado, muito cuidado!
 Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado!
 (NÃO RECOMENDADO, 2014)

Em boa parte, esta pesquisa é um desdobramento dos estudos que desenvolvi no mestrado, entre 2014 e 2016, imbricados com a minha atuação como professor de História da rede pública municipal de ensino de Juiz de Fora. Nessa trajetória profissional e acadêmica, algumas questões que brotaram no mestrado ganharam outros contornos e, a partir de acontecimentos vividos na escola, dispararam novos incômodos que me trouxeram a esta investigação.

A partir da experiência do mestrado, momento em que pude avançar um pouco na problematização dos atravessamentos da medicalização com a escola, especialmente, em relação à forma como essa relação constitui subjetividades, minha relação comigo mesmo, com a educação e com o mundo se modificou muito. Contudo, com a conclusão daquele ciclo de estudos, percebi que, longe de resolver os incômodos que me levaram à vida acadêmica, só os vi se multiplicarem, pois passei a me implicar mais com as práticas medicalizantes que nos envolvem, sobretudo, no espaço escolar. Essa mudança de posicionamento me rendeu atritos no ambiente de trabalho, ao passo que passei a brigar mais e incisivamente contra essa prática que costuma aparecer em aconselhamentos ou falas e que, camufladas, costumavam passar como brincadeiras ou coisas sem importância.

A experiência do mestrado, momento em que comecei a pensar o termo medicalização junto a Cecília Collares e Maria Aparecida Moysés (1994), que o tratam como um longo processo de transformar questões sociais, políticas ou econômicas em questões médicas, foi decisiva para me despertar para o tema desta pesquisa. Minha desconfiança em relação à

medicalização só aumentou a partir do momento em que comecei e pensá-la como algo que vai muito além do ato de utilizar um medicamento ou de procurar um serviço na área de saúde para tratar uma doença, ou seja, ao começar a perceber que ela envolve muitas outras relações que podemos estabelecer com questões de saúde, de bem-estar, de desconforto emocional ou físico que possam acometer corpos e sujeitos. No entanto, a principal mudança se deu quando assimilei a ideia de que também medicalizamos quando tratamos e enquadrados certos comportamentos como normais ou anormais ou, aproximando-nos do tema desta pesquisa, quando, de acordo com algum referencial socialmente difundido, valorizamos mais algumas sexualidades, ou alguns corpos, do que outros.

Pensando assim, nesta pesquisa, tratei a medicalização como uma forma de mirar o olhar, de nomear, de classificar, de apontar padrões e de enquadrar o outro. Medicalizamos quando nossos olhares sugerem enquadramentos dos sujeitos em padrões e normas discursivamente criadas em dado momento e lugar, isto é, quando apontamos para um corpo e o enxergamos como anormal, fora do padrão e lhe indicamos tratamentos psicológicos, médicos ou estéticos, a partir de pontos de vista, e até diagnósticos, que elaboramos mesmo sem sermos médicos/as ou de áreas afins.

Problematizar a medicalização no mestrado foi fundamental para que eu começasse a perceber muitas relações e questões que a envolvem, pois encontrei muitos de seus rastros ao ler os relatórios sobre estudantes encaminhados/as pelas escolas à Secretaria de Educação do município de Juiz de Fora. Nos documentos em que pesquisei, por exemplo, deparei-me com casos em que a escola sugeria a necessidade de tratamentos médicos ou psicológicos para os/as alunos/as encaminhados/as, o que chamou minha atenção para a forma como medicalização e educação se articulam, corriqueiramente, na produção de sujeitos. Na maioria das vezes, as justificativas para esses pedidos de intervenção da área de saúde apontavam para um interesse da escola em conhecer melhor seu público e, assim, facilitar sua relação com a instituição e com a família.

Jurandir Freire Costa (2004) nos diz muito acerca dessa forma como a ordem médica se tornou norma familiar e social, isto é, como a medicina se apoiou na família como uma das suas primeiras investidas no terreno das sexualidades. Foi revirando esses relatórios sobre estudantes que percebi, assustado, que, em muitos dos casos, eles já apontavam doenças ou tratamentos. Muitas escolas já teciam um pré-diagnóstico a partir de saberes que nela circulam. Refiro-me a saberes socialmente difundidos que permitiam ou autorizavam alguém a nomear e separar sujeitos normais dos anormais, os doentes dos sadios.

Embora a escola e seus/suas profissionais não sejam os/as produtores/as desses saberes que justificavam comportamentos e atitudes fora de alguma norma social ou escolar, como motivados por alguma doença ou transtorno, ela os faz circular. De acordo com o pensamento foucaultiano, nós, sujeitos, não somos produtores de saberes, ao contrário, somos produtos deles, como nos lembra Alfredo Veiga-Neto (2011). Usando “saberes no sentido de teorias sistemáticas, que se manifestam por meio de discursos científicos tidos por verdadeiros, positivos e, por isso, aceitos e tomados em toda sua positividade” (VEIGA-NETO, 2011, p. 44), conforme nos diz o autor, podemos considerar que nossa percepção de mundo e nosso conhecimento são ‘modos’ de saber. Mas o saber não se limita ao saber da ciência. Foucault (2010a) se refere ao saber num sentido bem amplo que compreende “todos os saberes especializados, tais como os da tecnologia, da tecnocracia” em que o poder se utiliza de uma grande rede de saber “não somente para funcionar, mas também para se esconder” (FOUCAULT, 2010a, p. 35).

Mediante um olhar mais atento a esses saberes atrelados à medicalização influenciando na minha prática docente, novas questões surgiram e passaram a me inquietar, como a medicalização das homossexualidades. E foi a partir de uma troca de e-mail com o professor Anderson Ferrari acerca desses incômodos que esse pesquisador chamou minha atenção para a forma como padrões de normalidade e anormalidade que circulam em nosso meio nos educam em relação às homossexualidades. Desse modo, já atento à escola e à produção de anormalidades, meus referenciais se ampliaram ao encontrar com o texto de Paula Ribeiro (2014) apontando que a escola atual está reconfigurando o grupo de anormais e incluindo nele a população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, queer, intersexo, assexual e outra sexualidade não heterossexual (LGBTQIA+)⁴. Segundo a autora,

se antes os/as considerados anormais nessa instituição eram os/as estudantes com dificuldades de aprendizagem, os indisciplinados, os portadores de desvio; hoje, percebo que os hiperativos/as, os *gays*, as lésbicas, os/as travestis e os transexuais também passam a integrar esse grupo (RIBEIRO, 2014, p. 214).

Foi considerando essa nova configuração da anormalidade em nossas escolas, como sugere a autora, envolvendo os gays, que meu interesse por pesquisar a medicalização das homossexualidades se aguçou. E isso se deu quando comecei a perceber a medicalização

⁴ Usarei neste texto o termo LGBTQIA+ para me referir a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexos, assexuais e outras sexualidades não heterossexuais. Em outras partes do texto, a sigla aparecerá com variações em função da forma como autores citados ou internautas que encontrei no *Twitter* utilizam.

funcionando como estratégia política de intervenção e busca da normalização de corpos pelo acionamento de discursos de normalidade e anormalidade acerca das homossexualidades. Pensando na minha experiência com a educação escolar, concordo com Ribeiro (2014), ao dizer que a escola utiliza, distribui e faz circular discursos dos diferentes campos de saber como a Psicologia, a Medicina, Psiquiatria, Biologia e Educação para classificar e promover a normatização desses corpos ditos anormais.

Complementando a afirmação dessa autora, Elizabeth Zambrano (2011) também me instigou a problematizar esses discursos ao chamar a atenção para o lugar que a Medicina e o campo psi ocupou, e ainda ocupa, ao lidar com questões de gênero e sexualidades. Em suas palavras:

A medicina sempre se considerou a instância legítima para tratar da sexualidade, para determinar o que é normal e o que é patológico, e o campo “psi” seguiu o mesmo caminho. Vemos, assim, que a visão médica/psi impõe a conformação dicotômica do sexo, apoia o gênero no sexo e obriga a uma norma heterossexual, transformando as diferenças em patologia (ZAMBRANO, 2011, p. 114).

Essa autora diz muito do que vem me ocupando na pesquisa: a forma como a Medicina e áreas afins, em sintonia com outros discursos, como o que propõe a heterossexualidade como norma, vêm, historicamente, legitimando discursos medicalizantes em relação às homossexualidades. Mas como foram criados e se sustentam até nossos dias os discursos que ancoram o gênero aos órgãos genitais de indivíduos divididos e enquadrados como machos e fêmeas, homens e mulheres, normais ou anormais? Como foram produzidos esses discursos que sugerem a heterossexualidade como norma, referência ou padrão para uma sexualidade socialmente considerada saudável, desejada e, daí, ensinada a todos e todas? Por que, dentre as tantas formas de viver a homossexualidade, algumas são mais valorizadas e aceitas que outras? Essas, dentre outras, são algumas das questões que serão problematizadas ao longo deste texto.

Junto a autores/as que me acompanharam desde o mestrado, comecei a desconfiar de discursos e normas que de tão naturalizados passam a ser verdades inquestionáveis para muitos/as de nós. Atento à medicalização, fiquei instigado e comecei a desconfiar de coisas corriqueiras que andam de ‘boca em boca’, que circulam pelos programas de TV, consultórios médicos e psicológicos, pelas revistas, cultos religiosos, escolas, redes sociais e numa infinidade de artefatos culturais produzidos na sociedade atual. Foi, sobretudo, a partir de algumas referências deturpadas, preconceituosas, equivocadas ou discriminatórias em relação

aos sujeitos homossexuais e seus comportamentos, muitas vezes percebidos como estranhos, esquisitos e anormais passíveis de correção e normalização, que um acontecimento que vivenciei em uma escola instaurou a dúvida e disparou esta pesquisa. Embora o mestrado tenha me permitido perceber muitas nuances da medicalização e seus efeitos sobre os corpos, eu ainda não tinha respostas satisfatórias que me ajudassem a pensar como alguns corpos passaram a exhibir, no rosto e no corpo, uma placa de censura que diz: viado, malvado, indecente, doente, esquizofrênico e “não recomendado à sociedade”. Foi em busca dessas respostas, ou melhor, uma busca por problematizar a produção de homossexualidades em nossos dias, que me atirei nesta pesquisa.

Minha questão atual não é a mesma com a qual iniciei meu anteprojeto. Ela veio se delineando aos poucos e ao longo da pesquisa, ou seja, ela tem uma história. É acerca dessa história, ou melhor, de seu disparador, que conversaremos na sequência.

1.3.1 “Ele é trans e esquizofrênico”: um incômodo como disparador da pesquisa

[...] as marcas permanentes que atribuímos às escolas não se referem [apenas] aos conteúdos programáticos que elas possam os ter apresentado, mas [também] se referem a situações do dia-a-dia, experiências comuns ou extraordinárias que vivemos no seu interior, com colegas, com professoras e professores. As marcas que nos fazem lembrar, ainda hoje, dessas instituições têm a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade de gênero e sexual (LOURO, 1999, p. 18).

Prefaciando a obra ‘Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos’, de Cecília A. Collares e Maria Aparecida Moysés (2013), Carla Biancha Angelucci (2013) aponta que “o conjunto composto pelas formas de sentir, pensar, perceber e se expressar que constitui a cultura, estabelece o que se espera de uma pessoa, o que se aceita em termos de comportamento e atitude, assim como, regula o que se entende por normal e saudável” (ANGELUCCI, 2013, p. 11).

De acordo com a autora, a regulação do que se entende por ‘normal’, ‘anormal’ ou ‘saudável’ associa-se a uma cultura que nos constitui em nossa maneira de pensar, perceber e expressar. Daí, pensando em nossos processos educativos, percebemos que são muitos e marcantes os fatos que presenciamos com relação a esses referidos padrões de doença, de normalidade, de corpo ‘ideal’, de saúde ou de comportamento em relação às homossexualidades e seus prazeres.

Como já apontei, a experiência de pesquisar a medicalização deixou-me mais atento e, de certa forma, mais intolerante com muitas situações que antes eu não considerava importantes ou sequer me incomodavam. Penso que foi sobretudo a partir dessa mudança de postura que experiências vividas em uma escola me inquietaram e dispararam esta pesquisa.

Há alguns anos, em uma conversa informal, recebi um ‘alerta’ de uma professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental acerca de um aluno que eu receberia no ano seguinte. Segundo essa professora, era um menino que dava muito trabalho por seu comportamento ‘complicado’ que tinha a ver com sua suspeita de ele ser trans. Penso que seu interesse em me alertar quanto a um aluno a quem nomeava como trans se deu pelo fato de saber de meu envolvimento com pesquisas e questões de gênero e sexualidades, bem como para me preparar para quando o recebesse. Não sei, porém, o que a fazia identificá-lo como uma pessoa trans e não procurei alongar aquele diálogo. Preferi partir para minhas próprias experiências quando viesse a ser professor do referido aluno. Não obstante, em tom de alerta, ela continuou: “você vai ver, se prepara”.

No ano seguinte, não trabalhei com a turma e não tive contato direto com o aluno. Contudo, acabei participando de uma reunião a seu respeito por sugestão da diretora da escola. Penso que foi também por meu interesse na medicalização e por ser gay que fui chamado àquela conversa, pois a escola parecia esgotada na sua relação com o aluno e avaliava a possibilidade de sugerir algum atendimento psicológico ou médico para ele. Conquanto ainda não tenha conhecido o menino naquele dia, pude conversar bastante com sua mãe e ouvir dela, com a voz trêmula e a cabeça baixa: “sei que meu filho é homossexual”. Essa mãe disse, inclusive, não ver problema com a homossexualidade que atribuía ao filho, tampouco com o gosto dele por brincar com coisas consideradas do gênero feminino. Conversar com essa mãe me permitiu um certo alívio, pois ela me pareceu bastante tranquila em relação à homossexualidade que atribuía no filho. Desconfiei, entretanto, de que havia algum conflito na sua relação com a escola: seu comportamento em sala de aula. Não tive mais contato com essa mãe, mas, a partir desse dia, identifiquei o aluno e passei a observá-lo.

O tempo passou e ele veio a ser meu aluno no ano seguinte. Bem mais atento, dentro e fora da sala de aula, incomodava-me bastante o tratamento que ele recebia tanto na sua relação com os/as colegas de turma quanto com o restante da escola.

Certo dia, na sala dos professores, enquanto conversávamos corriqueiramente, ouvi de uma professora que ele era esquizofrênico. Como ela foi categórica e não deixou dúvida, logo perguntei se havia algum diagnóstico médico na escola. Porém, para meu espanto, sua resposta foi “não tem. Não tem diagnóstico, mas ele é sim, esquizofrênico e doente mental”,

acrescentou, prontamente, a colega. Cheguei a questioná-la acerca das bases para sua afirmação e das implicações de sua fala, mas ela pareceu nem ter se abalado, pois tinha certeza do que dizia.

Irritado com o que ouvi, comecei a pensar nas condições e possibilidades para aquela afirmação, ou enunciação, usando um termo foucaultiano. Instigado a investigar possíveis relações entre a categorização dele como ‘complicado’ e ‘trans’ por uma professora, e como ‘esquizofrênico e doente mental’ por outra, fiquei imaginando como elas teriam chegado às suas constatações. Cheguei a supor que a esquizofrenia atribuída ao aluno pudesse ser um eco da ideia de psicose, conforme eram diagnosticadas as pessoas trans há alguns anos (COSSI, 2014). Daí, dentre tantas coisas, imaginei que essa professora também pudesse achar que ele fosse trans, e, por isso, a afirmação de sua esquizofrenia. Como o tempo na escola é sempre corrido, não pude voltar a problematizar o assunto, embora tenha ouvido, pelo menos mais uma vez, essa colega referindo-se ao menino como doente mental e esquizofrênico.

Parece interessante destacar que minha impressão sobre tal aluno, durante todo o tempo em que convivi com ele, é de que não passava de um menino agitado e falante como vários/as outros/as da sala. Quem sabe, no caso dele, aquela agitação tivesse a ver com os desafios e com o desconforto de se saber e dizer ‘LGBT’. Em função de suas atitudes em sala de aula, eu chamava sua atenção, como fazia com todos/as os/as outros/as, ora por falar muito, ora por andar pela sala ou não fazer suas atividades. Penso que obtive bons resultados na relação com ele. Infelizmente, não posso dizer o mesmo quanto a bons resultados em tentar modificar seu desinteresse por escrever, ler, estudar ou fazer as atividades propostas. Dizendo saber que não passaria de ano, ele produziu muito pouco naquele ano e, mediante uma segunda reprovação em quase todas as disciplinas, foi encaminhado a uma turma especial para aceleração dos estudos. Penso que, de certa forma, esse menino se virava bem na turma, embora eu tenha presenciado casos de agressão homofóbica em função de sua forma de manifestar diretamente seu desejo por outros meninos a quem dizia querer namorar. A afirmação de seu desejo, a meu ver, era o principal motivo de deboches, risos e discriminações que sofria. Mas ele parecia não se incomodar muito com a reação da turma, pois mantinha e afirmava, cada dia mais, sua postura.

O contato com a história desse menino disparou várias questões que começaram a me instigar. O que levava uma das professoras a considerá-lo como trans, enquanto outra como esquizofrênico e doente mental? Quem pode dizer da identidade de gênero ou da sexualidade de uma pessoa? Que discursos, que saberes e poderes entram em ação nas falas dessas professoras? Como elas se constituem com e pelos seus discursos de normal, anormal ou

doença, em relação às experiências não heterossexuais? Como o discurso medicalizante presente nessa relação afeta esse menino e atua na sua subjetividade? Que sexualidades esses discursos produzem?

Essa história, se problematizada pela perspectiva foucaultiana, insere-se na longa história da sexualidade no Ocidente apontada por Foucault (2011b). Uma história marcada pelo discurso médico e sua disseminação articulada com a pedagogia, com a justiça e outras instituições sociais. Esse caso, mesmo que possa parecer isolado, compõe com muitas outras relações permeadas por saberes e poderes que podem dizer da forma como se constituem sexualidades em nossas escolas e demais espaços educativos. Trata-se de constituições permeadas por saberes e poderes que cravam os corpos, que produzem o prazer e suscitam desejos. Saberes e poderes que envolvem jogos de verdade. Jogos entre o verdadeiro e o falso; o certo e o errado; o normal e o anormal; o saudável e o doente (FOUCAULT, 2011b).

Para Foucault (2011b), é nesse jogo que nos constituímos e que nos tornamos sujeitos de desejos e de prazeres. Prazer que se retroalimenta no próprio jogo de saber e poder em que se insere; prazer que envolve resistência. Em suas palavras:

O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares podem, muito bem, ter como objetivo global e aparente dizer *não* a todas as sexualidades errantes ou improdutivas, mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, esprieta, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, poder que se abraça ao ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo. Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue e, diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir (FOUCAULT, 2011b, p. 52).

Penso que o caso desse menino diz muito desse jogo de prazer e poder que envolve a produção das sexualidades, como apontado por Foucault (2011b); um jogo que envolve a sociedade, a família, a escola e suas relações com o referido aluno. Aquele adolescente parecia não ter o menor receio em afirmar seus desejos perante os/as colegas, pelo contrário, ele parecia se sentir confortável ali e querer provocar e desafiar as pessoas a se manifestarem. Ele parecia ter prazer em afrontar, em desafiar, em se expor em busca de respostas. Fico imaginando os embaraços que o jeito de ser desse aluno que dizia querer se casar e ter, pelo menos, dois filhos, pode ter criado para muita gente na escola. Porém, preocupam-me mais, neste momento e nesta pesquisa, outros tantos e irreversíveis problemas que a escola pode ter criado para ele, pois, provavelmente, quem se referia a ele como doente mental, esquizofrênico ou trans, possivelmente, também o tratava e ajudava a produzi-lo como tal.

Guacira Lopes Louro (1999), na epígrafe que abre este texto, ajuda-nos a pensar na história desse aluno e nas relações que estabelecemos nas escolas - e na vida social como um todo - que deixam marcas permanentes ao se inscreverem nos corpos e moldarem suas relações com o mundo. Para a autora, além dos conteúdos programáticos das disciplinas escolares, existem outras marcas que povoam a memória e os corpos dos sujeitos contribuindo para suas identidades de gênero e sexual.

A história desse adolescente me despertou a desconfiança acerca de mecanismos e engrenagens do saber-poder funcionando na produção de sujeitos homossexuais por meio das relações estabelecidas com discursos medicalizantes. O desconforto que experimentei vivenciando essa história disparou muitas questões que passaram a me tomar e exigir mais investimento. Uma delas foi a necessidade de problematizar a forma como os sujeitos homossexuais são atingidos por olhares viciados e ligados a uma rede de poder que busca normalidade e homogeneidade segundo referenciais medicalizantes. São olhares influenciados por valores morais, religiosos, econômicos ou políticos que se articulam com saberes médicos e tentam estabelecer lugares sociais para tais sujeitos.

Como tentei demonstrar, esta pesquisa tem uma história, isto é, ela resultou de desdobramentos de um acontecimento que me marcou, inquietou e me empurrou para novas investigações. Enquanto meus primeiros passos nesta pesquisa, até a primeira qualificação, foram marcados por minha afetação com a escola e com a história desse aluno, passos esses que me levaram em direção à forma como nos apropriamos da medicalização enquanto estratégia de cura, correção ou adequação dos sujeitos homossexuais a uma norma, foi a partir dessa preocupação inicial e sobretudo após as considerações da banca da primeira qualificação que a pesquisa se abriu e tomou outros rumos. Tais rumos me levaram às redes sociais, especialmente ao *Twitter*, que veio a se tornar meu campo de pesquisa. Assim, foi no movimento da pesquisa, ou melhor, foi buscando encontrar os sujeitos que eu pretendia ouvir, somado à necessidade de ajustar o foco que um novo caminho se delineou, que fui levado ao *Twitter*. No próximo capítulo, contarei com mais detalhes a forma como cheguei ao *Twitter* e como esse campo foi disparando dúvidas e questões que me pareceram mais potentes e despertaram-me o interesse em pesquisar a forma como a nossa cultura medicalizante - discursos médicos, biomédicos e/ou farmacêuticos -, ao instituírem padrões e comportamentos para sujeitos homossexuais masculinos, atuam em suas constituições como sujeitos.

A forma como o campo e o referencial teórico que me acompanhavam foram se amalgamando e me conduzindo pela pesquisa, bem como as estratégias que fui criando a

partir dos problemas que surgiam, serão o assunto do próximo capítulo que chamo de caminhos metodológicos.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

“O modo como fazemos nossas pesquisas vai depender dos questionamentos que fazemos, das interrogações que nos movem e dos problemas que formulamos” (PARAÍSO, 2012, p. 24).

A partir das questões propostas e dos objetivos que me moviam, com este texto pretendo esboçar o que foi se constituindo como minha forma de conduzir a pesquisa. Para iniciar esta conversa, quero me aproveitar das palavras de Marisa Vorraber Costa (2007), ao apontar que “sempre que se produz um novo conhecimento também se inventa um novo e peculiar caminho” (COSTA, 2007, p. 19). E é somente “quando olhamos para trás é que nos damos conta disso” (COSTA, 2007, p. 19), complementa a autora. Hoje, após quatro anos de dedicação à pesquisa, o que posso dizer é que o que trago neste texto é momentâneo, ou seja, é uma história que construí, é uma história possível, dentre tantas outras a serem criadas.

Inspirado pelo pensamento foucaultiano e tomando os discursos como objeto de estudo, minha estratégia e método foi buscar rastros de discursos medicalizantes materializados nas práticas dos sujeitos homossexuais masculinos que se manifestaram no *Twitter*, tentando fazê-los aparecer, isto é, descrevendo-os, com seus jogos e relações com saberes, poderes e verdades de nosso tempo.

Concordo com Foucault (2016), ao dizer que não basta abrir os olhos para que o objeto de meus estudos apareça ou se ilumine à minha frente. Ele não me espera nos limbos até que eu o liberte, enfim, “ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações” (FOUCAULT, 2016, p. 54). São essas relações que o discurso medicalizante estabelece com instituições, com processos sociais e econômicos, com normas e tipos de classificação de corpos e sujeitos, que permitem suas caracterizações. São relações que possibilitam que tal discurso, como objeto de pesquisa, apareça e seja analisado. Para Michel Foucault (2016), o discurso aparece, enfim, ao se materializar em prática nos corpos, ou seja, os discursos são mais do que signos que remetem a conteúdos ou representações, “são práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2016, p. 60).

Inspirado pelo autor, a partir das práticas dos sujeitos as quais podem ser apreendidas por meio de manifestações ou enunciações expressas nas redes sociais, como o *Twitter*, que nos interessa, é que busquei perceber a medicalização funcionando e produzindo corpos.

Gosto muito da ideia de que a metodologia de uma pesquisa possa ir se (re)fazendo ao longo do processo e de acordo com os sacolejos dos caminhos trilhados. Desde o mestrado, mas especialmente com a pesquisa do doutorado, pude vivenciar a produção diária da pesquisa com suas mudanças de rumo, suas rupturas, seus des/caminhos e pude experimentar também os desafios de lidar com o novo e perceber como um problema puxa outro, até que um dia, um sujeito novo, outro daquele que iniciou a pesquisa, grafa um ponto final.

É considerando a minha experiência do mestrado, bem como o contato com a experiência de vários/as pesquisadores/as, dentre os/as quais, muitos/as do Gesed, que fui percebendo como algumas questões iam sendo aprofundadas, cruzadas e atravessadas por outras antes inimagináveis. As bancas de qualificação contribuíram muito, potencializando coisas que eu trazia, mas, sobretudo, chamando a minha atenção para problemas que eu tinha para resolver. E não foram poucos, especialmente na primeira e sofrida qualificação.

Desde que comecei a pensar na possibilidade deste trabalho, passando pela escola que me despertou para a medicalização das homossexualidades, e, depois, pelas primeiras leituras sobre o tema, comecei a sentir os incômodos e os prazeres de pesquisar. Pesquisar durante uma pandemia e num momento político tão delicado de nosso país afetou diretamente meu ritmo e a forma de trabalho. Se, por um lado, estar envolvido com os estudos me ocupou e ajudou a desviar um pouco a atenção dos acontecimentos ao meu redor, por outro, a grande instabilidade social, política e econômica pela qual passava a sociedade brasileira, inevitavelmente, atingia-me e provocava situações de grande frustração, desânimo e desesperança. Foram momentos que, aliados aos desafios próprios da pesquisa, produziram sentimentos de insegurança, tristeza, angústia e ansiedade com a pesquisa.

Para avançar nas problematizações que eu pretendia realizar, eu me inspirava com as palavras de Larrosa (2002), ao apontar para a experiência da pesquisa como uma relação que deve ser de escuta e não de apropriação. Uma escuta silenciosa de um campo, dos sussurros, dos ruídos e dos desertos. Quem sabe uma escuta nômade que pudesse criar caminhos às vezes inesperados e, até, improváveis os quais só podem ser rememorados e identificados ao final da pesquisa, como estou tentando fazer.

Minha estratégia, perante os desafios da pesquisa, foi buscar fazer da minha metodologia “um certo modo de perguntar, de interrogar, de formular questões e de construir problemas”, a partir do que o campo me dizia e dos/as autores/as que me inspiravam. Tal qual propõe Marlucy Paraíso na epígrafe deste texto: perguntar foi a minha maneira de pesquisar.

É desafiador, mas penso poder dizer que o método desta pesquisa, desde seu início, foi não ter (um) método pré-definido, amarrado e engessado. Digo isso porque conduzi minha

pesquisa sem me prender a uma forma pré-estabelecida, ou seja, não me amarrei a uma metodologia que me impedisse de sentir, amar, odiar, sofrer e me refazer com o processo, como aponta Larrosa (2002). É pensando assim que afirmo que meu caminho de pesquisa foi sempre provisório e mutável como todos os caminhos da vida: foi um caminho sempre momentâneo, um caminho possível, dentre tantos. É por pensar assim que afirmo que este trabalho que apresento como tese é um recorte, melhor dizendo, é um olhar que mirei em um dado momento histórico que me permitiu contar esta história. Uma história marcada por um tempo, o nosso.

Para o primeiro exame de qualificação, por não ter um campo e sujeitos específicos, optei por procurar rastros de discursos medicalizantes em relação às homossexualidades masculinas que foram chamando minha atenção enquanto eu me dedicava à revisão de bibliografia e cursava as disciplinas do curso. Logo percebi que os limites de uma pesquisa de doutorado não me permitiriam abraçar a profusão de questões que envolvem a medicalização das homossexualidades na atualidade, muito menos as tantas coisas que encontrei pelo caminho. No entanto, considero que todos os passos dados até aquele momento foram importantes, pois me permitiram começar a tatear, como pesquisador, no campo discursivo de meu tempo.

Pensando nos objetivos, rumos e nas estratégias que construí no decorrer da pesquisa, recordo-me do meu primeiro dia no Gesed, em 2012, no dia em que o grupo recebeu a visita do pesquisador espanhol Fernando Hernàndes y Hernàndes⁵. Foi naquele momento que, tocado pela fala desse professor e pesquisador, atentei-me para a potência do uso de narrativas, falas, manifestações ou, usando um termo foucaultiano, enunciações de sujeitos nas pesquisas em educação.

Fernando Hernàndes falava que a pesquisa é um presente. Um rico presente que o encontro com o outro oferece, possibilitando-nos encontrar pistas, rastros e, sobretudo, afetos que uma escuta atenta disparam, dando vida à pesquisa. É por considerar o grande potencial das narrativas/falas/ditos/manifestações/enunciações dos sujeitos no *Twitter* que eu quis trazê-los para minha pesquisa. Acessar o *Twitter* e procurar enunciações de sujeitos homossexuais, ou seja, procurar rastros de discursos medicalizantes, partindo do que tais sujeitos expressam nas redes sociais *on-line*, foi minha forma de inserção no campo de pesquisa. Um campo que, penso, permitiu-me problematizar as formas como esses sujeitos percebem a si próprios e suas

⁵ Professor Dr. Fernando Hernàndes y Hernàndes visitou o grupo Gesed no dia 30 de maio de 2012 enquanto era professor da Universidade de Barcelona. O encontro, ocorrido em uma sala de aula da Faculdade de Educação da UFJF, foi uma conversa com o grupo acerca dos trabalhos e pesquisas em andamento naquele momento.

vidas, bem como a forma como se constituíam como sujeitos em meio a jogos de saber e poder que tentam instituir padrões e comportamentos referenciados nos saberes e discursos da área biomédica e farmacológica, como exemplo.

Foi com o intuito de trazer para a pesquisa enunciações atuais em que sujeitos pudessem dizer de si, do outro, de uma coletividade, de nosso momento histórico e de sua relação com os discursos medicalizantes que envolvem a produção de homossexualidades que resolvi, por sugestão da banca da primeira qualificação, aventurar-me pelas redes sociais. A pandemia e a necessidade de isolamento social, além de uma maior facilidade de acesso aos sujeitos, foram fatores que ajudaram na minha escolha por um campo *on-line*. Sobre esse mergulho nos meios digitais, falarei aos poucos e nas próximas seções.

Optar pelas redes sociais, e só depois pelo *Twitter*, foi um dos primeiros recortes que precisei fazer no decorrer da pesquisa. Para Daniel Domínguez (2007), quer a tratemos como etnografia digital, etnografia na/atraves da internet, etnografia conectiva, etnografia em rede, ciberetnografia ou outra denominação, a pesquisa junto à internet tem sido amplamente utilizada em muitas áreas além da Antropologia, isto é: pela Sociologia, Educação, Filosofia, Psicologia, Economia e Arte. Para o autor, esse uso se deve à internet ser um “lugar rico em interações sociais onde práticas culturais, significados e identidades se misturam por diversos caminhos” (DOMÍNGUEZ, 2007, recurso online, tradução nossa) Foi a partir do desafio de selecionar o campo e sujeitos, mas, sobretudo, por considerar as redes sociais como lugar rico em interações sociais, que tomei a decisão de usar o *Twitter*.

Ao mergulhar no campo, saliento que não tive o intuito abraçar métodos ou olhares investigativos mais específicos, como o que seria uma etnografia digital, etnografia na/atraves da internet ou ciberetnografia, dentre outros apontados por Domínguez (2007). Penso que foi considerando, como esse autor, que “as formas de relacionamento social no ambiente virtual representam um desafio para os pesquisadores sociais e abrem novos campos de análise no campo da metodologia” (DOMÍNGUEZ, 2007, recurso online, tradução nossa), que operei com o campo. Ou seja, minha estratégia ao entrar no campo foi, sem maiores pretensões ou cuidados metodológicos, navegar atento e à espreita em busca de rastros de discursos que poderiam me ajudar a pensar a produção de sujeitos em nossos dias.

Outra importante delimitação, também por sugestão da banca, foi me concentrar em algum aspecto mais específico da medicalização, visto que, para a primeira qualificação, eu trabalhara com rastros que apontavam para a medicalização de maneira bem geral. Definir o foco não foi uma decisão fácil. Precisei pensar muito e foi somente depois de procurar outras leituras e, sobretudo, após uma conversa com meu orientador, que defini os novos rumos que

tomaria: problematizar o discurso medicalizante disparado pela biomedicina e pelas indústrias farmacêuticas, a partir do que o ambiente *on-line* como campo me possibilitasse.

Definido o campo, foi instigado por Foucault (2010a) que me inspirei no seu importante conceito, o de problematização, para me aproximar do movimento investigativo de dar um passo atrás e tentar ver meu problema e meu próprio pensamento por outros ângulos. Pelas palavras do autor, o pensamento “não é o que se presentifica em uma conduta e lhe dá um sentido; é, sobretudo, aquilo que permite tomar uma distância em relação a essa maneira de fazer ou de reagir, e tomá-la como objeto de pensamento e interrogá-la sobre seu sentido, suas condições e seus fins” (FOUCAULT, 2010a, p. 232).

O mergulho na pesquisa me despertou para o quanto minha visão sobre a medicalização se ampliou desde o momento em que iniciei o processo. Eu não dava tanta importância, como agora, à forma como são repetidos, nas redes sociais e demais artefatos de nossa cultura, os valores de uma certa masculinidade apoiada no ideal de um corpo padrão musculoso e viril. Tampouco, considerava como esses valores que nos chegam por discursos socialmente distribuídos podem impactar e ajudar a produzir uma pluralidade de homossexualidades masculinas. Somente após a primeira qualificação e minha entrada no campo, a veiculação e a circulação social de discursos em torno do corpo e dos comportamentos de sujeitos homossexuais masculinos se tornaram problema para mim, isto é, passaram a me incomodar e me despertaram para a potencialidade de ajustar o foco da pesquisa e tomar os rumos que tomei.

Foi exercitando a estratégia de tentar ouvir calmamente o campo, ou seja, aguçar os sentidos, atentar o olhar, ficar à espreita e tentar ouvir, serenamente, o que o campo falava, que adentrei, como pesquisador, primeiramente no *Facebook*⁶, e, depois, no *Twitter*.

Deleuze (2010) comparava a atitude do pesquisador como a de um carrapato que fica nas folhas, dependurado, esperando que um animal de sangue quente passe embaixo para que ele se desprenda e atinja seu objetivo. Foi como um carrapato, à espreita, num estado de vigília, que comecei a navegar pelo *Facebook* à procura dos rastros que eu almejava encontrar. E foram as postagens de alguns sujeitos em um grupo criado em 2014, nessa rede social, que me despertaram para o tamanho do problema vivenciado por alguns sujeitos

⁶ O nome “Facebook pode ser traduzido literalmente como ‘livro de caras’, onde ‘face’ é cara (ou caras) e ‘book’ é livro. Facebook, criada em 2004, é a rede social mais popular no Brasil. Seus fundadores tiveram a ideia dessa rede social e a elaboraram ainda quando eram estudantes, na Universidade de Harvard, em Massachussets, nos Estados Unidos” (SIGNIFICADOSBR, [2022b], recurso online).

homossexuais masculinos com seus corpos. Falo do grupo ‘Ursos e Afins’ - que contava com quase dez mil participantes quando o acessei.

Lendo e relendo tais postagens/enunciações, comecei a perceber algumas nuances, silêncios, pequenos ruídos e, sobretudo, fortes atravessamentos com discursos medicalizantes, discursos cuja abrangência eu não considerava como importantes até aquele momento. Entrar nesse grupo que se apresenta como destinado a ursos e *chasers*⁷, e começar a acompanhar uma conversa que se desdobrou após uma postagem, foi a centelha que disparou meu interesse por redirecionar a pesquisa para investigar as possibilidades de padronização biomédica e farmacêutica de corpos e comportamentos, como comecei a fazer. É sobre essa primeira entrada no *Facebook* e de como essa postagem me levou a mudar o foco, que conversaremos no próximo capítulo.

Pelo apontado até aqui, isto é, acerca dos caminhos metodológicos que fui construindo, destaco que fui ficando a cada dia mais seduzido a operar com o referencial foucaultiano da análise do discurso (FOUCAULT, 2011b; 2011c; 2010a; 2010b; 2016). Assim, penso que operar inspirado por Foucault e pela forma que ele criou para analisar os discursos, pode me ajudar a problematizá-los como aquilo que pode ser enunciado em dado momento, em dada circunstância e por determinados sujeitos. Quando falo em enunciado, ao me referir às postagens no *Twitter*, estarei me referindo, como sugere Foucault (2016), a um acontecimento que expõe o sujeito que postou, a si mesmo e ao mundo e que lhe permite “relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual” (FOUCAULT, 2016, p. 120). Em outras palavras, desloca o sujeito de uma posição a outra, isto é, transporta-o para uma nova posição no campo discursivo de seu tempo. Ele se torna outro.

Foucault (2016) nos diz que os enunciados não são livres, neutros ou independentes, mas que estão sempre articulados ou em conjunto com outros, “desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo” (FOUCAULT, 2016, p. 120), como veremos acontecer nas relações que os sujeitos estabelecem nas redes sociais.

O referencial foucaultiano possibilitou, também, que eu começasse a perceber as rupturas, os conflitos, as contradições, as verdades e os embates que sustentam e dão vida aos discursos que me interessavam. É considerando, como Foucault (2016), que os discursos produzem nossas práticas por meio de relações que envolvem saberes e poderes de dada

⁷ O termo urso, dentro da comunidade gay, refere-se a um sujeito grande, meio gordo, pesado e, geralmente peludo e/ou barbudo, enquanto *chaser* refere-se aos homens que não possuem nenhum dos traços de ursos e/ou que não se identificam com a cultura, mas são sexualmente ou emocionalmente atraídos por ursos. O termo, mesmo que não sendo usado pela pessoa para se definir, é usado por outros ursos para defini-la (DICIONARIO INFORMAL, [2023]).

sociedade, que busquei explorar esse importante referencial teórico e metodológico como instrumento de pesquisa e de análise em meus estudos.

Vivenciei a pesquisa e o doutorado como uma experiência de produção de vida e mo(vi)mento. Um movimento de enfrentamento à intolerância, ao preconceito e à medicalização das práticas e vivências homossexuais masculinas. Foi imbuído desse intuito que afirmo que esta pesquisa foi movida pela noção de resistência de Michel Foucault, pois, para o pensador, como nos diz Edgardo Castro (2009, p. 387), “a possibilidade de resistência [...] não é essencialmente da ordem da denúncia moral ou da reivindicação de um direito determinado, mas da ordem estratégica de luta”. E resistir estrategicamente, nestes tempos difíceis em que vivemos, momento em que a força e o poder do mercado e dos discursos fazem as coisas parecerem imutáveis, é necessário, é urgente.

Resistir é exigência do momento e da vida. É por isso que, imbricado com minha pesquisa, fiz dela uma experiência politicamente engajada com meu tempo, com meu lugar, com a profissão que escolhi; uma pesquisa como um cuidado ético, estético e político comigo mesmo e com o outro; uma pesquisa como ato político.

Sinalizei, até aqui, alguns referenciais metodológicos, caminhos e orientações que utilizei mediante as possibilidades de análises que as teorizações pós-críticas, incluindo os estudos de gênero e os estudos culturais sob as perspectivas pós-estruturalistas, os estudos *queer* e as suas aproximações com os estudos foucaultianos, inspiraram. Espero que buscar referências nesses estudos tenha me permitido inventar outras trilhas para a pesquisa e me possibilitado problematizar e desnaturalizar *o status quo* por meio de formas alternativas de pensar, de construir ferramentas e metodologias de pesquisa que não foram neutras, mas que tiveram rigor e engajamento na produção de conhecimentos acerca dos fenômenos sociais do nosso tempo, como sinalizam Meyer e Paraíso (2012). Penso que a maior importância desse referencial está na possibilidade de atrelar a pesquisa à ação política, isto é, interessadamente, fazer da pesquisa ação e luta política no sentido de potencializar e ampliar, e não reduzir, as formas de ser e de viver na contemporaneidade. Ao passo que rechaçam a subordinação da pesquisa a um método específico ou a uma perspectiva teórica fixa, operar com o referencial apontado permite-nos criar novas metodologias de pesquisa produzidas a partir dos problemas que vão surgindo no movimento da investigação em consonância com a orientação teórica utilizada.

Por fim, destaco como relevância do referencial reportado a possibilidade de produção de um conhecimento do micro ou de algo contextualmente específico cujas relações com macroestruturas podem ser problematizadas de acordo com a posição do/a pesquisador/a em

relação ao que ocorre no campo. Nessa perspectiva teórico-metodológica adotada, o posicionamento do/a pesquisador/a pode, assim, tornar-se a peça primordial para a produção de um conhecimento rigoroso, engajado e sem pretensões de neutralidade quando o objetivo é buscar alternativas para se identificar e pensar os fenômenos sociais de nosso tempo.

Muita coisa aconteceu comigo e com minha pesquisa no trajeto até este texto, pois tive muitos e produtivos encontros ao longo desses quatro anos. Anderson Ferrari e Roney Polato costumam dizer, em suas bancas e explanações, que a metodologia só pode ser definitivamente descrita ao final da pesquisa. E é isso que penso também. Penso poder afirmar, agora, ao finalizar este texto, que todos os caminhos até aqui apontados, ou seja, todas as mudanças que precisei fazer, pareciam-me, sempre, provisórias e momentâneas. Ademais, como sugere Marluce Alves Paraíso (2012, p. 24), “o modo como fazemos nossas pesquisas vai depender dos questionamentos que fazemos, das interrogações que nos movem e dos problemas que formulamos”.

Antes de contar sobre o meu primeiro contato com o campo, no próximo capítulo, quero ainda destacar que, imerso no campo e atento às leituras que realizei e aos acontecimentos do mundo à minha volta, contei também com Arnaldo Antunes, especialmente com a canção ‘Qualquer’, para me inspirar e me atirar no *Twitter* à procura de encontrar, a qualquer momento, em qualquer lugar, provavelmente em alguma encruzilhada, qualquer coisa que me ajudasse com minhas problematizações. Qualquer coisa que contribuísse com um traço, uma linha ou um ponto de fuga e que me possibilitasse problematizações. Foi assim que, atento e à espreita durante o ziguezaguear da pesquisa, encontrei, no *Twitter*, alguns sujeitos enunciando coisas que provocaram lapsos, abalos em meu pensamento. Assim, a partir dessas coisas que me abalavam, selecionei as enunciações que analisaremos.

No fluxo contínuo de pesquisa, como tentei contar, cada enunciação que eu encontrava no *Twitter*, cada leitura, autor ou autora diferentes, provocavam curtos-circuitos e mudanças na pesquisa. Tratava-se de mudanças necessárias que não me permitiam rigidez ou prisão a caminhos mais fáceis, mais estáveis ou mais seguros.

3 A ENTRADA NO CAMPO E OS NOVOS PROBLEMAS PARA A PESQUISA

Como apontei anteriormente, uma postagem encontrada no grupo ‘Ursos e Afins’, no *Facebook*, provocou-me e instigou-me a tomar os rumos que tomei na pesquisa. Vamos à postagem:

Figura 1 - Imagem postada no grupo Ursos e Afins



Fonte: *Facebook* em 10/06/22.

Essa tirinha foi o gatilho para a manifestação de muitos membros daquele grupo, dentre as quais as que se encontram a seguir:

- “queria ser acima do peso, mas meu corpo não muda, já tentei engordar várias vezes”;⁸
- “Eu vou para a academia amanhã, cansei de levar fora”;
- “Pura verdade, são os tabus q são colocados na nossa mente, eu sempre me sinto assim por ser gordo, porém uma vez namorei um cara q tinha esse complexo pelo tamanho do seu 🐻 kkk. E tipo, era magrinho perfeito ao meu ver[...], deu certo por quase 2 anos e foi muito bom, penso se ele não tivesse dado o primeiro passo jamais teríamos tido essa nossa história,

⁸ Por opção metodológica, ao longo do texto, usarei itálico e aspas, no formato centralizado, para demarcar ou citar enunciações/manifestações de sujeitos colhidas junto às redes sociais *on-line* em que pesquisei.

- é difícil mas precisamos arriscar mais, porém o processo de ter gay por natureza envolve muita coisa e sempre somos empurrados a nos sentirmos inferiores”;*
- *“Penso sempre assim, quando vejo as Postagens dos Gattos desse Grupo”;*
 - *‘Achei fofo, dura realidade dos fatos, sempre somos reféns das nossas próprias inseguranças...’;*
 - *“Infelizmente as coisas são desse jeito mesmo! O estereótipo mercadológico é cruel e causa sofrimento para muitas pessoas. Essa coisa de ser sempre de acordo com o que é vendido cansa demais, temos que ser sempre, magros, musculosos, lindos, entre outras coisas e tudo que sai fora desse padrão é menosprezado, ou seja, se é gordo, feminado, desprovido de beleza de capa de revista, vc está fora e nem se quer é visto”.*

As postagens acima, dentre tantas outras que se seguiram, foram chamando minha atenção para vários incômodos que acometiam os sujeitos em relação a seus corpos. Elas permitem-nos perceber inseguranças e insatisfações e apontam para o desejo de alguns sujeitos de adequarem seus corpos a determinados padrões em função de “tabus q são colocados na nossa mente”.

Os sujeitos que se manifestaram pareciam dizer de corpos que, por não se adequarem a um “estereótipo mercadológico”, são “menosprezados”, tornam-se inseguros e sofrem por não serem notados ou desejados. São corpos acima ou abaixo de um peso desejado; talvez um corpo “feminado, desprovido de beleza de capa de revista” ou, quem sabe, cujo pênis é considerado pequeno. Corpos que, como passei a desconfiar, poderiam recorrer à medicalização, como estratégia de adequação e satisfação de seus desejos e anseios, ou seja, corpos que poderiam buscar compensar o que lhes falta, quer seja um pênis maior ou qualquer outro atributo físico ou espaço social, via medicalização.

Suponho que, se eu estivesse em outro momento da minha vida, tais postagens pouco teriam chamado a minha atenção. No entanto, a partir do meu envolvimento com a pesquisa, de alguma forma, pude estranhá-las, pois me senti provocado a tentar olhar de outra maneira para o que elas enunciavam. Tentei estranhar esse discurso tão corriqueiro e com o qual eu já estava familiarizado a ponto de não me incomodar.

Olhar de outra forma, e com outras lentes, para o que os sujeitos podiam estar enunciando, fez-me lembrar de um texto em que Foucault (2010b) nos diz que fazer a crítica tem a ver com mudar o pensamento e, assim, tentar “mostrar que as coisas não são tão evidentes como cremos [...], fazer a crítica é tornar difícil os gestos mais simples” (FOUCAULT, 2010b, p. 356). Inspirado pelo pensamento de Foucault (2010b), resolvi mudar

de rumo e dar vazão à vontade de tornar mais difícil, de estranhar e de formular mais questões e mais problemas acerca desse tão comum e batido discurso sobre medidas, padrões ou comportamentos para o corpo masculino. Trata-se de um discurso que circula em nosso meio, um discurso que se articula com a produção social de sexualidades, especialmente, de acordo com objetivos desta pesquisa, com as sexualidades de alguns sujeitos ou grupos gays que se manifestam pelas mais variadas redes sociais.

Que estereótipo mercadológico é aquele apontado pelo internauta? Como é produzido e como ele afeta a constituição de corpos homossexuais masculinos? Quem compra, literalmente, tal estereótipo vendido no mercado? É possível se constituir fora desse estereótipo? Como a construção desse estereótipo dialoga com nosso momento histórico e com os discursos medicalizantes? Enfim, que sexualidades se produzem e como essas são atravessadas pelos discursos medicalizantes? Essas foram algumas das questões que a postagem disparou e que influenciaram decisivamente os novos rumos que dei para minha pesquisa. Roney Polato de Castro (2010) muito me ajudou nos momentos de ruptura ou mudança de rumo, ao me inspirar a pensar que “cada época tem suas formas de entender e regular as práticas sexuais, por meio de inúmeros discursos que são produzidos em meio a relações de poder e que passam a circular nos contextos sociais específicos” (CASTRO, 2010, p. 158).

Considerando que trabalhei com discursos que têm uma história, o interesse em problematizá-los não passou pela vontade de criar discursivamente um objeto novo ou ajudar a disparar novas formas de desejo, mas por tentar analisar o jogo de poder e de verdades no qual tais discursos se produziram e se reproduzem. Assim, foi perguntar: até que ponto, como disse o sujeito em uma das postagens, “as coisas são desse jeito mesmo”, isto é, criações mercadológicas, e como ela afeta os sujeitos?

Para Foucault (2010a), problematizar é analisar a forma como nosso objeto de pesquisa se articula com o “conjunto de práticas discursivas e não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso” (FOUCAULT, 2010a, p. 242), em algum momento e lugar. Como podemos perceber nas postagens de alguns dos membros do grupo ‘Ursos e Afins’ sobre o qual estamos conversando, existem saberes carregados de poderes enunciando verdades acerca do que é ou não um corpo desejado, bonito, normal, saudável... Problematizar não é tentar responder a essa ou àquela questão, mas buscar colocar os discursos sob suspeita, é descrever os jogos de poder e saber que os instituem e as verdades que os constituem.

Nos primeiros dias de navegação pelo Facebook, cheguei a pensar que essa rede poderia não ser um bom campo para a pesquisa. Foram dias de navegação que, além da frequente exposição de corpos e sujeitos à procura de carinho, de cuidado, de amor, de sexo, de ‘biscoito’ (curtidas, likes ou elogios) ou de um pix, não despertavam em nada minha atenção. Minha angústia só aumentava ao longo de duas semanas imerso no Facebook, sem encontrar pistas dos discursos que eu procurava. Até que descobri que a novidade não estava necessariamente em algo novo, diferente ou que eu desconhecesse. Tudo mudou quando percebi que os discursos que me interessavam poderiam estar exatamente ali, isto é, no repetido, no já batido e no que eu não percebia de tão naturalizado e corriqueiro, como é o caso dos discursos que sustentam a ideia de corpos ideais para determinados sujeitos.

Enquanto eu me aventurava pelo Facebook, eu me atentava para os comentários que seguiam as postagens, para as imagens com suas fontes e seus dizeres verbais e não verbais, enfim, tudo que chamava minha atenção. Ao acessar perfis de sujeitos para tentar conhecê-los melhor, ao procurar, pedir para participar e ser aceito em muitos grupos, comecei a perceber os rastros de discursos que começaram a me interessar. Rastros de discursos medicalizantes amalgamados com as tecnologias de comunicação on-line, como conversaremos em capítulo seguinte. Rastros que me pareceram promissores.

Nesses dias de contato com o Facebook, passei pela pornografia, pela prostituição, por histórias de sofrimento ou de prazer, mas, sobretudo, pelo desfile de corpos em exibição e oferta. Também nesses primeiros contatos com a rede, fui percebendo como os sujeitos, prolixamente, como sugere Foucault (2011b), confessam, falam de si e de seu sexo ao se exporem, postando ou comentando, curtindo ou esculachando algo.

Entregando-me ao campo e a tudo que pudesse me levar a sujeitos homossexuais masculinos e à medicalização, fui percebendo a forma como os algoritmos⁹ me empurravam para determinadas direções, ao me oferecerem produtos e tratamentos, como, por exemplo: para calvície, para aumentar a disposição sexual, para a manutenção da ereção e da ejaculação ou, simplesmente, apresentando boys e seus serviços de acompanhantes. Algumas dessas

⁹ De acordo com o dicionário *on-line* Michaelis, algoritmo diz de um processo matemático que não é exclusivo da informática ou internet que “por meio de uma sequência finita de regras, raciocínios e operações, aplicada a um número finito de dados, leva à resolução de grupos análogos de problemas” (Fonte: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/4ID9/algoritmo/>). Cada rede social *on-line* usa os algoritmos de uma maneira, mas em todas o objetivo é ranquear as postagens e filtrar os melhores conteúdos a serem direcionados para cada usuário de acordo com seu perfil, suas postagens, suas curtidas, seus interesses ou seu engajamento que são capturados matematicamente pela máquina enquanto navegam na internet. Há muitos estudos sobre a forma como os algoritmos podem influenciar nossa vida, como no caso da formação das bolhas sociais e violência em rede, podendo até mesmo afetar a democracia como um todo.

ofertas que comecei a receber massivamente, toda vez que acessava o Facebook, importunamente até hoje. Sempre que estou lendo alguma reportagem, assistindo a algum vídeo ou fazendo alguma busca na internet, minha navegação é interrompida com propagandas do tipo.

Foi muito interessante, nessa fase, perceber os algoritmos penetrando de diversas maneiras o meu cotidiano e a minha pesquisa. Muitas vezes, tive a impressão de que existia alguém o manipulando, embora eu soubesse que as tarefas que eles realizam extrapolam em magnitude e complexidade a capacidade humana, como apontam Danilo Doneda e Virgílio Augusto Fernandes Almeida (2018). Para os autores, o algoritmo é um risco porque pode tirar dos seres humanos a capacidade decisória, ao passo que “quanto mais aumentam a sofisticação e a utilidade dos algoritmos, mais eles se mostram ‘autônomos’, chegando a dar a impressão de que existe uma ‘máquina pensante’ por detrás de alguns de seus raciocínios misteriosos” (DONEDA; ALMEIDA, 2018, p. 141).

Foi interessante observar, à medida em que eu me embrenhava pelos grupos e sujeitos encontrados no Facebook, que minha navegação foi deixando rastros que, sendo monitorados, alimentavam os algoritmos que tentavam me direcionar para produtos ou serviços que poderiam vir a me interessar. Doneda e Almeida (2018) nos inspiram a considerar uma literatura que aponta para alguns riscos que os algoritmos podem nos trazer, riscos como a “manipulação, viés, censura, discriminação social, violações da privacidade e dos direitos de propriedade, abuso do poder de mercado, efeitos sobre as capacidades cognitivas, além de uma crescente heteronomia” (DONEDA; ALMEIDA, 2018, p. 145). Pensar o funcionamento dos algoritmos como produtores de sujeitos, como sugerem esses autores, implica pensar nos riscos que esse dispositivo matemático pode representar, visto servir aos interesses capitalistas dos mercados, como o mercado da saúde e dos cuidados com corpo, como exemplo, conforme percebi.

Ao mesmo tempo em que eu me aproveitava das sugestões dos algoritmos para encontrar pistas e rastros para minha nascente pesquisa junto às redes sociais on-line, fui percebendo seu grande poder de manipulação, ao passo que pode criar obediência, submissão, subordinação ou sujeição. Daí, conforme os autores, podemos argumentar que a crescente dependência que temos em relação a essas redes são poderosos instrumentos de produção de sujeitos, em boa parte, em função dos algoritmos. A percepção da forma como os algoritmos interferiam em minha pesquisa aguçou ainda mais meu interesse por trabalhar com as redes sociais on-line.

Uma outra coisa que chamou minha atenção no Facebook foi o fato de vários rapazes, geralmente jovens e malhados, que se disponibilizavam para conhecer, namorar ou para fazer

sexo com outros homens, oferecerem seus endereços, convidarem e prometerem ‘presentinhos’, fotos ou vídeos, para aqueles que os seguissem no Instagram ou no Twitter. A partir dessa observação, lembrei-me logo de Alexandre Cadilhe, na banca da minha primeira qualificação, apontando para o fato de algumas pessoas utilizarem o Twitter para sexo e, daí, resolvi me cadastrar nessa rede à procura de mais rastros de enunciados discursivos que pudessem me interessar.

A forma como cheguei ao Twitter, que se tornou meu principal campo de pesquisa, será o assunto da seção subsequente.

3. 1 A ENTRADA NO *TWITTER* E O PRIMEIRO CONFLITO ÉTICO DA PESQUISA

Meus primeiros contatos no *Twitter*, ou seja, os primeiros perfis que passei a seguir, foram aqueles disponibilizados pelos usuários do *Facebook*. Logo que me cadastrei e comecei a me aventurar pelo *Twitter*, tive meu primeiro conflito ético com a pesquisa. Sem pensar ou dar importância ao fato, ou seja, quase automaticamente, ao me cadastrar na rede, optei por usar um apelido. Eu não vi problema algum em não me identificar com meu nome próprio, tampouco como pesquisador, no momento do cadastro.

Mas navegar anonimamente começou a me incomodar. Talvez porque me trouxe muitas e antigas lembranças de quando eu usava um *e-mail* alternativo e apelidos para conversar com pessoas que eu conhecia virtualmente em salas de bate-papo. Foi bastante provocativo entrar no *Twitter* e recordar um momento da minha vida, final da década de 1990 e início dos anos 2000, em que encontrar amigos virtuais que pudessem ser meus cúmplices, e falar da homossexualidade, era tudo que eu podia fazer no sentido de dar vazão às minhas curiosidades e meus desejos. Desejos que se multiplicaram a partir de entradas em salas de bate-papo que me possibilitaram conhecer parceiros virtuais e reais, com os quais eu pude, pela primeira vez, conversar sobre a minha homossexualidade. Foi nesse momento que passei a encontrar pessoas, cara a cara, em locais públicos, mesmo que procurando lugares discretos e fora do meio gay¹⁰.

Voltar a utilizar um pseudônimo para navegar no *Twitter* fez-me pensar no quanto questões de sexualidade sempre mexeram e ainda mexem com minha vida, bem como para o

¹⁰ Refiro-me ao meio gay ou ambiente gay como lugares frequentados por gays assumidos ou declarados, pois, naquele momento, eu não tinha acesso e tampouco me permitia frequentar tais ambientes pelo temor de revelar socialmente a homossexualidade.

fato de, ainda hoje, o sigilo, a discrição e o medo da exposição ainda rondarem os desejos e as práticas homossexuais, como sugere Richard Miskolci (2017).

Esse primeiro conflito ético me fez lembrar de Domínguez (2007) apontando que, “longe de constituir um *corpus* de práticas de pesquisa e análise estabelecidas, o que se apresenta sob o lema etnografia virtual mostra um amplo leque de linhas de experimentação” (DOMÍNGUEZ, 2007, recurso online, tradução nossa), que dizem de múltiplos desafios metodológicos próprios de um campo amplo e em constante processo de mudança. Além disso, destaca o autor, “há uma tensão entre a facilidade de coleta de determinados dados e a dificuldade de participação do pesquisador no campo de estudo” (DOMÍNGUEZ, 2007, recurso online, tradução nossa).

Por um tempo, foi embaraçoso para mim conviver com o uso do apelido para navegar no *Twitter*, até que Domínguez (2007) me ajudou a resolver esse primeiro conflito ético. Isso, após parar um pouco com o autor e assumir que minha postura inicial nessa rede seria a de observador. Foi essa decisão de entrar no *Twitter* apenas como um observador, isto é, sem interagir com os demais usuários, que me ajudou a contornar meu problema. Já que eu não iria, pelo menos inicialmente, interagir com outros internautas, tanto faria usar meu nome ou um apelido. Destaco que, quando tentei contato com internautas cujas postagens me chamaram a atenção, foram quatro tentativas nessa rede, identifiquei-me com nome verdadeiro e como pesquisador. Dessas quatro tentativas, apenas um sujeito, também doutorando, respondeu e ainda mantemos contatos.

Ao entrar no *Twitter* à procura de rastros de discursos, comecei a seguir vários perfis que, de alguma forma, a meu ver, apresentavam-se como do gênero masculino e/ou se referiam à homossexualidade masculina. Para selecionar esses perfis que me pareceram ser masculinos, minhas referências principais foram o uso de nomes ou imagens que nossa cultura remete ao masculino.

Ao encontrar uma enunciação que me interessava nos perfis que passei a seguir, veio a dúvida acerca daqueles perfis serem realmente de pessoas homossexuais do gênero masculino. Tal dúvida, contudo, não me impediu de prosseguir, pois passei a considerar que meu interesse por dada fala/enunciação se dava pelo que ela poderia apontar sobre as homossexualidades masculinas em nossos dias, mesmo que fossem pronunciadas por um perfil, possivelmente, de uma pessoa do gênero feminino. Seguindo o mesmo raciocínio, não excluí enunciações que pareceram ser de mulheres, desde que essas enunciassem e me permitissem perceber discursos socialmente veiculados sobre as homossexualidades masculinas.

Os dias e as noites que passei mergulhado no *Twitter*, analisando, copiando e colando postagens, como fora mencionado, lembraram-me de um tempo em que eu ficava horas em salas de bate-papo, após o trabalho, conhecendo pessoas, falando de meus desejos, tramando encontros e, por vezes, envolvendo-me emocionalmente com amigos virtuais com quem eu teclava. Não existiam, naquele momento, as chamadas por vídeos, como hoje. Como falar pelo telefone celular era caro, não podíamos conversar por muito tempo. Eram noites e noites esperando passar da meia-noite para poder navegar livremente pagando um único impulso telefônico. E que lentidão. A ligação telefônica, à qual a internet era conectada, caía com frequência, e tínhamos que ligar novamente. Às vezes, tínhamos que insistir muito até conseguir ter a chamada telefônica atendida, para poder acessar a rede de computadores e entrar nas salas de bate-papo. Algumas dessas salas, em função da veiculação de imagens eróticas, demoravam vários minutos para abrir uma simples foto. Linha por linha, as fotos iam se abrindo, lentamente, a descortinar corpos, geralmente nus, como se fossem prêmios pela longa espera.

Relembrar esse tempo de descobertas possibilitadas pelas salas de bate-papo *on-line* trouxe à memória meu primeiro contato com a pornografia, algo que, até aquele momento, em que também passei a morar sozinho, eu tinha pouco acesso. Foi através dessas salas que pude acessar mais facilmente imagens de corpos que a cada dia aguçavam mais meus desejos e me faziam correr para casa após o trabalho.

Relembrar esse momento me leva a pensar, com Michael Pollak (1987, p. 58), que “não se nasce homossexual, aprende-se a sê-lo”. Foi por meio virtual, pelas salas de bate-papo, que comecei a me identificar como gay, ou melhor, a aprender como é ser gay. E isso se deu quando comecei a conhecer gays, falar com gays, a me encontrar com gays, em outras palavras, a me constituir como gay.

A imersão no *Twitter*, agora como pesquisador, trouxe a memória de um período de muitas descobertas possibilitadas pela internet, mas me permitiu lembrar também, e a todo momento, de Foucault (2010c) dizendo na ‘História da Sexualidade, o uso dos prazeres’, o quanto a sociedade ocidental fala prolixamente e se organiza em torno do sexo. Foi considerando essa organização social em torno do sexo apontada por Foucault (2010c), que, após meses de entrega ao campo, o *Twitter*, e às leituras, tanto as propostas pela banca, quanto outras que foram sendo necessárias, comecei a organizar as mais de 200 páginas de recortes de postagens que rastreei nessa rede.

Meu primeiro trabalho nesse sentido foi separar e selecionar os enunciados que encontrei em 34 pastas de acordo os temas que tratavam. A organização dessas pastas, depois

da longa avaliação das postagens que me pareciam rastros, foi lenta e demorada. Falaremos mais da importância que a organização dessas pastas representou para a pesquisa e para a produção da tese posteriormente. Por ora, após essa conversa acerca de como foi minha entrada no *Twitter*, avançarei um pouco na problematização dos discursos e de como esses atuam na constituição de sujeitos, bem como nas possibilidades de sua identificação e análise. É no próximo capítulo que apresentarei o que considero ser um campo teórico útil e necessário para que eu possa avançar nas problematizações às quais me propus.

4 “POR QUE QUE A GENTE É ASSIM”?: OS DISCURSOS E A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES

“Em certo sentido, não somos nada além do que aquilo que foi dito, há séculos, meses, semanas” (FOUCAULT, 2010a, p. 258).

Mergulhar na pesquisa é também mergulhar no mundo e problematizá-lo, é tentar percebê-lo por outros ângulos, por outras perspectivas ou referenciais. É, sobretudo, um constante perguntar, como nos inspiram Nietzsche e Foucault: como nos tornamos o que somos? Por que que a gente é do jeito que é e não de outro? Por que fazemos o que fazemos? Por que pesquisar a medicalização e as homossexualidades? Por que escrever este texto?

Toda a minha história é atravessada pelas questões que hoje discuto. A pesquisa que construí tem muito a ver com a forma como venho me relacionando com o mundo e com seus jogos de verdades carregados de saberes e poderes próprios de nosso tempo. É junto desse mundo que ajudo a produzir, que caminhei com Foucault (2003), tateando e fabricando como pude, para minha pesquisa, “instrumentos que são destinados a fazer aparecer objetos” (FOUCAULT, 2003, p. 229) que, de tão próximos, muitas vezes não os percebemos. Em outras palavras, objetos que, por estarem tão presentes, tornam-se invisíveis ou quase imperceptíveis. Tatear a pesquisa foi tentar ver, mas de outra forma e com outras lentes, o que eu já via, mas que precisou ser revisto, ser revisado, ser problematizado.

Escrevo com e pelo presente. Tenho aprendido isso com o pensamento foucaultiano que também percebia a relação com a pesquisa e escrita dessa forma. Remexer o passado, como o fiz em alguns textos, deve-se a interesses que ultrapassam a produção de conhecimentos ou a busca por dados pitorescos, chocantes ou heroicos sobre sujeitos ou algum período histórico. Pesquisar o passado é uma necessidade do presente, pois problematizar e diagnosticar o presente é o objetivo.

Fazer pesquisa na área de educação não é um ato isolado de pensar as coisas do mundo, tampouco tomar distância dos fatos e dos acontecimentos com suposta neutralidade científica. Pelo contrário, é se lambuzar de mundo, é pesquisar e escrever com o mundo fervilhando, pulsando e estremecendo o corpo sensível e aberto. Pesquisei e escrevi este texto com o corpo atormentado pela histórica desigualdade social que veio se agravando em nosso país durante o governo de Jair Bolsonaro. Boa parte da pesquisa aconteceu com o corpo resistindo a tantas histórias de discriminação, de preconceito e de violências escancaradas e

até mesmo incentivadas contra grupos minoritários socialmente nesse governo. Foi, assim, em meio a tudo que me afetou, incomodou e inquietou, que a minha pesquisa aconteceu.

Pesquisar, em boa parte, foi transformar esses incômodos em ação. Assim, registrar esta conversa representou uma forma de extravasar, de resistir, de levantar a cabeça e me manter de pé; ou seja, de criar vida a partir da tristeza e da dor de viver em meio a tanto ódio, desigualdade, sofrimento, opressão, mortes por genocídio, por misoginia ou LGBTQIA+fobia¹¹. Carlos Skliar (2014) diz muito dos sentimentos que me acompanharam durante a pesquisa, especialmente do momento de escrita, ao apontar que “sem estranhamento, sem perplexidades e, de certo modo, sem o desvanecimento do eu, não seria possível pensar, nem sentir, nem tocar a escrita” (SKLIAR, 2014, p. 131).

Foi recorrente, desde que comecei a preparar o anteprojeto, eu me pegar pensando no que me fez e ainda faz abraçar esta pesquisa. Por que investir meu tempo com uma problematização que pode me causar sofrimento, dor, solidão? Por que me aventurar em uma pesquisa que, como sugerem os/as autores/as com os quais venho caminhando, provoca dúvida, medo, ansiedade?

Meu envolvimento com esta pesquisa tem muito a ver comigo e com a forma como vivo a ‘dor e a delícia’ da minha sexualidade. Já senti o peso dos olhares vigilantes. Já segurei a vontade de chorar, em uma sala de aula, para não deixar transparecer sentimentos que poderiam ser relacionados à homossexualidade. Além disso, penso que é também por sofrer e morrer um pouco junto a cada sujeito LGBTQIA+ violentado ou assassinado e por querer juntar minha voz à de muitos/as que clamam por respeito e pelo direito de existir à sua maneira, que pesquiso. Penso, enfim, que é por acreditar e querer espalhar a ideia de que “gente é para brilhar e não para morrer de fome”¹² (GENTE, 1977), como cantou Caetano Veloso, que me joga nesta pesquisa.

Pesquisar e produzir este texto foi uma forma de me posicionar no mundo, uma forma de entrar na “arriscada ordem do discurso [...] que está na ordem das leis; que há muito lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele advém” (FOUCAULT, 2011c, p. 7). Entrar no jogo discursivo de meu tempo foi uma maneira de produzir minhas verdades, mesmo que provisórias e momentâneas. Foi, também, um constante perguntar acerca da forma como nos constituímos como sujeitos

¹¹ De maneira bem geral, a LGBTQIA+fobia se refere a todo e qualquer tipo de discriminação, intolerância, medo, preconceito ou aversão a pessoas que não são heterossexuais ou cisgêneras.

¹² Verso de música “Gente”, lançada no álbum “Bicho”, de Caetano Veloso, em 1977, pela Philips (GENTE, 1977). Teve indicações para o Grammy Latino: Melhor Canção Brasileira, MTV Video Music Award: Video Music Brasil - Escolha da Audiência.

em meio a discursos, saberes e poderes que permeiam nossas relações e nossos afetos; discursos que nos tornam, por exemplo, sensíveis ou insensíveis às dores e à vida dos/as outros/as. Discursos os quais, muitas vezes, pregam o ódio e a violência entre indivíduos e grupos sociais. Discursos que matam.

Por que que a gente é assim? Como nos tornamos tolerantes ou não às coisas de nosso tempo? Como os discursos produzidos e distribuídos socialmente em dado momento e satisfazendo a determinados interesses e objetivos nos capturam? Capturam todos/as? Como nos tornamos o que somos na relação com discursos que muitas vezes sequer os vemos como discursos, visto que muitas vezes os tomamos por verdades? Como jogamos com os poderes que a entrada na ‘ordem do discurso’ nos condena? Quais, enfim, as condições e as possibilidades para que um sujeito se manifeste no *Twitter* afirmando que “*as mesmas exigências de padrões femininos os gays cobram de seus parceiros. Meu melhor amigo é gay, ele já quase morreu 2 vezes por procedimentos estéticos, só para ser aceito*” (2020).

Tentar problematizar essas questões significa entrar nessa arriscada e perigosa ‘ordem do discurso’. É entrar em um jogo de forças socialmente disputado que potencializa certas existências como válidas e vivíveis, enquanto empurra outras para a abjeção; um jogo que acontece mediante uma distribuição social e desigual, da precariedade, como nos permite inferir a enunciação acima, que aponta para a crescente realização de procedimentos estéticos por alguns gays, como forma de serem aceitos ou tolerados em algum grupo. Judith Butler (2018) nos ajuda a pensar a referida cobrança de padrões entre sujeitos gays, ao apontar que as relações de poder envolvem a produção de corpos que procuram sustento na degradação do “corpo do ‘outro’, como meio de subjugar-lo, destituí-lo de inteligência e de capacidade de autocontrole e de resistência” (BUTLER, 2018, p. 55).

De acordo com Michel Foucault (2011b), é por meio da sexualidade que entramos na disputa e nos jogos de poder que nos constituem como sujeitos. Envolvendo as sexualidades, de acordo com o pensador, existem intrínsecas relações de poder que atuam na produção social dos corpos sexuados. Trata-se de uma produção que possibilita a alguns lugares sociais mais valorizados, enquanto, para outros, apenas lugares inferiores, de preconceito e discriminação. Preconceito e discriminação que, arraigados em nossa sociedade, contribuem para a situação de vulnerabilidade de corpos, como os homossexuais, expondo-os à violência e à morte.

De acordo com o relatório do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTQIA+, em 2021, houve um grande aumento do número de mortes desses sujeitos em relação ao ano anterior. Enquanto, em 2020, foram registradas 237 mortes, em 2021, esse

número saltou para 316 mortes no país. Esses números colocam o Brasil, pelo quarto ano consecutivo, como o país que mais mata sujeitos LGBTQIA+ no mundo. Para Alexandre Bogas, diretor executivo da Acontece Arte e Política LGBTI+ e um dos três coordenadores do Observatório, o grande aumento da violência e das mortes pode ser um reflexo do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019/2022), que, em se mostrando ‘conservador e preconceituoso’, estimulou a violência e a agressão contra tais sujeitos (BOHER, 2022). Mas por que matamos sujeitos LGBTQIA+? Por que, dentre os sujeitos representados na sigla, alguns morrem mais do que outros?

Perguntar por que a gente é assim implica considerar que não nascemos homofóbicos/as, misóginos/as, xenófobos/as, machistas, racistas etc., tampouco nascemos homens ou mulheres, como trataremos em outro momento. E, se não nascemos de um jeito ou de outro, é porque nos tornamos, isto é, somos ensinados/as a ser. E se somos educados/as para isso ou aquilo, podemos também nos deseducar, pensar e fazer diferente.

Continuando este capítulo, além de buscar problematizar a forma como nos tornamos o que somos, a tônica das próximas seções será tentar localizar meu tema no campo discursivo de nosso tempo. Esse tempo que torna minha pesquisa possível e pertinente.

Avançaremos, a partir de agora, conversando acerca do referencial teórico que me ajudou nos caminhos da pesquisa, com destaque para o referencial foucaultiano da análise do discurso que nos permite pensar que, “em certo sentido, não somos nada além do que aquilo que foi dito, há séculos, meses, semanas” (FOUCAULT, 2010a, p. 258), ou seja, somos um produto da história e dos discursos que nos constituem.

4.1 APRENDENDO O QUE É SER VIADO OU SOBRE COMO SE DESCOBRE QUE A HOMOSSEXUALIDADE É ALGO ANORMAL

De acordo com Butler (2012), chegamos ao mundo amparados/as por normas que já estão esperando por nós. Assim, ao nascermos, somos inseridos/as em mundo já existente e em funcionamento no qual nos tornamos sujeitos. A necessidade de sobrevivência, em nossa espécie, exige o estabelecimento de relações inevitáveis entre os indivíduos as quais educam, ensinam, desde maneiras de comer, de se vestir e de pensar, até formas de ser homem ou ser mulher, algo que, para muitos/as de nós, são coisas naturais.

Desde o nascimento, vamos aprendendo com as coisas do mundo num longo processo educativo. Primeiramente, no interior das famílias, com cuidadores/as e, posteriormente, nas creches, escolas, igrejas, trabalho, mídias, enfim, em todos os demais ambientes sociais em

que circulamos, vamos nos formando. Pensando assim, podemos inferir que não nascemos de um jeito ou de outro, bons/boas ou maus/más, justos/as ou injustos/as, honestos/as ou desonestos/as, fascistas ou antifascistas. Tampouco, seguindo esse raciocínio, nascemos sabendo o que é errado ou o que é certo, o que é normal ou anormal, saudável ou doente. Tudo o que somos, talvez fosse melhor dizer tudo o que pensamos ser, foi inventado, foi produzido no e com o mundo. Somos produto do nosso tempo e tudo o que pensamos, fazemos e sentimos tem a ver com as experiências que vivemos, com os aprendizados que tivemos e com a forma como nos relacionamos e nos posicionamos em relação a tudo isso que o mundo nos oferece ou, muitas vezes, parece impor.

O mundo vai, assim, afetando e moldando nosso corpo que se expressa por meio de gestos, posturas, maneiras de andar, de vestir, de consumir, de nos afetar pelo outro e de viver nossa sexualidade. Em se tratando de sexualidade, embora eu pense que isso tenha mudado pouco até hoje, como todos os meninos de minha época, fui educado para ser heterossexual. Não havia referência a outra possibilidade de vida diferente, de acordo com os aprendizados que tive junto à família, à escola ou à igreja católica que marcaram minha formação. Na infância e parte da adolescência, só me foi apresentada a possibilidade da heterossexualidade, isto é, de ser homem, de trabalhar, de casar e de ter uma família e filhos.

Em relação às marcas que carrego, não cabe aqui lamentar ou imaginar o que poderia ter sido diferente, pois as experiências são únicas para cada indivíduo. No entanto, ao mesmo tempo em que considero que o mais importante são os rumos que criei a partir do que o mundo preparou para mim, penso, também, poder supor o quanto meu caminho poderia ter sido diferente, menos tortuoso se eu e minha geração não tivéssemos aprendido muita coisa como verdade absoluta sobre a sexualidade, em detrimento de outras possibilidades. Como muita coisa poderia ter sido diferente, por exemplo, se eu não tivesse aprendido com o personagem Didi do programa os Trapalhões¹³, ainda na infância, deboches, piadas e músicas tão preconceituosas e desrespeitosas em relação às homossexualidades. Com suas piadas e deboches, esse personagem de Renato Aragão geralmente apresentava as homossexualidades carregadas de trejeitos e caricaturas que as inferiorizavam e a ridicularizavam em oposição à sexualidade do macho virtuoso, dominador, esperto e ‘normal’. Cabelo diferente ou maior,

¹³ Programa humorístico que estreou no dia 13 de março de 1977 na Rede Globo. A atração era exibida aos domingos, antes do Fantástico. Tratava-se de um quarteto formado por Didi (Renato Aragão), Dedé (Dedé Santana), Mussum (Antônio Carlos Gomes) e Zacarias (Mauro Faccio Gonçalves) que se tornou muito popular e se destacou como um dos principais programas do humor nacional (SANTANA, 2018).

como no meu caso, era chamado de ‘cabelinho de Creusa’ e reverberava como humilhação e zoação entre as crianças.

Lembro-me até hoje de quanta grosseria e quanto preconceito esse programa veiculava. Penso que foi nele que percebi algumas das primeiras ideias, ou fantasmas, que o mundo me apresentou acerca da diferença estranha representada pela homossexualidade. O papel e a importância dessa educação para minha vida e especialmente minha sexualidade, só mais tarde pude perceber, pois, à época, aquilo era tudo o que tínhamos para nos divertir nas noites de domingo antes de dormir.

Gênero e sexualidade, como podemos perceber pelo exemplo dos Trapalhões, são ensinados sistemática e repetidamente ao longo da vida, ou seja, são performativamente construídos, como aponta Butler (2012). O termo performatividade é usado pela autora para tratar da forma repetitiva e insistente com que os padrões de gênero e de sexualidade considerados normais vão sendo ensinados desde que nascemos. Com esses padrões sendo sistematicamente reiterados em diversos espaços e nas mais diversas relações que estabelecemos, nossa educação vai tentando nos colocar no caminho da heterossexualidade, isto é, na propagação e crença de que a heterossexualidade é a forma de sexualidade saudável, normal e natural do ser humano. A essa reiteração da heterossexualidade como norma, conforme Butler e autores/as que utilizo, trataremos por heteronormatividade.

Usar a ideia de performatividade para pensarmos nas constituições dos gêneros e das sexualidades implica pensar, também, na forma como os discursos de normalidade, doença ou acerca de comportamentos considerados adequados para este ou aquele gênero vão envolvendo as homossexualidades. Nas famílias, igrejas, escolas, mídias ou em qualquer outro espaço social, penso que, com raras exceções, somos bombardeados/as pela sugestão da heterossexualidade como natural, enquanto a homossexualidade é atrelada a uma anormalidade e, conseqüentemente, à desestabilidade emocional, sofrimento, incompreensão, angústia e isolamento.

A partir da postagem de um sujeito que enuncia que “*ser gay é ter pensamentos negativos todo dia*” (2020), podemos supor, em relação a essa disseminação de elementos indesejáveis que são colados às homossexualidades, que, em torno desses “*pensamentos negativos*”, orbita uma série de incômodos ou temores que podem acometer os sujeitos homossexuais em suas constituições. O medo de sofrer, de ser discriminado ou de ser rejeitado que, por si só, pode gerar sofrimento, estresse, doença, pode também desencadear uma possível busca por adequação a padrões corporais e normas sociais como forma de fugir

de tal rejeição, como se refere um tuíte¹⁴, ao apontar para uma “*gay que milita contras drogas e os padrões e usa medicamentos ilegais para ficar sarada*” (2019).

Quando criança, eu não associava bem a ideia de ser macho, aprendida com o Didi, com alguns sentimentos e desejos que me levaram às primeiras experiências com meu corpo e que envolviam outros meninos. Eu apenas vivia coisas possíveis, mas, que, aos poucos, fui percebendo que desagradavam minha mãe e que precisavam ser escondidas, bem como que poderiam significar inferioridade, render deboche e desprezo por parte de outros meninos maiores. Foi nesse momento da infância que comecei a descobrir que meu prazer poderia render chantagens e ameaças dentro da própria família, embora brincar e ter prazer com coisas proibidas, naquele momento, não me fizesse me sentir a ‘Creusa’, afeminada e desprezível como o Didi ensinava. Só bem mais tarde fui entender que as duas coisas caminhavam juntas.

Revirando a memória, lembro-me da primeira vez que ouvi a palavra viado. Foi numa conversa em que minhas irmãs se referiam a alguém como tal. Pelo jeito de elas falarem, percebi que se tratava de algo estranho, inusitado, incomum e misterioso a ponto de chamar minha atenção.

Minha curiosidade só aumentou quando descobri que viado era um homem. Um homem que eu não conhecia, mas que quis conhecer para ver e saber como era. Eu não tinha qualquer ideia do que poderia ser essa diferença representada por aquele homem e de que o termo viado tinha a ver com o desejo sexual de um homem por outro.

Na conversa que ouvi, descobri que era uma pessoa que passava de bicicleta em frente à minha casa e lembro-me de ter ficado atento, vigiando a rua, para descobrir qual daquelas pessoas, dentre tantas que passavam pedalando, era o tal corpo estranho. Um dia, a partir de um comentário enquanto ele ainda passava, consegui identificá-lo e passei a procurar nele a imagem ruim que criara a seu respeito.

Atento à rua, vi passar um corpo rígido, ereto e com olhar parecendo fixo para a frente. As únicas coisas me que pareceram estranhas foi seu cabelo louro esticado e puxado para trás como se estivesse molhado, além de sua postura rígida sobre a bicicleta. A partir daquele dia, passei a achar que ser viado era andar de bicicleta daquele jeito, ou seja, devagar, com corpo ereto e sem se mexer ou olhar para os lados. Por mais estranho que fosse seu jeito de pedalar, eu não vi nada de tão anormal como a conversa das minhas irmãs me fizera imaginar. Isso é que foi ser viado, para mim, por muito tempo. Só bem mais tarde, perto da

¹⁴ Forma aportuguesada de *tweet* que será utilizada ao longo do texto.

adolescência, fui saber que os desejos que povoavam meu corpo fariam de mim uma ‘Creusa’ ou um viado, enfim, um estranho, esquisito e diferente, conforme passei a me identificar.

Foi somente na adolescência que comecei a me incomodar com uma coisa que eu sentia, mas que, por ser referência de algo errado, vergonhoso, pecaminoso, esquisito e anormal, deveria ser escondida dos outros, coisa que conheci e aprendi a chamar de homossexualismo. Fico feliz por meus caminhos terem possibilitado que eu esteja, hoje, escrevendo estas linhas e falando daquilo que me constituiu, assombrou e marcou, mas que se tornou algo potente e motivo de orgulho. Orgulho por me permitir olhar para o passado e ver que fiz algo diferente de muita coisa que me ensinaram sobre meu corpo e sobre os prazeres. Que bom poder revirar a memória, revisitar e ressignificar, junto a tudo que estou experimentando na vida acadêmica, momentos e processos que me constituíram.

Nem se eu quisesse eu poderia dizer um porquê, imaginar um motivo ou uma causa, como tanto se pergunta, para o despertar da homossexualidade em meu corpo programado para ser heterossexual. Lembro-me apenas de quando, diferentemente das ‘brincadeiras’ da infância que eu não via como problema, já perto dos 13 ou 14 anos, que algo mais sério começou a me preocupar: o que fazer com meu desejo de conversar, de conhecer e de me relacionar com pessoas do meu gênero? Sem ter como absorver aquela vontade estranha, incompreendida e incômoda, acabei me fechando para os outros e para a experimentação de possíveis prazeres. Esse meu afastamento de tudo e de todos só aumentou com o advento da epidemia de HIV/Aids, na década de 1980, que me deixou ainda mais temeroso para investir na realização de meus quase secretos desejos, pois, naquele momento, ao medo em relação ao que eu sentia, em especial ao temor por ser descoberto, somava-se o pavor causado pelos riscos de contrair a famigerada doença.

Passaram-se alguns anos e foi somente após terminar o então segundo grau e ter meu primeiro trabalho remunerado que comecei a sair mais de casa e conhecer pessoas diferentes com quem pude viver novas experiências. Se eu tivesse que elaborar uma trilha sonora para apresentar esse momento da minha história, certamente, para esse período de descobertas, eu apontaria a canção *Sapato 36* de Raul Seixas (SAPATO, 1977):

Eu calço é 37
Meu pai me dá 36
Dói, mas no dia seguinte
Aperto meu pé outra vez
Eu aperto meu pé outra vez

Essa canção me ajudou muito a criar problemas que passaram a exigir respostas que eu não tinha e que precisei inventar. Raul Seixas me ajudou a desobedecer à minha família, à minha educação e aos ensinamentos morais e religiosos de toda uma vida. Não problematizei apenas a homossexualidade naquele momento, mas ela veio a reboque, mesmo que muito lentamente, junto com outras rupturas. Eu não fui o mesmo após cantar e me afetar pela frase “eu calço é 37, meu pai me dá 36”. Foi com ajuda de Raul Seixas que tomei a decisão de não usar mais o sapato apertado dado pela família e comecei a dar passos mais largos e descalços, principalmente após me descobrir a ‘ovelha negra da família’.

Esses últimos parágrafos em que relembro como fui e ainda venho sendo marcado pela vida não foram criados apenas para dizer de mim e de como fui descobrindo a sexualidade, mas, principalmente, para dizer que cada ser é único e carrega suas próprias marcas. Cada um/a de nós é marcado/a diferentemente dos/as outros/as e não existem duas histórias iguais, pois cada ser recebe e reage diferentemente do outro às coisas que o mundo oferece. Quando eu quis saber o que era ser viado, como já apontei, fiquei vigiando as bicicletas, ou seja, criei minhas estratégias. Enfim, o que quero registrar é que, da mesma forma que fui marcado por alguns ensinamentos que tive, quer seja um programa televisivo ou uma música, todas as pessoas são marcadas e constituídas por outras infinitas referências de que, muitas vezes, nem conseguem se lembrar.

Cada ser é uma história com as infinitas marcas que a cultura e seus artefatos imprimem em seus corpos. É desse longo caminho de aprendizados que os mais diversos espaços sociais imprimem nos corpos que trataremos por processos educativos. Tais processos se dão mediante o encontro que temos com os mais diversos discursos socialmente distribuídos. Discursos que nos educam, que nos constituem como sujeitos.

Se, conforme estamos conversando, podemos admitir que somos produzidos/as socialmente pelos discursos que acessamos nos diversos processos educativos pelos quais circulamos ao longo de nossa vida, como podemos articular a ideia de que em nossa sociedade aprendemos a valorizar algumas vidas mais do que outras? Como pensar que algumas vidas, se perdidas, causam dor e sofrimento e outras não? Como as homossexualidades, e algumas mais do que outras, entram nesse jogo de abjeção? Para nos ajudar a problematizar essas e outras questões, vamos à próxima seção.

4.2 OS DISCURSOS E OS PROCESSOS EDUCATIVOS

Meus estudos no doutorado começaram com a matrícula na primeira disciplina: ‘Relações de gênero e sexualidades: práticas pedagógicas e formação docente’. Como trabalho final da disciplina, abraçamos a proposta do professor Dr. Roney Polato de Castro de realizarmos um primeiro exercício de revisão bibliográfica. É acerca desse trabalho que continuaremos nossa conversa a partir desse momento, pois nos ajudará a pensar a relação dos discursos com os processos educativos.

Em função de ter participado de algumas de suas edições, minha opção foi por pesquisar nos anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero que reúne pesquisadores/as, estudantes, ativistas, artistas, professoras/es e pessoas interessadas nas questões que envolvem gênero, mulheres, feminismos e sexualidades. O Seminário, que acontece desde 1994, já teve onze edições.

Nesse movimento que considero um primeiro exercício de revisão bibliográfica, voltei meu olhar a tudo que de alguma maneira pudesse contribuir para a pesquisa. Como o meu interesse era tentar encontrar sujeitos que com suas falas/narrativas atravessadas pela vivência da medicalização, ao ler os artigos que encontrei, procurava por tais registros. Minha busca foi direcionada a partir do entendimento da medicalização como um processo ou prática de transferir para a área de saúde questões que são de origem social, econômica ou política. Foi com essa referência que pude perceber, nos trabalhos que encontrei, várias facetas, momentos ou variações da medicalização afetando e atravessando as homossexualidades.

Mediante a leitura de, aproximadamente, 35 trabalhos, notei a preocupação, a percepção e o entendimento comum, em todos, em relação à forma preconceituosa e discriminatória com que as homossexualidades são tratadas na sociedade, bem como o quanto esse tratamento é nocivo e pode acarretar incômodos e sofrimentos que podem levar ao adoecimento e, em muitos casos, à morte – até mesmo por suicídio. A maior parte dos resumos e artigos lidos problematizam a medicalização atravessando os corpos por meio do uso de medicamentos, pela busca por terapias ou tratamentos para incômodos, transtornos ou doenças já presentes nos corpos.

Em um desses trabalhos, intitulado ‘A visão dos futuros terapeutas sobre a homossexualidade em atendimento’, de Fábio Leandro Stern e Luana Maribele Wedekin (2006), cuja proposta era fazer um levantamento de dados e investigar entre estudantes universitários/as da área da saúde como pensavam a possibilidade de atenderem homossexuais, é apontada uma estreita relação entre a consideração da homossexualidade como doença e a falta de informações sobre o tema por meio textos científicos das respectivas áreas dos/as entrevistados.

Esse trabalho apontou que boa parte dos/as entrevistados/as que se diziam ‘LGBT’ já tinham buscado se informar e não viam a homossexualidade como doença, enquanto entre os/as futuros/as terapeutas pesquisados/as que se diziam heterossexuais, a falta de informação, levava-os/as a considerarem outros referenciais sociais para pensar as homossexualidades (WEDEKIN, 2006). Essa leitura me deixou muito pensativo acerca de quais referências pesariam, na ausência de critérios científicos, para a classificação da homossexualidade como doença por parte desses/as estudantes. De onde viriam os saberes e por que os/as estudantes não se atualizavam dentro de suas áreas de conhecimento?

O autor, por meio de entrevistas com psicólogos/as, apontou para o fato de médicos/as e terapeutas serem afetados/as “pelos paradigmas que trazem de berço e por preconceitos político-culturais” (WEDEKIN, 2006, p. 1) construídos em suas outras trajetórias educativas, podendo levá-los/las a serem homofóbicos/as e a comprometer a ética do seu trabalho terapêutico. Esse autor destaca, ainda, como boa parte dos/as entrevistados/as oscilam muito entre considerar a homossexualidade como doença ou não.

Esses dois trabalhos apontam para o fato de que a formação inicial dos/as profissionais de saúde não consegue alterar significativamente os referenciais que os/as estudantes trazem de suas vivências anteriores, ou seja, a formação que poderia orientá-los/las para lidar com as homossexualidades, não altera seus discursos construídos fora da instituição. Como vemos, a falta de informação, ou, pelo menos, de uma informação mais adequada dos/as estudantes acerca das homossexualidades, durante a formação, perdura e norteia suas vidas profissionais.

Roney Polato de Castro (2013) nos convida a pensar a formação superior como uma “multiplicidade de experiências que se cruzam, se esbarram, se interferem, se hibridizam” (CASTRO, 2013, p. 149) com experiências que os sujeitos carregam, como bagagens, desde que nasceram. Ou seja, o que o autor nos diz é que não podemos pensar a formação superior como definitiva, formatada ou como o ponto final, mas como um processo que diz de subjetividades em movimento, em um processo contínuo “em articulação com as pedagogias culturais que produzem significados [...] pelo entrecruzamento de discursos e práticas que constituem os modos de se constituir sujeitos, o modo como cada ‘se torna o que é’” (CASTRO, 2013, p. 151). Daí, não podemos esperar que a formação superior, por si só, dê conta de formar profissionais afinados/as e atualizados/as em relação a discussões acerca das homossexualidades.

Para pensarmos essa suposta falta de informação sobre as homossexualidades, tanto no meio social de maneira geral quanto a que perpassa a formação inicial em cursos superiores,

temos que considerar, conforme argumenta Débora Britzman (1996), uma relação que se estabelece entre conhecimento e ignorância. De acordo com a autora,

o velho dualismo binário da ignorância e do conhecimento não pode lidar com o fato de que qualquer conhecimento já contém suas próprias ignorâncias. Se, por exemplo, os/as jovens ou os/as educadores/es são ignorantes sobre a homossexualidade, é quase certo que eles/elas também sabem pouco sobre a heterossexualidade (BRITZMAN, 1996, p. 91).

Britzman (1996) chama nossa atenção para o fato de pouco conhecermos acerca dos processos de produção social das sexualidades. Daí, se não temos conhecimentos adequados, as ignorâncias, as incompreensões, os saberes deturpados e preconceituosos veiculados socialmente ocupam o lugar, especialmente em relação às sexualidades não heterossexuais. Continuando, a autora nos provoca com mais questões:

O que, pois, é exigido do conhecedor para que compreenda a ignorância não como um acidente do destino, mas como um resíduo do conhecido? Em outras palavras, que ocorrerá se lermos a ignorância sobre a homossexualidade não apenas como um efeito de não se conhecer os homossexuais ou como um outro caso de homofobia, mas como ignorância sobre a forma como a heterossexualidade é moldada? (BRITZMAN, 1996, p. 91).

Como sugere a autora, a ignorância em relação à construção social das sexualidades não deve ser pensada como um ‘acidente do destino’ que tenha provocado uma falta de conhecimento. Contrariamente, a ignorância é uma forma de conhecimento e jamais pode ser tratada como neutra ou como um estado original de um sujeito por ausência de dado conhecimento. A ignorância pode ser tratada como um efeito de saberes outros. Britzman pode, assim, nos ajudar a pensar a formação superior, como a dos/as futuros/as profissionais da saúde aos/às quais nos referimos acima, através da relação entre conhecimento e ignorância acerca das homossexualidades. Essa ignorância não seria como um acidente ou como uma falha da formação, mas como uma acomodação a outros saberes. É uma ignorância mais ampla em relação aos processos sociais em que se constituem as sexualidades.

Um terceiro trabalho que gostaria de apontar é o de Rosimeri Aquino da Silva (2006), de título: “‘Nós lidamos com os restos da sociedade’: mulheres, homossexuais, travestis – corpos sob controle e sob saberes institucionais”. A autora analisa situações de sala de aula de um curso de formação e qualificação para servidores da segurança pública do Rio Grande do

Sul em que apareceram discursos carregados por saberes (morais, legais e biológicos) sobre os lugares sociais de homens e mulheres.

Pelas falas dos/as cursistas, a pesquisadora percebeu opiniões que relatavam situações de extrema violência direcionadas a determinados grupos sociais minoritários. Eram falas que sugeriam a necessidade de controle social baseadas em noções de normalidade/anormalidade, de determinismo biológico e de patologia em relação às expressões de gênero e de sexualidades. Em uma dessas falas, a de um policial que afirmava que “nós lidamos com os restos da sociedade”, fala essa que resultou em sua problematização pelo professor que acompanhava a atividade, percebemos o lugar dado a essas minorias sociais na visão desses profissionais encarregados da segurança das pessoas. Mas quem seriam os “restos da sociedade”? Quem são os indivíduos que constituem esses restos? - teria problematizado o professor. Ao perguntar para a turma sobre quais sujeitos comporiam esses restos, a pesquisadora comenta que, após um debate acirrado, faltou espaço no quadro para listá-los. Dentre outros restos, figuravam bandidos, assaltantes, vagabundos, narcotraficantes, ladrões de galinha, travestis, homossexuais, prostitutas, desempregados, estupradores, moradores da periferia, pobres, negros, garotos de programa, trabalhadores sem-terra, pedófilos, corruptos etc. Como podemos notar, na visão dos policiais que encheram o quadro ao apontar aqueles e aquelas que consideram o lixo da sociedade, apareceram, ao lado de criminosos ou outros excluídos, os homossexuais e as travestis.

Em relação aos referidos restos da sociedade, como apontado por Silva (2006), podemos tecer algumas questões: como e por meio de quais processos educativos tais policiais se constituíram em meio a saberes que consideram boa parcela da sociedade como lixo? Como tais referenciais influenciam em suas atuações profissionais? Estariam esses policiais falando de suas percepções ou dizendo do que sabem da forma como a sociedade trata tais indivíduos apontados como lixo, dentre eles, os homossexuais?

Pensando nesses restos da sociedade, recordo-me da obra de Daniela Arbex (2013), ‘O Holocausto Brasileiro’, na qual a autora investiga o que nomeia como barbárie e desumanidade no interior do maior hospício brasileiro localizado em Barbacena/MG: o Colônia. A autora aponta que 70% dos/as internos/as não tinham diagnóstico de doença mental, ou seja, eram outros os motivos das internações, dentre as quais, a homossexualidade. No “lixo social” descartado no Colônia encontramos

[...] epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém de mais poder. Eram meninas

grávidas, violentadas por seus padrões, eram esposas confinadas para que os maridos pudessem morar com a amante, eram filhas de fazendeiros as quais perderam a virgindade antes do casamento [...] alguns eram apenas tímidos (ARBEX, 2013, p. 14).

Como vemos, dentre vários motivos que levavam ao internamento forçado no Colônia, onde mais de sessenta mil pessoas morreram, encontramos a homossexualidade. Arbex (2013) nos permite perceber o tratamento que a sociedade ofereceu, por muito tempo, aos restos que as instâncias disciplinares não deram conta e encaminham para a área médica que ofereceu uma solução: o manicômio.

Voltando à minha passagem pelas produções do Fazendo Gênero, pude perceber, inspirado pelo pensamento foucaultiano, um mesmo enunciado que produz a ideia de anormalidade e doença atribuídos à homossexualidade, o qual apareceu em vários discursos de diferentes espaços educativos. Tal enunciado, que produz alguns grupos sociais como lixo, como vimos, aparece em vários lugares, instituições e movimenta uma série de saberes e poderes próprios de um momento histórico com sua formação discursiva que posiciona e dá lugar a esses sujeitos.

Caminhando de artigo em artigo, um dia encontrei algo bem instigante! E agora? – pensei, pois voltara a sentir os mesmos incômodos que sentira um dia e que me trouxeram para a pesquisa. Nos anais do Fazendo Gênero 11, sob o título ‘Do Biológico à Religiosidade: Esforços Normalizadores da Homossexualidade no Espaço Escolar’, de Sandro Prado Santos (2017), encontrei o que tanto procurava. Conforme venho pensando em minha pesquisa, o autor compreende a homossexualidade como parte de um dispositivo da modernidade que instituiu saberes e poderes que buscam normalizar, controlar e criar ‘verdades’ acerca dos sujeitos e suas relações com seus corpos e seus prazeres.

Produzido a partir de falas/discursos de docentes da área de Ciências e Biologia envolvidos em projetos de pesquisa, Santos (2017) argumenta que as enunciações sobre homossexualidade devem muito ao discurso das Ciências Biológicas e ao discurso da religião. A fala de uma professora participante de um desses cursos em relação à homossexualidade é bastante emblemática. Vejamos:

Eu sempre parto para o lado das Ciências mesmo. Eu digo que pode ser uma anomalia genética, algum hormônio, falo que é uma doença. [...]. Pode ser da parte física e até emocional mesmo. Falo que é na parte hormonal, genética ou quando vai haver a formação do indivíduo, que as glândulas deles podem estar erradas dentro do corpo (Professora Colaboradora, 2014) (SANTOS, 2017, p. 4).

No fragmento acima, percebemos como o discurso biológico ainda figura, em nossas escolas, como argumento para a categorização das homossexualidades como doença. O saber que a professora veicula é exato, pois ela parte “para o lado das Ciências mesmo”, ou seja, sua “ciência” é utilizada como referência inquestionável. É um saber colocado como científico e, daí, na visão de quem o enuncia, é isento de valores e neutro, pois é confundido com a própria verdade. Para essa professora, e provavelmente passará a ser para seus/as alunos/as, a homossexualidade é uma anomalia genética causada por uma falha em uma glândula que pode “estar errada dentro do corpo”. Como vemos, a homossexualidade é vista como algo que nasce com o sujeito, visto que faz parte de uma disfunção genética.

O enunciado da professora não é dela e não foi ela quem o produziu, vez que ela demarca apenas um local de sua dispersão do discurso, no caso, uma sala de aula de Ciências. É pensando no lugar da professora que profere esse enunciado e na relação de saber e poder que a profissão enuncia que fico imaginando como uma fala como esta, endereçada aos/às discentes, produz efeitos em suas constituições como sujeitos.

O autor aponta outra passagem que também se refere à homossexualidade como algo fora do lugar, como uma desordem ou bagunça que marca o lugar da diferença: “pode ser que os hormônios dele estejam bagunçados, porque percebemos que o corpo e o jeito dele é todo diferente” (Professora Colaboradora, 2015). Essa fala chama a atenção para a percepção social da diferença do corpo dos sujeitos homossexuais, como se todos os corpos, inclusive os héteros, não fossem diferentes uns dos outros. Ela vê a diferença só nos homossexuais, pois os outros, dentro de seus padrões, são normais.

A partir da fala de outra professora que Santos (2017) aponta, podemos problematizar relações entre a classificação da homossexualidade como doença e o discurso religioso:

[...] desde o início dos tempos, na bíblia está escrito que a cidade de Sodoma e Gomorra, foi queimada viva porque, as mulheres ficavam em casa com as crianças e os homens iam fazer a pregação e ficavam meses fora de casa. Então eles começam a entender a partir daí, que o contato entre os homens era natural, porque não tinha mulher por perto. Eles falam que a cidade de Sodoma e Gomorra, foi queimada viva por causa da prostituição entre os homens, que existiam naquela época de cristo (Professora Colaboradora, 2014) (SANTOS, 2017, p. 6).

Como podemos perceber nesse último fragmento, o discurso religioso parece alimentar ou se articular com uma profusão de outros discursos acerca das relações entre pessoas do mesmo gênero. Nessa passagem referente à destruição das cidades de Sodoma e

Gomorra por causa da “prostituição entre os homens”, a homossexualidade figura como uma coisa fora da natureza humana e, como tal, pecado passível de punição divina.

Parece interessante destacar que essa citação, por outro olhar, pode ser também entendida como uma negação da ‘natureza heterossexual’ do ser humano. Diferentemente do que a professora afirmou, sua fala sugere que a sexualidade é construída socialmente, pois, como os homens ficavam vários meses pregando fora de casa e sem mulher, começaram a se relacionar entre si e passaram a entender que as relações entre homens eram ‘naturais’, ou seja, passaram a conviver com elas ou a aceitá-las como relações possíveis. Eles se reeducaram e passaram a agir diferente, aceitando a homossexualidade. Conforme narrou a professora, a passagem bíblica apontada pode muito bem ser utilizada como exemplo de que as sexualidades não são naturais, pois, pensemos, se os homens tivessem nascido geneticamente heterossexuais, não teriam cedido ao prazer com outros homens, ou seja, nossa sexualidade não é algo que nos é dado ao nascermos, mas, sim, uma construção social, como argumentaremos em outra parte deste texto. Os homens que “passaram a entender que as relações entre homens eram naturais” transformaram-se por meio das novas relações a que se expuseram, mostrando que a sexualidade humana não é algo estável, pronto, mas em construção por meio das relações que estabelecemos conosco mesmos/as e com o mundo.

Esses artigos trouxeram-me a lembrança de uma conversa que mantive com uma professora de Ciências em uma escola. Certo dia, no nosso intervalo, ela se referiu à homossexualidade como homossexualismo. Logo após sua fala, tentei explorar com ela a origem do termo explicando que, desde que cunhado no século XIX, no âmbito da medicina, referia-se à experiência homossexual como doença. Após alguns minutos de conversa, acabei sugerindo a ela que utilizasse o termo homossexualidade a fim de afastar aquela antiga ideia de doença, mas não obtive êxito. Ela resistiu aos meus argumentos e disse que utilizava homossexualismo porque estava no livro didático, fazendo-me levantar a possibilidade de o/a próprio/a autor/a do livro também estar equivocado/a ou desatualizado/a. Sem que alguém cedesse, nossa conversa acabou junto com o recreio. Para minha surpresa, no dia seguinte, ela chegou e se dirigiu a mim dizendo que havia pesquisado sobre o que havíamos conversado. Antes, porém, que eu pudesse ter um suspiro de felicidade e comemorar o fato de tê-la provocado a pensar de outra maneira, ela disse que pesquisara e descobrira que o homossexualismo era uma condição. Condição? Como assim? - perguntei. E como ela não sabia explicar bem o que chamou de condição homossexual, repetia apenas: “é sim, é uma condição homossexual”. Nossa conversa, novamente, não avançou. Era uma condição homossexual, repetia insistentemente a colega.

Pelo que vimos até aqui, podemos perceber que o discurso que trata a homossexualidade como anormalidade e doença ainda está muito presente nos vários ambientes sociais. Ambientes que são educativos e continuam a propagar preconceitos por meio de disciplinas curriculares como nos casos apontados, mas também por tantos outros artefatos de nossa cultura.

Por artefatos culturais, como apontam Caroline Amaral, Fabiani Figueiredo e Joanalira Magalhães (2017), trato tudo aquilo que produz significados e sujeitos na e pela cultura e nos ensinam pelas

músicas, videoclips, charges, revistas, propagandas, jornais, filmes, programas televisivos e radiofônicos, redes sociais, entre outras produções – as quais, inseridas em determinados contextos culturais, circulam e produzem significados, interpelando os sujeitos que as acessam e possibilitando múltiplas formas de entendimento sobre os modos de viver na contemporaneidade (AMARAL; FIGUEIREDO; MAGALHÃES, 2017, p. 126).

Eu poderia, por páginas e páginas, contar de tantos acontecimentos relacionados a meu objeto de pesquisa de acordo com os textos que encontrei nesse exercício de revisão de bibliografia ou de situações que vivenciei, mas vou ficando por aqui. Penso que o que temos até este momento nos permite notar uma certa regularidade dos discursos e enunciados que ensinam, e produzem, as homossexualidades como formas de sexualidade estranhas, esquisitas, anormais ou doentes. Uma forma de sexualidade que é produzida dentro de um discurso dominante que defende a heterossexualidade como padrão de conduta e de sexualidade saudável.

Na próxima seção, apoiados por Judith Butler (2018), conversaremos um pouco sobre o que nos leva a considerar e valorizar algumas vidas mais do que outras, ou melhor, como algumas vidas se tornam “lixo” para a sociedade, como acabamos de discutir.

4.3 AFEMINADOS, GORDOS, MAGROS, NEGROS E ‘CORPOS PADRÃO’: POR QUE ALGUMAS VIDAS IMPORTAM MAIS DO QUE OUTRAS?

“A coexistência, no seio de estruturas políticas, de enormes máquinas de destruição e de instituições dedicadas à proteção da vida individual é uma coisa desconcertante que merece ser estudada” (FOUCAULT, 2003, p. 303).

Se podemos considerar que somos produzidos/as socialmente, cabe-nos perguntar: como nos tornamos sensíveis e solidários/as com a vida de alguns/algumas, enquanto apenas toleramos, aceitamos ou podemos chegar a desejar, o fim da vida de outros/as? Como convivemos com a situação das pessoas “*trans*” ou “*afeminadas*”, como apontado na postagem de um internauta no *Twitter*, que afirma que elas “*morrem por serem homens afeminados. o cara conservador vê trans assim, e odeia pq enxerga como gay, acha que é traição a masculinidade. então eles matam. são homofóbicos. é assim que eles pensam. é contra estereótipo de gênero que temos que lutar contra*” (*)¹⁵.

Essa postagem aponta para questões de gênero afetando a produção de sexualidades, pois, de acordo com o que o tuíte aponta, pessoas trans, sendo confundidas e tratadas como gays e próximas do que temos socialmente construído como sendo do universo feminino, estariam traindo uma certa masculinidade e, daí, como traidoras, suas vidas deixam de ser importantes e passíveis de luto, tornando-se abjetas. O que esse sujeito parece querer nos dizer é que existe uma gradação, ou melhor, uma valorização social de algumas sexualidades, as não heterossexuais, em detrimento de outras mais próximas da heterossexualidade, bem como a maior valorização de um gênero, o masculino, em relação ao feminino.

É interessante observar que a postagem em destaque também sugere e denuncia o quanto a percepção social das expressões de gênero e sexualidades é embaralhada e se mistura, gerando incompreensões e confusões que levam a sérios preconceitos contra alguns sujeitos.

Uma outra postagem pode nos ajudar a compreender como essa ignorância social em relação ao gênero e às sexualidades nos afeta, ao sugerir que: “*nossas relações ainda contêm muitos resquícios do machismo arraigado na Sociedade, principalmente na questão do desejo. O corpo do gay efeminado é ainda mais abjeto que o próprio corpo do gay ‘ másculo ’*” (2019). Referindo-se à forma como nossos desejos por determinados corpos carregam resquícios do “*machismo arraigado na sociedade*”, esse internauta aponta, ainda,

¹⁵ Enquanto eu navegava pelo meu campo de pesquisa, o *Twitter*, a selecionar, printar e salvar postagens que me interessavam, não me atentei para os anos das postagens. Após a orientação da banca da segunda qualificação em relação à necessidade de apontar tais datas, voltei às pastas para tal. No entanto, nessa busca, percebi que em algumas postagens só apareciam o mês e não o ano da postagem. Tentando contornar essa situação, voltei ao *Twitter* tentando reencontrar as postagens, mas não tive sucesso em todos os casos. Enquanto em algumas não foi possível descobrir a data, pois, simplesmente, elas não aparecem mesmo na postagem, em alguns poucos casos, sequer reencontrei as postagens. Suponho que não consegui acessar novamente tais postagens pelo fato de serem tuítes protegidos, casos em que me tornei seguidor dos perfis para tentar novamente acessá-las posteriormente, bem como, em outras tentativas, deparei-me com o caso de contas encerradas. Para sinalizar esses casos que não posso mais informar a data, utilizarei um asterisco entre parênteses: (*).

para uma escala entre os corpos homossexuais. Uma escala em que aqueles “*efeminados*” seriam ainda mais abjetos que os “*másculos*”, o que nos leva a perguntar: como surgiu e como se sustenta em nossos dias essa hierarquia entre os corpos? Como nos produzimos socialmente como sujeitos intolerantes ou até mesmo com medo, pavor ou fobia em relação ao outro? Como educamos nosso olhar para reconhecer o outro como anormal, estranho ou ameaçador que não merece tanto a vida quanto nós? Como alguns sujeitos se constituem a partir da consideração de que ser “*Ser gay afeminado*” é conviver diariamente com “*pensamentos negativos*” ou que “*nunca irá ser feliz com alguém ao seu lado*”? (2020).

Ao se referir ao fato de nosso desejo ser influenciado pelo “*machismo arraigado em nossa sociedade*”, o internauta nos permite problematizar como, ao longo da vida, vamos aprendendo a desejar, a dar nome aos nossos sentimentos, aos nossos comportamentos, gestos, maneiras de ser e também a classificar as pessoas e as coisas. Ao darmos nomes às coisas, nós as enquadrados, nós as criamos, como sugere o pensamento foucaultiano. Esses nomes que damos colam nos sujeitos, colam em seus comportamentos, gestos, colam nos corpos que passam a ser aquilo que lhes atribuímos (LOURO, 2010), pois os tratamos, reconhecemos e os criamos como tal. Mas o que nos move quando julgamos o outro de acordo com nosso ponto de vista? Como somos capturados por saberes que estabelecem os critérios e as referências que utilizamos para julgar o outro, o diferente de nós, como o estranho ou como uma vida descartável ou menos importante?

Para ajudar nessa conversa, vou recorrer a Judith Butler (2018) e sua obra ‘*Quadros de Guerra, quando a vida é passível de luto?*’. Embora sua obra tenha sido pensada como resposta às guerras contemporâneas, considero que muito poderá nos ajudar a pensar como formamos os juízos com os quais julgamos o outro em nossas pequenas guerras diárias, como a que define lugares especiais para corpos de acordo com sua proximidade ou não em relação à heterossexualidade. A filósofa nos ajudará a pensar como, por meio dessas relações com o outro, regulamos nossas ‘disposições afetivas e éticas’ que nos posicionam e regulam nossos pontos de vista.

Os enquadramentos são os olhares com que miramos, olhares com os quais regulamos nossa comoção ou não com o fato de muitas outras vidas não nos parecerem importantes e não merecerem nosso luto. É a partir dessa noção de enquadramento que a pensadora estadunidense possibilita problematizarmos como esses enquadramentos que fazemos influenciam em nossa maneira de conviver e dar lugar ao outro, a respeitá-lo ou não como pessoa, como cidadão de direitos, como diferença e como vida vivível. Inclusive, no limite,

pode levar-nos a desejar seu aniquilamento quando sua existência nos assusta, incomoda ou ameaça.

A autora se refere ao enquadramento como uma moldura que configura e restringe o olhar. Em analogia ao ato de colocar um quadro numa moldura e lhe dar nova forma, novo contorno, novas nuances ou um acabamento diferente, podemos pensar que a moldura também opera separando o quadro do que lhe é externo, isto é, o que pertence ao quadro e o que está fora dele. A moldura realça e separa o que deve ser visto do não que não deve. Assim, o termo enquadramento diz das configurações do outro que nosso olhar possibilita. Das restrições que lhes impomos, dos nomes e lugares que lhes damos, das doenças que lhes apontamos, enfim, que vida deve ser mantida e que vida não merece existir. Um enquadramento nos remete e tem a ver, primeiramente, com o que consideramos vida, pois “nossa capacidade epistemológica de apreender uma vida é parcialmente dependente de que essa vida seja produzida de acordo com normas que a caracterizam como vida” (BUTLER, 2018, p. 16).

Butler (2018) pode nos ajudar a pensar uma postagem em que um sujeito enuncia: “*Na minha universidade mesmo, gays afeminados e ou que não se encaixam no ideal enrustido e padrão não são assumidos. Os relacionamentos sempre rolam com as pessoas que tem as características padrão, conjuntinho jeans, cabelo na pomada e corpo ideal*”. Essa postagem de 2018 possibilita-nos analisar como a adequação ou não a normas que tentam regular, social e politicamente os corpos, tornando-os reconhecidos, pode nos levar a enquadrarmos o outro. Se não reconhecemos um corpo como inteligível, como poderemos considerá-lo como uma vida possível, que merece viver e que pode gerar comoção e luto por sua perda? Para Butler (2018, p. 17), “há ‘sujeitos’ que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há ‘vidas’ que dificilmente – ou melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vida”.

Esse é mais um dos tantos internautas que se referiram à exposição de corpos a uma modelagem social que reserva lugares diferentes para “*gays afeminados*” e “*gays padrão*” com “*corpo ideal*”. De acordo com Butler (2018), são as normas, envoltas em sofisticadas relações de poder, que tornam determinados sujeitos mais reconhecíveis ou de difícil reconhecimento e, principalmente, são essas normas que atribuem e distribuem reconhecimento de forma desigual entre os sujeitos. No caso apontado, aqueles que não têm um corpo “*ideal enrustido e padrão*”, que não têm acesso a determinadas roupas ou podem manter o “*cabelo na pomada*”, não são assumidos para relacionamentos, afinal, são de difícil reconhecimento.

Como nos diz Butler (2018), o reconhecimento de uma vida passa por sua inteligibilidade e conformidade a certas concepções de vida de acordo com sua maior ou menor adequação a normas socialmente construídas, como neste caso, as normas que regulam a produção dos gêneros e sexualidades. Pensando nas homossexualidades a partir dos tuítes acima, podemos argumentar que quanto mais elas se distanciam da norma que aponta para heterossexualidade como padrão, elas vão perdendo o reconhecimento como vidas que contam e que importam. Butler (2018) destaca, ainda, que a produção normativa dos corpos é parcial e perpetuamente perturbada pelo incerto e pelo fracasso, ou seja, a norma não atinge a totalidade dos corpos e muitos, apesar de serem considerados vivos, nem sempre são reconhecidos como vidas e tornam-se problema para a norma, pois são vivos, mas não são vidas, ou, pelo menos, vidas assim reconhecidas social e politicamente.

Problematizando as guerras patrocinadas pelos Estados Unidos e as estratégias utilizadas para se manterem as condições necessárias para sua aceitação social, isto é, para tentar controlar a comoção social causada pelos enormes gastos, pela destruição e pelas tantas mortes provocadas por essas guerras, a autora mostra-nos como somos produzidos/as pelos discursos midiáticos no sentido de nos tornarmos tolerantes ao fato de muitas vidas, precárias como as nossas, não sejam passíveis de luto. Em se tratando de mídias, tanto para a comoção em relação às guerras, como aponta Butler (2018), quanto para a questão dos corpos homossexuais, podemos pensar que a atuação midiática é próxima. A pergunta de um internauta é bastante propícia para nos ajudar a pensar esta produção midiática das sexualidades: *“por que todo filme com temática **gay** tem que ter caras sarados e **corpos perfeitos** suados?”* (2019). Isso enquanto outro afirma que *“crescer fora do eixo heteronormativo nos 90s/2000s era crescer sem ver ninguém como nós nos filmes/séries, praticamente. Nos sentíamos corpos estranhos, aberrações”* (2020). Para esse sujeito, é midiaticamente que somos ensinados a lidar com a precariedade da vida de forma que passemos a aceitar que algumas sejam mais precárias que outras. Ao perguntar o porquê de *“todo”* filme gay exibir atores com corpos sarados, *“perfeitos e suados”*, o tuíte permite-nos supor que a mídia nos prepara para muito do que pensamos e desejamos em relação a nossos corpos e prazeres.

Discutindo as diversas pedagogias culturais, pedagogias que nos educam por meio de imagens e representações de gênero e sexualidade nas publicidades, Ruth Sabat (2001) também nos ajuda a pensar que *“a publicidade não inventa coisas; seu discurso, suas representações, estão sempre relacionados com o conhecimento que circula na sociedade. Suas imagens trazem sempre signos, significantes e significados que nos são familiares”*

(SABAT, 2001, p. 12). Sabat (2001) aponta ainda que, ao produzirem valores e saberes, tais pedagogias regulam condutas e modos de ser produzindo identidades e representações em meio e seus jogos de poder, corroborando com o que Butler (2018) vem nos apontando.

Como indica Butler (2018), são questões sociais, econômicas e políticas que atuam na distribuição desigual da precariedade pelas vidas, tornando umas mais e outras menos vivíveis, umas mais e outras menos passíveis de luto por suas perdas. Se a homossexualidade que aparece nos filmes, propagandas, revistas, redes sociais etc., geralmente, apresenta corpos sarados, o que podemos esperar de reconhecimento de corpos fora desse padrão, além da abjeção? Aceitar ou afirmar que uma vida pode ser lesada, perdida, destruída ou abandonada sistematicamente à morte é “sublinhar não somente a finitude de uma vida (o fato de que a morte é certa), mas também sua precariedade” (BUTLER, 2018, p. 31), visto que, para ser considerada vida, algumas condições sociais de existência são necessárias para que ela seja mantida como vida vivível.

Uma postagem que encontrei diz muito do que estamos conversando: *“Se vc é gordo, é rejeitado. Se vc é afeminado, é ridicularizado. Se vc não tem padrão de beleza estrutural, barba, corpo malhado, não vai fazer ‘sucesso’. Se vc não tem posses, é esquecido. Se vc transa pouco, é ruim de cama. Se transa muito, é puta. Bem-vindos ao mundo gay”* (2019). A análise desse tuíte nos permite pensar, com Butler (2018, p. 31), que “a precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro”, e, isso, ao mesmo tempo em que, para serem reconhecidas como vidas, algumas condições sociais são exigidas e impactam diretamente o referido “*mundo gay*”.

Como apontado nessa postagem, vários marcadores corporais são acionados como sinal de rejeição de corpos: o ser gordo, afeminado, não ter posses ou simplesmente transar pouco ou muito. A partir de Butler (2018), podemos considerar que, se a distribuição da precariedade na sociedade é desigual e de alguma forma todos/as percebemos isso, uma das formas de tentar diminuir minha precariedade e a consequente fragilidade da minha vida em relação a outras vidas, também precárias, é anular essas outras vidas ou torná-las mais precárias que a minha. Como uma maior ou menor precariedade tem a ver com posições sociais, manter algumas homossexualidades na marginalidade e aumentar a sua precariedade pode significar diminuir, que seja virtualmente, a precariedade da vida dos sujeitos cujos corpos e comportamentos se aproximam da suposta masculinidade padrão.

Considerar a vida como precária poderia aproximar as vidas precárias em torno de uma luta pela diminuição dessa precariedade socialmente distribuída, mas não é isso que acontece em muitos dos casos. As postagens que vimos acima e tantas outras que encontrei

sugerem isso. Contrariamente, nossa precariedade nos coloca em confronto com outras vidas precárias como se sua precariedade pudesse ameaçar e reforçar a nossa, tornando nossa vida mais frágil. O fato de um gay sarado querer “*diminuir*” outros “*pela parte física*”, como disse um usuário do *Twitter*, pode dizer das relações de poder e das disputas que envolvem a distribuição desigual de precariedade entre alguns sujeitos homossexuais em nossa sociedade. Enquanto o que se encaixa em um “*padrão de beleza*” com barba, corpo malhado é valorizado, os “*afeminados*” são rejeitados. A desqualificação social, como sugerem as postagens, recai, sobretudo, como podemos notar, sobre a proximidade com o feminino.

Como Butler (2018) sugere, o medo da própria precariedade e da ameaça que outras vidas precárias nos oferecem, parece ser o motor da construção do outro como abjeto. Esse outro que, com sua diferença, ameaça minha suposta estabilidade como sujeito de um determinado lugar na distribuição social da precariedade. Aquele que me ameaça ou que pode me desestabilizar torna-se inimigo e, como tal, sua vida deixa de ser importante e ter valor.

A partir da fala de um sujeito que diz: “*Eu sinto que há no meio gay o mesmo lance que há com as mulheres, da padronização do corpo perfeito. Se você não encaixa, tá fora. Na publicidade todo homem gay é branco, sarado, bonitão, sorriso perfeito, cabelo liso impecável...*” (2018), podemos argumentar que a precariedade é construída de acordo com a forma como é colocada pela mídia, pela publicidade ou por outras instituições sociais e pode alicerçar e incentivar o desejo da exclusão social que torna a vida de sujeitos homossexuais, e alguns homossexuais mais que outros, descartáveis.

A vida de sujeitos homossexuais é historicamente empurrada para as margens da sociedade, onde pode reinar a dor, o sofrimento e a morte sem luto. E, como podemos perceber, enquadrar-se na norma heterossexual ou o mais próximo possível dela parece contar pontos e contribuir para ser aceito e ocupar um lugar melhor na distribuição desigual da precariedade em nossa sociedade. Estar mais próximo da norma heterossexual é um forte atrativo, ou seja, exerce um importante papel de sedução e controle que atua na constituição das sexualidades. Ao apontar que “*grande parte das gays padrão têm hoje suas vidas cada vez mais confortáveis, com seu gay padrão gêmeo do lado, um cachorro, uma estabilidade financeira e uma ótima passabilidade na sociedade, afinal ‘ele nem parece gay’*” (2020), um sujeito está insinuando a forma como esse atrativo funciona e possibilita status social a alguns sujeitos.

Ao falar em “*passabilidade*”, esse sujeito está se referindo a vantagens sociais que os “*gays padrão*” desfrutam por se aproximarem da heterossexualidade e ao se passarem por sujeitos heterossexuais. O que a postagem aponta é que alguns corpos conquistam aceitação

social em função da assimilação de determinados padrões que permitem acesso a vidas “*cada vez mais confortáveis*” como ter “*um cachorro, uma estabilidade financeira e uma ótima passabilidade na sociedade*”. E isso em função de não parecer gay de acordo com saberes que socialmente circulam e nos ensinam o que é ser gay ou, mais precisamente, de acordo estereótipos do que vem a ser gay. Dessa forma, como continua o internauta, o ideal de corpo se aproxima de um também ideal de estilo de vida e se torna um fetiche, enfim, uma mercadoria, como trataremos mais à frente.

Voltando à pergunta do título deste capítulo, ou seja, por que algumas vidas importam mais do que outras ou, ainda, por que umas vidas são mais passíveis de luto que outras, Butler (2018) nos inspira a pensar que não há vida sem as condições sociais que a sustentem e que “sem a condição de ser enlutada, não há vida, ou, melhor dizendo, há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida” (BUTLER, 2018, p. 33). Considerar a precariedade da vida implica pensá-la em relação a condições materiais de sua manutenção e não apenas como um impulso interno para viver. A distribuição desigual da precariedade modula nossa aceitação, tolerância ou o desejo da guerra cultural contra alguns sujeitos homossexuais. Afinal, são sujeitos que ainda são percebidos como anormais ou estranhos e nos permitem perceber como a medicalização, que aparece na transformação biomédica e farmacológica dos corpos, pode ser pensada como uma estratégia de controle e adequação de corpos à norma heterossexualizante, como argumentaremos melhor posteriormente.

As sexualidades são construídas socialmente, isto é, têm uma história, têm um momento determinado e um contexto, como aponta Jimena Furlani (2009). Como sugere essa autora, as sociedades e as culturas inventam representações, significados e saberes que ensinam o que é ser homem e o que é ser mulher em dado momento histórico. Assim, de acordo com a autora, “cada sociedade legitima ou condena, certa prática sexual, certos sujeitos, dependendo do entendimento momentâneo que tem sobre eles” (FURLANI, 2009, p. 11).

Na minha busca pelo *Twitter*, encontrei uma enunciação bastante interessante em que um sujeito compara os homens gays com outros, heterossexuais, quanto às suas preferências e vantagens. Vantagens que, a seu ver, são idênticas para ambos, e nos permitem perceber a construção social e relacional das sexualidades. De acordo com a postagem: “*gay x hetero*”: “*preferência por novos, se passar de certa idade, é descartado; o ativo é mais considerado e o passivo rebaixado; quanto mais masculino, padrão e normativo melhor; quanto maior comedor de passivas, melhor*” (2021). A semelhança de gostos, preferências e também de vantagens acontece, na visão desse sujeito, porque as regras apontadas são feitas por homens,

ou seja, independentemente de serem homo ou heterossexuais, a cultura que os produz é a mesma.

Esse *tuíte* é muito sugestivo para nos ajudar a argumentar que não podemos pensar as constituições das homossexualidades sem considerar, também, as das heterossexualidades, pois todas as sexualidades se constituem em relação, ou seja, imbricadas e interdependentes. Tampouco, podemos deixar de considerar o quanto a forma de desejo ou prazer sexual, se é direcionada a pessoas do mesmo sexo biológico ou ao outro, negocia com as diversas questões que envolvem a constituição dos gêneros, isto é, com os discursos que cada cultura produz, e ensina, acerca do que é ser homem ou ser mulher. Comparando gays com héteros, o internauta aponta para várias marcas que, a seu ver, atingem a produção tanto de sujeitos homossexuais como a de heterossexuais, quer seja pela valorização do corpo “*mais masculino, padrão normativo*”, quer em torno da maior valorização da posição do sujeito ativo em relação àquele/a que é penetrado/a, a postagem nos permite inferir, sobretudo, que as homossexualidades e as heterossexualidades são construídas em negociação, ou seja, ao se aproximarem de uma presumida masculinidade baseada no “*quanto maior comedor de passivas, melhor*”, revelando uma hierarquia entre sujeitos másculos e ativos e outros frágeis e inferiores, as “*passivas*”.

Débora Britzman (1996) pode nos ajudar a pensar essas negociações que atuam nas constituições das sexualidades. Para a autora, “nenhuma identidade sexual - mesmo a mais normativa - é automática, autêntica, facilmente assumida; nenhuma identidade sexual existe sem negociação ou construção” (BRITZMAN, 1996, p. 74). Em suas palavras:

Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada. Como uma relação social no interior do eu e como uma relação social entre "outros" seres, a identidade sexual está sendo constantemente rearranjada, desestabilizada e desfeita pelas complexidades da experiência vivida (BRITZMAN, 1996, p. 74).

Conforme nos diz a autora, as negociações que envolvem a construção das sexualidades permitem-nos perceber o caráter social dessa construção, bem como que as sexualidades, inclusive as mais normativas, não são estáveis. Pensando nessa instabilidade e no constante rearranjo das sexualidades, mas também nas interrelações entre elas, podemos considerar que as sexualidades ditas desviantes ameaçam e podem desestabilizar a ideia de uma sexualidade hegemônica.

Por sexualidade hegemônica, conforme Robert Connell¹⁶ e James Messerschmidt (2013), trato da constituição de um determinado padrão social ou um modelo ideal do que é ser homem e ser mulher em uma sociedade. Para esses autores:

A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

Pensar numa masculinidade hegemônica é considerar que há um padrão que estabelece o que se espera socialmente de um homem e de uma mulher. Trata-se de um padrão que indica o que deve ser considerado natural ou normal para uma sexualidade sadia, isto é, a sua adequação ao sexo biológico de macho ou de fêmea, em que, para os machos, é natural e saudável fazer sexo e penetrar em fêmeas e vice-versa. Enfim, apoia, atrela, amarra o gênero no sexo biológico. Assim, o outro que não segue a norma torna-se um estranho, um anormal e passa a representar uma ameaça a dada pretensão de hegemonia, o que faz com que sua vida passe a valer menos e seja considerada menos vida, menos importante e também menos passível de luto.

Como podemos perceber, a ideia de masculinidade hegemônica não fica restrita aos meios heterossexuais, ela atinge também as homossexualidades provocando hierarquizações entre sujeitos homossexuais divididos entre ‘ másculos ’ e ‘ ativos ’ e ‘ afeminados ’ e ‘ passivos ’ etc. Se considerarmos, como estamos argumentando, que esses valores de normal ou anormal em relação ao desejo dos corpos são disseminados socialmente e implicam posições melhores ou piores na distribuição da precariedade e vulnerabilidade das vidas, podemos supor o quanto ocupar uma posição normativa é uma construção social e envolve tanto os sujeitos heterossexuais quanto os homossexuais.

De tudo que conversamos até aqui, podemos perceber que viver a homossexualidade implica muitas coisas, inclusive, enquadrar-se nas normas. Enquadrar-se não diz apenas de um lugar estático, algo definitivo, mas de transitar pela norma. É jogar, inevitavelmente, com ela. Assim, em muitas das vezes, as homossexualidades não significam confronto ou negação da heterossexualidade, mas negociações ou também alianças, como nos diz Britzman (1996).

¹⁶ Connell alterou seu primeiro nome, de "Robert William" para "Raewyn". Mantive o nome antigo na citação e nas referências por ser o que constava no artigo que acessei.

Após essa conversa acerca da produção social das sexualidades, temos de ponderar que trabalhar, inspirado pelo pensamento foucaultiano, é considerar a perspectiva histórica da construção social da sexualidade. Uma construção que acontece a partir da negociação em torno de uma masculinidade hegemônica em referência à qual são construídas, também, as homossexualidades desde o século XIX.

Antes do século XIX, não existiam os nomes homossexual e heterossexual. Criado para proteger os sujeitos homossexuais dos problemas com a justiça, o termo homossexual foi instrumentalizado pela medicina, embora, de acordo com Foucault (2014), mesmo sendo uma forma de repressão, pôde ser utilizado pelo movimento dos homossexuais como uma “ferramenta muito importante para combater a opressão de que era vítima a homossexualidade no fim do século XIX e início do XX” (FOUCAULT, 2014, p. 257). Como argumenta o autor, a resistência é um elemento das relações estratégicas que envolvem o poder, e a medicalização serviu também como instrumento de resistência, pois os homossexuais, pelo menos naquele momento, puderam se servir dele para argumentar que, se eles eram tratados como doentes, não poderiam mais ser desprezados, perseguidos e condenados judicialmente por suas práticas. Ou seja, conseguiram escapar da polícia, mas caíram nas mãos da medicina.

Desde o momento em que a medicina e o saber médico se constituíram socialmente como portadores de um saber sobre as sexualidades, não podemos desconsiderar seus atravessamentos com a produção de homossexualidades. A partir da consideração das homossexualidades como doença, ainda no século XIX, a medicina passou a encampar os valores morais daquele período e se orientar pela ideia de que as sexualidades são natas. Isso ao passo que a heterossexualidade foi inventada como a forma normal, natural e saudável de desejo sexual. Foi nesse momento que as homossexualidades, atreladas à ideia de desvio, de anormalidade e de doença em relação ao que se tinha como saudável – a heterossexualidade, avançaram como sexualidades socialmente desqualificadas e abjetas, como ainda são percebidas, em muitos espaços sociais atualmente. Como podemos perceber, desde o momento em que a medicina começou a exercer sua função social de reguladora das sexualidades, a homossexualidade vem sendo enquadrada como questão médica a ser investigada, identificada, tratada e controlada socialmente com vistas a servir de baliza, referência ou exemplo de algo errado, impuro, sujo, doente ou abjeto para, em oposição, ajudar na construção das heterossexualidades.

Foi em meio a um complexo jogo que envolveu questões religiosas e morais que a medicina psiquiátrica encontrou seu lugar de defensora das normas e das instituições sociais e

colocou as homossexualidades no jogo de saber, poder e controle da área médica. Foi nesse mesmo jogo social que começou a distribuir desigualmente a precariedade que os sujeitos passaram a ser identificados e nomeados pela sua sexualidade. Assim, desde o século XIX, conforme esses sujeitos se distanciam mais, ou menos, em relação à norma que aponta que a sexualidade natural é a heterossexual, vão acontecendo os processos que buscam enquadrá-los a fim de regular suas formas de expressão a partir da intensificação da precarização de suas vidas.

É a partir dessa conversa que tivemos que podemos perguntar: como é viver em mundo em que se relacionar com uma pessoa do seu mesmo gênero pode representar maior precarização da vida? O temor de uma maior precarização pode levar os sujeitos homossexuais a se aproximarem da medicalização como forma de adequação de seus corpos a padrões heterossexualizantes? Pode levar sujeitos homossexuais a fazerem alianças, com valores e marcas heterossexuais tradicionais como o corpo mais definido, o casamento, o amor romântico ou a monogamia a fim de diminuir seu distanciamento e garantir melhor ‘passabilidade’ em relação à norma e à consequente diminuição da precariedade de suas vidas? Essas e outras questões aqui levantadas serão problematizadas no sexto capítulo.

Ficaremos por aqui, mas, antes de avançarmos na conversa sobre os discursos e a produção de sujeitos, quero propor que pensemos num desafio ético que Butler (2018) nos propõe ao afirmar que “onde uma vida não tem nenhuma chance de florescer é onde devemos nos esforçar para melhorar as condições de vida” (BUTLER, 2018, p. 43).

4.4 OS DISCURSOS E A PRODUÇÃO DE SUJEITOS

Desde que comecei a experimentar a vida acadêmica, venho aprendendo, com Deleuze (2010), a me colocar à espreita quanto aos mais singulares e aparentemente insignificantes acontecimentos; com Louro (2010), a observar detalhes, gestos, palavras, ruídos, olhares, silêncios... Isso, ao passo que, a partir da obra de Nietzsche e Foucault, venho despertando para a forma como nos tornamos o que somos, para como nos constituímos por meio das sutilezas e estratégias dos discursos e toda a rede de poderes e saberes que eles articulam por seus jogos de verdade, ou seja, jogos entre o verdadeiro e o falso, o certo ou errado, o normal e o anormal, como acabamos de conversar.

Enquanto, no capítulo anterior, conversamos sobre a produção de sexualidades a partir da distribuição social da precariedade e abjeção entre os corpos divididos entre heterossexuais

e homossexuais, bem como dos corpos homossexuais entre si, vamos, agora, avançar um pouco mais no estudo dos discursos e de como estes nos produzem como sujeitos.

Para Esther Díaz (2012), nossas práticas nos moldam, nos sujeitam, mas não nos determinam totalmente. Elas “antes nos dirigem sustentando o advento da individualidade” (DÍAZ, 2012, p. 4). O que essa autora nos diz é que não somos totalmente capturados pelos discursos, ou seja, negociamos com eles e podemos escapar e resistir a suas tentativas de controle sobre nosso corpo.

Os primeiros trabalhos de Michel Foucault orientavam-se a partir de um método por ele mesmo inventado e designado como Arqueologia. Segundo Veiga-Neto (2011), não devemos pensar a Arqueologia como um método tradicional e cartesiano de pesquisa, mas “como um conjunto de procedimentos de investigação e análise quase prazerosos, sem maiores preocupações com regras práticas aplicáveis a problemas técnicos, concretos” (VEIGA-NETO, 2011, p. 11).

Foucault (2016) aponta a Arqueologia como uma tentativa de se distanciar de uma produção histórica preocupada com a definição de longos períodos com seus “equilíbrios estáveis e difíceis de serem rompidos, os processos irreversíveis, as regulações constantes” (FOUCAULT, 2016, p. 3), em cujas bases sólidas, imóveis e mudas se recobririam uma densa camada de acontecimentos. A uma produção histórica ocupada com estabelecer ligações entre acontecimentos dispares e com necessidade de organizá-los em sequência ou em continuidade com vistas a formação de um conjunto e uma totalidade, Foucault (2016) propõe uma produção voltada para fenômenos de ruptura ou para a incidência das interrupções, ou seja, longe da criação de grandes continuidades descritas como épocas ou séculos. Nessa primeira fase de suas pesquisas, o pensador dedicou-se ao estudo de diferentes outras formações históricas com suas variadas acomodações, que o levaram a abandonar qualquer ideia de progresso, de linearidade, aperfeiçoamento ou causalidade histórica.

Para o autor, à medida que o presente muda, vários passados podem aparecer, ou seja, aparecem novos encadeamentos, outras hierarquias de importância, outras redes de relações, visto que “as descrições históricas se ordenam necessariamente pela atualização do saber, se multiplicam com suas transformações e não deixam, por sua vez, de romper com elas próprias” (FOUCAULT, 2016, p. 5). A Arqueologia, pensada assim, procede inversamente à história tradicional, pois “procura soltar todos os fios ligados pela paciência dos historiadores; multiplica as diferenças, baralha as linhas de comunicação e se esforça para tornar as passagens mais difíceis” (FOUCAULT, 2016, p. 206).

A partir do que já conversamos até aqui, penso poder manifestar meu interesse por aproximações, durante minha pesquisa, com a forma arqueológica de olhar para o passado, isto é, sempre o interrogando com os olhos do presente, com os olhares que meu momento histórico e meu lugar no mundo me possibilitam mirar.

É a partir da manifestação de um internauta no *Twitter* que continuaremos nossa conversa acerca dos discursos. “*Tô vendo surto de medicalização psiquiátrica nos círculos gays que rondam minha time line*” (2021), diz um internauta. “*Eu percebo um comportamento muito comum no nosso meio de tentar sanar nossas inseguranças via remédio*” pois, como aponta, é comum a sugestão, entre os seus contatos nas redes sociais *online*, que “*Pra curtir na festa? MD e Key*”, enquanto para quem está “*Inseguro com o corpo? Toma oxandrolona, GH, durateston*”. Como enuncia esse sujeito, caso surja alguma ansiedade em relação à performance sexual, as sugestões são: “*toma viagra pra comer, Gi e padê pra dar*”. Continuando, para o caso de as alternativas anteriores não resolverem ou não serem satisfatórias, esse sujeito indica também que, aos primeiros sinais de depressão, pode-se correr “*pro psiquiatra pegar receita de zolpidem ou alprazolam*”.

Afirmando não querer passar por evoluído ao fazer a postagem, em sua defesa, esse sujeito argumenta que já usou ou usa todas essas drogas, inclusive, aponta que toma “*PrEP, inclusive, muito por ansiedade com camisinha*”. A postagem termina com a afirmação de que, mesmo com o uso dessas substâncias: “*Eu ainda vivo essa sensação de insuficiência*”.

Para Foucault (2016), a análise arqueológica trata os discursos como acontecimentos históricos e práticas sociais que obedecem a regras. Em minhas incursões pelo *Twitter*, foi muito frequente encontrar sujeitos homossexuais manifestando-se acerca dos desafios que enfrentam devido ao grande preconceito e às incompreensões acerca das homossexualidades, bem como dos decorrentes temores e da insegurança que a vida em um ambiente hostil lhes proporciona. A enunciação desse internauta que diz que, apesar de tudo, a “*sensação de insuficiência*” permanece, é apenas uma de tantas.

O discurso que nos interessa não está no que foi dito pelo internauta ao apontar: “*percebo um comportamento muito comum no nosso meio de tentar sanar nossas inseguranças via remédio*”. Tampouco o discurso que nos interessa encontra-se no restante de sua afirmação acerca dos medicamentos cujos usos e funções descreve. O discurso que aparece, nesse acontecimento discursivo que é o tuíte, pode ser apreendido pelo que ele enuncia, isto é, o que ele produz ou faz acontecer nos sujeitos: a crença de que os temores, as dores, os prazeres e as inseguranças da vida, no caso a dos sujeitos homossexuais masculinos, podem ser sanadas “*via remédio*”.

Como aponta Foucault (2016), é a partir de coisas ou fatos reais e concretos, no caso o tuíte, que os discursos têm lugar no mundo, ou seja, é por meio de acontecimentos, quer sejam esses discursivos ou não discursivos, que a arqueologia encontra seus objetos nos discursos e no que eles enunciam e produzem nos corpos. O discurso é, assim, analisado em sua materialidade, no que enuncia e não cabe ao/à pesquisador/a procurar algo escondido ou não dito por trás dele/a, o que não equivale a dizer que tenhamos acesso fácil ou possamos perceber, sem esforço algum, o que os discursos enunciam.

Como nos alerta Foucault (2016), não devemos tratar o discurso como um documento ou como signo de outra coisa que esteja oculta e que precisa ser encontrada. O discurso está no que foi dito e no que foi enunciado e na prática à qual ele se refere. Se examinarmos a fala do internauta que aponta para o uso dos medicamentos como forma de sanar as inseguranças vividas por alguns sujeitos homossexuais masculinos, podemos perceber que ele possui uma “função que se apoia em conjuntos de signos” (FOUCAULT, 2016, p. 140), função essa que não se encontra na coesão ou lógica do que foi dito, nem no conjunto gramatical que compõe o texto escrito no *Twitter*, mas na prática social que ele produz a qual nos permite perceber que tal discurso existe. O discurso acontece, ou faz algo acontecer, pois o próprio internauta se refere ao que outros usuários postam em seus perfis sobre o uso que fazem dos medicamentos.

Foucault (2016) nos sugere tratar o discurso “em seu volume próprio, na qualidade de monumento” (FOUCAULT, 2016, p. 170). Mas o que vem a ser tratar um discurso como monumento? Para o autor, devemos tratar o discurso enquanto um objeto em torno do qual, para que possamos analisá-lo e descrevê-lo, como um acontecimento que é, possamos buscar novos ângulos, novos contornos, novos olhares, novas problematizações, novas relações, novos arranjos de poder e saber que o envolvem. A ideia é bem próxima do que seria deparar-se com um monumento, em uma praça pública, e circular ao seu redor fazendo-lhe perguntas. O discurso assim entendido, enquanto um monumento, tem uma materialidade que pode ser percebida e analisada pelas relações que estabelece com sua exterioridade, com o que o cerca, com o que o olha e investiga, com o que o utiliza e o faz circular e, sobretudo, no que ele produz nos sujeitos. Considerar o discurso como um monumento é diferente da forma tradicional de fazer falar um documento, ou seja, explicando-o e interpretando-o, é, antes, colocar-lhe questões.

Nesse jogo discursivo, a linguagem - no nosso caso a que nos permite acessar o tuíte em questão - tem um lugar de destaque, pois possibilita a circulação e a difusão de discursos. No entanto, a linguagem não é considerada como um “instrumento que liga o nosso

pensamento à coisa pensada, ou seja, como um instrumento de correspondência e como formalização da arte de pensar” (VEIGA-NETO, 2011, p. 89). A linguagem, nessa perspectiva, não é tratada como um instrumento que liga as palavras às coisas do mundo, mas é “constitutiva do nosso pensamento e, em consequência, do sentido que damos às coisas, à nossa experiência, ao mundo” (VEIGA-NETO, 2011, p. 89). Dessa forma, o que foi dito e escrito não é o discurso em si, o discurso que nos interessa está no que a fala do sujeito nos permite perceber: a crença no poder dos medicamentos como forma de curar a dor e o sofrimento socialmente produzido em alguns corpos homossexuais masculinos.

O discurso não é, então, algo deslocado da prática, mas forma a própria prática de uso de medicamentos perante as dificuldades da vida. Mediadas pelos discursos, nossas práticas sociais vão nos conduzindo a produzir olhares e enquadramentos que ora dialogam diretamente e ora se distanciam de tantos outros enunciados presentes em diferentes outros discursos, como, por exemplo, o histórico discurso de que a homossexualidade representa sofrimento e insegurança ou de que ela é algo anormal ou doentio que pode ou deve ser curado.

Analisar o discurso medicalizante que sugere levar para a área de saúde e farmacêutica questões sociais e psicológicas dos sujeitos, como o desconforto vivido por alguns homossexuais, é perguntar por suas relações com nosso momento histórico. Como aprendemos, por exemplo, que, para aproveitar uma festa, temos que recorrer a drogas, como MD¹⁷ e kay¹⁸, como informa o sujeito que fez a postagem? Quem produz, lucra e quem consome tais drogas? Em que situações? Como se aprende que para sanar as “*inseguranças do corpo*” pode-se tomar oxandrolona, GH, durasteston¹⁹, como apontado *tuíte*?

¹⁷ De acordo com informações que colhi junto a usuários do *Twitter*, essa droga sintética vem conquistando jovens de classe média alta por deixar o organismo hipersensível e por aumentar o sentimento de prazer. “A MD é uma sigla que os usuários da droga criaram para representar a sigla MDMA (3,4-metilenodioximetanfetamina). Trata-se de uma versão diferente de ecstasy ou lança perfume, como se fosse uma opção ‘melhorada’ da droga. É conhecida como a pílula do prazer, por conta dos seus efeitos no organismo” (MD..., 2020, recurso online).

¹⁸ Kay é sinônimo de “ketamina [que] é um poderoso anestésico que se encontra sob a forma de pó branco, líquido ou tablete e que é consumido por via oral, inalada ou injectada. A sua posse não é ilegal, dado que é prescrita por médicos. A K ou special K, como é chamada pelos seus consumidores, é uma droga psicodélica derivada da fenciclidina [...], aumentando a atividade do sistema límbico e produzindo um efeito analgésico e amnésico. Origem: A ketamina foi produzida em 1965 pelos laboratórios Parke & Davis como um anestésico para uso humano (cirurgias) e, principalmente, veterinário. Foi utilizada no Vietnã para diminuir a dor dos feridos. Começou a ter funções recreativas nos anos 70, muito associado à cultura Gay, sendo depois integrada nos contextos de festas rave” (PSICOLOGIA.PT, [2022], recurso online).

¹⁹ A oxandrolona é um anabolizante esteroide derivado da testosterona que, sob orientação médica, pode ser usado para tratar a hepatite alcoólica, má nutrição calórica proteica moderada, falha no crescimento físico e em pessoas com síndrome de Turner. Embora esse remédio seja comprado na

Como descrito na postagem, há um medicamento para cada situação e isso é ensinado e aprendido socialmente de alguma forma. Para qualquer ansiedade ou medo em relação à vida e ao sexo, além do PrEP, apontado pelo sujeito contra o desconforto e insegurança gerados pelo uso da camisinha, existem muitas outras drogas relacionadas ao sexo e ao prazer como aquelas “*para comer*” e “*pra dar*”. E se tudo isso não funcionar e a depressão chegar, a solução é correr para o psiquiatra.

O relato desse usuário do *Twitter*, feito a partir de sua experiência junto “*círculos gays que rondam*” sua *timeline*, sua linha do tempo, que lhe permitiram perceber o que chama de “*surto de medicalização psiquiátrica*”, em si, não é um discurso. Mesmo que a percepção do usuário esteja de acordo com pesquisas e estudos como o ‘Diagnóstico LGBT+ na pandemia’ realizado pelo coletivo #VoteLGBT²⁰ em 2020 que também aponta para a piora na saúde mental conforme apontado por 42,72% dos entrevistados (inclusive o fato de discriminação entre os pares), seu relato, em si, não é um discurso (#VOTELGBT, 2021).

O discurso pode ser percebido na medida em que formos capazes, enquanto pesquisadores/as, de “descrever os diversos modos pelos quais é tecido, discursivamente, o social” (FISCHER, 2005, recurso online.), isto é, como o discurso movimenta relações de saber e de poder e produz a prática social dos sujeitos: a prática de usar os referidos medicamentos. Como podemos notar na fala do usuário, ele próprio já usou todas as drogas que cita, ou seja, o discurso acerca das funções e possibilidades das drogas e seus usos, recreativos ou não, geraram sua prática com elas. Como sugere Fischer (2005, recurso online), “descrever enunciados de um discurso é apreender esse mesmo discurso como acontecimento, como pertencente a uma certa formação discursiva”. Em outras palavras, é descrevê-lo “como ligado a um certo regime de verdade e, ainda, como diretamente relacionado à constituição de sujeitos individuais e sociais” (FISCHER, 2005, recurso online) em um determinado tempo e lugar.

Foucault (2011c) entende que os discursos devem ser tratados “como um conjunto de acontecimentos discursivos” (FOUCAULT, 2011c, p. 57). Por acontecimento o autor trata

internet para ser usado indevidamente por atletas, a sua utilização só deve ser feita sob indicação médica. Já a GH (gama-hidroxibutirato) é, às vezes, descrita como “a droga do estupro” e também é usada de forma recreativa e consensual. É bastante comum seu uso para fazer o chamado chemsex, termo em inglês que descreve atividade sexual entre dois ou mais parceiros com uso de substâncias químicas para maior estímulo, sendo muito usada como uma droga de festa (OXANDROLONA, [2022]).

²⁰ Estudo realizado entre abril e maio de 2020, com objetivo de identificar os desafios da comunidade LGBT+ durante o período de isolamento social. Por meio de um formulário *on-line*, a pesquisa recebeu mais de 10 mil respostas das cinco regiões do país (#VOTELGBT, 2021).

algo que se produz como efeito de cortes ou “cesuras que rompem o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e de funções possíveis” (FOUCAULT, 2011c, p. 58). Para o autor, o acontecimento pode ser percebido no efeito que produz movimento e que desloca o sujeito de uma posição, de uma forma de sujeito, a outra. Assim, de uma insegurança com o desempenho sexual, o uso de um medicamento pode deslocar o sujeito para outro lugar: o da confiança e do bom desempenho, como pode levá-lo da ansiedade e depressão, para um estado/lugar de conforto. Compreendido dessa forma, o discurso não é algo que o sujeito detenha ou sobre a qual tenha posse, mas está no que o constituiu como sujeito, com suas verdades e suas práticas.

Na próxima subseção, examinaremos, junto ao discurso medicalizante que nos interessa investigar, algumas condições apontadas por Foucault (2011c) para que o discurso realize sua função estratégica na constituição de sujeitos.

4.4.1 Condições para o discurso realizar sua função

Foucault (2011c) aponta que, ao analisar o enunciado de um discurso, o que se descobre é uma “função que se apoia em um conjunto de signos” (FOUCAULT, 2011c, p. 140). De acordo com o pensador, essa função do discurso requer, para se materializar: 1) um referencial, 2) um sujeito, 3) um campo associado e 4) uma materialidade. Independentemente da forma como esse discurso é veiculado, quer seja por uma fala, o texto de uma postagem numa rede social, uma imagem etc., o que importa é que sua condição de enunciado apresenta, necessariamente, os quatro elementos apontados.

Pensando com autor, a partir do tuíte que estamos analisando, isto é, aquele em que um sujeito nos conta do que chama de “*surto de medicalização psiquiátrica nos círculos gays*”, ao citar a propagação de drogas de uso recreativo como MD, Key, oxandrolona, GH ou durateston, dentre outras, podemos apontar a existência de um discurso que produz a crença no uso de medicamentos como forma de “*sanar as inseguranças*” dos sujeitos em relação aos desafios da vida, especialmente para as questões que perpassam a constituição de alguns sujeitos homossexuais. A primeira coisa a nos atentarmos é para o fato da existência de um referente, isto é, algo que identificamos e reconhecemos, afinal, os medicamentos/drogas estão aí e, a cada dia, via pesadas campanhas e marketing, acreditamos mais em seus poderes e funções sobre o organismo.

A segunda condição apontada por Foucault (2011c) é a existência de um sujeito que manifeste o discurso em questão. Nesse caso, temos o próprio sujeito que fala de si e do que

observa em grupos e sujeitos que “*rondam*” sua *timeline*. Acrescento que, junto ao *Twitter*, especialmente nos comentários a essa postagem, encontrei muitos sujeitos que também apontam para a mesma crença no uso dos medicamentos como recreação, atenuante ou mesmo como solução para as questões do dia a dia.

Pensar os sujeitos que enunciam no *Twitter*, nos termos foucaultianos, não quer dizer que há uma ‘consciência que fala’ ou um ‘autor da formulação’, mas uma “posição que pode ser ocupada, sob certas condições, por indivíduos diferentes” (FOUCAULT, 2011c, p. 141). Analisar o discurso que produz a crença atual no uso de medicamentos como solução para os medos e as inseguranças inerentes à vida tem a ver com investigar quais são os sujeitos que estão nesse lugar, nessa posição de sujeito, isto é, quais sujeitos estão na condição de se produzirem com e a partir da prática do consumo de tais substâncias. Mas, ao analisar tal discurso, ao mesmo tempo que identificamos que existem sujeitos que recorrem aos medicamentos para sanar suas ansiedades socialmente produzidas, precisamos também considerar que existem tantos outros que fazem diferente ou que não assimilam tal discurso. O discurso não chega da mesma forma e produz os mesmos resultados em todos os sujeitos, adverte Foucault (2011c), pois sempre existe a possibilidade de resistência.

A terceira condição para que um enunciado discursivo exerça sua ‘função’ na produção de práticas dos sujeitos é ele estar associado a um campo. Para o pensamento foucaultiano, o enunciado nunca existe isolado, “mas sempre em associação e correlação com outros enunciados, do mesmo discurso” (FISCHER, 2001, p. 202). Foucault (2011c) chama nossa atenção para o lugar que a ciência vem ocupando na cultura ocidental desde a modernidade como forma de acesso a verdades do mundo e do sujeito. Discutindo a medicalização da sociedade atual, Dantas (2009) aponta para o que chama de ‘tecnificação da vida’, isto é, uma crença incalculável na tecnologia que, com seus saberes e discursos, “parece nutrir as almas e os corpos contemporâneos” (DANTAS, 2009, p. 563). De acordo com a autora, pensar a medicalização como parte da atual ‘tecnificação da vida’ diz de uma época na qual os indivíduos são dominados pelo instrumental e pelo funcional, isto é:

Mergulhado numa visão racional e objetivista, torna-se fácil creditar a solução de nossas inquietações existenciais às promessas do aparato tecnológico. A contemporaneidade, aderida a uma crença quase absoluta no discurso técnico, parece anestesiarse com as descobertas, cada vez mais recentes, de substâncias que prometem desde a perda de peso até a felicidade (DANTAS, 2009, p. 565).

Com Dantas (2009), podemos pensar a medicalização como um evento que não é isolado, mas como um conjunto de procedimentos e práticas que apontam para as soluções farmacológicas como resposta rápida e eficiente para os problemas da vida. Ou seja, o discurso que torna possível a crença no uso de medicamentos/drogas como forma de curar as dores e as inseguranças vivenciadas por sujeitos, conforme apontado no tuíte que estamos analisando, dialoga com outros discursos, como o da ciência e seus avanços tecnológicos como formas de “ultrapassar a própria condição humana através de saberes hegemônicos que, para além da organicidade e materialidade do corpo humano, procuram superação em ideais artificiais, virtuais” (DANTAS, 2009, p. 564).

Muito mais do que esse atravessamento do discurso medicalizante com a grande crença social na ciência e sua eficácia, precisamos considerar a atuação desses em conjunto com um outro discurso: o discurso heteronormativo. É a heteronormatividade que reforça e promove a ideia de virilidade e força do macho heterossexual, e, talvez, este seja o mais poderoso dos aliados do discurso medicalizante que apregoa a crença nos medicamentos como soluções para as ansiedades de alguns sujeitos, em relação à performance de seus corpos. Basta pensarmos no uso do Viagra para manter a ereção na hora de “*comer*”, como apontado na postagem.

A outra condição apresentada por Foucault (2011c) para que o enunciado do discurso funcione na produção de sujeitos é a sua materialidade. Vejamos um exemplo:

Figura 2 - Propaganda de Viagra - “Não deixe a vida atrapalhar sua história de amor”
(tradução nossa)



Fonte: Viagra... (2020).

Por materialidade, Foucault (2011c) considera a forma material, palpável, perceptível, real e efetiva de tais enunciados. A famosa propaganda que veicula a ideia de “tomou Doril a

dor sumiu”, bem como a do Viagra, acima, são muito sugestivas para pensarmos na materialidade do enunciado que sugere a crença no poder dos medicamentos, como estamos problematizando.

O exemplo dessa propaganda do Viagra, dentre inúmeras outras que divulgam tantos outros medicamentos ou tratamentos médicos para homens, permite-nos perceber a materialidade do discurso que promove a ideia de que os medicamentos têm o poder de resolver as questões da vida, nesse caso, o da ereção peniana. Ao oferecer a solução para desconfortos ligados à vida sexual e amorosa dos sujeitos, a propaganda nos permite perceber o quanto o enunciado promove a crença atual nos medicamentos/drogas da indústria farmacêutica. Podemos notar que ele também dialoga e conecta-se com outras enunciações de outros discursos, como o discurso midiático, que promove o amor romântico e a necessária e ‘natural’ virilidade masculina.

A esse jogo de inter-relações entre os discursos de várias instituições, de várias áreas do conhecimento (marketing, religião, justiça, medicina, pedagogia etc.) com seus enunciados e o que eles produzem, Foucault (2016) chama de formação discursiva. É fazendo parte de uma formação discursiva que os discursos aparecem em sua materialidade, em sua força e seu jogo de poder que nos envolve e produz socialmente. Como vimos, descrever um discurso é atentarmo-nos para o que ele enuncia. Assim, trabalhar com os enunciados discursivos é tentar apreendê-los funcionando no momento em que acontecem nos corpos irrompendo um certo tempo e lugar dentro de uma certa formação discursiva.

Essa conversa com Foucault (2011c) e sua forma de analisar os discursos nos ajuda a dialogar com o tema da minha pesquisa, pois nos permite argumentar como nossa sociedade se tornou tolerante em relação ao histórico enquadramento social da homossexualidade como uma sexualidade a ser manipulada e operada, como, atualmente, por dispositivos tecnológicos e farmacológicos. Trata-se de uma sexualidade produzida a partir de dispositivos construídos socialmente por meio de sofisticados jogos de saber e poder, como os que envolvem o mercado, a indústria farmacêutica e a tecnológica. Resta ainda dizer que estou chamando atenção para o caso das homossexualidades e sua medicalização, mas que não podemos de forma alguma desconsiderar que todas as sexualidades são medicalizadas, quer seja pelos mesmos processos aos quais nos referimos ao tratarmos as homossexualidades, quer por outros semelhantes ou diferentes.

Penso que o que foi apresentado anteriormente neste capítulo tenha nos ajudado a pensar a forma como a medicalização atravessa a produção das homossexualidades, desde que a medicina encampou o termo homossexualismo como um de seus casos, até o dia de hoje,

em que a indústria farmacêutica e a biomedicina preponderam em termos de técnicas e investimentos no governmentação de corpos, dentre os quais, alguns homossexuais masculinos que estamos investigando.

A seguir, avançaremos um pouco na história da medicina como uma ciência do anormal e dos ‘desviantes sexuais’ que nos interessa. Também conversaremos sobre como medicina se tornou uma poderosa agente social que é.

4.5 DISCURSOS MÉDICOS, SABERES, PODERES, VERDADES: O SURGIMENTO DOS ANORMAIS

As sociedades modernas estão submetidas a um processo contínuo e indefinido de medicalização. As condutas, os comportamentos, o corpo humano, a partir do século XVIII, integram-se a um sistema de funcionamento da medicina que é cada vez mais vasto e que vai muito além da questão das enfermidades. O termo “medicalização” faz referência a esse processo que se caracteriza pela função política da medicina e pela extensão indefinida e sem limites da intervenção do saber médico (CASTRO, 2009, p. 299).

A medicina é uma poderosa agente social (FOUCAULT, 2011a; 2010d; 2006). Penso que nunca fomos tão bombardeados e nunca sentimos tão de perto os saberes e os poderes da medicina funcionando na sociedade, como sentimos durante a pandemia de Covid-19. Tampouco, penso, tivemos outro momento em que os laços da medicina com a política e com a economia tenham se mostrado tão fortes, importantes e decisivos para a vida em sociedade.

Buscando problematizar a forma como os discursos medicalizantes afetam as homossexualidades, a pesquisa me levou por caminhos e encruzilhadas que me remeteram ao século XIX. É com o objetivo de rastrear como os discursos acerca das sexualidades apareceram, como foram inventados e vêm se reinventando socialmente a ponto de, até nos nossos dias, encontrarmos seus ecos, que voltaremos nosso olhar para um momento bastante significativo da longa história da medicina: o momento em que ela se tornou uma ciência do anormal, do ‘desviante’ sexual no século XIX.

A medicina, enquanto um campo de saber sobre um objeto que pode ser uma doença, um corpo, uma prática, nem sempre desfrutou de tanto prestígio social como desfruta hoje. Sua história é repleta de rupturas, de descontinuidades e de composições com outros discursos de outras instituições sociais que, por meio de discursos construídos historicamente em suas redes de saber e poder, ajudou a criar verdades sobre as sexualidades.

A obra de Michel Foucault é de extrema importância para nos ajudar a problematizar o olhar que dirigimos ao conhecimento médico. Não apenas a forma como esse saber científico foi/é utilizado em dada época, mas também como são definidos os limites e os territórios de seu domínio, bem como a forma como esse saber cria seus objetos e seus conceitos. Para o autor, a história do saber médico não deve ser tratada como uma evolução de suas técnicas e saberes, seus erros e acertos ou as ‘suas meias-verdades’, mas, sim, como uma tentativa de análise de “suas condições de existência, de suas leis de funcionamento e de suas regras de transformação” (FOUCAULT, 2011a, p. 285).

Rosa Maria Bueno Fischer (2001) nos ajuda a pensar que pesquisar os discursos sob inspiração foucaultiana não significa voltar os olhos para o passado (ou ao presente) como “se no interior de cada discurso, ou num tempo anterior a ele, se pudesse encontrar, intocada, a verdade, desperta então pelo estudioso” (FISCHER, 2001, p. 198). Segundo a autora, para Foucault, “nada há por trás das cortinas, nem sob o chão que pisamos. Há enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento” (FISCHER, 2001, p. 198), enunciados que o/a pesquisador/a pode fazer aparecer com suas análises.

Como tratamos anteriormente, Foucault (2016) nos diz que um dos elementos do enunciado é o fato de ele estar sempre junto a outros enunciados, inclusive de outros discursos, com os quais eles se cruzam, se complementam ou, até mesmo, se contradizem, como veremos a seguir nos entrelaçamentos da medicina com a religião e com a justiça.

Na obra ‘Os Anormais’, Foucault (2010d) relata um importante encontro da religião com a medicina em torno dos casos de possessão que tomavam os conventos católicos da Europa. Para o filósofo, o caso das possessões não se insere na história das doenças, especialmente na história das doenças psíquicas ou mentais no Ocidente, como veremos acontecer no século XIX, mas, sim, na história política do corpo: na história das investidas e das relações do poder sobre o corpo. Os casos de possessão tornaram-se, assim, muito importantes para percebermos como a medicina se utilizou da situação ao ser chamada a enquadrar e a cuidar desses casos. Mas a pergunta é: como os casos de possessão se tornaram objetos da prática médica? Como religião e medicina se articularam em torno dos casos de possessão?

A igreja precisou reagir e dar outros contornos aos fenômenos que invadiam os corpos no interior dos conventos. A alternativa encontrada foi o que Foucault (2010d) chamou de ‘transferência externa’, isto é, uma divisão (ou uma pulverização) de seu poder de controle sobre os corpos com o saber médico da época. A medicina resolveu, assim, um grande problema para a igreja católica, pois ofereceu ao poder eclesiástico uma saída para se libertar

“da cilada, que a possessão arma para a direção de consciência” (FOUCAULT, 2010d, p. 190)²¹. O que a medicina fez foi capturar a convulsão ao tratá-la como fenômeno autônomo e independente de questões religiosas, tornando-a um “objeto médico privilegiado”. Foi a partir do momento em que a medicina herdou da religião o domínio sobre carne convulsiva, um domínio antes recortado e organizado pelo poder eclesiástico por meio do exame de consciência, que ela pôde começar a operar um controle higiênico e com pretensões científicas (FOUCAULT, 2010d). Para Foucault (2010d), foi nesse momento em que a convulsão se tornou referência, modelo ou ‘protótipo da loucura’ e passou a ser analisada como um distúrbio ou uma anomalia do instinto, marcando a história do corpo e sua imersão nas tecnologias do poder, que a medicina, especialmente, a psiquiátrica, pode alçar voos e conquistar importante espaço na sociedade.

Até chegar o momento em que em que a psiquiatria deixaria de ser a análise do delírio, do erro ou da ilusão, a fim de se dedicar às perturbações do instinto (FOUCAULT, 2010d), dentre elas, a homossexualidade, nos meados do século XIX, além da religião, ela teve também um outro importante encontro, dessa vez, com a justiça. Analisando o exame médico-legal a partir de pareceres de peritos criminais, Foucault (2010d) aponta como os discursos médicos e jurídicos começaram a se afinar quando acrescentaram aos processos jurídicos termos como: preguiça, maldade, imaturidade, ‘debilidade do Eu’, estrutura de caráter, dentre outras características subjetivas. Para o autor, embora essas categorizações fossem pueris e pouco ou nada pudessem dizer do ato criminoso em si, ao criarem um campo de saber em torno da vida do criminoso, mesmo que fraco ou nulo epistemologicamente, permitiram uma ponte entre as noções médicas e seu funcionamento no campo jurídico. Começou a se delinear, assim, uma função para essas duas instituições, a jurídica e a médica, às quais se atribuíam a função de cuidar e proteger a sociedade contra uma suposta criminalidade patológica.

A partir da costura da noção de perversão com a de indivíduo perigoso foi criado o discurso moralista baseado no medo que, instaurado, suscitou uma positividade ou função das instituições médicas e jurídicas, que é a função e o poder de detectar e de se opor ao risco que alguns indivíduos representavam para a sociedade. Para Foucault (2010d), seria injusto e por isso não podemos reduzir o direito e o saber médico do século XIX, mesmo o saber psiquiátrico, a esse encontro que tiveram no exame médico-legal. Tal exame, a seu ver, violava a lei e ridicularizava tais saberes, mas que não são homogêneos nem a um, nem a

²¹ Para Foucault, os casos de possessão foram decorrentes do extremo controle sobre o corpo operados nos conventos por meio do exame de consciência e pela confissão.

outro desses saberes²². Em suas análises, o pensador identifica que o exame médico-legal em questão vem de outra parte, ou seja, não deriva nem da evolução da medicina nem da do direito ou da simples junção desses saberes, mas de algo que se insere entre eles.

No fundo, no exame médico-legal, a justiça e a Psiquiatria são ambas adulteradas. Elas não têm a ver com seu objeto próprio, não põem em prática sua regularidade própria. Não é a delinquentes ou inocentes que o exame médico-legal se dirige, não é a doentes opostos a não doentes. É a algo que está, a meu ver, na categoria dos ‘anormais’; ou, se preferirem, não é no campo da oposição, mas sim no da gradação do normal ao anormal, que se desenrola efetivamente o exame médico-legal (FOUCAULT, 2010d, p. 36).

Como aponta o autor, mediante a instauração desse poder estranho tanto ao saber médico quanto ao do direito, mas que opera a junção de ambos, surge o poder normalizador que envolve outras técnicas e outros conceitos que são encobertos pelas noções jurídicas de delinquência e de sujeitos perigosos para a sociedade, bem como pelos conceitos médicos de doença. Surge, dessa forma, uma prática que une a medicina e o direito como instâncias de controle do anormal, tornando-as, assim, como uma “instância de controle, não do crime, não da doença, mas do anormal, do indivíduo anormal” (FOUCAULT, 2010d, p. 36).

Edgardo Castro (2009) afirma que, para Foucault, o poder na modernidade era visto como “fundamentalmente da ordem da normalização dos indivíduos e das populações” (CASTRO, 2009, p. 299). Trata-se de uma normatização que operou com a medicalização dos corpos anormais, que mirou seu olhar examinador, identificou-os, fazendo-os surgir como objeto de saber e poder. A medicina criou, por seu discurso, o anormal, e desse, o doente. Ela o identificou, ofereceu nome, deu-lhe lugar no mundo, mas também tentou corrigi-lo e tratá-lo. Assim, acampado no discurso e no saber médico e jurídico, surgiu discursivamente um ser a ser corrigido, adaptado, conformado e incluído numa sociedade e sua moral; uma moral que se torna hegemônica e passa a querer ditar o que é normal ou patológico, o que é certo ou errado. Dessa forma, condutas e comportamentos passaram a ser medidos, examinados, esquadrihados e julgados com olhares que os viam como fora da norma, como impuros, como mazelas ou doenças a serem tratadas, com corpos incluídos na norma, mas como indesejáveis, abjetos. Foi nesse contexto que a homossexualidade entrou no jogo de saber e poder da medicina, ou seja, como anormalidade e doença.

²² Quero aproveitar este momento para apontar que, quando me refiro à medicina, à área médica, à área de saúde ou ao saber médico como agentes da medicalização da homossexualidade, não estou generalizando, ou seja, não quero dizer que todos/as os/as profissionais e saberes dessas áreas promoveram ou ainda promovem a medicalização da homossexualidade. Considero, assim, que a medicina é muito mais do que sua vertente medicalizante que é meu objeto de estudo.

A psiquiatria codificou o perigo social representado pelos anormais como doença e pôde, a partir disso, funcionar como ciência médica relacionada à higiene pública em busca do segredo dos crimes e dos comportamentos indevidos (FOUCAULT, 2010d), mas também das sexualidades dos apontados como anormais. Dessa forma, para proteger a sociedade de todos os comportamentos anormais e

para se justificar como intervenção científica e autoritária na sociedade, para se justificar como poder e ciência da higiene pública e da proteção social, a medicina social tem de mostrar que é capaz de perceber, mesmo onde nenhum outro ainda pode ver, um certo perigo; e ela deve mostrar que, se pode percebê-lo, é por ser um conhecimento médico (FOUCAULT, 2010d, p. 103).

Segundo Foucault (2010d), foi na formação discursiva do século XIX que o uso regrado do conceito de instinto apareceu. O instinto pelo qual a psiquiatria pôde trazer para o campo da “doença e da medicina mental todos os distúrbios, todas as irregularidades” (FOUCAULT, 2010d, p. 112), dentre essas, as condutas mais cotidianas dos pequenos monstros: a dos, à época, chamados invertidos sexuais (homossexuais). Por meio de seu saber sobre os instintos e sobre suas possíveis origens, saberes que, inclusive, aproximaram-na da biologia, a psiquiatria adentrou jogos de poder próprios da instituição judiciária e do saber dos médicos abandonando seu passado de ‘psiquiatria do delírio’, passando a “uma psiquiatria do instinto, com todas as consequências que isso ia ter para a generalização de seu poder social” (FOUCAULT, 2010d, p. 114).

Como casos da medicina, os anormais do século XIX, dentre esses, os homossexuais, transformaram-se numa legião movida por instintos os mais primitivos, os mais sanguinários, os mais instáveis, os mais degenerados por sua natureza anormal.

Esse mergulho, junto a Foucault, além de satisfazer aos interesses acadêmicos em problematizar a historicidade da ideia de anormalidade, também diz muito de minha busca pessoal por contornar questões que muito me incomodaram no meu passado, como a descoberta da homossexualidade.

Não posso dizer do quanto o medo e o temor de um sentimento que eu não sabia explicar, do qual nem se podia falar direito e que precisava ser escondido impediu-me de viver e experimentar meu corpo e outros prazeres. Não cabe aqui, tampouco, lamentar o que posso ter deixado de fazer, mas penso que meu caminho, e o de tantas outras pessoas, poderia ter sido diferente ou menos tortuoso, se um dos desejos mais elementares, o desejo sexual, não fosse, até nossos dias, ensinado e aprendido como sendo um desejo anormal, doentio, em

desarmonia, em desequilíbrio. Um desejo que é socialmente malvisto e que, se vivido, pode gerar dor e sofrimento, como me ensinaram. A associação da homossexualidade a anormalidade, instabilidade emocional, dor ou sofrimento foi um grande fantasma para mim. Um fantasma que se fez silêncio, introspecção, timidez, incerteza e medo. Medo de que os outros soubessem de meus sentimentos; medo de determinados assuntos e temas que pudessem me expor; medo que me levou a me esconder de mim mesmo e da minha sexualidade por anos.

Certamente, é também pelas marcas desse tempo de silêncio que, hoje, pesquiso as homossexualidades. Por isso, ao mesmo tempo, esse meu interesse pela obra de Foucault e pela forma como o autor puxou fios dos discursos que instituíram o discurso da anormalidade que agregou doenças, distúrbios e tantas demandas que foram incorporadas pela medicina. Penso que essa conversa acerca da instituição do discurso sobre o normal e o anormal no século XIX é muito útil para esta pesquisa, pois a matriz discursiva e enunciativa que criou a ideia de anormalidade e que englobou uma série de comportamentos indesejados pela sociedade, como o do delinquente, o do louco ou o do perverso, é a mesma que criou o ‘homossexualismo’ como doença.

4.6 A MEDICINA E O PODER DE ESTADO: A BIOPOLÍTICA

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica (FOUCAULT, 2012, p. 144).

Foi no contato com a obra ‘Em defesa da sociedade’ (FOUCAULT, 2010e), especialmente com a aula do dia 17 de março de 1976, que pude perceber relações históricas do meu atual problema de pesquisa com o biopoder. Nessa aula, Foucault (2010e) discorre sobre o nascimento do biopoder e de seu principal campo de atuação: a população.

O crescimento das cidades e, concomitantemente, o das populações, foi um fenômeno que começou a acontecer na Europa, desde o fim do período feudal, mas que se intensificou a partir do processo da Revolução Industrial. As grandes transformações sociais desse período colocaram para os governantes a necessidade de desenvolver ferramentas, estratégias e técnicas que, aliadas às já difundidas técnicas de disciplina e docilização dos corpos, permitissem o avanço do seu poder sobre a população.

Para o pensador, foi no século XIX que surgiu o que chama de biopoder, isto é, uma nova forma de controle e poder sobre o ser humano enquanto ser vivo: algo como “uma estatização do biológico” (FOUCAULT, 2010e, p. 201). Com o aumento da população nas cidades e a necessidade de normalização e padronização das condutas, as técnicas disciplinares que continuaram atuando no nível dos corpos passaram a conviver com um poder que atua sobre o corpo coletivo, isto é, sobre os múltiplos corpos que formam a população: o biopoder (FOUCAULT, 2010e). Para o autor, a biopolítica é uma “nova tecnologia que se instala e se dirige à multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados e eventualmente punidos” (FOUCAULT, 2010e, p. 204). Nesse contexto, a população surge como uma massa global “afetada por processos de conjunto que são próprios da vida” (FOUCAULT, 2010e, p. 204), como taxas de nascimento ou de mortalidade, processos produtivos, dados sobre doenças, como as pestes etc.

Em meio a grandes transformações econômicas, sociais e políticas do século XIX, a biopolítica assumiu e desempenhou um importante papel como auxiliar no governo das populações. Agindo sobre esse coletivo, a população, a medicina higiênica foi utilizada estrategicamente pelo biopoder. Por meio da centralização das informações, pela coordenação dos tratamentos médicos e pela normatização do saber da época, a medicina higiênica promoveu a medicalização da população (FOUCAULT, 2010e) e permitiu uma sofisticação da forma de exercer o poder político, um poder ancorado e apoiado por outras instituições, como a médica e a jurídica, criando um poder diluído e articulado com outros sistemas de saberes.

Foucault (2010e) aponta que a biopolítica funciona como forma de padronizar, evitar desvios ou minimizar seus efeitos sobre o corpo população. Assim, a medicina higiênica atuou como reguladora daqueles indivíduos anormais que não cabiam na sociedade planejada de acordo com critérios produtivos exigidos pelo capitalismo liberal do século XIX. Dessa forma, a medicina teria contribuído decisivamente, em conjunto com outros dispositivos e instituições, na identificação, nomeação e separação dos incorrigíveis, dos indesejados, grupo que incluía os sujeitos apontados como ‘desviantes sexuais’ recém- incluídos e agora vigiados pela norma. Nas palavras de Foucault (2010e), a medicina vai ser “uma técnica política de intervenção, com efeitos de poder próprios” e “é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores” (FOUCAULT, 2010e, p. 212).

Foucault (2010e) mostra como a biopolítica avança, chegando a produzir o que chama de racismo de estado, identificado tanto no capitalismo quanto no socialismo como prática de exclusão do estranho, do estrangeiro, do diferente, do inapto, do anormal. Para o autor, com o intuito de promover a vida de alguns (ou de uma população), os outros, os chamados diferentes ou fora das normas, têm suas vidas mais precarizadas, são excluídos a fim de purificar uma raça, uma população, uma forma de produção ou de banir um comportamento indesejado.

André Duarte (2005) ajuda-nos a pensar esse jogo de manutenção de algumas vidas escolhidas como mais aptas ou merecedoras da vida em detrimento de outras que podem ser descartadas. Para o autor,

o conceito de biopolítica nos permite compreender, portanto, a dinâmica intrinsecamente paradoxal entre a assunção da vida ao estatuto de bem supremo e a sua simultânea transformação no item mais descartável do mercado político contemporâneo. Em um contexto biopolítico, a manutenção e incremento da qualidade de vida de uns implica e exige a destruição da vida de outros, implica tornar a vida supérflua e descartável, motivo pelo qual sua destruição faz-se acompanhar pela indiferença crassa dos não atingidos (DUARTE, 2005, p. 19).

O conceito de biopolítica apresentado por esse autor nos aproxima muito da conversa que tivemos, com Butler (2018), acerca da distribuição desigual da precariedade entre os corpos, e permite-nos perceber a forma como a precariedade, no contexto da biopolítica, implica tornar algumas vidas supérfluas e descartadas. Pensar na paradoxal realidade contemporânea delineada por Duarte (2005), que aponta para a assunção da vida humana ora como bem supremo, ora como “item mais descartável do mercado político contemporâneo”, possibilita-nos fazer algumas perguntas como: por que o outro, o diferente, o anormal incomoda tanto e precisa ser vigiado e controlado? Que poderes, que resistência esse outro manifesta? Esse outro diz ou faz coisas que não temos coragem de dizer ou fazer mediante a normatização que nos toma? O que, a quem ou a que poder ele ameaça? Ele pode nos despertar para nossa acomodação à norma? Pode nos seduzir a experimentar coisas novas?

Como aponta Foucault (2011d, p. 132), “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações”. Como apresentado em ‘Vigiar e Punir’ (FOUCAULT, 2011d), há um bom tempo, os corpos são moldados, vigiados, coagidos, controlados:

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política” que é igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer [...] A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” [...] ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita (FOUCAULT, 2011d, p. 133).

Essa maquinaria produtiva que arruína, desarticula e recompõe o corpo, atendeu a interesses políticos, econômicos e sociais bem específicos ligados a uma mecânica de poder que nascia: o capitalismo. Instituído relações microfísicas de poder, a disciplina implantada nas fábricas, nos exércitos, nas escolas e em outras instituições sociais fabricava corpos dóceis, submissos e úteis ao sistema. Como continua o autor, “este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e dominação” (FOUCAULT, 2011d, p. 28).

Se, inicialmente, a disciplina se impôs aos corpos aumentando sua capacidade e aptidão, essa técnica de controle dos corpos não foi mais suficiente com o crescimento das cidades e da população. Como a disciplina era voltada para o corpo individual, ela tornou-se ineficiente para o controle da população como um todo. Para complementar as técnicas disciplinares, surgiu uma nova forma de organização do poder, ou melhor, um novo poder que não eliminou ou substituiu a disciplina, mas a ela se acoplou: o biopoder.

A forma de manifestação do biopoder é a biopolítica, isto é, uma nova forma de poder, mais adaptada às novas demandas, e que focou no corpo-população, no corpo-espécie e investiu sobre a vida como um todo. Para Foucault (2011b), o biopoder foi uma condição e um elemento “indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” (FOUCAULT, 2011d, p. 153).

Essa nova técnica de poder e controle que visava a maximizar a vida, que mobilizou e intensificou o corpo e seus prazeres, que aumentou sua expectativa de vida e que problematizou sua saúde e seu funcionamento, foi a responsável pelo estabelecimento do dispositivo da sexualidade. Esse dispositivo que colocou a sexualidade aos corpos por meio de novos discursos - novos saberes, poderes verdades, desejos e prazeres - investiu, inicialmente, sobre os corpos das famílias burguesas. Valorizar e cuidar de seu próprio corpo e sexo foi

uma estratégia da burguesia para se impor socialmente e se destacar como classe. Apenas num segundo momento, e adaptadas, é que essas técnicas se voltaram à classe operária.

Como aponta Foucault (2012) na epígrafe que abre este texto, foi dessa forma que o corpo entrou no jogo da biopolítica, tendo sido a medicina uma das estratégias para a sua imersão nessa complexa rede de saber e poder. A medicina que conhecemos a partir do final do século XVIII, mais especificamente quando ela se ancora na ciência por meio da anatomia patológica, é uma prática eminentemente social. E o primeiro objeto que ela socializou, como força de trabalho, foi o corpo (FOUCAULT, 2012).

O corpo, dessa forma, foi inserido em relações que se articulam com macro e micro poderes (FOUCAULT, 2012). Isso quer dizer que o poder não pode ser pensado apenas como o poder localizado no Estado, na força policial, nas milícias etc., mas envolto a micropoderes pulverizados e diluídos socialmente (FOUCAULT, 2012). De uma forma ou de outra, para o pensamento foucaultiano, todos/as nós, que vivemos em sociedade, somos rodeados/as por relações que envolvem poder. Para o autor, é o poder distribuído e, às vezes, atribuído no meio social que marca o lugar que os corpos vão ocupar na sociedade, isto é, no campo discursivo que estabelece o que é considerado normal ou anormal, o que é saudável, o que é bonito ou que é certo ou errado em dado momento histórico.

A partir de Foucault (2000) podemos pensar o corpo como “superfície de inscrição dos acontecimentos”, como “lugar de dissociação do Eu” e como “um volume em perpétua pulverização” (FOUCAULT, 2000, p. 267). Operar com a ideia de que o corpo é uma superfície onde os acontecimentos têm lugar, onde eles se inscrevem, implica, em um primeiro momento, considerar cada acontecimento como novidade, diferença ou uma ruptura radical que se refere a uma novidade histórica (CASTRO, 2009). Os acontecimentos que marcam também empurram o corpo para outros lugares dissociando o Eu e o tornando outro e outro... indefinidamente. O corpo - e tudo que se refere a ele - está, assim, marcado pela história, impregnado pela história. Dessa forma, podemos pensá-lo como em contínua desagregação, em contínua dissolução. A história desfaz e arruína o corpo (FOUCAULT, 2000), ou seja, expõe-no a um contínuo processo de subjetivação e dessubjetivação. Trata-se de um processo de constante construção e desconstrução do sujeito.

Como podemos perceber, nessa longa história de colonização e de investidas do poder sobre o corpo, o discurso médico sempre teve um papel de destaque. O corpo tornou-se uma peça no jogo de saber e poder em que a medicina foi um instrumento, uma estratégia biopolítica de controle social, isto é, um dispositivo de controle de corpos. A medicina produziu e fez funcionar dispositivos que atuaram instigando o desejo nos corpos,

produzindo, assim, sexualidades. O desejo passou a ser disparado por variados discursos. Os discursos médicos criaram e ligaram a sexualidade aos sujeitos ao inventarem discursivamente um novo lugar para o desejo: o corpo. Foi a medicina que criou discursivamente um corpo de desejo. Um desejo que pode ser bem ou malvisto socialmente e que passou a ser incessantemente confessado, como trataremos em outra parte deste texto.

No próximo capítulo, conversaremos acerca de como a produção do Gesed, ao longo de dez anos de existência do grupo, marcaram e ajudaram a delinear os rumos que dei à minha pesquisa, bem como, do quanto as pesquisas realizadas no grupo ajudaram a disparar o sexto capítulo no qual problematizo as questões que movem a tese.

5 O GESED COMO UM IMPORTANTE ESPAÇO DE ACOLHIMENTO, DE RESISTÊNCIA, DE APRENDIZADO E DE LUTA

Nada escapa tanto e tão obstinadamente a nossa atenção quanto “as coisas que estão à mão”, o que está “sempre aí” e “não muda nunca”. É como se elas “se escondessem sob a claridade” – sob a luz enganosa e ilusória da familiaridade! Sua “normalidade” é uma espécie de cortina que impede qualquer inspeção (BAUMAN, 2011, p. 10).

O doutorado é muito mais do que um trabalho apresentado ao fim de quatro anos de estudos. Este texto que apresento à banca representa uma parte do que sacudi minha pesquisa ao longo de mais de quatro anos de intenso movimento, de muita concentração, de dedicação e de investimento de tempo na experiência como pesquisador. É considerando as intempéries que afetaram os caminhos da pesquisa que afirmo que meu trabalho não teria chegado a este ponto, se não existisse um grupo de estudos e pesquisas que o inspirasse, acolhesse e que nele investisse comigo.

É a partir de um artigo em que Anderson Ferrari e Luiz Davi Mazzei (2020) se propuseram a pensar em ‘lugares seguros’ para as homossexualidades que destaco a importância do Gesed como um importante espaço de acolhimento, de resistência, de negociações e de aprendizado. Um espaço que, ao escutar e cuidar dos seus membros, atua em suas constituições, isto é, “um espaço onde articulamos a resistência, onde aprendemos a lutar, onde encontramos as pessoas que estarão ao nosso lado nas trincheiras, lutando contra aquilo que nos afeta, agride, fere e mata” (FERRARI; MAZZEI, 2020, p. 40), como sugerem os autores.

Considerando que a pesquisa foi acontecendo num processo em que a dúvida era minha companheira de trajeto, é que destaco a importância das trocas que mantemos no grupo. Refiro-me tanto aos encontros semanais de estudos, de discussões e trabalho, mas, especialmente, aos encontros de orientação, como importantes e confortáveis momentos de acolhimento. Em algumas fases de mais turbulência na pesquisa, uma escuta atenciosa é tudo de que precisamos para impulsionar, potencializar e incrementar nossas ideias e planos. Dialogar e falar de nossas pesquisas é imprescindível para nos ajudar no convívio com possíveis riscos de pesquisar atirando-se ao novo, ao que não se sabe exatamente como vai terminar.

Desde que iniciei esta pesquisa, penso que o meu maior desafio foi o de não cair no maniqueísmo ou numa simples polemização do tema. Pretendi, inspirado pelo Gesed e por Foucault (2011a), ajudar a “deslocar a fronteira, não apenas a fim de situá-la alhures, mas

para torná-la incerta, inquietá-la, torná-la frágil, permitir passagens, osmose, trânsitos” (FOUCAULT, 2011a, p. 329). Meu intuito foi, então, não tratar a medicalização em termos de bem ou de mal, de certo ou errado, verdadeiro ou falso. No entanto, jamais deixei de perguntar, a todo momento: e se fosse o contrário? E se fosse diferente? Como se tornou do jeito que é? Como acontece? Que subjetividades constitui?

Admitir que algo poderia ser diferente do que é, como inspira Foucault (2011a), é o primeiro passo para que comecemos a duvidar do estabelecido pelo campo discursivo de nosso tempo. Duvidar da forma como nos tornamos quem somos, questionar como pensamos e como agimos pode nos levar a perceber o quanto nos acostumamos com as normas que nossa cultura nos apresenta e nos ensina como se fossem verdades, como no caso da cultura medicalizante. Colocar em questão o que somos e como nos constituímos pode nos levar a desconfiar e notar aquelas coisas que estão sempre à mão, pode nos levar a problematizar coisas que parecem naturais de tanto tempo que estão aí. Pode, enfim, ajudar a abrir, rasgar ou criar frestas na densa ‘cortina’ discursiva que impede sua inspeção, como sugere Bauman (2011) na epígrafe que abre este texto.

O contato com a obra de Michel Foucault permite-nos problematizar a forma como os corpos homossexuais entraram num sistema de “vigilância, de controle, completamente diferente: uma visibilidade incessante, uma classificação permanente dos indivíduos, uma hierarquização, uma qualificação, o estabelecimento de limites e diagnósticos” (FOUCAULT, 2011a, p. 395), a partir da constituição de uma sociedade normativa em que os corpos sexuados começaram a ser marcados por jogos de saber e poder. Jogos em que a norma apareceu como critério de divisão dos indivíduos e nos quais a medicina, “como ciência do anormal e do patológico, será a ciência rainha” (FOUCAULT, 2011a, p. 395), destaca o pensador.

As discussões que mantivemos até o capítulo anterior deixaram-me ainda mais instigado a problematizar as práticas atuais que aprendemos com os saberes e os poderes aos quais somos expostos e com os quais jogamos e nos constituímos. Trata-se de saberes atravessados pelo espectro da anormalidade, do transtorno, fragilidade, ou até doença, em relação às homossexualidades. Os estudos que realizei até a segunda qualificação permitiram-me perceber uma interessante história que pode ser rastreada, recontada e à qual podemos lançar novos olhares, fazer-lhe novas perguntas, constituí-la quanto às condições sociais e políticas que possibilitaram sua emergência, suas transformações ao longo do tempo ou sua repetição, enfim, seu caráter raro, aleatório e único dentro de uma cadeia de acontecimentos

que podem ser percebidos na prática de alguns sujeitos que encontrei enunciando coisas pelo *Twitter*.

Para me ajudar a contar a história que criei, ou melhor, de como ela foi se delineando aos poucos, vou começar por contar como o histórico de pesquisas desenvolvidas no Grupo Gesed marcaram minha trajetória acadêmica e, sobretudo, influenciaram decisivamente para que eu seguisse os caminhos que trilhei durante a pesquisa até chegar ao texto desta tese.

Eu e meu orientador tivemos dúvidas acerca do local em que este capítulo seria disposto no texto da tese. Se, por um lado, ele traz um pouco do que foi minha metodologia, ao passo que aponta para a forma como este texto foi se produzindo e como fui encontrando alternativas para os anseios e dúvidas que iam aparecendo, por outro lado, fiz a opção de deixá-lo aqui nesta parte por considerar que ele é um capítulo de ligação, ou seja, um texto que pode permitir ao/à leitor/a perceber uma certa cronologia em que a produção desta tese aconteceu, além de possibilitar uma melhor compreensão de como a discussão teórica e metodológica que compõem os capítulos anteriores permitiram-me avançar nas problematizações que virão no sexto capítulo.

Este capítulo foi produzido após um momento de grande turbulência e instabilidade entre a primeira e segunda qualificação, momento em que me voltei para as produções que vivenciei no Gesed a fim de encontrar abrigo e inspiração que me possibilitassem avançar e criar os caminhos para iniciar o processo de escrita que resultou no sexto capítulo. Foi muito confortante voltar às produções do grupo, dissertações, teses e artigos e perceber que o grupo, a todo momento, acompanhava-me em meu mergulho pelo *Twitter* à procura dos discursos medicalizantes que me interessavam. Foi um alento perceber que várias pesquisas já produzidas nos dez anos do grupo representavam importantes referências para minhas investigações. Esclarecida essa questão, vamos conversar a seguir acerca de como os fios deixados por pesquisas desenvolvidas junto ao Gesed contribuíram em meu processo de produção.

5.1 PUXANDO FIOS DAS PRODUÇÕES DO GESED

Durante a banca da minha primeira qualificação, a sugestão de trabalhar com as redes sociais *on-line* como forma de encontrar sujeitos que pudessem ajudar com as minhas problematizações soou como um grande desafio. Embora eu já tivesse cogitado essa possibilidade, naquele momento, lembrei-me dos problemas e das dificuldades que eu poderia

ter, considerando a minha ineficiência perante as tecnologias digitais. Foi aos poucos que a ideia foi sedimentando e eu decidi por acolher a sugestão da banca.

Se, no primeiro momento, hesitei quanto ao uso das redes sociais, após refletir um pouco e, principalmente, após conversar com meu orientador, o medo foi se transformando em provocação e estímulo, uma vez que dei conta de que não estaria sozinho, pois várias pesquisas que acompanhei no Gesed já vinham abrindo caminho para a minha. Refiro-me a pesquisas que vi acontecerem no grupo e que, além de tratarem de artefatos culturais, como a televisão, as selfies, o *YouTube* ou as revistas, como dispositivos de produção de sujeitos, também tematizavam as questões de gênero e sexualidade, inclusive, as homossexualidades masculinas. Algumas dessas pesquisas também utilizavam as atuais tecnologias digitais como campo de pesquisa. Daí, foi pensando nesse rico histórico de pesquisas que pude vivenciar no Gesed, entre dissertações, teses ou artigos, que passei a ver como promissora a realização do meu trabalho junto às redes sociais, por considerar, especialmente, a empreitada como uma importante forma de eu me aproximar dessa que talvez seja a principal forma de comunicação e de constituição de sujeitos em nossos dias e obter informações bem atualizadas acerca de meu tema.

Dentre as grandes influências e provocações disparadas pelas produções do Gesed, especialmente, para os rumos que tomei, destaco uma das primeiras pesquisas que pude ver nascer no grupo e que dialoga com meu tema. Falo da dissertação do pesquisador e professor Marcelo Faria dos Anjos (2014) intitulada “Telenovela ‘em cena’ - Enunciados Performativos de Personagens Homossexuais a partir dos anos 2000” que disserta sobre a trajetória de personagens homossexuais nas telenovelas brasileiras após o ano 2000.

Tratando as telenovelas como parte dos processos educativos espalhados pela sociedade e entendendo-as como um potente modo de subjetivação no mundo contemporâneo, o autor destaca que a telenovela é um dispositivo pedagógico na medida em que se utiliza de imagens, significações e saberes que, de alguma forma, “se dirigem a educação das pessoas, ensinando-lhes modos de ser e estar numa cultura” (ANJOS, 2014, p. 9). Para o autor, as telenovelas vão sendo construídas e modificadas, em boa parte, a partir da relação com o público, isto é, acompanhando e mudando a trajetória de personagens de acordo com a opinião pública, evidenciando o diálogo dessas produções com a cultura e com a sociedade em suas relações com as homossexualidades.

Inspirado por Foucault, a partir do estudo das telenovelas brasileiras, o autor me ajudou a pensar as homossexualidades como uma “constante construção discursiva e cultural” envolvendo, em nossos dias, estratégias e mecanismos tecnológicos pelos quais “podemos

investir em diferentes maneiras de ser, evidenciando o caráter fluído das identidades em relação aos espaços que circulam” (ANJOS, 2014, p. 100).

Apontando para a telenovela brasileira como um importante modo de produção de subjetividades, sinaliza que, para manterem sua interação com o público, é indispensável “que ela seja composta por personagens que mostrem a realidade de um determinado público ou proponham uma realidade, que será aprendida, desejada - e até rejeitada - por este mesmo público” (ANJOS, 2014, p. 85), a dissertação em questão me despertou também para perceber os intrincados jogos midiáticos que envolvem a produção social das sexualidades. Foi muito instigante para mim, que não costumava assistir a telenovelas, descobrir como, por meio de uma ‘engenhosa’ trama, pela primeira vez na TV, um diretor conseguiu fazer o público torcer por um casal gay que protagonizava ‘Amor à Vida’, novela de Walcir Carrasco, que terminou com um “beijo gay e a reconciliação do pai homofóbico com seu filho afeminado” (ANJOS, 2014, p. 158).

Em consonância com mudanças culturais acerca das homossexualidades, principalmente em função da politização, organização e mobilização de movimentos LGBTIA+ que há algumas décadas vêm conquistando maior visibilidade na sociedade, o papel que as telenovelas representaram como principal veículo de comunicação e de formação de opinião, há algumas décadas, parece ser ocupado, atualmente, pelas redes sociais como o *Twitter*, além de outras plataformas de comunicação *on-line*, realçando ainda mais a importância da pesquisa nessas redes.

Outra importante referência para os rumos da minha pesquisa foi o trabalho da professora e pesquisadora Nathalye Nallon Machado (2019) que articulou em sua tese a forma como as imagens e as selfies atuam na constituição de feminilidades e subjetividades de mulheres jovens. Da mesma forma como eu vinha tratando em minha pesquisa, a autora tomou a educação como um processo amplo em que a sociedade e a mídia atuam influenciando na constituição de sujeitos, ao mesmo tempo em que realçou a importância das imagens e sua forte relação com a criação social de padrões de beleza ou comportamentos para mulheres jovens.

Mais do que chamar minha atenção para as redes sociais como produtoras de subjetividades, o trabalho da autora, ao utilizar o conceito foucaultiano de dispositivo para pensar o que chama de dispositivos de feminilidades, despertou-me para pensar nos dispositivos de masculinidades funcionando nas redes sociais digitais. Machado (2019) aponta para os dispositivos como “mecanismos pedagógicos - pois ensinam e educam”, isto é, como maquinarias de produção de sujeitos que recorrem a dispositivos que “podem ser

imagéticos, textuais, comportamentais, discursivos, entre outros e que atuam na maneira como as mulheres aprendem a serem mulheres” (MACHADO, 2019, p. 13).

Apontando para o quanto em cenas e espaços sociais, como na “mídia, nas roupas, maquiagem, cabelo, gestos, palavras, aceitações, recusas e pertencimentos cada uma de nós vai sendo capturada por representações do feminino, que são aprendidas” (MACHADO, 2019, p. 13), a autora me instigou a explorar a forma como cenas semelhantes poderiam aparecer na construção das masculinidades, visto que a “forma de ver e ser vista na internet”, bastante usual entre as jovens cujos perfis ela pesquisou, são muito próximas às que me interessavam em relação às homossexualidades masculinas.

Outro trabalho que muito influenciou em minha decisão por trabalhar com as atuais tecnologias de comunicação foi o da professora e pesquisadora Michele Priscila Gonçalves dos Santos (2021) com sua dissertação: ‘Dá um like e se inscreve no canal!: problematizando discursos de gêneros e sexualidades em vídeos do youtuber Felipe Neto’. Michele Santos investiu na problematização da forma como os canais do *YouTube*, ao promoverem a circulação de diferentes saberes, são artefatos culturais educativos, visto lidarem com subjetividades, formarem opiniões, disseminarem conceitos e produzirem padrões.

Para a autora, o que os *youtubers* fazem ou falam atinge milhões de pessoas e isso torna necessário, em nossos dias, problematizarmos tais produções como dispositivos educativos que atuam na constituição de sujeitos. Santos (2021) destaca que o *YouTube*, plataforma que vem ganhando a cada dia mais seguidores/as, é um importante artefato cultural da atualidade, pois ensina modos de ser, pensar e agir mais sutis em relação a outros processos educativos mais tradicionais e legitimados, como os oferecidos pelas famílias, escolas, igrejas etc.

Considerando a internet como local de circulação e produção de conhecimento, Neilton dos Reis Goularth (2018) aponta para esse espaço que pode “tensionar as pesquisas para um olhar mais ampliado das identidades e das diferenças dos sujeitos” (GOULARTH, 2018, p. 83), em função da multiplicidade de textos e das possibilidades de transgressão que esse espaço possibilita. Embora esse autor tenha se dedicado a pesquisar gêneros não-binários, sua pesquisa, em especial, sua percepção da internet como importante forma de interação e produção de sexualidades, muito aguçou meu interesse por pesquisar nesse ambiente.

Referindo-se à importância da internet para sua própria constituição enquanto sujeito não-binário, o autor destaca a forma como os contatos entre usuários de plataformas *on-line* podem, ao promoverem comparações entre histórias de vida e outras interações, contribuir

para novas relações sociais que podem se tornar “peça chave para um melhor entendimento da própria identidade de gênero e de enquadramento social” (GOULARTH, 2018, p. 82), especialmente, para jovens. Neilton dos Reis me instigou bastante ao despertar minha atenção para o grande potencial das redes sociais *on-line* como campo de pesquisa, visto seu potencial na constituição de subjetividades.

Esses quatro trabalhos marcaram, de maneira decisiva, minha trajetória acadêmica e foram fundamentais no momento em que eu estava delineando meus caminhos em direção às redes sociais, pois realçaram a importância das novas tecnologias *on-line* na produção de corpos e sujeitos.

Na subseção subsequente, conversaremos sobre uma outra produção do grupo que penso ter sido decisiva para os rumos que minha pesquisa tomou após a primeira qualificação e o mergulho no campo, sobretudo como disparador do processo de produção dos textos que compõem o sexto capítulo.

5.1.1 “Para fazer pensar e entreter”: uma pesquisa, uma inspiração

Além dos trabalhos apontados, destaco as provocações de Filipe França (2019) com a tese de doutorado intitulada “‘Para fazer pensar e entreter’: Educação, produção corporal, sujeitos e masculinidades homossexuais na revista Junior” (2007-2015), como influência de grande relevância para minha pesquisa. Os caminhos que segui, penso, nasceram do impacto que essa pesquisa me causou e de fios que puxei do trabalho desse importante pesquisador desde a primeira qualificação. É por isso que nos detiveremos um pouco no trabalho desse autor, pois nos permitirá problematizar alguns rastros desse complexo dispositivo histórico instituído para produzir ‘discursos verdadeiros’ acerca do sexo (FOUCAULT, 2011b) na atualidade: discursos ancorados num certo discurso científico sobre o sexo que vêm se desdobrando no Ocidente há quase dois séculos.

Mesmo que seu trabalho não tenha focado na medicalização, com sua tese, Filipe França (2019) nos ajuda a pensar a produção social de masculinidades homossexuais, medicalizadas, por um importante meio de comunicação/educação: a revista Junior²³.

²³ A revista Junior, periódico que circulou entre 2007 e 2015, teve como público-alvo os sujeitos homossexuais masculinos jovens, brancos, de classe média. De acordo com o autor, a revista também investiu na veiculação de saberes acerca das homossexualidades, bem como na sua produção corporal, sobretudo, em um modelo de corpo atlético, que faz uso de cosméticos e procedimentos médicos em nome de um padrão de beleza que se preocupa com a saúde e com o bem-estar.

Analisando as pedagogias culturais direcionadas aos corpos dos sujeitos homossexuais masculinos veiculadas pela revista entre os anos de 2007 e 2015, o autor reconstrói a forma como a revista “foi estabelecendo no decorrer de suas edições um padrão Junior de sujeito homossexual masculino, aquele dotado de corpo atlético, preocupado com os cuidados médicos e cosméticos” (FRANÇA, 2019, p. 10), padrão esse que se repete e aparece com força nas manifestações de sujeitos no *Twitter*. França (2019) aponta para a construção de um padrão de corpo para aqueles leitores da revista que detinham recursos financeiros para pagar por tais cuidados e pela “vida social intensa marcada pela presença em festas e boates, além de uma vida sexual ativa” (FRANÇA, 2019, p. 10). Apresentando modelos com seus corpos musculosos, bronzeados, com cabelos, barbas, pele e dentes sempre bem cuidados, de acordo com o autor, a revista ensinava modos de ser e de viver uma determinada homossexualidade masculina a um público jovem, branco, magro, de uma certa regionalidade centro-sul brasileira e, principalmente, de classe média.

Transformando os corpos dos modelos em ‘esculturas fotográficas’, a revista seduzia seu público e disseminava a ideia da possibilidade de se ter um corpo perfeito, bonito e saudável como o dos modelos. Isso mediante o acesso a bens, serviços estéticos e cosméticos, tratamentos médicos, cirurgias e outros tantos cuidados oferecidos pela área médica e indústria farmacêutica, enfim, por sua medicalização. O autor chama nossa atenção para essa estratégia social de produção cultural de corpos masculinos homossexuais, em nossos dias, por meio da adequação a “critérios estéticos, higiênicos e morais” da nossa sociedade, ou seja, por meio de uma estratégia que opera e reforça “imposições de saúde, vigor, vitalidade, juventude, beleza, força” (FRANÇA, 2019, p. 116) que podem tornar o corpo desejável, desde que se possa pagar pelos serviços disponíveis no rico mercado. Como aponta o autor, o “modelo de corpo difundido pela revista está intimamente ligado a um padrão de beleza, a uma ideia de masculinidade e de desejo homossexual” (FRANÇA, 2019, p. 120) que as páginas da revista ajudam a disparar.

Um importante foco da revista estava na divulgação de cuidados e serviços médicos como cirurgias e procedimentos ambulatoriais como forma de obtenção do corpo dos sonhos. Algumas das manchetes que o autor selecionou e problematizou demonstram o que acabamos de falar:

Em busca do tanquinho: Dietas, exercícios e até cirurgias que prometem chapar a barriga, desenhá-la e fazer todos os olhares se direcionarem a você (JUNIOR, edição 10, 2009, p. 104-107) (FRANÇA, 2019, p. 142).

Vai uma lipo aí? Tudo sobre as cirurgias de lipoaspiração para homens (JUNIOR, edição 22, 2010, p. 64-65) (FRANÇA, 2019, p.137).

Robocop gay: O corpo perfeito pode ser conquistado com anos de malhação ou em 24 horas nas clínicas de cirurgia plástica (JUNIOR, edição 12, 2009, p. 87) (FRANÇA, 2019, p. 123).

Lúdica: Tecnologia a serviço da estética desenvolveu técnica que reduz até 12 cm de gordura em apenas uma sessão (JUNIOR, edição 54, 2013, p. 72) (FRANÇA, 2019, p. 153).

É bomba! Enquanto anabolizantes são usados indiscriminadamente no mercado negro, médicos experientes acompanham pacientes que querem se submeter a tratamentos com hormônios (JUNIOR, edição 9, 2009, p. 100-103) (FRANÇA, 2019, p. 144).

Tá bombando! Receitados por (alguns) médicos, anabolizantes garantem efeitos rápidos no corpão. Mas são perigosos (JUNIOR, edição 13, 2009, p. 86-87) (FRANÇA, 2019, p. 143).

Faça chuca, não passe cheque: Junior conversou com o proctologista Paulo Branco para saber qual o melhor método para ficar limpinho e não passar cheque na hora H (JUNIOR, edição 59, 2014, p. 74) (FRANÇA, 2019, p. 151).

Maior é melhor: Urologista dá boa notícia e explica que é possível aumentar o pênis com segurança (JUNIOR, edição 54, 2013, p. 76) (FRANÇA, 2019, p. 151).

Pelas manchetes acima, desde a prevenção de doenças e disfunções, passando pela correção de um pênis torto ou um aumento seguro de seu tamanho, pois “maior é melhor”, sempre há um profissional da saúde que “dá boa notícia e explica que é possível” educar um corpo, sexualizar esse corpo, ensinar-lhe uma certa masculinidade homossexual de classe média e branca. Mas isso, claro, para quem pode pagar pelos serviços da academia, por uma alimentação adequada, por suplementos nutricionais, por acompanhamento médico, por “bombas”...

As páginas da Junior apresentadas por França (2019) despertaram-me para pensar a medicalização não mais como uma relação médico/paciente, ou seja, aquela que se estabelece

nos consultórios entre médicos e pacientes. Ela tem fortes elos com a indústria farmacêutica, com o saber médico²⁴ e com interesses do mercado, enfim, a medicalização não é uma coisa exclusiva da medicina, aliás, nunca foi. Hoje, principalmente, ela funciona como parte de um rico e poderoso mercado que se sustenta pelo marketing, pela propaganda e pelo capital. Afinal, vivendo no sistema capitalista em que tudo se torna lucro, a medicalização deve ser pensada como parte de um processo social em que os corpos se tornam objeto de lucro, tornam-se consumidores, tornam-se, no limite, mercadorias vendidas por campanhas de marketing em pacotes pelas redes sociais²⁵.

O que assistimos é a entrada do corpo na complexa maquinaria econômica da saúde que transforma a antiga relação usuário/paciente em uma nova e mais lucrativa relação, a de cliente/consumidor de saúde. Nesse cenário, não é difícil percebermos o quanto as modernas formas de comunicação via internet atuam para favorecer a aproximação dos clientes/consumidores com os produtos a eles destinados, isso, além das mídias tradicionais (jornais, revistas, TV, rádio) que continuam atuando.

A partir da figuração do corpo como alvo de saberes e poderes de um tempo, poderes econômicos e políticos que se articulam, podemos perceber que, “nas sociedades ocidentais, é crescente a translocação para o campo médico de problemas inerentes à vida, com a transformação de questões coletivas, de ordem social e política, em questões individuais, biológicas” (COLLARES; MOYSÉS, 2013, p. 42). Para outra autora, Inês Barbosa de Oliveira (2013, p. 83), “medicaliza-se, atualmente, tudo o que existe. Dos crimes à vida cotidiana, passando pelos modos de comportar-se sexualmente, tudo pode e deve ser tratado

²⁴ Temporão (2013) propõe pensarmos no conceito de “complexo econômico-industrial da saúde” como dois espaços. No primeiro deles, está uma indústria produtora de bens (princípios ativos, vacinas, insumos, reagentes para diagnósticos, aparelhos eletrônicos e outros, próteses etc). No outro espaço, está o consumo do conjunto de bens e serviços produzidos no complexo médico industrial. Passando pelos hospitais, ambulatórios, serviços de diagnóstico e de tratamento, o que liga ou “cimenta” a produção dos bens e o consumo é o saber profissional do médico aliado à “estratégia de mídia e de marketing das indústrias”.

²⁵ “No docudrama (uma produção que mistura depoimentos com dramatizações) estadunidense ‘O dilema das redes’ (2020) aponta-se para o fato de as indústrias farmacêuticas e a de tecnologia da comunicação serem as duas únicas que, sugestivamente, tratam seus consumidores por usuários. Esse docudrama “disponibilizado no catálogo da Netflix, discorre sobre o uso das redes sociais, suas consequências e as estratégias que as envolvem. Nele são apresentados depoimentos de acadêmicos/as e ex-funcionários/as de empresas como YouTube, Google, Apple, Twitter e Facebook, que falam sobre os mecanismos pensados para fazer as pessoas permanecerem por mais tempo nas redes. Eles/as contam como isso gera renda para essas empresas ao disponibilizarem os dados de seus/sua usuários/as a anunciantes de produtos e serviços. Na produção, Justin Rosenstein, ex-engenheiro do Facebook e da Google e cofundador do Asana, explica que ‘há vários serviços na internet que consideramos gratuitos. Mas não são. Eles são pagos pelos anunciantes. E por que eles pagam? Pagam em troca de mostrar seus anúncios para nós. **Nós somos o produto. Nossa atenção é vendida aos anunciantes**” (SANTOS, 2021, p. 61, grifo nosso).

quimicamente”. Para Inês Oliveira (2013), uma das bases dessa medicalização está no “reduccionismo cientificista” que “se apoia na ideia de que a ciência pura explica e permite controlar os fenômenos naturais em flagrante desconsideração da complexidade da vida cotidiana e dos processos sociais” (OLIVEIRA, I., 2013, p. 89). Essa autora chama atenção para uma ânsia contemporânea, uma “ânsia crescente de tudo explicar e controlar na esteira de uma crença ampliada nos poderes da ciência” (OLIVEIRA, I., 2013, p. 89), como forma de saciar os desejos e necessidades de consumo criadas para os corpos.

Problematizar a medicalização das homossexualidades, na atualidade, implica pensá-la em articulação com a ideia que temos de saúde e sua relação com o mercado. É preciso estarmos atentos para o fato de a saúde ter se tornado uma mercadoria e um produto de consumo oferecido no mercado como tantos outros. Trata-se de um produto vendido por campanhas de marketing, pois, conforme assinala Roberto Leher (2013), é conhecido “o fato de que a indústria farmacêutica gasta mais na propaganda – e no ‘convencimento’ dos profissionais de saúde de que seus medicamentos são miraculosos – do que em novas descobertas” (Leher, 2013, p. 274). Contribuindo para essa argumentação, encontramos Bauman (2011) apontando para atuais estratégias de marketing que se voltam para criar demandas (necessidades, desejos) para mercadorias já existentes, ou seja, no caso específico das indústrias farmacêuticas, podemos pensar que elas são levadas a promover tratamentos, e mesmo doenças, para seus produtos e para seus medicamentos já existentes²⁶, ou seja, o tratamento aparece antes de o sintoma a ser tratado.

Não podemos pensar a revista *Junior*, que Filipe França (2019) nos possibilitou conhecer, sem nos atentarmos para sua articulação com esse poderoso mercado de produtos e serviços médicos e estéticos que suas páginas ajudaram a difundir socialmente por meio das suas reportagens e pelos corpos ‘perfeitos’ e ‘bonitos’ que expôs por anos. Era a revista quem vendia serviços de saúde ao provocar e jogar com o desejo de seus leitores e consumidores por produtos dessa área, desde que pudessem pagar. A repetição que esse autor fez, e que eu também quis trazer para meu texto, de que os serviços oferecidos pelas propagandas da revista eram para quem pudesse pagar, remete-nos à forte questão econômica envolvendo a produção social de corpos homossexuais e sua relação com os produtos e serviços médicos.

²⁶ No mestrado, momento em que pesquisei atravessamentos entre a escola e a medicalização, Cabral (2016), problematizei elementos que embasam essa afirmação de Bauman (2011), pois encontrei autores/as afirmando que o metilfenidato, que é o princípio ativo de drogas comercializadas como Ritalina e Concerta, drogas essas indicadas para o tratamento do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), foram inventadas antes do aparecimento e categorização do referido transtorno nos manuais médicos. Ou seja, a droga já existia antes de o transtorno ser identificado/catalogado.

Apoiando-se no poder social da área científica, a revista ajudou a construir a ideia de que um corpo vigoroso, viril e bonito é sinal de saúde, bem como que esse corpo pode ser comprado. Ele pode ser produzido com vistas a ser mais apto ao prazer, à realização de desejos e à conquista de melhores espaços na sociedade.

Trazendo seus especialistas para dar dicas e sugestões que se apoiavam numa crença social na eficiência da ciência, na crença em uma ciência ‘neutra’, a revista usufruía de todo o poder social do qual a ciência desfruta. Ao se articular por meio de um discurso socialmente distribuído de que a ciência sabe e pode dizer o que é saúde, o que é ter um corpo saudável e bonito, com vistas à sua realização sexual, as páginas da *Junior* difundiram esse valor de que cuidar do corpo, como os seus modelos cuidam, é ter saúde. A *Junior* conseguiu, assim, articular a ideia de beleza com a de saúde e, por sua vez, condiciona-a ao consumo de produtos e serviços que supostamente as promovam.

Vivemos sob a lógica capitalista segundo a qual só o mercado é universal e suas sedes são os Estados e as bolsas de valores, como aponta Deleuze (2010). Trata-se de um mercado que se alimenta dos corpos consumidores que produz. Corpos instados a se autogovernarem, a se produzirem de acordo com critérios socialmente difundidos de mérito pessoal, de competição por espaço social. Corpos que precisam trabalhar e produzir para exercer o poder de consumir e, assim, alimentar o sistema.

Há um bom tempo o mercado descobriu o ‘*pink money*’²⁷, o dinheiro ‘cor de rosa’, e faz uso dele. As páginas da revista indicam isso. A saúde é vendida como um bem, um bem a conquistar, um bem em oposição a um mal representado pela não saúde, pelo não cuidado com o corpo, pelo ser gordo, por não ser limpo, por não investir em ‘saúde’ e por não se enquadrar ou não se enquadrar totalmente à lógica medicalizante do mercado.

Adquirir socialmente acesso à saúde passa a ser um bem. É algo a conquistar como se quer conquistar um carro, um jantar num restaurante mais caro, uma noite de sexo... Uma saúde “que se demanda e acontece como investimento de desejo de um tipo de vida separada de suas capacidades de criar as próprias condições do existir”, como afirma Luís Fuganti (2007, recurso online). Uma saúde vendida em prateleiras, como, por exemplo, numa destas drogarias atuais, que funcionam como um supermercado, onde o consumidor encontra

²⁷ Se, há 30 anos, a tendência do mercado era explorar a sustentabilidade e o chamado desenvolvimento verde, hoje, a cor da vez é a rosa. É o *Pink Money* (dinheiro rosa) que mostra o grande potencial de consumo da comunidade LGBTI+. Um dinheiro que representa mais de três trilhões de dólares ao redor do mundo e, só no Brasil, cento e cinquenta milhões de reais ao ano, segundo dados de 2017. “O censo do IBGE de 2010 mostrou que casais homoafetivos possuem duas vezes mais renda que os casais heterossexuais, além de gastarem cerca de 30% mais” (ENTENDA..., 2017, recurso online).

salgadinhos, refrigerantes, géis, suplementos alimentares, ração de cachorro, plantas e, claro, medicamentos. Tal qual entramos numa *drugstore* com cestas e carrinhos de compra e podemos sair cheios de mercadorias, entramos nos consultórios, páginas de revistas e da internet para acessar produtos e serviços que oferecem e vendem saúde, beleza, status. Se pensarmos a saúde como uma mercadoria e, como tal, como uma necessidade produzida pelo mercado, podemos considerar também que ela é elástica, isto é, que ela não tem limites e se materializa numa busca constante por mais e mais satisfação. Daí, para ter saúde e satisfação, também é preciso trabalhar mais, competir, cumprir tarefas etc., além de dormir, ter vida social, badalar à noite, comer, fazer sexo, enfim, exercer uma sexualidade.

Pensando com Foucault (2011b, p. 164), para quem “o dispositivo da sexualidade deve ser pensado a partir das técnicas de poder que lhe são contemporâneas”, parece possível articular as relações entre o discurso medicalizante como um dispositivo acoplado a outro dispositivo, o da sexualidade. Ambos sempre estiveram entrelaçados e, nos dias atuais, parece que estão ainda mais fundidos. Trata-se de dispositivos que aparecem na revista *Junior*, dentre tantos outros artefatos culturais, bem como nas redes sociais, como peça, como estratégia, como tática e instrumento de produção social de corpos homossexuais masculinos e nos permitem perceber o aparato tecnológico-médico-farmacêutico funcionando e produzindo corpos.

Mas não são apenas os corpos homossexuais brancos, esbeltos, malhados, bonitos e com poder aquisitivo que são produzidos através do discurso da revista ou das redes sociais. Há aqueles corpos que não se adequam e se criam de outras formas resistindo à tentativa de enquadramento nos padrões de corpo propagandeados nesses espaços. Daí, perguntarmos: como se produzem os corpos mais velhos, negros, magros, indígenas, afeminados, gordos etc., que entram em contato com os modelos e padrões propostos pela sociedade, via redes sociais, pelas mídias, pelo cinema, telenovela etc.? Que efeitos o contato com tais modelos sugeridos desperta em corpos que também passam a desejar, mas não podem pagar pelos serviços de beleza/saúde disponíveis nesse rico mercado?

Se podemos pensar que a falta de acesso a esse bem/mercadoria que se tornou a saúde em nossa sociedade pode gerar desconforto para alguns que não podem pagar, temos de pensar que existem também aqueles sujeitos que dispõem de recursos, mas não querem ou não conseguem chegar lá ou, quem sabe, chegam cansados, fatigados, esgotados, gastos e sofridos... É pensando nesses sujeitos que pergunto: como se relacionam consigo e com o mundo, mediante poderem ser vistos e tratados como corpos fracos ou não competitivos, os que, mesmo tendo acesso aos serviços médicos disponíveis, não desejam ou não conseguem

adquirir o corpo desejado? O não acesso ao corpo perfeito propagado por estes artefatos, e aqui acrescento as redes digitais *on-line*, pode provocar que efeitos nesses sujeitos?

Nesse contexto a ideia de saúde engloba tudo aquilo (produto, serviço) que produz saúde. Para esse autor, “os limites do conceito de saúde são deixados em aberto – o que permite, entre outras coisas, associar saúde e beleza, como nos regimes alimentares, nas cirurgias plásticas ‘estéticas’, em produtos” (LEFÈVRE, 1991, p. 48). Continuando com esse autor, percebemos que “as mercadorias de saúde [...], numa sociedade onde a mercadoria pontifica, [os produtos] passam então a incorporar em si a saúde, passam a representá-la, passam a simbolizá-la” (LEFÈVRE, 1991, p. 49). O acesso à saúde como uma mercadoria “aparece socialmente como algo cujo sentido é o de ‘resolver’ um estado ‘mau’ (de necessidade), conduzindo a um estado ‘bom’ (de satisfação)” (LEFÈVRE, 1991, p. 51), mediado pelo poder de consumir. Um poder de consumir e produzir o corpo que agrega outros poderes, ou melhor, agrega micropoderes que envolvem e dão prazer ao corpo e podem significar status na sociedade.

Somos ensinados/as a nos autogovernar, a nos cuidar como atributo indispensável ao corpo/sujeito contemporâneo que deseja bem-estar, beleza, vida longa e saúde. Somos incitados/as a desejar corpos como os dos/as modelos que tanto acessamos no mundo atual. Trata-se de um desejo que articula a entrada do corpo num jogo de poder que expõe sua sexualidade tornando-se “um objeto de preocupação e de análise”, um “alvo de vigilância e de controle” que produz, ao mesmo tempo, “a intensificação dos desejos de cada um pelo próprio corpo” (FOUCAULT, 2012, p. 236). É com esse foco que olhei para as redes sociais *on-line* nesta pesquisa, isto é, como parte dessa poderosa rede de vigilância e controle de corpos, em especial, os homossexuais masculinos.

Como salienta Foucault (2012, p. 236), “o corpo se tornou aquilo que está em jogo numa luta entre [...] instâncias de controle” onde o poder responde, nessa luta, “por meio da exploração econômica (e talvez ideológica) da erotização, desde os produtos para bronzear até os filmes pornográficos” Foucault (2012, p. 236). A entrada do corpo nesses jogos de saber e poder que passam pela medicalização e pela ideia de consumo de saúde produz homossexualidades masculinas e expõe esses corpos a um “novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle estimulação: “Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado” (FOUCAULT, 2012, p. 236).

Pensando no papel social da medicina nas sociedades ocidentais, Foucault (2011a) propõe a reflexão acerca da “distância ou à distorção existente entre a cientificidade da medicina e a positividade dos seus efeitos, ou entre a cientificidade e a eficácia da medicina”

(FOUCAULT, 2011a, p. 379). Essa distorção, para o autor, não tem a ver com uma ignorância do médico ou da área médica. Inclusive, já tivemos a oportunidade de conversar anteriormente sobre a ignorância não ser falta de conhecimento, mas uma outra forma de conhecimento. O que Foucault nos apresenta é, em outras palavras, que a nocividade da medicina, que pode ser percebida pelo grande número de mortes que ela já causou no passado e ainda causa, não é algo que tenha a ver com uma ignorância por falta de cientificidade, mas, contrariamente, é por ela se localizar num discurso científico que se articula com outros tantos saberes e poderes socialmente constituídos, como os poderes econômicos e políticos, como estamos argumentando neste texto. Enfim, a medicina é perigosa “precisamente por ela ser ciência” (FOUCAULT, 2011a, p. 379) e representar toda a força, toda a vontade de saber e poder de convencimento que o conhecimento científico desfruta em nossa sociedade.

Como nos sugere o pensador, “o risco médico, quer dizer, o laço difícil de romper entre os efeitos positivos e negativos da medicina não é novo” (FOUCAULT, 2011a, p. 381). Além do mais, desde que a medicina começou a atuar fora de suas “fronteiras tradicionais”, fora das relações entre médico e doente, “começa a não haver mais um domínio que lhe seja exterior” (FOUCAULT, 2011a, p. 386), tornando-se, assim, indefinida, visto não ser mais uma ação exclusivamente médica e já estar diluída em nossas práticas a cravar nossos corpos sem que percebamos.

Ainda temos bastante a conversar acerca dos atravessamentos da medicalização com a produção de sexualidades masculinas homossexuais, sobretudo, quanto a tentativas de padronização e homogeneização do que é ser homossexual; padronização essa que pode se manifestar em nossos modos de ser, agir, sentir, desejar, afetar e ser afetado, de sonhar e se expressar. Filipe França (2019) nos permitiu avançar um pouco no entendimento de como a produção cultural de uma época investe na educação dos sujeitos, “reforçando ou alterando modos de se relacionar afetivamente, passando pela constituição corporal e de sentimentos, enfim, agindo num processo de ensinar os sujeitos a ser e estar no mundo” (FRANÇA, 2019, p. 39).

A pesquisa produzida por esse autor possibilita-nos problematizar e atualizar o dispositivo da sexualidade e seus elos com o dispositivo da medicalização e, além disso, chama nossa atenção para um outro dispositivo: o da masculinidade. Isso, ao apontar para a emergência e o destaque que as temáticas relacionadas às homossexualidades têm tomado nos últimos anos. Homossexualidades que se tornam visíveis por meio dos artefatos culturais e midiáticos que, criando um mercado de consumo, de informações, de saberes, de mercadorias, atuam na produção de sujeitos (FRANÇA, 2019). Mas por que se fala tanto das

homossexualidades? Por que são colocadas em discurso, são interrogadas e tenta-se arrancar suas verdades? Por que fazê-las aparecer perguntando-se incessantemente sobre o que é a homossexualidade?

Essas perguntas partem do pressuposto de que a homossexualidade é algo que pode ser definido e explicado cientificamente. No entanto, “o problema é que a homossexualidade é uma infinita variação sobre um mesmo tema: o das relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo” (FRY; MACRAE, 1985, p. 7). Para esses autores, “não há nenhuma verdade absoluta sobre o que é a homossexualidade”, isto é, “as ideias e práticas a ela associadas são produzidas historicamente no interior de sociedades concretas e que são intimamente relacionadas com o todo destas sociedades” (FRY; MACRAE, 1985, p. 7). É na vida em sociedade, com seus preconceitos, seus tabus, com seu mercado, sua ideia de saúde, de beleza e com sua medicalização, que são produzidas as homossexualidades.

De acordo com Trevisan (2018, p. 33), “orientar-se o desejo para que lado for, haverá sempre um mistério em sua raiz. [...] A homossexualidade pressupõe a aceitação do mistério das suas razões como um componente a mais da realidade. Aceitar seu ‘mistério’ faz parte do encontro inevitável com o princípio da realidade” no qual se encontram sua fragilidade e sua força, sua dor sua delícia.

Voltar ao trabalho de Filipe França (2019) depois da conversa com meu orientador e com a banca da segunda qualificação fez-me seguir várias pistas já deixadas por esse pesquisador. Pistas que me permitiram avançar com as problematizações acerca da medicalização das homossexualidades, conforme o campo foi provocando e possibilitando. Produzir este texto que se encerra, deixou vários fios soltos. Fios que começaram a me empurrar para novos questionamentos, sobretudo, quando eu mergulhava nas potentes falas/enunciações dos sujeitos que encontrei no *Twitter*.

Foi no movimento de mergulhar no campo, sobretudo, a partir da escrita deste quinto capítulo inspirado nas produções do Gesed, que as brechas de um texto foram puxando outros. Um assunto ou tema que eu tratava em um texto ou, em alguns casos, alguma provocação inesperada disparada por uma visita às pastas com postagens retiradas do *Twitter*, tudo isso ia engatilhando outras conversas e textos que resultaram no próximo capítulo. As dez seções que compõem o sexto capítulo foram produzidas em um fluxo constante e ininterrupto de escrita. Como o/a leitor/a poderá perceber, algumas dessas seções apresentam continuidade de uma para a outra, quer seja pela temática ou por seguirem algum raciocínio que as aproximem, enquanto outras podem não aparentar essa mesma ideia de sequência. Adianto, quanto a isso, que, durante sua produção, que, como já disse, foi intensa, eu quis dar vazão ao fluxo de

ideias que surgiam e que considerei potentes para as problematizações a que me propus, ou seja, optei por seguir a corrente do pensamento sem me preocupar em estabelecer relações específicas ou sequenciais entre as respectivas seções que compõem o capítulo.

O período de escrita desse capítulo foi muito dinâmico, pois, a cada visita que eu fazia às pastas com as postagens encontradas no *Twitter* ou a cada leitura nova, por exemplo, novas composições e novos fios iam sendo conectados e apareciam na escrita. Espero que a história que tento contar nas próximas páginas, uma história construída no diálogo com o campo e que intitulei ‘a medicalização nossa de cada dia’, ajude-nos a pensar na medicalização e seus atravessamentos com a produção de certas homossexualidades em nossos dias.

6 A MEDICALIZAÇÃO NOSSA DE CADA DIA: RASTREANDO A MEDICALIZAÇÃO DAS HOMOSSEXUALIDADES NA ATUALIDADE

Com algumas modificações, as seções que compõem este sexto capítulo foram produzidas para o meu segundo exame de qualificação, que aconteceu em agosto de 2022. Construído a partir das questões e sugestões apresentadas pela banca da primeira qualificação, acrescidas e combinadas com a entrada no campo, com constantes leituras, com as conversas com o orientador e com o grupo Gesed, este conjunto de seções conta uma história que nasceu da busca por rastros de discursos medicalizantes das homossexualidades masculinas em enunciações de sujeitos no *Twitter*.

Foi do confronto entre muitas questões e problemas com os quais convivi nesse turbulento período entre as duas qualificações que os textos destas seções brotaram. Após meses navegando pelo *Twitter*, uma engrenagem passou a mover a produção deste capítulo que almeja problematizar o que chamo de medicalização nossa de cada dia. O que disparou e movimentou minha escrita e que eu chamo de engrenagem foi o constante ir e vir na pasta de recortes de enunciações do *Twitter*. Essa engrenagem foi o próprio exercício paciente e lento de organizar e selecionar as enunciações que eu havia encontrado nas páginas do *Twitter*. Foram quase 300 páginas de telas printadas (copiadas) e salvas em uma pasta. Desse movimento de separar e cortar as postagens salvas, trabalho que resultou em novas 34 pastas de acordo com o assunto ou temática a qual seus enunciados me remetiam, é que brotaram as inquietações que me levaram aos textos e problematizações que compõem este capítulo.

Conforme eu avançava na análise dos enunciados veiculados pelas postagens, eu ia criando novas pastas que, além de selecionar postagens para uma futura inspeção, ajudavam-me a perceber o que o campo podia estar dizendo, ou seja, ajudavam-me a identificar os enunciados mais recorrentes, os semelhantes, os que resistiam à medicalização e os ruídos entre eles. Enfim, foi a organização dessas pastas que me permitiu perceber as possibilidades que o campo me oferecia, ou melhor dizendo, os caminhos e rastros para os quais o campo parecia me empurrar. Desse trabalho, rebentaram as seguintes pastas:

- 1- CORPO PADRÃO
- 2- DROGAS, MEDICAMENTOS, PROCEDIMENTOS, INCÔMODOS, SAÚDE
- 3- “MUNDO GAY”, “COMUNIDADE GAY”
- 4- ALIANÇA E PROXIMIDADE COM HETEROSSEXUALIDADE
- 5- CORPO NEGRO

- 6- PORNOGRAFIA, PROSTITUIÇÃO
- 7- CIÊNCIA FALANDO SOBRE HOMOSSEXUALIDADE
- 8- FALA DA RELIGIÃO SOBRE HOMOSSEXUALIDADE
- 9- HOMOSSEXUALIDADE NA MÍDIA/IMAGEM: FILMES, NOVELAS, TV
- 10- RESISTÊNCIA
- 11- TEORIA
- 12- HOMOSSEXUALIDADE COMO DOENÇA
- 13- EXPLICANDO O QUE É HOMOSSEXUALIDADE
- 14- DIVERGÊNCIA NA COMUNIDADE LGBTQIA+
- 15- GAYS E REDES SOCIAIS
- 16- PADRÃO PARA HÉTÉROS E GAYS
- 17- CRÍTICA À MILITÂNCIA QUE SÓ CURTE PADRÃO
- 18- HOMOSSEXUALIDADE E GERAÇÃO
- 19- CORPO PARA OS OUTROS/ BUSCA POR ACEITAÇÃO SOCIAL
- 20- CAPITALISMO, MERCADO, CLASSE SOCIAL, MERCADORIA
- 21- HIVAids
- 22- PASSIVAS/ DESMUNHECADAS E POCS
- 23- VIRILIDADE/ PÊNIS
- 24- CORPO GORDO/ MAGRO
- 25- ALGORITMO E PRODUÇÃO DE SUJEITOS
- 26- GAYS E APLICATIVOS DE ENCONTROS
- 27- SEXUALIZAÇÃO GERAL
- 28- DESEJOS
- 29- URSOS
- 30- BROTHERAGEM
- 31- CUIDADO COM CORPO E VAIDADE COMO COISA DE GAY
- A- VARIADOS
- P- POTENTES
- F- FECHATIVAS

Para um melhor trânsito pelas várias pastas e temáticas que criei, cada fala/fragmento printado recebia um número ou uma letra, como 1, 2, A, P e F, que me ajudariam a localizá-los posteriormente. Enquanto eu analisava as postagens, fui percebendo que alguns

enunciados cabiam em diversas pastas, isto é, podiam contribuir também para outras problematizações e, por isso, eram alocados em mais de um lugar.

Aventurar-me por esses arquivos chegou a causar medo e ansiedade, pois, por muito tempo, eu via muitas possibilidades, mas não encontrava uma maneira de organizar o pensamento e começar a escrever. Nesse momento, e em meio a essa profusão de ideias, criei vários outros arquivos com anotações que poderiam me ajudar, e que eu não queria esquecer. Assim, desconfiado e à espreita, lendo e relendo as postagens à procura dos rastros de discursos medicalizantes que poderiam estar atravessando a produção de homossexualidades, é que decidi como começar. Foram as questões disparadas pelas postagens, combinadas com a conversa que tivemos no capítulo anterior sobre o dispositivo da sexualidade e a incitação ao desejo, especialmente com o trabalho de Filipe França (2019), que me levaram a iniciar minhas problematizações conversando acerca do desejo por pessoas do mesmo gênero, como faremos na próxima seção.

Assim, nossa conversa acontecerá a partir de postagens/enunciações que tentam explicar biologicamente a atração sexual entre os corpos.

6.1 NOSSO CORPO É FORMADO PARA SENTIR ATRAÇÃO PELO SEXO OPOSTO?

Em minha pesquisa no *Twitter*, encontrei enunciações bastante provocativas que podem nos ajudar a pensar a produção e a circulação de saberes acerca das homossexualidades e dos prazeres dos corpos. Vejamos uma delas:

“É mais fácil explicar a uma parede que aos reacionários o fato científico COMPROVADO de que a homossexualidade não é escolha e, sim, formação feminina do cérebro em um corpo masculino ou formação masculina em um corpo feminino. Por que é tão difícil essas pessoas entenderem isso?” (2018)²⁸

A postagem em destaque é do Blog da Cidadania²⁹. Fundado em 2000, o blog, editado por Eduardo Guimarães, é um dos mais antigos sites de política do Brasil a veicular conteúdos mais ligados a setores da esquerda. Como percebemos pelo tuíte, ao passo que seu autor busca

²⁸ Minha pesquisa não teve como objetivo analisar blogs. Estou utilizando esta postagem do Blog da Cidadania porque ela foi encontrada no meio de outras enquanto eu navegava pelo *Twitter*. Ademais, penso que ela pode ser problematizada como um discurso enunciado pelo editor.

²⁹ Não foi objetivo desta pesquisa investigar os blogs. O Blog da Cidadania foi utilizado porque sua postagem apareceu no meio de outras enquanto eu procurava enunciações no *Twitter*.

se opor a pessoas e grupos conservadores e reacionários, possivelmente a fundamentalistas religiosos que tentam relacionar a homossexualidade a uma escolha ou opção dos sujeitos por “viverem no pecado”, o site acaba por veicular uma série de incorreções, atribuídas ao saber científico, acerca das homossexualidades. É importante observar o destaque que a postagem faz ao afirmar que é um fato científico “*COMPROVADO*” que as homossexualidades têm origem na “*formação feminina do cérebro em um corpo masculino ou formação masculina em um corpo feminino*”.

O que aparece e que podemos apreender pelo que o site apresenta, não são coisas que um indivíduo, no caso, seu editor, inventou. Elas foram produzidas em meio aos discursos que são sugeridos, propostos e incentivados pela cultura de dada sociedade e dado grupo social (FOUCAULT, 2010a). O conhecimento veiculado por esse tuíte pode ser tratado como um eco de outros discursos, alguns bem antigos e outros mais recentes, que apoiados em estudos considerados ‘científicos’ vêm se atualizando e disseminando inverdades acerca das homossexualidades, especialmente, em relação a especulação de suas possíveis causas.

Uma aproximação com a História pode nos ajudar a pensar a reverberação desse discurso em nossos dias. Desde que a História se institucionalizou como ‘ciência’ no século XIX, enquanto disciplina, ela vem passando por diversas reformulações, revisões e disputas teóricas. Nas primeiras décadas do século XX, uma grande mudança metodológica teve lugar entre os historiadores franceses com a chamada Escola dos Annales, da qual nasceu um dos mais importantes ramos da historiografia: a história das mentalidades. Segundo um dos fundadores dessa nova forma de olhar para a história, Lucien Febvre (1878-1956), os processos históricos se desenvolvem por camadas, isto é, alguns se desenvolvem por meio de transformações mais rápidas e nítidas, enquanto outros são mais lentos. Dessa forma, de acordo com Cláudio Fernandes: “as estruturas políticas e sociais seriam as primeiras nas quais se poderia verificar mudanças substantivas, enquanto certos comportamentos e formas de pensamento demorariam significativamente mais para sofrer alterações” (história do mundo, 2020 (FERNANDES, [2022])). Dentre essas formas de pensamento que demorariam mais para serem alteradas, de acordo com a história das mentalidades, estariam algumas ideologias, alguns segmentos morais e, dentre outros, alguns saberes científicos que nos interessam.

Fernand Braudel, herdeiro intelectual de Febvre, para explicar como acontecem as transformações e as permanências das estruturas ou formas de pensamento numa sociedade, propõe pensarmos três durações para o tempo histórico: o tempo de ‘curta duração’ que diz dos acontecimentos breves como golpes de estado, o surgimento de uma pandemia, um crime etc.; o tempo de ‘média duração’ que seria o tempo das conjunturas que podem ser percebidas

no decorrer de uma vida ou de uma geração, e o tempo de ‘longa duração’, isto é, o tempo de grandes estruturas e longos períodos históricos. É nesse tempo de longa duração que podemos localizar os valores morais de uma sociedade como aqueles que garantiram a existência do feudalismo, da escravidão ou aqueles que, até nossos dias, ainda sustentam o capitalismo, por exemplo, como apontam Marco César Pellegrini e Adriana Machado Dias e Keila Grinberg (2013).

A ideia das durações do tempo histórico propostas por Braudel parece pertinente para pensarmos o discurso medicalizante, especialmente em relação às homossexualidades. Um discurso carregado de valores morais e acomodado em saberes científicos que vêm lentamente, e por um longo tempo, absorvendo-nos e marcando nossos corpos desde o século XIX. Como vemos, algumas rupturas acontecem, como a própria retirada das homossexualidades dos manuais de diagnósticos médicos há quatro décadas, no entanto, a ideia de anormalidade e de doença ainda aparece na procura de causas biológicas para as homossexualidades, como vemos na divulgação do referido saber científico veiculado no *Twitter* pelo Blog da Cidadania. Ao apontar para saberes científicos que, na atualidade, comprovariam que a homossexualidade é nata e se deve a uma formação anormal e errônea do cérebro, isto é, uma “*formação feminina do cérebro em um corpo masculino*” ou vice-versa, o que podemos perceber é a reativação de um discurso que, no século XIX, já apontava para os sujeitos homossexuais como invertidos sexuais.

Esse mesmo saber que busca explicar as homossexualidades a partir de possíveis causas biológicas foi objeto da pesquisa da tese de Joanalira Corpes Magalhães (2012), intitulada ‘Corpos transparentes, exames e outras tecnologias médicas: a produção de saberes sobre os sujeitos homossexuais’, cujo objetivo foi analisar a forma como uma rede de enunciados midiáticos produz e institui ‘verdades’ sobre as homossexualidades. Por meio de uma revisão bibliográfica que teve como fonte a base de dados *Science Direct*, disponível na plataforma de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a autora apontou para a forma como os ‘corpos homossexuais’ tornam-se, por diferentes estratégias, objetos de investigações que buscavam esquadrihá-los por meio de técnicas de visualizações médicas cujos objetivos foram descrevê-los, classificá-los e medi-los comparativamente a outros corpos.

Conforme aponta a autora, essa busca por causas biológicas para as homossexualidades por meio de artigos que se apoiam no discurso científico da biologia, após serem publicados em periódicos de destaque na área científica, ganham a mídia por meio das revistas por ela pesquisadas: *Veja*, *Época*, *Superinteressante* e *Galileu*. Essas revistas, por sua

vez, ao atingirem um grande público, corroboram para a disseminação de um “discurso biológico acerca da homossexualidade, como uma estratégia de controle da população” (MAGALHÃES, 2012, p. 6). Tal controle acontece ao passo que se instituem e determinam os sujeitos homossexuais como desviantes ou como corpos invertidos sexualmente, isto é, corpos que não se desenvolveram de forma apontada como normal para um corpo saudável ou como desejado pela sociedade. O que a postagem do Blog da Cidadania faz ao replicar e ecoar a ideia de anormalidade criada no século XIX, é atuar, via *Twitter*, no controle de corpos homossexuais, como conversaremos mais à frente,

Como sugere Magalhães (2012), a presença de discursos, sobretudo da neurociência, em artefatos culturais, como as revistas por ela pesquisadas, e aqui acrescento a rede social *Twitter*, destaca o quanto esse campo de saber se interessa por explicar biologicamente as homossexualidades como anormais, em oposição às heterossexualidades que são tomadas e ensinadas como forma normal e natural de relacionamento sexual, e, por isso, um padrão a ser seguido.

Um excerto de um artigo recente, de 2007, citado pela autora, é bastante significativo dessa tentativa de enquadrar as homossexualidades como anormalidade, como aparece na postagem que estamos analisando, ao apontar que “a preferência sexual é determinada biologicamente e ainda no útero – o que faz da homossexualidade uma variação, já que a maioria da população é heterossexual” (HERCULANO-HOUZEL, 2007, p. 38 *apud* MAGALHÃES, 2012, p. 20). Como podemos notar, esse autor faz relação direta a uma especificidade anormal do corpo homossexual, uma especificidade variante e desviante em relação a uma norma, pois, se a maioria das pessoas é heterossexual, quem nasce diferente é anormal, sugere o artigo.

Essa tentativa de explicar biologicamente as homossexualidades permite-nos perceber o quanto o corpo homossexual ainda é objeto de investigação e matriz para a produção de verdades acerca da sexualidade, bem como a forma como os saberes produzidos nos campos científicos tornam-se verdades, como são distribuídos e que efeitos de poder produzem nas constituições de subjetividades. O apoio em determinado saber científico, ainda mais se produzido por modernas técnicas da neuroimagem, torna esses discursos socialmente aceitos como verdades em detrimento de outros (MAGALHÃES, 2012).

Na sua aula inaugural no Collège de France, Foucault, falando desta intrincada e perigosa rede de produção de discursos, permite-nos pensar sobre as tramas que os autorizam ou desautorizam. Em suas palavras:

Em toda sociedade a produção de discursos é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2011c, p. 8).

Como aponta Foucault (2011c), as sociedades criam estratégias e procedimentos para controlar desde a produção até a distribuição de discursos, além de tentar esconder ou camuflar sua pesada materialidade. Continuando, o autor afirma saber-se bem que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode dizer tudo, que não se pode falar tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2011c, p. 9), ou seja, apenas alguns/algumas, no caso os/as cientistas, podem ou são socialmente autorizados/as a dizerem suas ‘verdades’ acerca da sexualidade.

Para o pensador, limitar quem pode falar ou proferir um discurso é uma das formas ou procedimentos de exclusão, neste caso, uma interdição daqueles/as que não se encontram, de acordo com a ordem discursiva de seu tempo, em lugares de saberes e poderes que lhes permitem pronunciar um discurso. Em outros termos, aqueles/as cujas palavras são negadas ou até mesmo proibidas. Sendo assim, podemos perguntar por que as palavras de alguns/algumas especialistas são mais consideradas e valorizadas, em detrimento de outras, em relação às homossexualidades? Por que os estudos das relações de gênero e sexualidades não são devidamente valorizados dentro das próprias universidades e faculdades? Por que as disciplinas que tratam de gênero e sexualidades, em algumas faculdades, como vemos na Faced/UFJF, por exemplo, são apenas eletivas e não conseguem espaço como disciplinas regulares no currículo?

Foucault (2011c) aponta para uma outra forma de exclusão que retoma, modifica ou fundamenta esse sistema que interdita quem não pode falar. Essa outra forma de exclusão é a ‘vontade de verdade’ que se expressa por um jogo discursivo entre o verdadeiro e o falso. Portanto, as grandes mutações científicas, como as operadas no século XIX, e que vêm se reformulando até os nossos dias, não devem ser lidas apenas como uma evolução de técnicas ou descobertas em uma determinada área de conhecimento, mas como a aparição de uma nova forma de vontade de verdade.

Essa vontade de verdade, de acordo com Veiga-Neto (2011), diz da procura “de dominação que cada um empreende, marcando e sinalizando discursos por sistemas de exclusão” (VEIGA-NETO, 2011, p. 103). Sistemas esses que definem o que pode ou não ser dito por esse ou aquele sujeito, bem como, por fim, estabelecem o pensável e o impensável, o verdadeiro e o falso em dada época e lugar. A vontade de verdade que orientou a ciência a

partir do século XIX não pode ser compreendida como um amor à verdade, mas como um sistema de exclusão que se apoia sobre um suporte institucional que dita “o modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 2011c, p. 17).

Como esses discursos que tentam ancorar as homossexualidades a fatores biológicos ganham força e passam a ser aceitos e difundidos como verdadeiros? É Michel Foucault (2011c) quem nos ajudará a elaborar essa questão. Para o autor, a vontade de verdade do discurso científico não cessa de se reforçar e se tornar mais profunda e incontornável, visto ser mascarada e se confundir com a própria “verdade em seu desenrolar” (FOUCAULT, 2011c, p. 19). Como destaca Foucault (2011c, p. 18), “essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando da nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção”. Assim, nessa vontade de verdade que impulsiona a ciência, nessa vontade de proferir um discurso verdadeiro, o que está em jogo é o desejo e o poder.

Como resultado desse jogo que envolve saberes e poderes, o que aparece mais visivelmente é “uma verdade que seria a riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal” (FOUCAULT, 2011c, p. 20). Enquanto isso, em contrapartida, pouco falamos ou até ignoramos

a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição” (FOUCAULT, 2011c, p. 20).

Tenho pensado a medicalização como parte dessa prodigiosa maquinaria destinada a contornar e a excluir a possibilidade de questionamento e problematização dessa vontade de verdade que criou/cria e alimenta os discursos científicos acerca das homossexualidades desde o século XIX. A partir dessa consideração, por outro lado, como poder implica resistência, tento resistir. Tento criar, por meio da pesquisa, uma estratégia que permita contornar essa vontade de verdade e chamar a atenção e problematizar esse importante conceito foucaultiano: o de medicalização, que considero pouco explorado em seus atravessamentos com os processos educativos, conforme pude observar no processo de revisão bibliográfica.

É considerando os discursos como parte estratégica de uma prodigiosa e eficiente maquinaria que me apoiei nas questões colocadas pelos Estudos Culturais para tratar como educativo, de maneira bem ampla, todos os processos culturais que nos educam e ensinam,

mesmo que não os reconheçamos, tradicionalmente, como tais. Assim, de acordo com Maria Lúcia Wortmann (2007), tomo o educativo como “uma dimensão ampla que implica estendê-lo para além da sala de aula, das práticas escolares e das instituições formais de escolarização” (WORTMANN, 2007, p. 76). Por processos educativos tratamos muitas e diferentes formas de ensinar, mesmo que muitas vezes disfarçadas ou não percebidas como tais, mas que podemos capturar acontecendo por meio de nossas mais variadas práticas culturais, como faz o Blog da Cidadania ao tuitar sobre as homossexualidades. Enquanto se comunicam, se divertem, se distraem, namoram ou procuram parceiros nas redes sociais *online* como o *Twitter*, por exemplo, os sujeitos estão se educando e se deslocando como sujeitos tanto nas suas relações com o outro, como na relação consigo.

A pesquisa que empreendi e que teve a rede social *Twitter* como campo buscou referência em Wortmann (2007), para quem a análise dos processos culturais que nos educam são “formas interessadas de lidar com práticas e produtos da cultura; delas resultam ‘novas’ histórias que não se localizam em nenhum dos campos buscados no decurso das análises e que, tampouco, instituem um novo campo de conhecimento ou metodologias” (WORTMANN, 2007, p. 76). É a partir das considerações dessa autora que assumo como parcial e incompleta a história que venho contando. No entanto, afirmo que é uma história orientada pelos acontecimentos que me tomaram enquanto pesquisador e não uma história em busca de verdades secretas ou de causas e efeitos. Tampouco, penso poder afirmar, é uma história que se preocupou em se ancorar ou se prender a uma ou outra metodologia de pesquisa específica.

Nesta história que construí, aponto, com base nos Estudos Culturais, que tratei as ciências, como a Biologia, a Medicina, as Ciências Sociais e a também a área de Educação etc., como produtos de um dado momento histórico. Foi como produção histórica que busquei problematizar as explicações científicas como elemento de uma “cartografia na qual a cultura é central e na qual a ciência e a atividade científica são vistas não apenas como influenciadas pela cultura (e, especialmente, pelos processos políticos e econômicos), mas, elas mesmas, como produções culturais” (WORTMANN, 2007, p. 73).

Considerando que somos educados em meio a sofisticados processos culturais, podemos apontar que o enunciado que aparece na postagem do Blog da Cidadania relacionando a homossexualidade como uma inversão entre masculino e feminino na formação do cérebro não é criação do sujeito que o enunciou. Ele faz parte de uma cadeia mais ampla, diluída e espalhada na sociedade. Trabalhar com a análise de discurso de inspiração foucaultiana, conforme o autor elabora na sua Arqueologia do Saber, implica

considerarmos como os diversos textos produzidos socialmente dialogam entre si, como se relacionam, como se articulam por meio de variados dispositivos e se interpenetram na produção de discursos. Discursos cujos enunciados dispersos em diferentes artefatos culturais se comunicam, se remetem a outros e, como se fossem uma figura única, aparecem por meio enunciados de instituições e práticas que definem e marcam a formação discursiva de uma época. Corroborando essa discussão, de acordo com Magalhães (2012), as revistas por ela analisadas recriam, reproduzem e distribuem saberes e conhecimentos acerca da sexualidade humana e disseminam no meio social aquilo passamos a reconhecer e entender como heterossexualidade e homossexualidade, mas também o que é biológico ou cultural, e o que é normal ou anormal. Funcionando como um dispositivo pedagógico, “a mídia atua garantindo o estabelecimento da norma, pois os sujeitos homossexuais devem ter seus corpos ‘revelados’ pela ciência, a fim de possibilitar a construção de conhecimentos e entendimentos sobre si” (WORTMANN, 2007, p. 160), mas também sobre os outros: os heterossexuais.

Aceitar essa racionalidade científica que tenta reduzir ao corpo as causas das doenças, mas também dos comportamentos, é desconsiderar que o indivíduo está imerso em um meio social que o produz. E essa é uma das principais estratégias da medicalização: isolar o indivíduo do seu meio, encontrar em seu corpo algo que não funcione de acordo com alguma normalidade biológica requerida, algo desajustado ou em descompasso a ser corrigido. Dessa forma, “a medicina impõe-se aos indivíduos como um ato de autoridade, o domínio de intervenção da medicina não concerne apenas às enfermidades, mas à vida em geral” (CASTRO, 2009, p. 300). É nessa indefinição e extensão sem limites da medicalização da vida e da homossexualidade que, de tão banalizada, ela acaba passando por natural, ou seja, como algo que se formou errado no cérebro dos sujeitos homossexuais.

Antes de avançarmos em nossas problematizações a partir da história de Lucas, um internauta que nos conta como sua “*obsessão com o corpo tem a ver com fato de ser gay*”, assunto da próxima seção, preciso de mais algumas linhas para analisar um tuíte que deu título a esta seção. Refiro-me à postagem de um sujeito nos diz:

*“Tava estudando p minha prova de GO e nossa, é muito claro pra medicina que homem e mulher são seres completamente diferentes, com capacidades e condutas diferentes pré estabelecidas desde o ventre materno!!! Nosso corpo é ***todo* formado para sentir atração pelo sexo oposto!!!**”* (2020, grifo nosso).

De acordo com os estudos que teria realizado para uma prova, ao enunciar que é “muito claro para a medicina que homem e mulher são seres completamente diferentes, com

capacidades e condutas diferentes pré estabelecidas desde o ventre materno!!!”, esse sujeito está, tal qual o Blog da Cidadania, ajudando a disseminar e requestrar o antigo e conhecido discurso que estamos analisando, ou seja, aquele que produz a crença de que nossas condutas e comportamentos são naturais de acordo com o sexo biológico atribuído no nascimento. E tentar colocar os desejos e os comportamentos sexuais dos sujeitos como natos e pré-estabelecidos no ventre materno é naturalizar nossa sexualidade. Afirmar, como faz essa postagem, que existem comportamentos naturais para cada sexo e sujeito, isto é, que o que não se encaixa no que é considerado natural para nosso corpo é anormal, pode gerar a crença de que tudo que diverge da heterossexualidade é uma anormalidade ou deformação passível de cura, como no caso das homossexualidades.

Não pesquisei sobre essa disciplina que o internauta aponta como GO, na qual ele também teria aprendido que para a medicina “*Nosso corpo é todo formado para sentir atração pelo sexo oposto!!!*”. Talvez, quem sabe, se eu tivesse optado por fazer uma pesquisa interativa junto ao Twitter e conseguisse acesso a esse internauta, eu teria essa resposta. Todavia, o que interessa para minhas investigações é que essa postagem enuncia coisas e produz sujeitos permitindo-nos perceber a forma como as ciências vêm naturalizando (biologizando) as explicações para as diferenças e para os desejos, isto é, dando a visões sociais uma roupagem científica que pode passar a ser reconhecida como verdade. Se considerarmos como verdadeira a explicação médica de que nosso corpo é naturalmente formado para desejar e sentir atração sexual por pessoas de outro gênero, como sugere o tuíte, provavelmente, enquadraremos as homossexualidades como uma inversão da ordem natural, ou melhor, com o uma anormalidade a ser corrigida via medicalização.

Luiz Felipe Zago (2015) nos ajuda a problematizar essa postagem ao dizer que “o que é dito e feito on-line não surge ali como criação absolutamente nova, inaugural” (ZAGO, 2015, p. 154), ou seja, a afirmação desse sujeito sobre a ‘natureza’ da atração sexual entre os corpos é fruto de muitas décadas de distribuição desse discurso. Um discurso que vem reverberando socialmente e produzindo sujeitos homossexuais masculinos desde o século XIX, especialmente, ao se combinar com discursos medicalizantes na atualidade, como conversaremos na próxima seção.

6.2 “SEGUE O *THREAD*”: “DÁ PARA VIVER SEM TER QUE AGRADAR HÉTERO [...], COMO O MEU EMAGRECIMENTO E A MINHA OBSESSÃO COM O CORPO TEM A VER COM O FATO DE EU SER GAY”

Desde quando a prática cristã da confissão começou a arrancar a verdade do corpo, a verdade que “cura quando dita a tempo, quando dita a quem é devido e por quem é, ao mesmo tempo, seu detentor e responsável” (FOUCAULT, 2012, p. 77), até nossos dias, muito se disse e se diz aos olhos e ouvidos atentos de confessores/as, mas, também, de médicos/as, psicólogos/as ou psicanalistas... Verdades também confessadas diariamente em nossas mais corriqueiras relações, por nossos comportamentos, por nossos gestos, atitudes, pelas roupas que usamos e, especialmente, pelo que manifestamos nas redes sociais *on-line*.

A cultura da confissão nos coloca ‘nus’ diante de um outro a quem nos confessamos. E a relação com esse outro na tradição ocidental cristã, quer seja pela religião, medicina, psicologia, psicanálise ou por uma rede social, expõe-nos, coloca-nos em outro lugar na relação, pois esse outro ocupa um lugar de saber, de autoridade, de poder ou até mesmo de cura. O perdão cristão pode curar, tal qual o médico também pode, visto que em nossa sociedade o poder de cura do padre deslizou para a mão do médico que se tornou o responsável pelo corpo, o responsável pela vida desse corpo, como nos diz Foucault (2011b).

A prática da confissão, do falar de si, da sua verdade e, sobretudo, da sexualidade, não ficou restrita aos confessionários ou consultórios médicos e terapêuticos, mas expandiu para toda a sociedade, como podemos perceber na frase que abre esta seção. Tal prática aparece nas mais corriqueiras relações que estabelecemos e, atualmente, ganhou as redes sociais *on-line*. Uma história contada, ou confessada, por Lucas (nome fictício), no *Twitter*, será bastante interessante para nos ajudar em nossas problematizações acerca da forma como a medicalização se articula com a produção de homossexualidades em nossos dias. Vamos ao relato em que Lucas nos conta “*como o meu processo de emagrecimento e a minha obsessão com o corpo tem a ver com o fato de eu ser gay*”, como sugeriu esse internauta em 2019, “*segue o thread*”³⁰:

“Desde bem pequeno, eu sabia de duas coisas na minha vida: que eu era gordo e que eu era gay. Me lembro de rezar toda noite perguntando para Deus porque ele tinha feito aquilo comigo, era como se eu não merecesse ter aquele duplo sofrimento.

Eu era zoadado na escola diariamente por ser gay e entendi, desde muito pequeno, que eu não era aceito em alguns lugares, que eu não era desejado como outros caras, que me restava o lugar de amigo engraçado.

³⁰ Um *thread*, no *Twitter*, é um conjunto de tuítes numerados e vinculados uns aos outros onde os usuários desenvolvem um texto mais longo, um fio ou uma sequência, para contar uma história ou apontar dados sobre algum assunto.

Eu sofri com o bullying durante toda a minha infância e adolescência. Já me obrigaram a beijar meninas, já me bateram e já fui humilhado publicamente algumas vezes. De alguma forma, eu entendi que eu era inadequado.

No geral. Essa é a vida de todo gay. A gente aprende a viver uma vida em segredo, guardar opiniões, reprimir desejos, respirar fundo, aguentar porradas. Se você é um gay que está fora de um padrão corporal, essa dor só aumenta.

Daí que eu foquei todos os meus esforços no meu emagrecimento e perdi 30 quilos. Passei de 100 para 70 kg em menos de um ano e ali a minha obsessão por um corpo 'perfeito' ganhou força.

Eu tinha acompanhamento de nutricionista, vivia numa dieta restritiva, me pesava todos os dias, fazia exercício de forma exaustiva e guardava no computador e no celular fotos de caras que serviam de inspiração.

Na maior parte das vezes, essas fotos eram de caras hétero e muito malhados. Pela primeira vez, eu me sentia pertencente, eu tinha muitos likes, muita gente começou a dar em cima de mim, roupas cabiam com mais facilidade, eu me sentia bem nas fotos e caras ht que antes nem falavam comigo, agora se aproximavam. Era como se eu, enfim, estivesse sendo visto.

A questão é que a vida fitness espartana não é sustentável. Pior: ela é corrosiva. Não é POSSÍVEL ser rato de academia 24h por dia. Ai, eu comecei a perceber que meus planos para me manter naquele perfil não estavam mais funcionando.

As crises de compulsão aumentaram, eu me sentia culpado ao burlar a dieta, só falava de emagrecimento e até o bolo com café no fim da tarde na casa de minha mãe era um problema. Eu levava lata de atum para comer escondido em reuniões de amigos pra 'manter o protocolo'.

Então, eu simplesmente desisti de viver daquele jeito. Descobri o prazer de comer coisas que eu gostava, passei a ter menos culpa ao comer, voltei a comer frutas e a fazer exercícios porque eu gostava, e não porque ele aumentaria meu bíceps.

Entrei na terapia e depois de quase um ano percebi que eu tinha valor. Mais que isso: percebi que era possível viver sem ter que aguardar pelo like ou pela dm logo depois de postar um boomerang do meu tanquinho.

Dá para viver sem ter que agradar hétero, sem ter que aguentar pequenas homofobias diariamente só porque a gente quer aprovação. Dá para SORRIR PARA AS FOTOS, dá para dar pinta porque, honestamente, foda-se.

No geral, nós, gays, vivemos muito tempo escondendo nossas vidas. E, mesmo depois de assumidos, a gente ainda tem muito medo de ser quem a gente é. É como se de alguma forma a gente buscasse se encaixar em formas que são diferentes da gente.

Você não precisa agradar os caras do crossfit para se sentir valorizado, você não precisa imitar a pose dos héteros topzeira para ganhar likes e se sentir melhor. Você não precisa entupir as suas fotos de filtro ou posar de broder com seu namorado só para parecer menos gay.

Seu corpo já aguentou muita dor para te manter vivo. Não o maltrate ainda mais. Você importa” (2019).

A sequência de postagens de Lucas, chamada de *thread* no *Twitter*, remete-nos a Foucault (2016), pois o autor nos diz que, em relação aos discursos, o mais importante não é tentar encontrar suas possíveis origens, mas procurar identificá-los em seu lado positivo, ou seja, no seu funcionamento produzindo coisas e sujeitos. Enunciar, no pensamento foucaultiano, é fazer de um simples ato de fala ou de um pequeno gesto, a produção de algo. É assim que, por meio dos enunciados que os compõem, os discursos veiculam proposições que tomam forma em nossas práticas sociais, como é o caso da prática pessoal que Lucas descreve.

Como vemos no *thread*, é o próprio Lucas quem afirma que seu emagrecimento e sua obsessão pelo corpo têm a ver com o fato de ser gay. Esther Díaz (2012) nos ajuda a pensar que o discurso “medeia a realidade de quem o enuncia” (DÍAZ, 2012, p. 3), e enunciar um discurso com todos os efeitos e relações de saber e poder que ele dispara e põe em funcionamento, marca o lugar do sujeito que enuncia posicionando-o dentro de determinada rede discursiva. Ao se manifestar, de alguma forma, Lucas se movimentou dentro da rede discursiva que o constituiu e alterou o lugar para ele reservado inicialmente: aquele que desde pequeno aprendeu que seria sinal de “*duplo sofrimento*”, por ser gay e gordo.

Para Foucault (2011c), o primeiro passo para se descrever o enunciado de um discurso, como o que constituiu Lucas e ensinou-lhe desde criança sobre o lugar social da homossexualidade, é considerar esse discurso como um acontecimento, ou seja, como aquilo que provoca “cesuras que rompem o instante” (FOUCAULT, 2011c, p. 58) e desloca o sujeito de uma posição a outra, ou melhor, a outras tantas posições possíveis. Essas cesuras ou acontecimentos pertencem a determinada formação discursiva e se correlacionam com os regimes de verdade de um dado momento que, por sua vez, são atrelados a um conjunto de outros discursos socialmente difundidos que tratam do mesmo enunciado. Considerando que

as homossexualidades ainda são percebidas socialmente como coisa esquisita e anormal, o *bullying* e as humilhações sofridas na infância e adolescência foram ensinando a esse sujeito seu lugar de abjeto, ou seja, que ele não é um ser bem-visto em alguns lugares e poderia não ser “*desejado por outros caras*”, restando-lhe, apenas, o “*lugar do amigo engraçado*” para ser aceito. No contato com discursos distribuídos socialmente, como Lucas nos diz, ele foi entendendo que seu corpo “*era inadequado*”, esquisito, anormal.

Apontando para algo que acredita ser, no geral, a vida de todo gay: “*viver uma vida em segredo, guardar opiniões, reprimir desejos, respirar fundo, aguentar porradas*”, Lucas diz do agravamento das dores, caso um gay esteja fora de um padrão corporal como aquele vendido pela revista Junior (FRANÇA, 2019), por exemplo, mas também pelos tantos corpos exibidos nas redes sociais *on-line* e por tantos outros artefatos de nossa cultura. Como podemos notar, Lucas foi produzido por discursos sobre as homossexualidades e sobre o que seria um corpo ‘ideal’ para que conseguisse realizar seus desejos por outros caras. Tais discursos têm história, têm um momento e têm um lugar de emergência.

Desde que a medicina do século XIX articulou discursivamente a sexualidade alojando-a no corpo, seu discurso vem se deslocando e suscitando práticas e desejos. Lucas não nasceu desejando outros caras, tampouco um corpo definido ou sarado como forma de ser desejado. Ele aprendeu a ser assim e esse aprendizado moldou sua prática. Ele aprendeu, na prática, o que é ser gay, ou melhor, uma forma de ser gay. Conforme nos diz Courtine (2013), retomando as palavras de Foucault, o discurso, como o que constituiu Lucas,

não deve ser assumido como o conjunto das coisas que se diz, nem como a maneira de dizê-las. Ele está outro tanto no não dito, ou no sinalizado por gestos, atitudes, modos de ser, esquemas de comportamento, deslocamentos espaciais. O discurso é o conjunto das significações coercitivas e constrangedoras que perpassam as relações sociais (FOUCAULT *apud* COURTINE, 2013, p. 26).

Como aponta Foucault, os discursos de uma época impregnam os corpos e criam modos de ser e esquemas de comportamento, visto criarem relações que são coercitivas e constrangedoras, como as que levaram Lucas a procurar perder peso e que aumentaram sua obsessão por um corpo “perfeito”. Com vistas a saciar seu desejo, Lucas recorreu a saberes da área de saúde, no caso uma nutricionista, além de frequentar academias onde intensificou os exercícios físicos inspirando-se em fotos de caras “héteros e malhados” que guardava no celular. Mais uma vez, com o caso de Lucas, podemos perceber as negociações que perpassam a construção das sexualidades.

Os primeiros resultados das rígidas dietas e dos exaustivos exercícios físicos parecem ter rendido muitos likes e roupas mais ajustadas ao corpo. Tais conquistas tornaram Lucas desejado por outros caras que não o percebiam ou não o desejavam antes. Só que as exigências da “vida fitness espartana” em que Lucas mergulhou se tornou “corrosiva” e insustentável para o rapaz que percebeu que seus planos de corpo perfeito não “estavam mais funcionando”, pois dispararam crises compulsivas carregadas de culpa por “burlar a dieta”.

A culpa experimentada por Lucas, que pode ser pensada como transgressão, crime, delito, falta ou infração a uma norma ou regra, é muito marcante na cultura ocidental, por influência do cristianismo. Atualmente, vivendo em uma sociedade capitalista, penso podermos considerar que a culpa é reativada e cria novas e mais sutis técnicas que vão se impondo e passam a atuar na produção de sujeitos com o objetivo de que “cada um se torne, o mais amplamente possível, responsável por si mesmo, que desenvolva suas competências e seja capaz de fazer escolhas” (BUJES, 2001, p. 246), bem como que responda à “perpétua e constante necessidade de estabelecer critérios, de fazer escolhas, de deslocar-se entre diferentes ‘tribos’, de desfocar-se e refocar-se em cenários em constante mutação” (BUJES, 2001, p. 246). Essa forma capitalista de governo da população foca na produção de um sujeito que se identifica com identidades “particulares e conflitantes” e que precisa “acreditar que está no controle de si mesmo” (BUJES, 2001, p. 246). E a culpa age corretivamente no sentido de recolocar o sujeito nos trilhos medicalizantes quando esse fraqueja no seu intuito de “manter o protocolo” e cuidar do corpo.

Essa forma de governo, como sugere Paul Preciado (2020a, p. 314), “não assume a forma de uma lei, mas de uma norma não escrita, de uma transação de gestos e códigos cujo efeito é estabelecer na prática da sexualidade uma partição entre o que pode e o que não se pode fazer”. O autor se refere à norma como um regime de governo e uma política do desejo como uma forma artificial de “servidão sexual” baseada numa “estética da sedução, numa estilização do desejo e numa coreografia do prazer” (PRECIADO, 2020a, p. 314) que, ao mesmo tempo que erotiza, perpetua a diferença de poder entre os corpos.

Imerso na norma, Lucas parece buscar dar respostas a uma sociedade em que o indivíduo é alocado como um gestor de si próprio, um gestor que se torna

completamente responsabilizado por todos os âmbitos de sua vida: suas conquistas, seus sucessos, seus prejuízos, seus problemas, seus fracassos, também se coloca sob sua responsabilidade estar frequentando o mundo da saúde ou da doença. Assim, ele assume integralmente a tarefa de definir a si próprio, se tornando o único responsável por constituir sua personalidade,

por alcançar o status social que almeja, por ser feliz, belo e bem-sucedido (DANTAS, 2009, p. 572).

Quanto a essa nova forma de controle que é o governo, inspirado por Foucault, Jurandir Freire Costa (2004) nos diz que a lei que se impunha desde a Idade Média por meio de seu poder punitivo, coercitivo e excludente, que se utilizava da repressão, perdeu espaço para um poder mais sutil, mais econômico, mais eficiente para a vida urbana: o poder normativo. Para o autor, o poder normativo inaugurado como forma de governo das populações nos séculos XVIII e XIX pode ser pensado como um dispositivo que é formado “pelos conjuntos de práticas discursivas e não discursivas que agem, à margem da lei, contra ou a favor delas, mas de qualquer modo empregando uma tecnologia de sujeição própria” (COSTA, 2004, p. 50). As práticas discursivas que integram os dispositivos os reforçam com conhecimentos e saberes, como saberes científicos acerca do que conversamos em seção anterior, que lhes conferem racionalidade e levam a novas formas de dominação como ressalta o autor.

Costa (2004) nos incita a problematizar o poder normativo como aquele que atua sobre os corpos de maneira quase imperceptível, visto não mais se impor exclusivamente pela força, mas pela normatização das práticas sociais, das condutas e dos comportamentos dos corpos que formam uma população. Lucas parece nos dizer desse poder que tenta controlar e produzir corpos e sujeitos responsáveis por si mesmos, isto é, autogovernando-se. E a culpa age sobre Lucas levando-o a tentar se manter nas dietas, no peso e no controle da situação, enfim, na norma que lhe ensinou uma forma de ser gay medicalizado.

De acordo com Costa (2004), as práticas discursivas se materializam em práticas não discursivas que nos permitem perceber o dispositivo de controle normativo funcionando por meio de várias técnicas de controle dos corpos. Articulado “discursos teóricos e [...] ação prática o dispositivo extrai seu poder normatizador” (COSTA, 2004, p. 50) que visa prevenir virtuais ameaças à norma, no caso, a heterossexual, com seus modelos de masculinidade. Estamos falando de uma norma que passa a regular a sociedade, pois acontece por meio de um “mecanismo de controle que estimula, incentiva, diversifica, extrai, majora ou exalta comportamentos e sentimentos” (COSTA, 2004, p. 50). Como Lucas nos permite perceber, a produção de seu corpo diz de um momento em que a saúde, a ideia de bem-estar, de prazer e desejo tornaram-se mercadorias e tornaram-se normas para quem deseja usufruir das promessas do mercado. Tais promessas levaram Lucas a se inspirar em fotos de “*caras*

héteros” e a se produzir buscando aproximação com a heterossexualidade por meio da medicalização. Tudo a fim de ser aceito, de ser desejado e de ganhar *likes*.

De acordo com Michel Foucault (2011b), o que a enunciação de Lucas nos permite perceber é o funcionamento de estratégias de controle dos corpos homossexuais por meio do acoplamento dos dispositivos de sexualidade com o de medicalização. Dispositivos que funcionam de acordo com técnicas polimorfas, variáveis e conjunturais de saber e poder; dispositivos que possibilitam permanentes e crescentes formas de domínio e de poder sobre os corpos ao atuarem produzindo sensações, desejos, necessidades, prazeres por mais ínfimos ou imperceptíveis que sejam (FOUCAULT, 2011b). Para Giorgio Agamben (2009, p. 40), “o dispositivo é sempre a união de elementos capazes de criar o caminho para um determinado objetivo, tanto no âmbito filosófico como no tecnológico”. Os dispositivos sempre implicam um processo de subjetivação, complementa esse autor, ou seja, são “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar, e assegurar os gestos, as condutas e as opiniões e os discursos dos seres vivos” (AGAMBEN, 2009, p. 40).

Considerando, de acordo com Foucault (2011b), a sexualidade como esse dispositivo, como essa “grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder” (FOUCAULT, 2011b, p. 116), podemos perceber como a intensificação dos prazeres permite ao poder penetrar nos corpos e torná-los objeto de saber e poder por meio do sexo. O sexo tornou-se, assim, um assunto da pedagogia, da medicina, da mídia, da economia, das redes sociais etc., enfim, um negócio de Estado, pois permite um controle permanente e exaustivo sobre o corpo individual e sobre a população. O sexo tornou-se “o elemento mais especulativo, mais ideal e igualmente mais interior, num dispositivo de sexualidade que o poder organiza em suas captações dos corpos, de sua materialidade, de suas forças, suas energias, suas sensações e seus prazeres” (FOUCAULT, 2011b, p. 169). O sexo tornou-se objeto de desejo a ser desvelado, descoberto, tornou-se direito, tornou-se uma verdade pela qual os sujeitos se reconhecem como sujeitos de determinada sexualidade, como a homossexualidade contada e confessada no *Twitter* por Lucas.

Como nos sugere Foucault (2010c), na ‘História da Sexualidade: o uso dos prazeres’,

com a criação deste elemento imaginário que é o “sexo”, o dispositivo de sexualidade suscitou um de seus princípios internos de funcionamento mais

essenciais: o desejo do sexo – desejo de tê-lo, de aceder a ele, de descobri-lo, libertá-lo, articulá-lo em discurso, formulá-lo em verdade. Ele constituiu o sexo como desejável (FOUCAULT, 2010c, p. 171).

Na esteira desse complexo dispositivo que incita discursos sobre o sexo, que anexa o desejo do sexo aos corpos atendendo a estratégias que visavam ao seu controle, encontramos Costa (2004) salientando que, no Brasil, em consonância com o que acontecia em outras partes do mundo, desde o século XIX, os indivíduos passaram a ser “adaptados à ordem do poder não apenas pela abolição das condutas inaceitáveis, mas, sobretudo, pela produção de novas características corporais, sentimentais e sociais” (COSTA, 2004, p. 189) que produzem novos corpos mais adaptados e necessários para o Estado como força produtiva. Foi nesse processo que as homossexualidades começaram a se destacar e a aparecer como objeto de investigação médica no Brasil e despontam, até hoje, como uma prática revestida por saberes e poderes que a envolvem e a produzem como sinal de anormalidade. Uma anormalidade que pode gerar sofrimento, dor e incômodos que podem ser sanados pela aproximação com a heterossexualidade. Tal aproximação acontece por meio do consumo de serviços e produtos da área de saúde e da farmacêutica que, por meio da mídia, propagandas e pesado *marketing*, atingem os corpos.

A entrada de Lucas no jogo e nas relações de poder de seu tempo o fizeram recorrer à medicalização como forma de adequação de seu corpo aos seus desejos. Mas Foucault (2011b) nos adverte para o fato de que “os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem são opostas a ele” (FOUCAULT, 2011b, p. 111). E a reação de Lucas, ao desistir de “*viver daquele jeito*”, de abandonar a culpa de comer as coisas de que gostava e não se preocupar mais em apenas aumentar o bíceps, leva-nos a considerar, com Foucault (2011b), que “é preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta” (FOUCAULT, 2011b, p. 111). O mesmo discurso que tomou Lucas por algum tempo deixou brechas que lhe permitiram resistir e procurar uma terapia (novamente aqui via área de saúde) que o ajudasse a viver sem depender dos *likes* que aguardava após postar seu “*tanquinho*” nas redes sociais.

A história de Lucas nos permite perceber que a resistência faz parte do jogo de saber e poder que nos envolve, pois o mesmo discurso que “veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo” (FOUCAULT, 2011b, p. 112). A entrada de Lucas no campo discursivo de seu tempo o fez perceber, de dentro do jogo em que ele adentrou, que dava “*para viver sem agradar hétero*”, que dava para sorrir para fotos e dar

pinta sem precisar tolerar “*pequenas homofobias*” diárias por conta da busca por aprovação. O “*foda-se*” de Lucas foi uma saída estratégica de resistência ao poder normatizador que opera por meio dos dispositivos de sexualidade e de medicalização.

Ao desabafo/confissão de Lucas somaram-se muitos comentários e, cada vez que revisito sua postagem, vejo que outros internautas continuam interagindo e tornando seu caso mais visível e mais potente enquanto forma de resistência. Entre tantas interações, destaco algumas, como a de um sujeito que diz “*entendo bem, passei pelas mesmas coisas. E o pior de tudo foi perceber as mudanças nas atitudes das pessoas comigo. No fundo, nós só nos sujeitamos a isso por querer aceitação alheia*” (2019). Enquanto essa postagem nos permite perceber o quanto a mudança corporal afeta as relações, isto é, “*as mudanças nas atitudes das pessoas*” com relação aos bons resultados na adequação do corpo a um padrão, como aconteceu com o sujeito que fez a postagem, um outro afirma perceber “*uma obsessão e rejeição pelo corpo bem forte na ‘comunidade gls’³¹. Esta, às vezes, ao invés de acolher e se unir, se mostra ainda mais nociva. E o preconceito, seja qual for, dói mais quando vem de dentro*” (2019).

Agradecendo a Lucas pelo compartilhamento da história, um outro internauta, em 2020, apontou que “*só trocando a palavra gordo por magro*”, o “*resto tudinho exatamente igual*”, ao passo que um outro, posta que, após uma leitura em um dia em que estava meio sonolento, “*voltei hoje para ver com mais atenção. Também tive um emagrecimento severo e a culpa e obsessão podem se infernais*” (2019).

Como podemos perceber, tanto pelas conversas que estamos mantendo, quanto pelas enunciações que encontrei no *Twitter*, as questões que envolvem os referidos padrões que são colocados culturalmente, nos dias atuais, para os corpos, ocupam, sobremaneira, mentes e corpos de muitos sujeitos homossexuais masculinos. Essa afirmação é corroborada por uma outra que, após um longo agradecimento pelo que chama de “*thread maravilhosa*”, diz acreditar que ela “*dialoga com a realidade de todo gay que além de ter sofrido bullying por ser gay, também sofreu por ser gordo*”. Para esse sujeito: “*Só a gente sabe o quanto a nossa cabeça reage de forma tóxica e desesperada por aceitação*” (*).

³¹ GLS é o acrônimo de gays, lésbicas e simpatizantes. É uma sigla frequentemente usada no Brasil para se fazer referência a serviços, espaços, produtos e locais destinados ao público homossexual como uma boate ou um bar, por exemplo. O termo foi criado e bastante utilizado na década de 1980, mas, desde então, a luta contra a discriminação, contra o preconceito e pela conquista de direitos vem ganhando mais espaço e, também, novas formas de identificação.

Mediante dezenas de relatos semelhantes ao de Lucas, um, em especial, oferece-nos muito o que refletir ao dizer: “*Às vezes fico pensando o que é mais torturante: lidar com essa exclusão ou o esforço exaustivo de se encaixar para ser aceito. Gratidão*” (2019).

Para finalizar esta conversa que Lucas nos possibilitou, ficaremos com a postagem de um sujeito que exclamou: “*Que thread maravilhosa, me vi nela em todos os tweets!*”, a fim de apontar a potência da história de Lucas no sentido de inspirar e chamar a atenção para os pesados fardos aos quais muitos corpos são submetidos enquanto buscam por espaço, aceitação social ou a realização dos seus desejos.

Se podemos admitir que sujeitos homossexuais tentam se aproximar de valores socialmente construídos e que remetem a corpos e comportamentos heterossexuais, penso ser importante conversarmos um pouco acerca de como esses valores tomam e afetam corpos homossexuais masculinos, como aconteceu com Lucas e com tantos outros sujeitos que encontrei em minha imersão no *Twitter*.

A forma como sujeitos cujos desejos, pensamentos ou práticas afetivas e sexuais com outros homens, mesmo alguns que se dizem homossexuais assumidos, são capturados pelo desejo ou necessidade de “*parecer menos gay*”, e como esse desejo é atravessado pela medicalização, será assunto da seção subsequente.

6.3 GÊNERO, HETERONORMATIVIDADE E MEDICALIZAÇÃO DAS HOMOSSEXUALIDADES MASCULINAS

“As grades do condomínio são para trazer proteção Mas também trazem a dúvida se é você que está nessa prisão” (MINHA..., 1999).

A identificação social de uma pessoa como homem, mulher ou outras categorias de gênero é marcada pela diferença de poder e de espaço na sociedade. Historicamente, homens desfrutam de um espaço social privilegiado em detrimento das mulheres, como melhores salários ou maior espaço social e político que resultam em variadas vantagens em nossa sociedade. Mas, quando falamos especificamente de homem e mulher, de que exatamente estamos falando? O que define uma pessoa como homem ou mulher? Ser nomeado como homem equivale a ter nascido com genitais considerados como de macho da espécie humana, enquanto mulher é quem nasce com genitais atribuídos a fêmeas? A resposta a essas questões não é tão simples como pode parecer, pois as palavras homem, mulher, sexo, gênero “têm história e múltiplos usos. Elas não só são elaboradas para expressar certas concepções, mas

elas também têm diferentes efeitos retóricos” (SCOTT, 2012, p. 301). É considerando a historicidade dessas palavras que precisaremos conversar um pouco.

Não há consenso sobre o que é gênero, tampouco o termo vem se tornando mais claro a partir de seu uso, como aponta Joan Scott (2012). Para a autora, o termo tornou-se impreciso e um lugar de contestação e disputa política. E nossa conversa vai começar com uma rápida passada pelo feminismo, visto que esse movimento influenciou e vem influenciando sobremaneira produções acadêmicas, ativismos e transformações sociais que envolvem o termo e o conceito de gênero.

De acordo com Guacira Louro (2010), não desprezando outras ações isoladas ou coletivas das mulheres contra a opressão social que marcaram outros períodos históricos³², a referência ao que chamamos de feminismo, como movimento organizado socialmente, é associada ao século XIX e, especialmente, à virada para o século XX em torno do movimento pelo direito de voto às mulheres: o sufrágismo. Conhecido como a ‘primeira onda’ do movimento feminista, nesse momento, as reivindicações que giravam em torno de maior espaço social para as mulheres e diziam mais dos interesses de mulheres brancas ficaram bastante restritas a alguns países.

No final da década de 1960, na chamada ‘Segunda onda’, é que o movimento feminista começou a problematizar teoricamente o conceito de gênero. Foi durante a efervescência cultural, social e política, em especial no ano de 1968, que, além de grupos de conscientização e de participação em protestos, o movimento cresceu por meio da publicação de livros, revistas e jornais, especialmente ao chegar e ‘contaminar’ a academia dando mais visibilidade ao movimento que também passou a reclamar da ausência das mulheres em áreas como as ciências, as artes e as letras (LOURO, 2010).

Louro (2010) destaca que os primeiros estudos realizados pelas pesquisadoras desse período tiveram o mérito de tornar as mulheres e seus estudos visíveis por realçarem o caráter político de suas ações. Entre alianças e divergências de perspectivas de análise, nesses primeiros momentos, prevaleceu a ideia de que as desigualdades entre homens e mulheres tinham a ver com características biológicas inatas, isto é, “que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção” (LOURO, 2010, p. 20): a de sexo biológico. Assim, a diferença sexual seria tratada como a origem das desigualdades sociais entre homens e mulheres.

³² Neste capítulo, mais especificamente na seção 6.4, trataremos da prática de luta do feminismo negro que, desde a segunda metade do século XIX, vem buscando resistir contra a opressão social, política e econômica desse grupo.

A contraposição e a rejeição a esse determinismo biológico como definidor das diferenças sociais entre homens e mulheres se deram por meio da distinção do uso do termo gênero como diferente de sexo, pelas feministas anglo-saxãs (LOURO, 2010). Scott (1995), no clássico texto ‘Gênero: uma categoria útil para análise histórica’, chama atenção para o uso do termo entre as feministas americanas para “ênfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p. 72), com vistas a negar o determinismo biológico que o uso dos termos sexo ou diferença sexual sugeria. Outro aspecto que Scott (1995) destaca é a ênfase dada à forma como se produzem socialmente os gêneros, ou seja, nas relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres. A partir desse salto, a história das mulheres começou a ser construída considerando-se sua relação com a história dos homens. Aliás, o que se proclamou foi a impossibilidade teórica ou analítica de separar história de mulheres e de homens, pois ela se dá na relação (LOURO, 2010). Gênero, assim, começou a ser tratado como uma ‘categoria útil para a análise histórica’, como nos diz Scott (1995) e, principalmente, para a produção de uma nova história que poderia ser recontada com e por pessoas e grupos marginalizados socialmente (mulheres, negros, gays, lésbicas etc.) a partir de inter-relações e atravessamentos entre gênero, raça e classe.

Scott (1995) argumenta que o termo gênero passou a se referir a “construções culturais” impostas sobre corpos sexuados ajudando a “distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens” (SCOTT, 1995, p. 75). Para Louro (2010), o que as feministas colocaram em jogo foi o entendimento de gênero como “constituente da identidade dos sujeitos” (LOURO, 2010, p. 24), ao passo que também se alargava o entendimento das identidades não mais como fixas ou permanentes, mas como plurais, múltiplas, contraditórias e em constante movimento e transformação. Identidades essas envolvidas por outras marcas relativas ao pertencimento a uma classe social, a uma etnia e a uma sexualidade (dentre tantas identificações possíveis) que criavam novas posições de sujeitos ou, em outras palavras, novas posições ou novos lugares sociais para esses sujeitos, como sugerem os estudos foucaultianos.

Como podemos perceber, o conceito de gênero surgiu com o intuito de mostrar que as diferenças sexuais ou o sexo biológico, por si sós, não podem ser colocados como determinantes das diferenças sociais entre homens e mulheres, mas sim que é na cultura que se constroem os significados e os valores que produzem as diferenças antes apontadas como naturais para os sexos.

Eurídice Figueiredo (2018) afirma que a obra ‘Problemas de gênero’, de Butler, produziu uma revolução no movimento feminista ao “questionar a distinção sexo/gênero e ao

problematizar a razão de o sujeito do feminismo ser ‘as mulheres’” (FIGUEIREDO, 2018, p. 41). Quem seriam as mulheres? - pergunta Butler (2012). Há uma essência do que é ser mulher? Existe essa categoria de forma estável e permanente? Butler (2012), ao destacar a ‘heterossexualidade compulsória’, que é a imposição de um discurso hegemônico pelas instâncias reguladoras do poder, destacava as múltiplas identidades possíveis incluindo as lésbicas, as travestis e as transexuais, que não cabiam ou não encontravam lugar na categoria mulheres. O que foi pensado acerca das mulheres, por extensão, podemos estender aos homens em seus processos de constituição como sujeitos.

Apontando que não podemos nos referir a “um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais” (BUTLER, 2012, p. 27), a autora nos permite pensar que nosso corpo é envolvido e produzido por discursos desde que nascemos. De acordo com Butler (2012), no ato de um exame de ultrassom ou ao nascer, o enunciado “é uma menina!” ou “é um menino!” já nos coloca em um intrincado jogo de discursos que vão nos ensinando o que é ser menino ou menina em dada sociedade, pois ser menino ou menina mobiliza uma série de movimentos em torno da criança criando-se expectativas e até promessas de como esse corpo deverá se comportar ou que gostos e que desejos terá.

Em relação a essas inevitáveis marcas e significados que a cultura inculca nos corpos, Butler (2012) assevera que “o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva” (BUTLER, 2012, p. 27), o que nos permite inferir que, ao se atribuir um sexo (menino ou menina) ao bebê, é um gênero que se lhe atribui, isto é, tanto gênero quanto sexo são construções sociais mediadas por discursos. Dessa forma, tanto o gênero quanto o sexo não podem ser pensados como anteriores à cultura ou àquilo que nasce com o sujeito, mas como efeitos de discursos que envolvem saberes e poderes. De acordo com a filósofa, as construções dos gêneros são possíveis mediante os limites impostos por um discurso cultural hegemônico que, apoiado em estruturas binárias (homem/mulher, macho/fêmea, heterossexual/homossexual), apresentam-se como uma “linguagem da racionalidade universal” pela qual a “coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero” (BUTLER, 2012, p. 28). Entendido dessa forma, gênero “não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2012, p. 29).

Nessa produção social dos gêneros, os indivíduos ‘inteligíveis’ e aceitos socialmente são aqueles que não se desviam da norma e mantêm “coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2012, p. 38) de acordo com as normas que tentam enquadrá-los. Assim, para a autora,

A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” – isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que a prática do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do ‘gênero’ (BUTLER, 2012, p. 41).

A partir da leitura de Butler (2012), podemos entender melhor o que já apontamos em várias passagens deste texto quando, por exemplo, conversávamos sobre a forma como as homossexualidades ainda são tratadas em diversos espaços sociais que a reproduzem como anormalidade, coisa esquisita ou até doença. Isso em função do desejo não coincidir nem com o sexo e nem com o gênero atribuído por um médico no momento do nascimento.

Essa conversa acerca da produção social de gêneros e sexualidades permite-nos problematizar a enunciação de um internauta que sugere que “*o gay que adere aos atributos heterossexualizantes, usa disso para se proteger da própria homossexualidade*” (2020). Penso que seria melhor dizer que esse gay que adere a modelos heterossexuais queira mesmo é se proteger dos pesados estigmas que a sociedade ainda inflige sobre a homossexualidade, como nos diz Miskolci (2017), permitindo-nos perceber a heteronormatividade funcionando como modelo político de existência e de enquadramento dos corpos. Afinal, divergir da pesada programação social feita para os corpos desde que nascem, pode levá-los à abjeção.

Mas de que forma a adesão a “*atributos heterossexualizantes*” pode representar alguma proteção a sujeitos homossexuais? Para elaborarmos essa questão, precisamos considerar que parecer heterossexual pode ser uma forma encontrada por alguns sujeitos homossexuais para se protegerem dos estigmas que social e culturalmente se estabeleceram como peculiaridades da homossexualidade. Considerando que o modelo político da heteronormatividade é aquele que pressupõe a coerência entre dois gêneros biologicamente determinados e uma forma de sexualidade – a heterossexual –, podemos argumentar que o ‘parecer hétero’ é também ‘parecer homem’, isto é, eles acabam se tornando sinônimos. O que podemos inferir a partir desse tuíte que sugere que alguns sujeitos homossexuais se aproximam da heterossexualidade como forma de proteção é que, em nossa cultura, há um embaralhamento entre gênero e sexualidade, como aponta Anderson Ferrari em suas preleções.

Como já conversamos em outra seção, a crença na ideia de inversão e deformação do desejo sexual na formação do cérebro como causadora da homossexualidade muito contribui para que muitas pessoas ainda considerem a homossexualidade masculina como uma aproximação ou como uma assimilação do que se constrói socialmente como característica do

gênero feminino. Da mesma forma que ser mulher pode representar um lugar de abjeção em uma cultura misógina e machista como a nossa, ser gay e ser reconhecido socialmente como próximo do feminino pode ser desvantajoso para alguns sujeitos homossexuais, levando-os a aderir a padrões heterossexualizantes como forma de parecerem menos gays.

Um tuíte de 2018 parece-me bastante potente para avançarmos na discussão acerca da forma como a produção dos gêneros e das sexualidades se articulam com a medicalização. Ao apontar que *“hoje em dia gays tbm vivenciam esta realidade. É uma pressão criminosa pela aceitação através da aparência que chega a ser criminoso. Cada vez mais gays se submetem ao uso de medicamentos e anabolizantes para estar no padrão que o meio está impondo”*, esse sujeito pode nos ajudar a problematizar a heteronormatividade e a medicalização da homossexualidade masculina. Essa postagem pode nos dizer do que move ou produz o desejo/necessidade de alguns corpos performarem uma certa masculinidade, ou seja, para serem mais aceitos socialmente. A fala/denúncia desse internauta me parece bastante sugestiva para pensarmos no uso da transformação medicamentosa e farmacológica de corpos homossexuais masculinos, ao ressaltar uma prática que está fazendo parte da vivência de gays como forma de serem aceitos pela aparência ou semelhança com corpos heterossexuais, mesmo que, para isso, tenham que recorrer ao uso de medicamentos e anabolizantes para alcançarem o padrão que o *“meio está impondo”*. *“A pressão criminosa”*, como aponta a postagem, faz referência à imposição de determinado ‘meio’, mas não evidencia qual ‘meio’ exatamente. Penso que esse sujeito está se referindo a um certo *“meio gay”* que parece ser mais capturado que outros pelo ideal de um corpo padrão. Um corpo similar ao padrão também colocado socialmente para corpos heterossexuais, um corpo que carregue sinais de virilidade, força, poder, saúde, bem-estar e felicidade.

Em minha incursão no *Twitter*, encontrei muitas referências ao chamado ‘mundo gay’, ao ‘ambiente gay’ ou ao ‘meio gay’, mas não podemos cair na cilada, como muitos fizeram, de generalizar alguns comportamentos a todos os sujeitos que se relacionam, desejam ou mantêm práticas sexuais com outros homens. A referência a esse suposto ‘ambiente gay’, na maioria das postagens que encontrei, acabavam veiculando julgamentos morais acerca de certas vivências e experiências nos referidos ‘ambientes’ e ‘meios’, comumente associados a ambientes promíscuos, impuros, inseguros e abertos ao uso de drogas. De acordo com Miskolci (2009, p. 176), *“são recorrentes em anúncios sexuais, na apresentação em bate-papos ou mesmo em perfis de redes de relacionamento como o Orkut afirmações como ‘sou fora do meio’ ou ‘procuro alguém fora do meio [como eu]”*.

Para esse autor, essas apresentações podem ser vistas como “resquícios do tempo pré-internet, em que os pontos de encontro de culturas sexuais não hegemônicas eram vistos como marginais, perigosos e denunciadores de uma identidade socialmente perseguida” (MISKOLCI, 2009, p. 176). Como pude perceber em várias postagens que encontrei referindo-se ao ‘meio gay’, concordo com Miskolci (2009) para quem, sob um olhar mais atento, elas revelam que as referências ao ‘ambiente gay’ ou as autoapresentações que os sujeitos fazem se dizendo ‘fora do meio gay’ podem denotar “uma valorização dupla: da rede como forma de socialização ‘limpa’ e de seu papel na manutenção da crença de que a vida em sociedade é (ou deveria permanecer) heterossexual” (MISKOLCI, 2009, p. 176).

Outra postagem bastante semelhante às que estamos discutindo acrescenta um detalhe bastante instigante que é a afirmação de que “*por natureza, gay tem autoestima baixa*” (2018). Como essa ideia apareceu também em outros tuítes, como no que faz um apelo para que “*gays com vidas perfeitas, corpos perfeitos, namorados perfeitos q gostam de ostentar na internet: fiquem longe minha auto estima baixa*” (2015), vamos nos ater um pouco a ela.

Não existe a referida ‘natureza gay’, não existe uma sexualidade natural conforme estamos argumentando. Essa “*natureza gay*” apontada é uma invenção que, de acordo com saberes construídos historicamente acerca do que é a homossexualidade, vem discursivamente ensinando e produzindo o que é ser gay. São saberes que associam as homossexualidades à fragilidade emocional ou à autoestima baixa, cujo objetivo é afastar sujeitos da homossexualidade e manter a suposta estabilidade da heterossexualidade. Parece que o autor da postagem está se referindo à tristeza, à melancolia ou à desolação de alguns sujeitos homossexuais perante o tratamento que recebem da sociedade. No entanto, independentemente do que possa ser essa mencionada “*natureza gay*”, precisamos tomar cuidado com essa ideia tão comum e tão sedimentada em nossa cultura.

A ideia de “*natureza gay*” é uma construção social que traz, em si, a ideia de uma também ‘natural’ heterossexualidade. Falar em “*natureza gay*” é desconsiderar a matriz discursiva que possibilitou o surgimento do discurso medicalizante em relação às homossexualidades tidas como sexualidades desviantes, anormais, invertidas ou aberrantes, coisa que só foi possível a partir do estabelecimento da heterossexualidade como norma, ainda no século XIX.

Não é possível pensar nas homossexualidades sem pensar na medicalização, apontou Márcio Caetano em minha banca da minha primeira qualificação. Essa afirmação chama nossa atenção para o fato de que não é possível falar nas homossexualidades sem pensar no seu longo histórico de medicalização, afinal, essa forma de relação entre corpos, com o nome

de homossexualismo, ganhou importância em função de sua absorção e uso pelo discurso médico do século XIX. Daí, temos que, desde esse momento, acoplados, o discurso heteronormativo e o medicalizante vêm sendo reforçados pelo pânico social criado em torno das homossexualidades, como aponta Miskolci (2007), ou seja, pelo medo daquilo que foi e ainda é, até nossos dias, relacionado a desarranjo, desequilíbrio orgânico, baixa autoestima e doença.

Todos os espaços sociais são educativos e, com raras exceções, atuam na reprodução e/ou circulação de discursos que apontam para a heterossexualidade como maneira normal e sadia de comportamento/prática sexual, como já sinalizamos. E isso se dá por ‘brincadeiras’, falas, olhares, gestos, piadas, revistas, reportagens, artigos científicos, disciplinas escolares, propagandas, fotografias etc.

De acordo com Louro (2009), a heteronormatividade só teve seu reconhecimento como um “processo social, ou seja, como algo que é fabricado, produzido, reiterado, e somente passou a ser problematizada a partir da ação de intelectuais ligados/as aos estudos de sexualidade, especialmente aos estudos gays e lésbicos e à teoria *queer*” (LOURO, 2009, p. 90). Como aponta Roney Polato de Castro (2015), a heteronormatividade se manifesta pela repetição de “discursos que apregoam a heterossexualidade como destino natural e desejável de todo e qualquer sujeito” (CASTRO, 2015, p. 5), ou seja, é um discurso que é constantemente repetido socialmente e que se orienta para a “constituição de sujeitos heterossexuais, negando a legitimidade de outras sexualidades, promovendo mecanismos de vigilância e punição, e colaborando para colocá-las em lugar de abjeção” (CASTRO, 2015, p. 5). O conceito de heteronormatividade diz, assim, da forma como a heterossexualidade é apresentada socialmente e como ela “impõe-se com força de norma, capturando os sujeitos não somente para tornarem-se heterossexuais em potencial, mas para incorporar o pressuposto heteronormativo nas relações sociais, nos processos educativos, nos grupos sociais” (CASTRO, 2015, p. 5), bem como evitando aproximar-se das homossexualidades.

Louro (2009) chama nossa atenção para o fato de a heteronormatividade, em nossa cultura, parecer ser um processo mais intenso nas construções das masculinidades, pois às mulheres são permitidos certos contatos físicos, certas relações de amizade ou expressões de afetividade que, salvo exceções, como vemos principalmente nos esportes, são negadas aos homens. Para a autora, de acordo com a lógica dicotômica de masculino *versus* feminino, “os discursos e as práticas que constituem o processo de masculinização implicam a negação de práticas ou características referidas ao gênero feminino e essa negação se expressa, muitas vezes, por uma intensa rejeição ou repulsa de práticas e marcas femininas” (LOURO, 2009, p.

91). Como destaca a autora, essa maior visibilidade do discurso heteronormativo atuando sobre a produção de masculinidades geralmente aproxima as homossexualidades da homofobia, visto que “o medo e a aversão da homossexualidade são cultivados em associação com a heterossexualidade” (LOURO, 2009, p. 91).

O conceito de heteronormatividade diz, assim, da forma repetitiva como somos criados/as/educados/as para sermos heterossexuais, bem como ensina que, quando ousamos desviar das marcações sociais do que vem a ser homem e mulher, corremos o risco de sermos vistos/as e tratados/as como anormais, perversos/as, desregrados/as, imorais, abjetos/as, sujeitos com baixa autoestima etc. Em função da circulação social do discurso heteronormativo, viver a homossexualidade, para muitos sujeitos, ainda é conviver com o preconceito, a discriminação e a violência em muitos dos espaços sociais, inclusive com a referida baixa autoestima.

Além de se articular discursivamente com a homofobia, que funciona tentando afastar os sujeitos da homossexualidade, a heteronormatividade se articula também com a medicalização por meio da propagação da ideia de corpos e comportamentos padrão para homossexuais masculinos. As postagens abaixo são bastante sugestivas para problematizarmos a forma como as homossexualidades podem ser afetadas pela heteronormatividade. Vejamos:

“O problema gay eterno: supervalorização e busca incessante do corpo perfeito, quase uma reparação por ‘ser gay’. Nunca parou pra pensar pq ‘não faz seu tipo?’” (2020).

“Ele é gay, mas olhe o corpo, perfeito! Quando a busca pelo corpo perfeito preenche a exclusão social” (2020).

Conforme apontam esses internautas, a moldagem do corpo em busca de uma “perfeição” é uma forma de preencher a “exclusão social”, isto é, modelar o corpo funciona como uma busca por uma “reparação por ser ‘gay’” vivenciada por alguns sujeitos. Isso tudo por não poderem desfrutar das vantagens da heterossexualidade. Ao perguntar: “*Nunca parou para pensar pq ‘não faz seu tipo?’*”, parece que esse sujeito quis provocar outros internautas a pensar nos efeitos dos discursos que promovem a supervalorização e “*busca incessante*” do “*corpo perfeito*” (másculo, bonito e não afeminado) e como isso pode influenciar no desejo por tais corpos. Um desejo criado e forjado na cultura e não um desejo nato que possa justificar uma suposta “*natureza gay*”.

O corpo não existe fora da cultura, ele é “desde sempre um signo cultural” (BUTLER, 2012, p. 108). Para a autora, “o corpo estabelece limites para os significados imaginários, mas nunca está livre de uma construção imaginária” (BUTLER, 2012, p. 108) que lhe atribui “*muita função*”, com enuncia uma postagem de 2021:

“É muita função... tem que ter pau grande e grosso, não pode brochar, não pode ter barriga, tem que ser musculoso, tem que ser bem sucedido, bem relacionado com as gays do alto clero... eu percebo que é um caminho que você tá rodeado de pessoas, mas está sozinho, é muita função” (2021).

O que esse sujeito nos possibilita perceber é que mergulhados, na cultura heteronormativa que cria padrões imagináveis, e não reais, para os corpos, estes são capturados por uma miríade de idealizações que são construídas em relação ao que cada sujeito, ou grupo de sujeitos, cria acerca do que é ser homem heterossexual ou ser gay. O tuíte também nos permite salientar que sexualidade é uma construção social que tem a ver com um grupo social, mas também é individual, como aponta Foucault (2011b), ou seja, sujeitos individuais vão se constituindo com e a partir de referências que se relacionam com tudo o que vem sendo construído historicamente acerca do que é ser homem, mulher ou homossexual. É “*muita função*” para o corpo, como disse esse internauta.

Como destaca Butler (2012), a construção dos gêneros é algo trabalhoso, um longo e ininterrupto processo de tentativa de aproximação daquilo que em dada época e sociedade se considera o ‘natural’ para um corpo de um determinado gênero. Esse processo de busca por ‘naturalização’ do gênero nos corpos adentra as sexualidades, pois “requer uma diferenciação de prazeres e de partes corporais” (BUTLER, 2012, p. 107), de acordo com características, modelos ou ideais criados por sujeitos e grupos acerca do que é tal gênero. Por conta de tanta “*função*”, o sujeito da postagem chega a se sentir sozinho, afinal, nas funções e atribuições que ele descreve para seu corpo, há muito do que a cultura lhe inculcou como necessidade ou desejo, mas também há o que ele próprio construiu e que, em certo momento, ele percebe como sendo individual. Talvez esse sujeito nunca tenha parado para perguntar por que esse ou aquele corpo “*não faz seu tipo*”, como perguntou outro internauta. Essa pergunta será a tônica de uma conversa mais adiante.

Ao descrever para seu corpo as funções – pau grande e grosso, o não poder brochar, o não ter barriga e ser musculoso -, o sujeito está denunciando a imagem que ele, a partir de discursos próprios de seu tempo, construiu acerca do corpo gay. Um corpo construído a partir

do que se ‘naturalizou’, ou melhor, do que a cultura o ensinou a ver como natural, como sendo um corpo com seus traços específicos para o gênero masculino (BUTLER, 2012). A consideração de alguns corpos ou partes desses corpos como pontos concebíveis de prazer, como o “*pau grande*”, diz de um ideal normativo atuando sobre determinado corpo que já é portador de um gênero e seus atributos, complementa Butler (2012).

Essa conversa acerca da construção social da heteronormatividade e a forma como ela se impõe socialmente por meio de variados discursos, instituições e práticas sociais permite-nos pensar as homossexualidades como algo muito além das práticas e comportamentos sexuais dos sujeitos. As homossexualidades são construções sociais e históricas que envolvem tanto desejos, pensamentos, sonhos ou fetiches que, desde o século XIX, vêm sendo articuladas, em comparação e em negociação, com as heterossexualidades. É em relação e dentro da cultura heteronormalizante que as homossexualidades são construídas. E, se podemos pensar que há um corpo hétero fictício, imaginável e hegemônico (CONNELL; MESSERSCHIMIDT, 2013) como referência e padrão culturalmente criado, devemos, mais uma vez, inspirados por Butler (2012), apontar para os corpos homossexuais masculinos, especialmente aqueles que recorrem à medicalização como forma de se adequarem a determinados padrões, não como cópias de corpos heterossexuais, visto que o corpo hétero padrão a ser copiado também é uma criação cultural. Ele também é uma cópia desse corpo idealizado que assume lugar hegemônico. O corpo gay que busca adequar seu corpo seria, assim, uma cópia de outra cópia que também é uma cópia. É o que nos permite pensar um sujeito ao sugerir que “*não existe nada mais gay que a adoração da masculinidade do macho lenhador moderno*” (2019). Penso que esse sujeito foi irônico e provocativo ao apontar para esse “*macho lenhador moderno*” que pode fazer parte de muitos sonhos e fetiches, pois ele não existe.

Um outro internauta possibilita-nos avançar um pouco mais no que estamos argumentando ao dizer que “*a norma seduz, a norma garante privilégios... a norma forja mesmo em sexualidades dissidentes... O SIGILO, O DISCRETO, O GAY MÁSCULO...*” (2020). De acordo com esse sujeito, “*a corporeidade da homossexualidade dos anos 70/80 criou um corpo ideal para os gays: um corpo que não pareça gay*”³³.

Enquanto um sujeito se disse obcecado pelo *Instagram* e pela “*adoração da masculinidade do macho lenhador moderno*”, figura idealizada do homem hétero, viril,

³³ Este tuíte, dentre outros que aparecerão neste texto, é bastante sugestivo, também, para pensarmos na importante atuação de militantes nas redes sociais, pois o sujeito dessa postagem, como podemos perceber, mostra-se alinhado e atualizado em relação a discursos mais acadêmicos acerca da temática de gênero e sexualidades.

musculoso, ativo sexualmente e que estimula cópias e mais cópias, outro percebe o jogo e aponta para o poder de sedução da norma atuando por meio de privilégios aos sujeitos que dela se aproximam, pois, afinal, como continuou o sujeito, “*a norma forja mesmo em sexualidades dissidentes...*”. Essa postagem diz da busca e da necessidade, por parte de alguns sujeitos homossexuais masculinos, do sigilo e da discrição nos seus relacionamentos, além da busca por um corpo musculoso para não parecer gay, ou seja, para fugir de um estereótipo de gay feminizado e frágil, como eram vistos os gays antes da década de 1970/80, antes da pandemia de HIV/AIDS (MISKOLCI, 2017). Esse estereótipo ainda marca e ajuda a produzir corpos em nossos dias, conforme podemos perceber pelas postagens que acessei no *Twitter*.

Pelo que tenho percebido em diversas postagens que encontrei nas minhas buscas pelo *Twitter*, prevalece a ideia e a crítica a sujeitos que exigem sigilo e discrição em seus relacionamentos com outros homens, como se esses negassem ou traissem a homossexualidade. No entanto, pesquisando em aplicativos de relacionamentos gays masculinos, Richard Miskolci (2017) encontrou as mesmas exigências por sujeitos discretos e por relacionamentos em segredo aos quais o autor se refere não como ocultação ou negação da homossexualidade, como, por exemplo, na afirmação: ‘estar no armário’. Para o autor, trata-se de uma negociação com o grau de visibilidade que o sujeito está disposto a permitir, com vistas a “maximizar a segurança e evitar retaliações morais e materiais” (MISKOLCI, 2017, p. 282) por ser identificado socialmente com gay. Assim, o que os sujeitos fazem, ao negociarem sigilo e discrição com seus possíveis parceiros, é buscar uma forma para “lidar com a ausência (ou insuficiência) de segurança e reconhecimento para a expressão de desejo por pessoas do mesmo sexo” (MISKOLCI, 2017, p. 282), como acrescenta Miskolci.

A entrada dos sujeitos nesse jogo ou nesse ‘regime de visibilidades’ não é voluntária, mas, “antes, o resultado de diferentes aparatos de vigilância que regulam suas vidas a partir de um de seus elementos mais sensíveis: o desejo, a possibilidade de amar e ser amado” (MISKOLCI, 2017, p. 283). O que esses sujeitos - que tanto *off-line* quanto *on-line* - buscam escondidos, por meio do sigilo ou da discrição, em suas relações nas redes sociais, é, no fim das contas, o reconhecimento pessoal e social por meio desses elementos que são socialmente valorizados como forma de reconhecimento social: o amar e o ser amado, como aponta o autor.

Essa conversa acerca de como as construções dos gêneros e sexualidades são atravessadas por discursos heteronormativos e atingem a produção das sexualidades leva-nos ao encontro de Preciado (2020a) argumentando que “masculinidade e feminilidade, heterossexualidade e homossexualidade não são leis naturais, mas práticas culturais

contingentes. Linguagens do corpo. Estéticas do desejo” (PRECIADO, 2020a, p. 257). Tais práticas, para o autor, são ‘categorias históricas’ que estabelecem para os corpos verdadeiros “mapas mentais, limitações políticas à proliferação indefinida da subjetividade” cuja lógica, apoiada no binarismo de gênero e na distinção homossexualidade e heterossexualidade, sendo “efeitos da submissão da potência do corpo a um processo de industrialização da reprodução sexual” (PRECIADO, 2020a, p. 256). Trata-se de uma reprodução calcada numa cadeia ‘familiar-fordista’³⁴ em que nossos corpos só alcançam reconhecimento enquanto produtores de óvulos ou espermatozoides.

A partir do que conversamos nesta seção, somos desafiados a pensar, junto ao grupo ‘O Rappa’, ao dizer, na epígrafe, que “as grades do condomínio são para trazer proteção. Mas também trazem a dúvida se é você que está nessa prisão” (MINHA..., 1999). O excerto do Rappa nos instiga a questionar: o que é a tentativa de construção de uma sexualidade fixa, seja hetero, homo ou bissexual, senão entrar em um poderoso condomínio cujas grades ou muros altos impedem a aproximação, o contato, a experimentação ou a liberdade de se expressar sexualmente? As normas sociais em relação aos gêneros e às sexualidades podem ser pensadas como as pesadas grades de um condomínio, que isolam e prendem sujeitos, com vistas a trazer-lhes proteção, mas sem que, muitas das vezes, esses sequer se perguntem ou se permitam a dúvida acerca de quem é que está na prisão.

6.4 É “TUDO CULPA DESSE ALGORITMO QUE ESTÁ DENTRO DA MINHA CABEÇA” (2021): AS REDES SOCIAIS, AS HOMOSSEXUALIDADES MASCULINAS E A MEDICALIZAÇÃO

No ano de 2020, registrou-se um crescimento do número de domicílios com acesso à internet no Brasil, fato que se deu em todos os segmentos analisados: nas áreas urbanas e rurais, em todas as regiões, em todas as faixas de renda familiar e estratos sociais. Embora ainda persistam desigualdades no acesso, com uma prevalência de usuários/as de classes mais altas, escolarizados/as e jovens, a pesquisa informou que 83% dos domicílios brasileiros têm acesso, enquanto 81% dos indivíduos são usuários da rede (CETIC.BR, [2022]).

Esse aumento no número de domicílios e indivíduos conectados possibilitou que o número de usuários/as de alguma rede social *on-line* tenha chegado a cerca 70,3% da

³⁴ A ideia de um modelo “familiar-fordista” diz da entrada do corpo no jogo heteronormativo e reprodutivo baseado na instituição da família com função similar ao sistema produtivo criado por Henry Ford nos Estados Unidos, ou seja, um sistema desenhado para a indústria automobilística com o objetivo de aumentar a produtividade e, em contrapartida, diminuir os custos de produção.

população brasileira em 2021, dentre as quais figuram o *Facebook* e o *Twitter* entre as principais (AS REDES..., [2022]). Por redes sociais podemos tratar, de maneira bem ampla, as estruturas formadas dentro ou fora da internet, ou seja, redes ou organizações em grupos sociais encontrados desde a história primitiva que dizem de relações e conexões “em busca de soluções para problemas coletivos e para a convivência nos mais diferentes ambientes sociais entre pessoas que apresentam as mesmas convicções em assuntos determinados” (ZENHA, 2017, p. 20), como salienta Luciana Zenha. Assim, falar em redes sociais é diferente de falar em mídias sociais, pois as mídias, em especial as digitais, são apenas uma forma ou meio possível de se criar uma rede social. No mundo virtual, ao falar de redes sociais, estamos nos referindo a sites e aplicativos que podem ser profissionais ou de relacionamentos, por exemplo, que permitem o compartilhamento de informações ou dados, como fotografias, mensagens etc., entre seus/suas usuários/as.

Quando falamos em redes sociais *on-line*, logo nos lembramos, dentre outras tantas, do *Facebook*, do *Twitter*, do *Instagram*³⁵, *Telegram*³⁶ ou o *WhatsApp*³⁷, que é a rede mais popular entre os/as brasileiros/as, embora o nome e o conceito de rede social já sejam utilizados para analisar interações entre indivíduos, grupos, organizações ou sociedades pela Sociologia desde a primeira metade do século XX, como apontam Sônia Cristina Vermelho, Ana Paula Machado Velho e Valdecir Bertencello (2015). A difusão e a ampliação da presença e do uso da internet, bem como dessas novas tecnologias da comunicação e informação como as redes sociais *on-line*, em nossos dias, são “caracterizadas sobretudo por uma ampliação dos lugares em que nos informamos, em que de alguma forma aprendemos a viver, a sentir e a pensar sobre nós mesmos” (FISCHER, 1997, p. 62).

A essa nova forma de comunicação e conexão com o mundo, de acordo com Pierre Lévy (1999), trataremos por cibercultura. Para o autor, devemos ser abertos a novidades colocadas pela cibercultura, pois não se trata de ser contra ou a favor, mas, sim, de “reconhecer as mudanças na ecologia dos signos, o ambiente inédito que se inaugura com a extensão das novas redes de comunicação para a vida social e cultural” (LÉVY, 1999, p. 12). De acordo com o autor, “o ciberespaço (que também chamarei por rede) é o novo meio de

³⁵ O *Instagram* é uma rede social principalmente visual em que um/a usuário/a pode postar fotos e vídeos de curta duração, aplicar efeitos a eles e também interagir com publicações de outras pessoas a quem segue, através de comentários e curtidas.

³⁶ O *Telegram* é um aplicativo russo e de uso gratuito para troca de mensagens. No Brasil, é considerado rival do famoso *WhatsApp* e tem versões para uso em celulares e em computadores.

³⁷ O *WhatsApp* é um *software* para *smartphones* e computadores que é utilizado para troca de mensagens de texto, fotos ou vídeos, instantaneamente, a partir de uma conexão à internet. É o mais popular aplicativo para troca de dados entre os/as usuários/as brasileiros/as de redes sociais.

comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores” (LÉVY, 1999, p. 12). O termo cibercultura trata “não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (LÉVY, 1999, p. 12).

O conceito de cibercultura torna-se bastante interessante para minha pesquisa, pois diz de um “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 1999, p. 12), permitindo-me problematizar o *Twitter* como produtor de sujeitos e corpos, dentre os quais os homossexuais masculinos e sua relação com medicalização.

Shirlei Rezende Sales (2014), apoiada na formulação inicial de Donna Haraway, chama de ‘sexualidade ciborgue’ algumas dessas novas práticas sociais acopladas com as tecnologias digitais. Os/As ciborgues são nativos/as digitais e representam “novas espécies, com habilidades, desejos, formas de pensamento, estruturas cognitivas, temporalidade e localização espacial diferentes, ampliadas pelas tecnologias digitais” (SALES, 2014, p. 233), isto é, novos sujeitos com práticas e afetos em estreita composição com as novas tecnologias digitais. A sexualidade ciborgue é marcada pelo hibridismo, pela mistura e até mesmo por uma ‘confusão de limites’ entre organismo e máquina, natureza e cultura, enfim, a própria ideia de natural e artificial, enfim, algo em que tecnologia e corpo se hibridizam, misturam-se, como destaca a autora.

É pensando nas novas práticas, atitudes, nos novos pensamentos e valores possibilitados pela imersão e produção dos sujeitos no ciberespaço que quero argumentar, junto a Luiza Cristina Silva e Shirlei Rezende Sales, que a “multiplicidade de corpos nus exibidos nas redes sociais digitais são indicadores culturais das relações de poder contemporâneas e das formas de fabricar modos de vivência da sexualidade e gênero de maneira amalgamada com as tecnologias digitais” (SILVA; SALES, 2018, p. 280).

Considerando a conversa que tivemos anteriormente, no momento em que tratávamos da forma como o discurso heteronormativo pode levar sujeitos gays a tentarem transformar seus corpos a fim de se aproximarem de um corpo heterossexual tido como modelo de virilidade, beleza, vigor e força, podemos asseverar que a exibição de corpos no *Twitter*, como observei em minha pesquisa, diz muito de relações de poder contemporâneas apontadas por Silva e Sales (2018). A sequência que trago abaixo pode nos ajudar a problematizar o que acabamos de dizer.

“A comunidade gay tem uma cultura do corpo muito grande, e a apreciação dos corpos é muito ostensiva. E todos os dias, literalmente todos eu dou por mim a ficar com ansiedade cada vez q me aparece um corpo a ser supervalorizado aqui no Twitter.

Quando eu digo um corpo também digo uma foto. Eu fico sempre a comparar-me pq por mais que eu não queira esta rede faz-me comparar a minha relva com a do vizinho. Faz comparar os números os comentários a aceitação os aplausos elogios etc.

Quando coloco uma foto minha aqui eu literalmente publico e depois desligo as notificações e vou obrigatoriamente fazer outra coisa e fico até com medo de ir ver o número de fav³⁸ q tenho pq sei q eles vão ficar marcados na minha cabeça” ().*

Esse internauta ressalta uma “ostensiva” apreciação de corpos que estão nas redes para serem “supervalorizados”, para serem vistos e elogiados, ou seja, para ganharem ‘biscoitos’, usando um termo muito comum nas redes sociais. O tuíte também se refere ao que as redes provocam nos sujeitos que se expõem: a comparação entre os seus corpos. É interessante observar que o sucesso ou não da postagem tem a ver com o número de comentários, com a aceitação, com os aplausos e com os elogios que recebe, conforme também apontou Nathalye Nallon (2019) em sua pesquisa com jovens mulheres que publicavam suas fotos em mídias sociais digitais. Postar uma foto torna-se um drama para esse internauta em função do medo de não ser aceito e isso “marcar” sua cabeça. Sua estratégia para não se ferir e se magoar em suas interações pelas redes sociais é postar e desligar as notificações enquanto faz alguma outra coisa para não ver e sofrer em função do número de curtidas que recebeu, ou melhor, das curtidas que não recebeu.

A forma como o corpo aparece e é utilizado nas redes digitais, no caso, quando o seu sucesso é medido por seguidores/as e likes, também aparece na fala de outro internauta: “As redes sociais colocaram a imagem em evidência. Alcançar um certo padrão estético está ligado à ideia de afetividade, medida por seguidores, interações, curtidas. O superficial foi colocado como protagonista” (2021). O que esse internauta chama de superficial, que é “colocado como protagonista” nas redes, é buscar “certo padrão estético” que, dependendo

³⁸ Fav, no *Twitter*, foi uma antiga forma de marcação de alguma postagem que servia para selecionar ou guardá-la para se ler mais tarde; para mostrar a um usuário que sua publicação foi visualizada; para finalizar uma conversa ou quaisquer outros significados atribuídos pelos usuários. Seu ícone era uma estrela que hoje é representada por um coração cujas novas funções são: concordar, felicitar, desejar felicidades ou força, dar risadas, mandar abraços e cumprimentos ou manifestar assombro (ESQUEÇA..., 2015).

do número de seguidores/as, das interações e das curtidas que determinada postagem conquista, mediará a relação afetiva de quem posta com o outro que reage.

Há um importante aspecto da fala desse sujeito que merece destaque: *“As redes sociais colocaram a imagem em evidência”*. A observação é muito pertinente, pois as redes, e mais umas que outras, investem, evidenciam, expandem e potencializam o uso de imagens, pois sua utilização já vem, há um bom tempo, sendo percebida em nossa sociedade. Essa postagem implica considerar o crescimento exponencial do uso de imagens em nossa sociedade, conforme salienta Raimundo Martins (2011), ao dizer que nossa sociedade é imagética, sendo a imagem uma potente ferramenta na produção de subjetividades. Daí, de acordo com o autor, podemos pensar numa cultura visual, isto é, a partir da consideração de que as imagens nos educam e nos constituem como sujeitos, pensá-las a partir de um campo de estudos próprio: a Cultura Visual.

De acordo com Anderson Ferrari e Roney Polato de Castro (2012), os estudos da articulação entre imagens e a produção de subjetividades se expandiram e ganharam força a partir do surgimento dos Estudos de Cultura Visual que afetaram muito significativamente “a Educação, de modo geral, e, particularmente, a construção de Gêneros e Sexualidades, das Diferenças e das subjetividades nos últimos anos” (FERRARI; CASTRO, 2012, p. 12). Para os autores, mais do que constituírem aquilo que chamamos de ‘realidade’, as imagens atuam na construção de discursos, pois nos levam a “pensar sobre o papel das imagens e dos discursos na educação do olhar, nos convidando a questionar sobre as práticas culturais que educam nosso olhar e sobre os desafios desse olhar sobre quem olha” (FERRARI; CASTRO, 2012, p. 14), afinal, como complementam os autores: “o que olhamos e a leitura que fazemos estão impregnados pelos vestígios das nossas histórias culturais” (FERRARI; CASTRO, 2012, p. 15).

Segundo Martins (2011, p. 21), a Cultura Visual

não estuda apenas um setor, uma parcela ou recorte desse mundo simbólico denominado “arte”, mas se preocupa com as possibilidades de percepção que se irradiam através de imagens de arte, de informação, de publicidade e de ficção traspassando o mundo em muitas direções.

Tal como aponta esse autor e o internauta, podemos perceber, ao navegarmos pelas redes sociais digitais, que as imagens traspassam o ‘mundo em muitas direções’, visto serem largamente utilizadas como forma de atração e sedução que muitas vezes dizem mais que

textos escritos, se considerarmos, principalmente, a rapidez e a facilidade com que comunicam em meio à profusão de coisas que as redes *on-line* nos disponibilizam.

Como continua Martins (2011), as imagens deslocam-se “através do espaço, como artefatos prenes de sentidos e significados”, onde objetos e imagens “se oferecem para conexões rizomáticas potencialmente abertas para uma diversidade de interpretações e aprendizagens” (MARTINS, 2011, p. 21), como podemos notar na fala de um sujeito que se manifestou dizendo: “*gays com vidas perfeitas, corpos perfeitos, namorados perfeitos q gostam de ostentar na internet: fiquem longe da autoestima baixa*” (2015). A ostentação que fere a autoestima desse sujeito possibilita-nos perceber como a imagem de corpos em exibição no *Twitter* está “estritamente relacionada com o exercício do poder, cujos efeitos se traduzem na produção de significados culturais pelos sujeitos”, (CASTRO; ALBUQUERQUE 2012, p. 75). como nos dizem Roney Polato de Castro e Reniely Lima Albuquerque (2012).

A partir da próxima postagem, podemos perceber o poder das redes em suscitar pensamentos, práticas e valores que constituem sujeitos. Para esse usuário, passa-lhe a impressão de que há um algoritmo dentro de sua cabeça a guiar sua busca no *Twitter*. Como ele nos diz: “*Sai do Instagram, pra parar de ver esses corpos perfeitos das gays padrão. Quando vejo tô seguindo tudo aqui no Twitter. Tudo culpa desse algoritmo que está dentro da minha cabeça*” (2021). A percepção de que os algoritmos atuam em sua constituição como sujeito aparece na postagem de outro internauta ao afirmar: “*Eu parei de seguir já há muito tempo, homens com corpos ‘perfeitos’ pra não ficar me ‘comparando’, mas o algoritmo sabe que eu sou viado e me mostra sem querer ver um bando de gay da the week³⁹, inferno*” (2021). Essas duas postagens apontam para a forma como os algoritmos matemáticos alcançam os sujeitos, afinal, eles sabem quem é viado e insistem em mostrar corpos, como aqueles – “*de um bando de gay da the week*” - que um internauta parou de seguir há tempos, pois estavam lhe fazendo mal. Esses tuítes nos permitem perceber o grande poder de sedução e de ingerência das redes e dos algoritmos sobre os sujeitos, pois como esse último diz, as postagens criam um “*inferno*” para ele.

Ao apontarem para a aparente existência de um algoritmo dentro de sua cabeça guiando sua busca por determinados corpos no *Instagram* e *Twitter*, os sujeitos sugerem o quanto seus pensamentos e suas práticas estão amalgamadas com a tecnologia. A forma como esses usuários se utilizam e se produzem com as redes permite-nos dialogar com Silva e Sales (2018) e considerar que estamos vivendo “um intenso processo de ciborguização de nossas

³⁹ The Week foi uma badalada e famosa balada frequentada pelo público gay que funcionou desse 2007 na zona portuária do Rio de Janeiro.

vidas” (SILVA; SALES, 2018, p. 107), pois, como vemos, as tecnologias digitais estão cada vez mais incorporadas em nosso dia a dia e a influenciar nossas maneiras de pensar e gerir a vida. As redes sociais, como podemos perceber, com suas formas e possibilidades de comunicação, impregnam os corpos, estão em suas constituições e lembram um algoritmo acoplado à cabeça.

Corroborando o que estamos dizendo, Preciado (2020a) sugere que, tal qual alguns sistemas de dominação teológico-políticos se apoiaram no livro único como forma de controle sobre os sujeitos, em nossas sociedades digitais, corremos o risco de ‘deslizar’ para um novo totalitarismo: o do ‘software único’, uma vez que os aplicativos disponibilizados pela “Google Play ou na Apple Store são os novos operadores da subjetividade. Lembre-se então de que, quando você baixa um aplicativo, ele não está sendo instalado em seu computador ou em seu celular, mas em seu aparato cognitivo” (PRECIADO, 2020a, p. 86).

Tendo em vista as postagens que estamos analisando, podemos notar a presença de um discurso que tenta produzir corpos de acordo com padrões socialmente construídos a partir de discursos que funcionam atrelados com certas estratégias de saber e de poder que têm as redes sociais *on-line* como peça fundamental. Para analisar esse discurso, de acordo com Foucault (2011b), temos que pensar na correlação de forças que ele dispara entre os sujeitos e analisar os mecanismos de poder que ele mobiliza, visto que, se a sexualidade “se constituiu como um domínio a conhecer, foi a partir de relações de poder que a instituíram como objeto possível” (FOUCAULT, 2011b, p. 108). Conforme acrescenta Foucault (2011b), se a sexualidade “pôde ser tomada como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos” (FOUCAULT, 2011b, p. 109). Assim, se podemos admitir a existência de um discurso que ensina e educa sobre o que deve ser um corpo ideal para homens gays, como apontam alguns sujeitos aos quais tive acesso pelo *Twitter*, precisamos considerar que tais corpos são produzidos com e a partir dos poderes que o discurso que propõe padrões para os corpos põe em funcionamento. Ou seja, tal discurso cria uma hierarquia de poder, de espaço social e de reconhecimento na distribuição desigual da precariedade entre os corpos. Uma outra postagem faz referência a essa hierarquia ao dizer:

“Acho q existe uma graduação, o corpo malhado é um ponto, mas um corpo ‘normal’ com ‘comportamento de padrão’ acaba tendo o mesmo efeito. O gay preto de corpo malhado mts vezes acaba reproduzindo o comportamento. E tem tbm a gay-afeminada-padrão. Pra mim é uma questão + comportamental” (2020).

De acordo com o que diz esse sujeito, se o corpo não é malhado, que é o ideal, mas performa um “*comportamento padrão*”, isto é, se aproxima e se comporta de acordo com uma masculinidade considerada padrão, “*acaba tendo o mesmo efeito*”. O que ele está apontando, e que nos interessa nesta pesquisa, é para o jogo de poder que discursivamente permeia as relações estabelecidas entre os sujeitos em nossa sociedade e como esse jogo pode ser percebido nas postagens nas redes sociais digitais. Nessas relações, o corpo docilizado e maleável de acordo com as normas sociais, mesmo que seja uma produção médico-farmacológica, adquire espaço por meio de elogios e curtidas e, provavelmente, mais acesso a parceiros, a sexo e a lugares de mais status e prestígio social.

Ao sinalizar para o corpo do “*gay preto malhado*” acabar reproduzindo tal comportamento, o sujeito aponta para atravessamentos de raça, atuando na produção de corpos homossexuais masculinos, pois, como aparece também em outras postagens, como a que diz que “*quando se é preto ou pardo... afeminado, é mais difícil ainda*”, podemos perceber como a constituição das homossexualidades é atravessada por questões raciais.

Se, como estamos conversando, podemos considerar que as homossexualidades carregam um pesado fardo por ainda serem percebidas como sexualidades estranhas, anormais ou doentes tornando a vida de alguns sujeitos mais precária, não podemos deixar de considerar que, quando essas são atravessadas por outros marcadores sociais, como raça, gênero, idade, capacidades, etnia, como destacam Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), tudo se complica. A próxima postagem é bastante sugestiva para percebermos o que as autoras nos dizem:

“Eu sou feio, pardo, pobre, corpo esquisito, neuroatípico, totalmente distante do modelo branco másculo barbudo e com comportamento sexual ‘livre’. Um conjunto de aspectos que me faz ser vítima frequente de preconceitos, segregação, rejeição e hostilidades entre outros gays” (2017).

Essa postagem permite-nos uma aproximação com o conceito de interseccionalidade e seu uso como um potente instrumental analítico da vida em sociedade, pois tal conceito representa uma ferramenta que se entrelaça, desde seus primeiros usos, com lutas emancipatórias e por justiça social (COLLINS; BILGE, 2020). De acordo com as autoras, fazer um uso político e teórico do conceito de interseccionalidade é muito mais do que sua redução a um somatório de opressões como as apontados no tuíte: ser “*feio, pardo, pobre, corpo esquisito, neuropático*” ou não ter músculos e “*comportamento sexual livre*”, visto a interseccionalidade se constituir como “uma importante ferramenta analítica oriunda de uma

práxis-crítica em que raça, gênero, sexualidade, capacidade física, status de cidadania, etnia, nacionalidade e faixa etária são construtos mútuos que moldam diversos fenômenos e problemas sociais” (COLLINS; BILGE, 2020, recurso online).

Destacando a utilidade analítica e política do conceito de interseccionalidade, que, no início do século XXI, começou a ser bastante utilizado por acadêmicos/as, militantes de políticas públicas, ativistas e profissionais de diversas áreas para abordarem questões sociais, as autoras a tratam como “uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas” (COLLINS; BILGE, 2020, recurso online). É ao investigar “como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana” (COLLINS; BILGE, 2020, recurso online) que a interseccionalidade se torna uma importante ferramenta analítica. Ao sugerirem que a interseccionalidade “considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente” (COLLINS; BILGE, 2020, recurso online), as autoras nos possibilitam perceber como a diferença que marca os corpos se articula com as distribuições desiguais da precariedade em dada sociedade. Dessa forma, o que o termo interseccionalidade implica pensar é, especialmente, na forma como as relações de poder afetam todo o nosso convívio social e atravessam os corpos.

Em um contexto político e epistêmico capitalista que “valoriza a realização individual e a responsabilidade pessoal acima das ideias coletivas relativas ao bem público” (COLLINS, 2017, p. 15), a interseccionalidade desponta como importante referencial que nos permite articular a “inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado”, como nos diz Carla Akotirene (2019, p. 14), que, inseparáveis e funcionando em conjunto, atuam como implacáveis produtores de “avenidas identitárias [...] atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais” (AKOTIRENE, 2019, p. 14). A “interseccionalidade revela o que classe pode dizer de raça, da mesma forma que raça informa sobre classe” (AKOTIRENE, 2019, p. 30) formando um conjunto de relações que levam um sujeito a se sentir “*vítima frequente de preconceitos, segregação, rejeição e hostilidades entre outros gays*” (2017), como aponta um tuíte.

Patrícia Hill Collins (2017) chama nossa atenção para a manifestação precoce da interseccionalidade já fazer parte da prática de luta do feminismo negro desde a segunda metade do século XIX, englobando a busca por políticas emancipatórias em que prevaleciam ideias de liberdade, igualdade e justiça social. Para justificar seu argumento, a autora lembra a declaração da intelectual afro-americana June Jordan, que nos diz:

Ou a liberdade é indivisível ou não é nada além da repetição de *slogans* e avanços temporários, míopes e passageiros, para poucos. Ou a liberdade é indivisível e trabalhamos em conjunto por ela ou você estará em busca de seus próprios interesses e eu dos meus June Jordan (JORDAN, 1992, p. 190 *apud* COLLINS, 2017, p. 6).

Penso que é imbuído pela mesma ideia de que a ‘liberdade é indivisível’, já expressa no movimento feminista negro há décadas, que um internauta nos interpela ao postar: “*Gays patriarcais que vivem dentro de suas bolhas: vidas trans importam, vidas negras importam, vidas gordas importam. Parem de se isolar pedindo atenção para seus corpos perfeitos e compreendam a comunidade como um todo*” (2020). Enquanto essa postagem remete a relações que envolvem jogos de poder funcionando nas interações entre sujeitos, tanto fora quanto nas redes sociais, em uma outra, um sujeito diz: “*cá entre nós, há espaços lgbt que me oprimem mais do que lugares ht. A gente precisa construir ambientes mais acolhedores*” (2019). Essas duas postagens permitem-nos perceber como a vida em sociedade é pautada por relações que envolvem poderes que marcam e dão lugares sociais aos corpos de acordo com a distribuição desigual da precariedade, além de marcar, de acordo com o entendimento do sujeito, a toxidade de alguns sujeitos, grupos ou ambientes gays.

Na seção a seguir, a partir de outros referenciais e enfoques, continuaremos nossa conversa acerca das redes sociais como produtoras de sujeitos.

6.5 “TÔ CRIANDO ESSA CONTA ANÔNIMA PRA CONFESSAR E CONTAR TUDO SOBRE MEU DIA E ROTINA” (2021): AS REDES SOCIAIS, A CONFISSÃO E A PRODUÇÃO DE SUJEITOS

“Nos últimos vinte anos, a sexualidade gay deixou de ser uma subcultura marginal para converter-se num dos espaços mais codificados, regulamentados e capturados pelas linguagens do capitalismo neoliberal” (PRECIADO, 2020a, p. 164).

Quer seja por uma conta anônima, como sugere a postagem que abre esta seção, ou não, o que observamos é que as redes figuram atualmente como um local propício para os sujeitos falarem de si, de se narrarem e, enfim, de se confessarem e de dizerem a verdade de si e de seu sexo, como exigido socialmente, em especial, para as homossexualidades. Já conversamos um pouco em outra parte deste texto sobre a forma como a prática católica da confissão foi se desenrolando no Ocidente e de como foi absorvida por instituições

judiciárias, médicas, psicanalíticas, psicológicas etc., como estratégia para fazer os indivíduos falarem de si e de seu sexo. Nesta seção, trataremos mais detalhadamente da forma como esse falar de si ou se confessar e falar suas verdades nas redes atua na constituição de sujeitos.

Os discursos de verdade que os sujeitos produziram ou foram obrigados a produzir sobre si por meio da confissão católica estão no “cerne dos procedimentos de individualização pelo poder” (FOUCAULT, 2011b, p. 67). A confissão se tornou, no Ocidente, “uma das técnicas mais altamente valorizadas para produzir a verdade” (FOUCAULT, 2011b, p. 67) convertendo-nos em uma “sociedade singularmente confessanda”. Pelas palavras do autor:

A obrigação da confissão nos é, agora, imposta a partir de tantos pontos diferentes, já está tão profundamente incorporada a nós que não a percebemos mais como efeito de um poder que nos coage: parece-nos, ao contrário, que a verdade, na região mais secreta de nós próprios, não ‘demanda’ nada mais que revelar-se (FOUCAULT, 2011b, p. 68).

Foucault (2011b) nos adverte que, ao sermos levados a falar prolixamente do que somos, o que fazemos ou pensamos, isso não deve ser pensado como um ato de liberdade dos sujeitos, como o poder tenta fazer parecer, mas como uma “sujeição dos homens, isto é, sua constituição como ‘sujeitos’” (FOUCAULT, 2011b, p. 69). Uma constituição por meio da qual “o sexo tem sido a matéria privilegiada de confissão” (FOUCAULT, 2011b, p. 70).

Como forma privilegiada de arrancar a verdade dos sujeitos, a confissão tornou “um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado” (FOUCAULT, 2011b, p. 70), isto é, não há um sujeito estável que enuncia determinado discurso, mas um sujeito em processo constituindo-se junto ao próprio acontecimento discursivo de se narrar. Não é difícil imaginar o quanto esse falar de si atualmente é potencializado pelas possibilidades que as redes sociais oferecem. Enquanto fala de si, do seu corpo, de seus desejos, de seus medos etc., o sujeito se desloca, transforma, se produz e passa a ocupar novos lugares num intenso e incessante processo de constituição de si, enfim, num constante movimento ético e estético de si sobre si mesmo.

Na concepção foucaultiana de sujeito, este nunca está pronto ou acabado, mas está sempre em processo, em devir, numa construção que nunca termina. Daí, podermos pensar, com Luiz Felipe Zago (2015, p. 152), que “a rede mundial de computadores e as tecnologias que a constituem caracterizam um dispositivo tecnológico: máquina de produção incessante de subjetividade”. Inspirado pelo pensamento foucaultiano, Zago aponta que o dispositivo é um emaranhado de relações de força as quais criam as “condições que possibilitam com que

algo ou alguém possa aparecer e se fazer ver” (ZAGO, 2015, p. 152), como é o caso das redes sociais *on-line*.

As relações que estabelecemos nas redes envolvem sofisticados rituais que, por sua vez, estão emaranhados em relações de poder, visto que

não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve que suprimir para poder manifestar-se (FOUCAULT, 2011b, p. 70).

Ao se expor na rede, o sujeito se coloca na mira dos outros, sob avaliação. No caso das redes em que as postagens são públicas, são muitos os olhos a vigiar, a avaliar, a julgar e a absolver ou a condenar aquilo que quem posta diz ser ou ter (ou deseja ser ou ter). Há pouco, por exemplo, referimo-nos a um internauta que, quando posta algo, sai de perto e fecha tudo temendo ver as reações negativas que possam lhe fazer mal. E, assim, podemos pensar que as redes podem se tornar um gigantesco panóptico ao avesso, onde muitos observam um e cuja função é ‘vigiar e punir’ usuários/as no sentido de colocar-lhes nos rumos das normas socialmente difundidas e manter-lhes presos/as à cultura. Falo de normas que dizem e ensinam, dentre tantas coisas, o que é um corpo ideal para um homem gay masculino, que gestos deve ter, quais comportamentos lhes são convenientes, que prazeres podem experimentar, enfim, que corpos deve desejar, além, é claro, do que ele precisa fazer para se encaixar nos padrões sugeridos, como, por exemplo, medicalizar-se.

Quem fala de si ou posta uma foto em uma rede social o faz para um outro. Caso contrário, escreveria em um diário ou guardaria a foto em um arquivo ou álbum. A reação desse outro, que pode se manifestar por meio de *likes*, curtidas, elogios ou de bloqueio, ao mesmo tempo que valida e oferece reconhecimento à própria existência de quem posta, também coloca o/a observador/a que interage em uma posição de poder sobre aquele/a que se expõe. Podemos perceber isso com a revelação de um internauta ao se referir à rejeição que sofreu ao postar um nude: “*Eu que mandei nude no app e o cara respondeu com emoji vomitando... Ai ai pq gay padrão é assim né? Ainda bem que eu já tomo remédio kkkkk*” (2020).

A postagem desse sujeito permite-nos observar que as manifestações nas redes *on-line* envolvem muitas relações que são bastante similares às que vivemos *off-line*, como a rejeição que esse sujeito sofreu a qual poderá ser atenuada pelo medicamento que ele já utiliza e que, também nesse caso de rejeição por meio de um emoji vomitando, poderá ajudá-lo. Como

podemos perceber nesse caso, a medicalização aparece como solução para as dificuldades e os dissabores da vida, tanto *off* quanto *on-line*. Zago (2015) nos ajuda a pensar as relações entre as interações *on-line* e *off-line* ao apontar que as máquinas e as tecnologias dizem da nossa sociedade e cultura que as criaram, pois, ao mesmo tempo que elas materializam esse mundo, também o recriam, potencializando as relações de força e os jogos de poder em que estamos imersos. Lévy (1999), descrevendo a cibercultura, também destaca que “é impossível separar o humano de seu ambiente material [...], em vez de enfatizar o impacto das tecnologias, poderíamos igualmente pensar que as tecnologias são produtos de uma sociedade e de uma cultura” (LÉVY, 1999, p. 22). Esses autores nos ajudam, assim, a pensar na proximidade e na semelhança entre as interações *on* e *off-line*.

Foucault (2011b) nos lembra que “a confissão foi, e permanece ainda hoje, a matriz geral que rege a produção de discurso verdadeiro sobre o sexo” (FOUCAULT, 2011b, p. 72), pois, historicamente, essa escuta permitiu o acúmulo de registros sobre os prazeres no Ocidente. Um discurso que faz com que os mais singulares dos prazeres sustentem um “discurso de verdade sobre si mesmo, discurso que deveria articular-se não mais àquele que fala do pecado e da salvação, da morte e da eternidade, mas ao que fala do corpo e da vida – o discurso da ciência” (FOUCAULT, 2011b, p. 73). Como destaca o autor, encampada pelo discurso da ciência, a confissão não se restringiu mais à busca pelo que o sujeito poderia querer esconder, mas àquilo “que se esconde ao próprio sujeito [...], porém incompleta e cega em relação a si própria, naquele quem fala, só podendo completar-se naquele que a recolhe” (FOUCAULT, 2011b, p. 75). Dessa forma, sendo confessada, a sexualidade passou a ser algo a ser revelado, falado e, daí, interpretado cientificamente produzindo discursos que se imporiam como a verdade do sexo. Nascia, assim, no Ocidente, uma ciência do sexo, a ‘*scientia sexualis*’, um dispositivo que, como seu correlato, “fez aparecer a ‘sexualidade’ enquanto verdade do sexo e de seus prazeres” (FOUCAULT, 2011b, p. 78).

O que a ‘*scientia sexualis*’ fez foi instalar dispositivos e mecanismos que fizeram proliferar discursos sobre o sexo. Todos/as foram forçados/as a falar do sexo a fim de se produzir uma ‘verdade regulada’ que gerava saberes. A ‘*scientia sexualis*’ instaurou uma “rede sutil de discursos, saberes, poderes e prazeres [...] que disseminaram [o sexo] na superfície das coisas e dos corpos, que o excitam, manifestam-no, fazem-no falar” (FOUCAULT, 2011b, p. 82). Isso se deu por meio de poderes heterogêneos que passaram a funcionar “não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei, mas pela normatização, não pelo castigo, mas pelo controle, e que se exercem em níveis e formas que extravasam do Estado e seus aparelhos” (FOUCAULT, 2011b, p. 100). O poder se torna onipresente e aparece em

todos os pontos e em todos os instantes, ele está em toda parte, não é algo que sobre o qual se tenha posse: ele é uma “situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 2011b, p. 102).

Pensando o poder como diluído socialmente nas microrrelações que estabelecemos cotidianamente, conforme sugere Foucault (2011b; 2012), vemos que a prática da confissão, após o século XIX, deslizou historicamente dos confessionários para a medicina e para psicanálise e, sem que ela tenha deixado de acontecer nesses espaços, e em tantos outros onde os sujeitos são incitados a falar de si, ganhou as redes sociais digitais como o mais novo e atual território de disputas e de exercício das relações de poder. Pelo que podemos perceber, as redes sociais *on-line* tornaram-se uma das mais importantes máquinas produtoras de subjetividades em nossos dias. Se, antes, as confissões eram arrancadas pelos confessores, médicos, terapeutas, pedagogos ou policiais que solicitavam e ouviam a confidência dos prazeres individuais possibilitando a constituição de um grande arquivo sobre o sexo (FOUCAULT, 2011b), hoje, a confissão, camuflada pelo poder como se fosse um ato de liberdade individual ou ato voluntário de manifestação dos/as usuários/as das redes sociais *on-line*, continua estimulando sujeitos a falarem prolixamente de si e de seu sexo. Sujeitos que, ao mesmo tempo que falam de si, se produzem, se constituem sujeitos de uma sexualidade, como estes cujas falas venho trazendo para este texto.

Algumas das postagens que trago a seguir nos ajudarão a pensar essas relações que se estabelecem no *Twitter* e a forma como os olhares vigilantes afetam a subjetividade de sujeitos que se confessam nas redes.

“Todo dia um gay triste e depressivo na timeline, chateado com a comunidade por não corresponder aos padrões de beleza física impostos por esta” (2020).

“Muitos dos gays q criam ideais baseados no corpo, na aparência física para escolher seus parceiros, estão muito mais preocupados como o olhar dos outros gays. Se você não tem um corpo atlético, torneado você está automaticamente excluído do rol deles. Acabei de crer que eu tenho necessidade de aprovação, isso é um problema sério meu que identifiquei, tive uma crise de ansiedade horrível agora há pouco” (2019).

Como podemos perceber nas postagens, além de apontarem para a medicalização que aparece na maneira como vamos nos apropriando de um vocabulário que invade nossos cotidianos, como depressão, ansiedade, crise de ansiedade, elas sinalizam também para a

forma como as redes sociais atualizam as tradicionais estratégias de vigilância e controle sobre os corpos. De acordo com as postagens, a vigilância se concentra no corpo e nos comportamentos atribuídos por uma sociedade centrada na hegemonia heterossexual masculina. Uma vigilância que atua como uma régua regulatória dos corpos e comportamentos; uma vigilância que pode provocar ansiedade, como diz o tuíte, para aqueles que desejam, mas não alcançam o padrão desejado. Um padrão que foi definido por um usuário do *Twitter* como: *“Termo usado para denominar homem gay, branco, de traços europeus, másculo e de corpo escultural. Comumente acompanha alguma crítica social, apesar de também ser o padrão de beleza masculina apreciado por muitos dos que criticam”* (2019).

A definição do que vem a ser o padrão para os corpos, segundo a postagem, é bem precisa, ou seja: *“branco, de traços europeus, másculo e de corpo escultural”*. Quanto à referida *“crítica social”*, não foram poucas as postagens que encontrei de sujeitos criticando outros por fazerem discursos contra essa padronização do corpo nas redes, mas cujos reais objetivos seriam ganhar *likes* e engajamento em seus perfis. Uma dessas diz: *“Olha lá a gay que milita por aceitação do corpo que não liga pra padrões de beleza só curtindo foto de macho másculo e padrão”* (2019), enquanto outra aponta para *“a gay que milita contra as drogas e os padrões e usa medicamentos ilegais pra ficar sarada”* (2019), isto é, recorrendo à medicalização como forma de adequação do corpo a padrões socialmente difundidos como conversaremos melhor em um dos próximos textos.

Como podemos perceber, a partir de algumas dessas postagens que estamos analisando, as redes podem ser consideradas locais e formas de vigilância e de controle dos corpos. Um controle que acontece a partir da visibilidade e da exposição dos corpos. De acordo com Pablo Esteban Rodríguez (2018), podemos considerar as redes sociais como novas formas de vigilância em dois sentidos: por um lado, porque fazem com que qualquer aspecto da vida, por mais singular que seja, fique registrado e disponível publicamente, mas também, por outro lado, porque o processo de exibição (sem que se faça qualquer julgamento moral em relação a essa exibição) faz com que tudo aquilo que é publicado, um corpo ou uma de suas partes, uma ideia, um discurso etc., se torne objeto de disputa, de desejo e de visibilidade.

Apontando para resquícios do que chama de: *“machismo arraigado na nossa sociedade”*, como influenciador do desejo que favorece e torna mais atrativo o corpo gay *“másculo”*, em detrimento do corpo do *“gay afeminado”*, um tuíte, de 2019, permite-nos pensar, junto a Miskolci (2017), que o direcionamento do desejo para esse ou aquele corpo,

para essa ou aquela parte desse corpo, é “circunstancial e que se dá dentro de condições históricas e culturais que o direcionam a partir de interesses coletivos” (MISKOLCI, 2017, p. 42). Para o autor, o desejo por relações com pessoas do mesmo gênero estão aí e, no limite, disponíveis e ao acesso de todos/as, embora “coibido e tornado ininteligível por meios educacionais, políticos e culturais os mais variados” (MISKOLCI, 2017, p. 42). Como podemos perceber, o acesso às redes sociais *on-line* pode nos dizer tanto da disponibilidade de acesso aos desejos e prazeres por pessoas do mesmo gênero - e isso a um grande número de pessoas interligadas pela internet -, como também dizem da inteligibilidade, do controle e do constrangimento desses sujeitos.

Seguindo rastros deixados por sujeitos que encontrei no *Twitter*, neste caso, os deixados por um internauta que, referindo-se às preferências de determinados gays por certos tipos de corpo, nos pergunta: você “*nunca parou pra pensar pq não faz seu tipo?*”, e outros tantos que apontaram para a pornografia como disparadora de desejos por corpos ‘padrão’ entre os gays, é sobre a construção do desejo e sua relação com a pornografia que conversaremos na seção subsequente.

6.6 “NUNCA PAROU PRA PENSAR PQ NÃO FAZ O TEU TIPO”? A PORNOGRAFIA E AS HOMOSSEXUALIDADES

Em um contexto social que empurra as homossexualidades para precariedade e abjeção, parece-me cabível a pergunta de um internauta: “*nunca parou pra pensar pq não faz seu tipo?*” (*). Essa pergunta, que foi parte de uma calorosa conversa em que vários usuários do *Twitter* se manifestavam sobre suas preferências por um determinado corpo, em detrimento de outros, permite-nos problematizar a forma como nos tornamos sujeitos de desejo.

Os discursos biologicista e medicalizante buscam, estrategicamente, naturalizar nossos desejos. É muito comum nos depararmos com conversas ou reportagens, por exemplo, que apelam para a existência de relações sexuais entre machos de algumas espécies animais como tentativa de mostrar que a homossexualidade é natural, afinal, se ela aparece entre outros animais, por que não entre os humanos? Comparar o sexo que praticamos com o de alguns animais é desconsiderar todo o processo social e cultural que atua na nossa constituição como sujeitos, especialmente, na forma como nos constituímos enquanto sujeitos de um determinado gênero ou sexualidade. Quanto ao desejo sexual e afetivo, levar para o biológico, para o ‘natural’ é também uma tentativa de negar a construção social do que pensamos, desejamos ou sonhamos para nossos corpos e prazeres. Para Deleuze e Guattari (2011, p. 15),

“homem e natureza não são como dois termos postos um em face do outro [...], mas são uma só e mesma realidade essencial do produtor e do produto”. Esses autores nos ajudam a pensar que o que se trata socialmente como natural nada mais é do que uma criação, uma invenção que disputa o lugar de verdade acerca do que é ser homem ou mulher, bem como entre ser hetero ou homossexual e desejar esse ou aquele corpo.

Para Foucault (2011b), enredar os sujeitos de acordo com seus desejos sexuais, tanto pela religião quanto pela medicina e psicanálise no século XIX, enredamento que vem nos influenciando até hoje, foi uma forma de mascarar a sexualidade como um dispositivo histórico que, por meio de relações de saber e poder, esteve associada ao capitalismo e à formação dos Estados-nação. Desde que o saber científico do século XIX definiu um conjunto de práticas sexuais e afetivas milenares entre pessoas do mesmo sexo como tendo origem no desejo doentio e perverso desses sujeitos, o desejo por pessoas do mesmo gênero passou a definir tais sujeitos. Dessa forma, “ao invés do desejo por pessoas do mesmo sexo ser compreendido como um desejo entre outros, uma possibilidade para o ser humano, nossa cultura se encarregou de associá-lo a um tipo: o homossexual” (MISKOLCI, 2017, p. 39).

Pesquisando a forma como grupos gays organizados atuam na construção de ‘verdades’ acerca das homossexualidades e, conseqüentemente, do próprio sujeito homossexual, Ferrari (2005) nos diz que, como forma de fortalecimento e aglutinação desses grupos, a identificação e a classificação de quem é ou não homossexual se davam também pelo desejo. Ou seja: “o desejo que é o que faz identificar o que há de comum, os ‘iguais’, e o que há de diferente, ‘o outro’” (FERRARI, 2005, p. 27). Para o autor, há um ‘imperativo do desejo’ na construção da identidade homossexual, de acordo com os grupos por ele pesquisados, isto é: “a definição da homossexualidade está diretamente ligada ao desejo, e, mais especificamente, ao objeto do desejo” (FERRARI, 2005, p. 29). A pesquisa apontada permite-nos perceber o quanto, até nossos dias, além de aspectos como trejeitos, maneiras de falar ou comportar, o desejo ainda é um dos principais referenciais para a definição e o entendimento das homossexualidades, afinal, os grupos gays estão imersos, e em negociação, com o mesmo processo cultural e social que lutam para desestabilizar.

Voltemos à pergunta título desta seção: você “*nunca parou pra pensar pq não faz seu tipo?*” ou, em outras palavras, você nunca parou para pensar na origem de seus desejos por este ou aquele corpo? De acordo com a manifestação de vários sujeitos que encontrei no *Twitter*, a questão do nosso desejo é efeito da pornografia. Para um desses usuários, trata-se de um “*tópico polêmico: gays adoram homens malhados em função da quantidade massiva de pornografia que consomem ao longo da vida e acabam criando a imagem do homem ~*

perfeito~ de corpo” (2020). Ao apontar para o fato de gays gostarem de homens malhados em função do aprendizado junto à pornografia como um fato polêmico, o que o sujeito nos permite perceber é que há algum debate ou alguma disputa em torno do argumento. A postagem não oferece mais detalhes acerca de esse debate acontecer nas redes ou em outro ambiente social, mas nos deixa uma questão: até que ponto, podemos considerar, como enuncia a postagem, tamanha influência da pornografia nas práticas homossexuais?

No primeiro volume da História da Sexualidade, Michel Foucault (2011b) argumenta que o saber sobre o sexo é ‘transmitido’ por diversos processos sociais tal como tantos outros conhecimentos humanos. Essa transmissão ocorre por meio de dispositivos históricos e dizem de uma urgência que os fazem emergir para dada função estratégica (FOUCAULT, 2011b). É como uma dessas estratégias de poder que cria uma série de procedimentos para a produção de ‘verdades’ sobre o sexo que podemos pensar a pornografia. Para um outro sujeito que se manifestou a esse respeito: “*Boa parte da identidade do homem gay se constitui através da pornografia*” (2018).

De acordo com Fabiola Rohden e Larissa Costa Duarte (2016, p. 720), “a pornografia é uma das peças centrais da composição dos roteiros sexuais do indivíduo moderno e a primeira fonte de informação sobre sexualidade para milhões de pessoas”. Essa “pedagogia social” da sexualidade por meio da pornografia teve, no cinema⁴⁰, seu grande espaço, de acordo com as autoras, e, hoje, mediante a popularização da internet e dos computadores portáteis, especialmente os *smartphones*, que cabem na palma da mão, qualquer indivíduo, independentemente do local e da idade, tem acesso a esse consumo. Acrescente-se a esse dado que a popularização do acesso a tecnologias permite que muitos sujeitos passem de consumidores a produtores de conteúdo pornográficos que são facilmente distribuídos via internet, como pude constatar pesquisando nas redes sociais, chegando a uma infinidade de outros sujeitos.

Não entraremos no debate acerca do posicionamento de alguns sujeitos no *Twitter* e suas críticas antipornografia, tampouco trataremos do potencial político da pornografia gay, afinal, ela é, antes de tudo, não heterossexual, e daí já denota seu poder subversivo, como nos diz Sharif Mowlabocus (2015). No entanto, a partir do que vários internautas apontaram acerca da influência da pornografia gay, sobretudo, na forma como essa pode marcar os

⁴⁰ Chamados pelos historiadores do cinema pornô de ‘stag films’, esses “foram os primeiros curtas-metragens amadores de conteúdo sexual explícito a serem produzidos com a nova tecnologia. Feitos para uma audiência masculina de classe alta, estes filmes eram frequentemente exibidos em prostíbulos e clubes de homens já nos primeiros anos do século XX” (ROHDEN; DUARTE, 2016, p. 721).

desejos por corpos ‘padrão’ para uma parcela da comunidade gay, é que ela merece destaque em minha pesquisa. Ou seja, é por seu caráter de entretenimento com alto potencial educativo que valida e possibilita a identificação de sujeitos homossexuais masculinos com relação a seus corpos, bem como por problematizar como essa identificação pode levá-los à medicalização, que esta conversa se torna pertinente.

Como apontado por um internauta, a produção de pornografia diz de uma sociedade e de um momento histórico, pois ela *“só pode florescer em uma sociedade em que há uma agressiva supremacia masculina, e em que a violação e a prostituição estão em solo bem sedimentado sendo que são sistematicamente praticadas e ideologicamente respaldadas”* (*, tradução minha). Para esse sujeito, a pornografia dialoga com o todo de uma sociedade, ou melhor, com a supremacia masculina instaurada nessa sociedade. A pornografia, assim entendida, é, ao mesmo tempo, fruto dessa sociedade que sistemática e ideologicamente respalda o poder masculino, enquanto ajuda a reproduzi-la.

Muitas foram as referências ao lugar da pornografia na construção das homossexualidades entre os sujeitos que encontrei manifestando-se pelo *Twitter*. Essa visão chega ao extremo quando um internauta afirma que, *“para chamar a atenção de gays é tão fácil, só postar uma pornografia qualquer”*, enquanto outro aponta para o culto à masculinidade que exige que os homens sejam másculos, pauzudos, sarados e brancos, dizendo: *“o culto à masculinidade máxima nos impõe que o homem perfeito é másculo, pauzudo, sarado, branco e etc, todo mundo aprende esses ideais de filmes porno e pouco são os que param pra raciocinar e ressignificar”* (*).

Analisando vídeos pornôns como componentes do que apontam como currículo⁴¹ *bareback*⁴², Danilo Araujo de Oliveira e Shirlei Rezende Sales (2022) chamam nossa atenção para uma marcante “pedagogia da masculinização” via pronografia, pois “há, nos vídeos pornôns divulgados no currículo bareback, uma pedagogia da masculinização, a qual atua por meio de técnicas específicas, de modo a divulgar, ensinar e prescrever um certo modo de ser ‘jovem homem barebacker’” (OLIVEIRA; SALES, 2022, p. 7), isto é, “aquele que tem suas

⁴¹ De acordo com Marluicy Paraíso (2010), o currículo pode ser pensado como uma prática cultural que produz e veicula saberes que atuam na constituição de sujeitos por meio de artefatos culturais os mais variados e envolvidos por relações de saber e poder. Assim, “um currículo tem sua existência não somente nas políticas curriculares, nas escolas, nas faculdades de educação ou nas universidades” (PARAÍSO, 2010, p. 37), mas no conjunto das práticas sociais que ensinam e dão lugar social aos sujeitos.

⁴² Prática sexual premeditada, consensual e intencional entre homens (independentemente de sua identificação como gays ou homossexuais) sem o uso de preservativos (OLIVEIRA; SALES, 2022).

condutas prescritas pelas normas de gênero, as quais atuam em articulação com a sexualidade” (OLIVEIRA; SALES, 2022, p. 7).

Para o autor e a autora, “a pornografia é mais uma das tecnologias do presente para produção do sujeito, do sexo e da sexualidade” (OLIVEIRA; SALES, 2022, p. 6), ou seja, ela atua como uma tecnologia de gênero (BUTLER, 2012), à qual, por meio de técnicas e estratégias, como adequação de cenários e objetos cenográficos; caracterização dos atores que são sempre magros, fortes, sarados e com vozes mais masculinas; redução de expressões de afeto e de carinho entre os atores em cena etc., vão valorizando-se e legitimando-se normas de gênero que ensinam “modos adequados do que é ser homem” (OLIVEIRA; SALES, 2022, p. 15).

Considerando o grande poder de produção de masculinidades dos vídeos pornô, tanto para o *bareback* quanto para aquele que faz uso de preservativos, as palavras do internauta expressas no tuíte a seguir trazem muito o que pensar: “*E o que eu considero ainda mais pesado, pela minha vivência, é que no sexo gay são dois homens e praticamente todo homem é influenciado pela pronografia então ambos estão afetados. A cobrança de gays por sexo e por sua performance no sexo é gigantesca*” (2020).

Se pensarmos, de acordo com a postagem, que “*praticamente*” todos os homens são afetados pelo que aprendem com os vídeos pornô, podemos imaginar como as cobranças por desempenho e performance podem marcá-los. Como Oliveira e Sales (2022) observaram nos vídeos que analisaram, os contatos físicos e os toques entre os atores são localizados e estratégicos e sem manifestação de afeto e carinho com o objetivo de reforçar uma determinada masculinidade dos atores. Além de habilidades específicas e posições para o sexo oral ou para a penetração, os corpos também precisam demonstrar sua força e virilidade: uma força que não está “somente no ativo, mas também no passivo, o qual suporta não somente uma sequência de homens penetrando-o, mas também a potência, robustez e ação de quem o penetra” (OLIVEIRA; SALES, 2002, p. 14). É nesse contexto que exige força e potência que outro internauta nos provoca dizendo que: “*submisso é um termo q vem de pornografia gay*” (*).

Construir conhecimento a partir de enunciações de sujeitos nas redes sociais, como tenho tentado, implica considerar que “aquilo que é dito e feito on-line não surge ali como criação absolutamente nova, inaugural; mas também traz elementos inéditos que precisam ser levados em consideração para pesquisa sobre relações mediadas por computadores” (ZAGO, 2015, p. 154). Como ressalta Sharif Mowlabocus (2015), se, por um lado, sabemos que o interesse ‘carnal’ e o desejo pelo corpo erotizado do homem gay já existia antes do

surgimento da internet, isto é, “não foi por conta das tecnologias digitais que os homens se tornaram objetos de um olhar homoerótico; temos olhado ‘dessa maneira’ por décadas” (MOWLABOCUS, 2015, p. 53), por outro lado, precisamos considerar que as novas tecnologias digitais tornaram os “processos de visibilidade e mercantilização mais explícitos” (MOWLABOCUS, 2015, p. 53), ao conquistarem mais amplos e novos espaços.

Para o autor, enquanto os espaços midiáticos anteriores que já incorporavam o corpo erotizado do homem *gay*, em especial, o cinema, as revistas de moda ou pornografia, precisaram se adaptar às novas práticas de consumo e aos também novos contextos sociais e políticos da cibercultura, os atuais ambientes digitais já foram fundados em meio/sobre tais processos, sendo, por isso mesmo, mais abrangentes e dinâmicos.

Ao avanço nos processos de visibilidade e mercantilização do corpo erotizado, nos novos espaços digitais, o autor chama de cibercarnalidade. Para Mowlabocus (2015), tal termo também pode ser pensado como a formação de um “discurso particular que tem estruturado e permeado a cultura digital *gay*” (MOWLABOCUS, 2015, p. 51). A produção desse discurso, que, segundo o autor, permeia a cultura digital *gay*, pode ser pensada de dois modos: 1) pelo “reforço pornográfico do corpo do *gay*” e 2) pelas “tecnologias de auto-vigilância e regulação corpórea” (MOWLABOCUS, 2015, p. 51). Esses dois modos, funcionando juntos, prevalecem no ciberespaço *gay* e podem ser identificados e conhecidos por produzirem tanto subjetividades *on-line* quanto “modos de interação entre essas subjetividades” (MOWLABOCUS, 2015, p. 51), complementa o autor. Embora tenha se debruçado sobre aplicativos e sites de relacionamentos para homens *gays* e se detido mais especificamente à experiência de sujeitos ingleses em suas análises, penso, de acordo com o que vivenciei em minha imersão nas redes sociais, que o trabalho desse autor possibilita aproximações com minha pesquisa.

Para Mowlabocus (2015, p. 68), “existe uma relação específica e distinta entre o corpo digital e corpo real no ciberespaço *gay* e esta relação está intimamente ligada a estruturas de olhar e de consumo que são observadas na pornografia *gay*”. De acordo com o autor, técnicas específicas de representação do corpo *gay* estão incrustadas na arquitetura do ciberespaço utilizado por esse público, por meio de um olhar pornográfico, um olhar que promete o conhecimento do ‘real’, como se tenta mostrar nas poses feitas para as fotos, nos filtros utilizados etc, pois “as lentes pornográficas através das quais os corpos são representados *on-line* engendram questões de objetificação, produção de conhecimento e consumo” (MOWLABOCUS, 2015, p. 68). A mercantilização possibilitada pela excessiva exposição de corpos, como vemos no *Twitter*, por exemplo, ao mesmo tempo que faz com que indivíduos

só tenham reconhecimento se estiverem dentro dos padrões promovidos, também explora comercialmente tais corpos quando esses buscam satisfazer aos desejos criados, momento em que medicalização pode atuar na adequação dos corpos a determinados padrões, como estamos argumentando.

O olhar pornográfico apontado não está apenas na foto e no desejo de reconhecimento, aceitação e satisfação dos desejos de quem posta, mas também em quem olha, observa e avalia. Vigiyadas desde o século XIX, as pessoas homossexuais experimentaram, na década de 1980 e 1990, novas formas de vigilância após a associação da homossexualidade à pandemia de HIV/AIDS. Naquele momento, como, para muitos sujeitos, as novas formas de controle e vigilância, em função da doença, não foram entendidas como ameaça ou repressão, a autovigilância começou a fazer parte da vida de muitos homossexuais. Como aponta Mowlabocus (2015, p. 65), “a sub cultura gay excede a população geral em seus métodos e meios de autovigilância, controle e disciplina”, fato também manifestado por vários internautas que encontrei no *Twitter*.

Pensando com Foucault (2011d) acerca dessa vigilância nas redes sociais, podemos admitir que a visibilidade é uma armadilha e gera um campo em que “um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça” (FOUCAULT, 2011d, p. 190) p. 194). De acordo com o autor, os sujeitos que estão submetidos a dado campo de visibilidade, e sabem de sua situação, “retomam por sua conta as limitações do poder” (FOUCAULT, 2011d, p. 192), fazendo-as funcionar por conta própria, sobre si mesmo, pois

inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição. Em consequência disso mesmo, o poder externo, por seu lado, pode se aliviar de seus fardos físicos; tende ao incorpóreo: e quanto mais se aproxima desse limite [fora do corpo], mais esses efeitos são constantes, profundos, adquiridos em caráter definitivo e continuamente recomeçados: vitória perpetua que evita qualquer defrontamento físico e está sempre decidida por antecipação (FOUCAULT, 2011d, p. 192).

O excerto de Foucault (2011d) nos permite inferir que o poder do olhar pornográfico desloca a superfície de aplicação do poder para os/as usuários/as das redes sociais que passam a atuar na “inspeção, regulação e controle tanto de sua própria identidade como da identidade daqueles com quem se encontra” (MOWLABOCUS, 2015, p. 69) nos ambientes das redes

sociais, pois, como sugere esse autor, “as práticas de ver e de ser visto são intrínsecas à cultura gay” (MOWLABOCUS, 2015, p. 69)⁴³.

Começamos esta seção com a pergunta de um internauta acerca de como construímos nosso desejo. Daí, seguindo as provocações de outros usuários, passamos pela pornografia e um certo olhar pornográfico que podem ser pensados como disparadores de desejos, para muitos sujeitos homossexuais, por corpos que seguem padrões estéticos colocados pelo mercado e pelo consumo. Partindo do que conversamos até aqui, podemos argumentar que a colocação de corpos em evidência no *Twitter* pode levar sujeitos a desejarem os corpos que veem em tais fotos e vídeos, bem como podem levar também ao desejo de ter aqueles corpos do desejo, criando espaço para a medicalização como potente forma de adequação de seus corpos. Essa conversa nos remete à enunciação de um sujeito que nos permite pensar o “quanto a pornografia contribui para a perpetuação desses estigmas e danos na autoestima de homens gays... sabe é tudo muito padrão como se realmente existissem corpos e até genitais perfeitos” (2020). Dentre tantas outras possibilidades, parece que podemos concordar com esse sujeito e admitir que o pornô “ensinou que tem que demorar muito a gozar, que o ativo tem que ter pau enorme, que negro tem que ser ativo e bem dotado, que pra ser passivo tem que ser branco e não ter uma mancha nem estria na bunda enorme, que corpos normais dão menos prazer, o porno estragou muita gente” (2020).

Na próxima seção, também seguindo rastros de discursos enunciados por usuários do *Twitter*, avançaremos discutindo o uso da medicalização como forma de adequação de corpos homossexuais a padrões promovidos e vendidos como corpos ideais e a cultura homonormativa.

6.7 “A CULTURA GAY QUANDO HOMONORMATIVA É ADOECEDORA: [...] PRECISAMOS CONVERSAR SOBRE COMO NOS SABOTAMOS E ESTAMOS ADOECENDO A NÓS MESMOS”

Minha pesquisa se desenrolou buscando pelo que foi possível perceber e conhecer do atual momento histórico. E, por isso, ela é provisória e situada num lugar e num tempo (LOURO, 2007). Analisar discursos inspirado pelo pensamento foucaultiano é uma maneira

⁴³ As referidas práticas de ver e de ser visto são apontadas como formas de identificação entre sujeitos gays em vários ambientes como os guetos, ruas, praças e boates. Aparecem, por exemplo, por meio de gestos, flertes ou sinais próprios utilizados como forma de identificação de possíveis parceiros como sugerem Mowlabocus (2015); Miskolci (2017); Peter Fry e Edward MacRae (1985), dentre outros.

de investigação histórica que não busca descobrir ou apontar ‘verdades’ de um tempo, mas procurar as condições políticas, sociais e econômicas que permitem a emergência dos discursos e, sobretudo, como eles passam a habitar os corpos, a se acomodarem nos corpos e a se tornarem “parte de seu próprio sangue”, como nos diz Butler (2002, p. 162), em uma entrevista.

Investigar a forma como o sujeito entra e se produz em um certo jogo de verdade de seu tempo, isto é, como ele entra no jogo de saber e poder que o cerca é, de acordo com Foucault (2010a, p. 274), o próprio instrumento de análise dos discursos que atuam na constituição desse sujeito. Dessa forma, o que busquei na pesquisa foi tentar perceber como uma rede de enunciados acerca de corpos homossexuais masculinos se estruturam mediante regimes de saberes, poderes e verdades próprias de nosso tempo.

Quando se fala em poder, na verdade, como acentua Foucault (2010a), o que se trata é de relações de poder que se dão por meio de jogos estratégicos entre sujeitos que têm “uma certa forma de liberdade”. Não devemos tratar as relações de poder como más ou como algo que devemos extirpar de nossas relações, conforme destaca o autor: “acredito que não pode haver sociedade sem relações de poder, se elas forem entendidas como estratégias através das quais os indivíduos tentam conduzir, determinar a conduta dos outros” (FOUCAULT, 2010a, p. 284). Entender as relações de poder como jogos estratégicos entre ‘liberdades’ implica pensar que sempre há, para o sujeito, a possibilidade de resistência e de não se aceitar a tentativa de determinação de sua conduta por outro/s. Há sempre a possibilidade de fazer diferente, já que “somos mais livres do que imaginamos” (FOUCAULT, 2010a, p. 284).

É a partir da postagem de um internauta, a que intitula este texto, que proseguiremos nossa conversa. Uma conversa acerca dos poderes, saberes e resistências que, por meio de seus discursos, nos afetam e constituem. Afirmo ele:

*“A cultura gay quando homonormativa é adoecedora: os corpos precisam ser sarados, se manter sempre jovem, ser bem sucedido nas finanças e nas relações.
A sociedade já nos impõe tanta norma, precisamos conversar sobre como nos sabotamos e estamos adoecendo a nós mesmos” (2020).*

Ao dizer que “a cultura gay quando homonormativa é adoecedora”, essa postagem pode ser pensada como uma reação à medicalização. Ao propor questionarmos a forma como “sabotamos e estamos adoecendo a nós mesmos”, o autor da postagem está sinalizando e chamando nossa atenção para os discursos com seus jogos e relações de poder que envolvem

a produção de masculinidades homossexuais em nossos dias, especialmente, em relação à medicalização que nos interessa. Pesquisando num dicionário informal *on-line*, encontrei uma descrição para homonormatividade como “ação depreciativa como um homossexual se refere a outro, quando esse segundo não corresponde as normas sociais e comportamentais idealizadas pelo autor” (DICIONÁRIO INFORMAL, [2022], recurso online). Essa visão informal de homonormatividade é corroborada por Fernando Pocahy (2012), que aponta para uma estreita relação entre a homonormatividade e a desigualdade econômica entre jovens homossexuais por ele analisados. Em suas palavras:

Marcados/as pela vulnerabilidade social, as/os jovens se construíram no avesso da norma, tanto do ponto de vista da heteronormatividade como da homonormatividade, esta última marcada muito nitidamente pelo acesso aos fetiches das grifes e pela possibilidade de ocupação da cidade dada pelo consumo no lucrativo ‘mercado pink’ (POCAHY, 2012, p. 58).

De acordo com o autor, podemos pensar que a visibilidade de muitos gays se dá na perspectiva da ‘tolerância normalizada’ que diz de um ‘mercado pink’ atuando na construção de um ideal identitário ‘Gay Chic’. Um ideal que “referenda expressões e estilos de vida exclusivos das juventudes de classe média e média alta” (POCAHY, 2012, p. 58). Como ressalta o autor, alguns jovens gays acessam certa visibilidade que os tornam tolerados em detrimento de outros que, não tendo o mesmo acesso a bens de consumo, tornam-se mais abjetos. Como aponta Butler (2018), o abjeto “não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante” (BUTLER, 2018, p. 61),.

Conforme argumenta Pocahy (2012), a homonormatividade nos diz de formas de experimentações normativas das homossexualidades e, tal qual a heteronormatividade, reitera a norma corpo-gênero-sexualidade com vistas à manutenção da norma heterossexual.

Em relação à fala de um internauta que aponta que “*além dos preconceitos físicos/estéticos também tem o preconceito quanto a sua posição na sociedade ou profissional. Ninguém quer a bicha afeminada que trabalha como garçom no bar, querem a bicha formada, descolada, com vida ‘estruturada’*” (2019), João Manuel Oliveira (2013) sugere pensarmos essa homonormatividade como uma cidadania de consolação, visto sua busca por tentar aproximações com a heterossexualidade. Para esse autor, a homonormatividade é uma modalidade da heteronormatividade e nos permite compreender a forma como sujeitos LGBTI+ fazem “perdurar o legado da heteronormatividade no plano de uma cidadania voltada para o consumo num quadro neoliberal, na despolitização das

reivindicações e no reforço do binarismo de gênero dentro da própria comunidade” (OLIVEIRA, J., 2013, p. 69).

Algumas outras falas que encontrei vão nos ajudar a problematizar o que acabamos de apontar:

“Os gays padrão, em sua maioria, tendem a rejeitar e desfazer de todo aquele que não se aproxime do ideal de beleza e comportamento deles. Isso vale para os gays afeminados, os travestis, os gays negros que não tem o corpo parecido com o de um gay padrão, e por aí vai” (2021)

“A comunidade gay continua a mesma de anos atrás deixando a superioridade do gay masculino dominar qualquer ação da gay com mais feminilidade” (2019).

“Pouco se discute inclusive, o peso do padrão atlético/másculo/pauzudo que já tem sob os homens, e que se agrava com homens gays. Você pode ser afeminado, mas se torna passável quando está no padrão. As viadinha que penou pra aceitar o corpo magro sabe do que tô falando” (2019).

As postagens são bastante sugestivas para nos ajudar a pensar como a homonormatividade se estabelece mediante relações de poder que afetam as homossexualidades, dando lugares sociais aos sujeitos. As três denunciam o quanto a adequação a determinados padrões de beleza, de corpo ou posição social tornam alguns sujeitos “*passáveis*” como heterossexuais, bem como o quanto essa aproximação a padrões socialmente valorizados como masculinos garante a “*superioridade*” e “*dominação*” desse “*gay masculino*” sobre “*afeminados*”, “*travestis*”, “*gays negros*”, a “*bicha garçon*” ou aquela “*que penou para aceitar o corpo magro*”.

As postagens nos permitem perceber que há um discurso que visa estabelecer padrões do que é normal, anormal ou aceitável, para os corpos que querem legitimidade e espaço social, isto é, a semelhança e a aproximação a valores e referenciais heterossexuais. Tal discurso existe e afeta todos os corpos, embora ele não seja expresso em algum lugar e seja raro alguém afirmá-lo, assumindo-o como seu, abertamente. No entanto, é insinuado, é enunciado a todo momento, e os sujeitos cujas falas vimos acima nos ajudam a percebê-lo funcionando. Como já apontamos em outro momento, as redes sociais não criaram essas

hierarquias de poder entre sujeitos. Elas já aconteciam na sociedade de maneira geral, e o que as redes sociais fazem é potencializá-las, é ampliá-las.

Utilizar as redes sociais como campo e como fonte de informações em pesquisas demanda pensar que o que acontece no ciberespaço, por meios digitais, não seja visto como algo virtual e em oposição ao real. O digital não é o oposto do real, como argumenta Shirley Sales (2018). O espaço digital não é “outra dimensão da vida, em uma espécie de ‘universo paralelo’, de existência meramente fictícia” (SALES, 2018, p. 238), ou seja, muito do que presenciamos nas redes como as falas, as exposições visuais de corpos, as confissões, os jogos de saber e poder etc. também fazem parte da vida *off-line* dos sujeitos. Para a autora, não devemos pensar, sequer, que haja uma hierarquia de validade ou de importância entre o que acontece *off-line* e *on-line*, o que não quer dizer que não existam diferenças entre as duas formas de interação entre sujeitos. A cibercultura possibilita novas formas e “outros códigos para a expressão dos afetos e para a vivência dos prazeres que não podem ser entendidos apenas como uma transferência de meios” (SALES, 2018, p. 240). Dessa forma, como destaca a autora, as redes sociais não devem ser compreendidas “apenas [como] um meio para o encontro e a experimentação de relações sociais. Ele altera e produz outros efeitos para essas relações e assim constitui novas formas de se relacionar” (SALES, 2018, p. 240).

A cibercultura não é apenas mais uma tecnologia de comunicação como foi o telégrafo, o telefone, o fax, o *e-mail* ou as primeiras mensagens via celular. Ela promove a “incorporação profunda das tecnologias digitais na constituição das existências. Ela é da ordem da composição. Desse modo, as tecnologias digitais não apenas influenciam a vida das pessoas” (SALES, 2018, p. 241), elas produzem novos sujeitos e novas formas de ser e de viver, como as enunciações que estamos analisando nos permitem perceber. Penso que a conversa com esses sujeitos que se manifestaram no *Twitter*, subsidiadas pelos autores e autoras que utilizamos, possibilita-nos apontar para as redes sociais *on-line* como importantes espaços de produção de sujeitos e sexualidades em nossos dias.

Em se tratando de rastros de discursos medicalizantes enunciados no *Twitter*, vamos concluir esta seção com a angústia apresentada por um internauta: “o preocupante é que a questão estética padrão tem se tornado uma meta tão perseguida que outros aspectos são esquecidos. Para se adequar ao padrão se esquece da saúde, da empatia, do trabalho e por aí vai. E quando não se atinge ou mantém esse padrão vêm os problemas” (2020). De acordo com essa postagem, a medicalização envolve sujeitos de diversas maneiras, quer na adequação do corpo por questões estéticas referendadas por um padrão desejado, quer dando-lhes alívio, conforto ou consolação, via medicamentos, quando não se consegue atingir ou

manter tal padrão e aparecem *os problemas*. Como podemos notar, a medicalização atravessa toda a vida de alguns sujeitos.

Em boa parte, a preocupação desse sujeito com os problemas advindos da medicalização é também a minha com esta pesquisa. E como pensar os conceitos de medicalização e, conseqüentemente, o de saúde é uma atividade complexa em nossos dias, trataremos desse assunto na sequência.

6.8 “TENHO MAIS CADASTRO EM FARMÁCIAS DO QUE EM BALADAS, HOJE EM DIA”: A MEDICALIZAÇÃO COMO ALTERNATIVA OU SOLUÇÃO PARA OS CORPOS E SEUS DESEJOS

Figura 3 - Imagens *Google*/medicalização da vida



Fonte: Aprendendo... (2019, recurso online)

A programação farmacológica de si estende os poderes do homem sobre o seu universo comum. Os psicotrópicos se oferecem como auxiliares técnicos de existência, modulando o ângulo de abordagem do cotidiano, estabelecendo uma fantasia de domínio de si diante da turbulência do mundo, concorrendo para a ciborguização do indivíduo, para a eliminação de fronteiras entre o que depende de nós em um comportamento e o que cabe a uma técnica exterior (LE BRETON, 2014, p. 63).

Não é necessário estar envolvido com a pesquisa acadêmica ou ter acesso ao conceito ou a estudos sobre a medicalização para percebermos o quanto nossa vida é permeada por questões atinentes à saúde. Desde uma simples saudação, ao encontrarmos alguém ou ao trocarmos uma mensagem virtual, a preocupação com o bem-estar físico e emocional está implícita na primeira pergunta que costumeiramente fazemos: tudo bem? Como você está? Também não é preciso que sejamos bons/boas observadores/as para percebermos o quanto o número de drogarias vem crescendo pelas cidades nas últimas décadas. Segundo o mesmo raciocínio, não me parece estranho ou fora do contexto um internauta afirmar que tem “*mais*

cadastro em farmácias do que em baladas” (2021), afinal, como sugere a charge que abre este texto, “já dispomos de remédios para dormir, transar, sorrir e suportar o trabalho”, daí, é só cuidar para não misturar os medicamentos que servem para ajudar a tolerar o trabalho com aqueles destinados para dançar ou transar.

A charge em destaque chama nossa atenção para o crescimento e uso generalizado de medicamentos, mas, especialmente, para as chamadas drogas de uso recreativo, isto é, aquelas que não se destinam a doenças, danos ou deficiências que possam acometer os sujeitos, mas cuja função é a potencialização do corpo e de suas performances. Considerando o crescente uso das chamadas drogas de uso recreativo entre sujeitos homossexuais masculinos, drogas que podem “*deixar alguém acordado por longos períodos de tempo e fazê-la se sentir autoconfiante, poderosa e extremamente excitada sexualmente*” (2020), como posta um sujeito, podemos pensar, com Le Breton e a epígrafe deste texto, que “a programação farmacológica de si estende os poderes do homem sobre o seu universo comum” (LE BRETON, 2014, p. 63). Para nos ajudar na conversa acerca das drogas de uso recreativo e seu uso entre os sujeitos que interessam à minha pesquisa, partiremos de uma postagem de um profissional da saúde. Ao mesmo tempo que nos permite perceber a medicina construindo verdades acerca das sexualidades em nossos dias, pela *thread* que analisaremos, podemos notar, também, como, em nossa formação discursiva, há, em disputa, discursos contraditórios que se atravessam por meio das relações de saber e poder que os mobilizam e os põem em funcionamento. A postagem nos permite até pensar em processos de desmedicalização da vida, como poderemos notar, além de realçar a grande circulação de discursos da área de saúde na sociedade, mas, especialmente, nas redes sociais.

De acordo com o tuíte de de Vinícius Borges, que se apresenta como infectologista especializado em Saúde “LGBTQIA+”, o uso entre jovens gays e bissexuais de uma substância chamada Cristal exige informação e deve ser tratado como de interesse da saúde pública. Como enuncia a postagem: “*Não é porque é uma droga bem cara, que no Brasil afeta principalmente minorias já estigmatizadas como homens gays e bissexuais que não merece ser tratada como questão de saúde pública*” (2022). Como se propõe o tuíte:

“Vamos falar do “Cristal Meth”, uma substância cujo uso tem crescido exponencialmente no Brasil e já se tornou um grave problema na Europa e nos Estados Unidos há muito tempo. Tiveram que acionar as autoridades de lá e fazer políticas públicas específicas, o que ainda nem se fala no Brasil. O risco de dependência psicológica é altíssimo!”

Crystal meth (metanfetamina), cristal ou Tina, é um estimulante poderoso que pode deixar alguém acordado por longos períodos de tempo e fazê-la se sentir autoconfiante, poderosa e extremamente excitada sexualmente. No entanto, o grande problema do crystal é que estas sensações extremas durante o sexo, apresentam um alto risco para dependência psicológica.

A pessoa passa a acreditar que sexo bom é só com Crystal.

Existem várias maneiras de consumir metanfetamina, o que determina o efeito e a rapidez com que você fica ‘chapado’: fumando; inalando como pó; slamming: injetando; Booty Bumping: também conhecido como hooping, onde a droga entra em seu corpo através da mucosa do ânus. Muitas pessoas podem passar horas sem dormir ou sem comer. Apenas transando. Além disso, algumas também podem se tornar paranoicas e outras agressivas. Outros efeitos são: inibições reduzidas aumentando a probabilidade de assumir riscos; prolongando o tempo para gozar; desenvolvimento de ‘pau de cristal’, onde seu pênis não fica ereto o suficiente para penetrar ou se masturbar, mas você ainda está com tesão; interesse em um sexo diferente (hiperssexualidade) do que você faria quando não usasse nenhuma substância (sóbrio); interesse em fazer coisas que são mais perigosas do que você faria sóbrio, por exemplo, fazer você praticar sexo sem preservativo ou BDSM; sessões de sexo prolongadas devido à capacidade de ‘continuar’, o que pode resultar em rompimento do preservativo ou ferimentos no pênis, vagina ou ânus. Muitas vezes esse trauma não é percebido na hora do sexo. Tem gerado aumento da hepatite C. Muitas pessoas descrevem o sexo quanto tomam metanfetamina como sendo desconectado, irreal ou frio.

O Crystal apresenta um risco muito alto de dependência psicológica e física, que para muitos homens tem efeitos devastadores em suas vidas, causando problemas de saúde física e mental. Alguns acabam ficando isolados de amigos e familiares. O uso prolongado pode ter um impacto negativo em sua saúde mental, o que pode resultar em psicose e paranoia. Aumento da pressão arterial, infartos e AVCs. Overdoses podem resultar em danos aos órgãos e/ou coma, o que pode levar à morte. Misturar metanfetamina com cocaína, Viagra, MDMA ou poppers pode causar problemas cardíacos, incluindo ataques cardíacos e derrames” (2022).

Além desses efeitos diretamente sobre o corpo, a postagem aponta ainda para a questão do uso de tais substâncias ser um crime no Brasil, o que pode acarretar prisões e multas. Outras consequências “*não intencionais do uso da metanfetamina*” podem incluir problemas financeiros, familiares, perda de amigos ou emprego etc., conforme o autor da postagem.

A postagem é bem técnica e didática acerca do que é e quais os principais efeitos do Cristal, droga “*cujo uso tem crescido exponencialmente no Brasil e já se tornou um grave problema na Europa e nos Estados Unidos há muito tempo*”, dados esses também apontados por Belmiro Fernandes (2020) em uma tese de doutorado que discute o Chemsex como padrão comportamental para homossexuais masculinos, bissexuais ou, usando um termo científico usado pela saúde pública, homens que fazem sexo com homens (HSH).

O Cristal apontado na postagem é uma das drogas utilizadas para o Chemsex, ou sexo químico, termo criado pelo ativista LGBTI+ inglês David Stuart que junta as palavras inglesas *chemical* e *sex*. Para Belmiro Fernandes (2020), não se pode reduzir o chemsex à prática de relações sexuais com utilização de substâncias psicoativas, quer sejam lícitas ou ilícitas, pois precisamos nos atentar para o fato de o termo ter nascido para explicar um fenômeno comportamental de sujeitos LGBTI+, especialmente aqueles homens que fazem sexo com outros homens, ou seja, na sua origem, o nome já cria e demarca pessoas já estigmatizadas socialmente, quer pelo uso de drogas ilícitas, quer por praticarem relações não heterossexuais.

A partir da fala de homens gays que fizeram parte da pesquisa de Belmiro Fernandes (2020), existem divisões entre os sujeitos que participam dos encontros que envolvem o chemsex, havendo, porém, um padrão entre os participantes. Um padrão de homem gay que, para ser tornar desejado, precisa ser “musculoso, com percentual de gordura baixo, com dotes físicos atrativos, sedutor tanto sob o ponto de vista da carne como das condições financeiras” (FERNANDES, 2020, p. 15). Na ausência desse padrão, “precisa apresentar outros tipos de atrativos. Pode ser a simpatia, ou ainda o acesso a clubes e festas exclusivos, o próprio dinheiro ou ainda a droga” (FERNANDES, 2020, p. 16).

Considerando o relato de Vinícius Borges, o médico infectologista que nos apresentou o Cristal e nos alertou para o crescimento do uso das drogas ligadas ao comportamento sexual de alguns homossexuais masculinos, torna-se necessário, para avançarmos na tentativa de diagnosticar nosso momento histórico, ampliar o conceito de medicalização com o qual iniciei esta investigação.

As primeiras questões que me trouxeram para a pesquisa poderiam ser abarcadas por uma noção de medicalização que consistia em rotular comportamentos desviantes, como o daquele aluno chamado de trans, doente mental e esquizofrênico em uma escola. Com os rumos que minha pesquisa tomou, tornou-se necessário analisar outros aspectos. Pensar, como nos propõe o tuíte que estamos analisando, que “*a pessoa passa a acreditar que sexo bom é só com Crystal*”, aproxima-nos do que Le Breton (2014) nos diz na epígrafe deste texto sobre os “psicotrópicos se oferecem como auxiliares técnicos de existência, modulando o ângulo de

abordagem do cotidiano” (LE BRETON, 2014, p. 63) ou, em outros termos, o uso de tais substâncias cria uma “fantasia de domínio de si diante da turbulência do mundo, concorrendo para a ciborguização do indivíduo” (LE BRETON, 2014, p. 63). A ciborguização diz de um indivíduo cujo corpo habita a fronteira “entre o que depende de nós em um comportamento e o que cabe a uma técnica exterior” (LE BRETON, 2014, p. 63), no caso, as drogas e a medicalização.

De acordo com Alain Giami (2005), Foucault já apontava que “o processo de medicalização não é redutível à instituição médica” e seu aparecimento “se inscreve no desenvolvimento das ‘tecnologias de poder’” (Giami (2005, p. 278), indissociáveis de seu uso na produção e controle da sexualidade. Para o autor, a “noção de medicalização remete a uma problematização que excede o campo da medicina *stricto sensu*, e faz pensar num processo de tipo centrífugo no qual as idéias, as práticas médicas e os valores médicos irradiariam para o mundo social” (GIAMI, 2005, p. 278).

Se, outrora, a medicina se ocupou do corpo como forma de reprodução da força de trabalho, hoje, ela se encontra com a economia de outra forma: é “por produzir diretamente uma riqueza, uma vez que saúde representa um desejo para uns e um luxo para outros” (FOUCAULT, 2010a, p. 389). Continuando sua explanação em uma conferência no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1974, Foucault argumenta, ainda, que a saúde se tornou “um objeto de consumo que pode ser produzido por laboratórios farmacêuticos, por médicos etc. – e consumida por doentes possíveis e reais – que adquiriu importância econômica e se introduziu no mercado” (FOUCAULT, 2010a, p. 389). O que o autor está sinalizando é que a área médica se tornou um saber que vai muito mais além do que cuidar e tratar doenças, afinal, o corpo é “susceptível de saúde ou doença, de bem-estar ou de mal-estar, de alegria ou de dor, além de objeto de sensação, de desejo etc.” (FOUCAULT, 2010a, p. 389). Essas susceptibilidades do corpo, em se tratando de sua saúde, são construídas a partir de noções de sucesso e status sociais que, dentro da lógica do consumo capitalista, tornam-se sinônimos de vida estável. Trata-se de uma vida estável que exige um arsenal farmacológico produzido, propagandeado e comercializado pela indústria farmacêutica que parece ser uma grande aliada dos sujeitos que buscam um estado de bem-estar pessoal e social, como nos inspira a pensar Dantas (2009). Continuando sua argumentação, essa autora diz que, inseridos numa “panaceia de práticas e discursos, encontramos todo um aparato tecnológico que fortalece o discurso da medicalização como uma espécie de divindade personificada em pílulas capazes de proporcionar intensas sensações ou realizar nossos maiores desejos” (DANTAS, 2009, p. 565).

De acordo com Benilton Bezerra (MEDICALIZAÇÃO..., 2014)⁴⁴, os problemas clínicos que chegam aos consultórios médicos, atualmente, “ultrapassam os problemas médicos”. Para esse autor, ninguém duvida da “legitimidade da medicina cosmética”, embora esta esteja voltada para outras questões que não são clínicas, mas também não são propriamente doenças, como, por exemplo, o tratamento de rugas, o clareamento de pele ou do ânus, os tratamentos capilares ou as harmonizações faciais. Segundo o autor, o campo médico não se transformou somente em função de uma ‘maquiavélica’ ação do saber médico, da indústria de serviços ou da indústria farmacêutica, em busca de mais consumidores para seus produtos, mas em função de uma mudança social. Para o autor, a medicalização é “uma expressão do tipo de sociedade” na qual vivemos.

Como sugere Bezerra (2014), podemos pensar a medicalização como uma invasão da medicina por uma nova organização social. Uma organização que engloba desde o consumo de produtos e serviços, tanto de médicos quanto de não médicos ligados ao mercado da saúde, mas que também envolve a população como usuária e sedenta pelo que o mercado da saúde pode oferecer. A postagem de um internauta pode dizer desse avanço da medicalização sobre a população e sobre alguns corpos homossexuais masculinos, ao apontar para uma “*crescente fantasia glamourizada sobre o uso de medicamentos psicoativos*”, em que se “*constrói sua autoestima sobre o pilar frágil da quantidade de curtidas q recebe numa foto*” (2020).

Além de várias outras postagens que analisamos em textos anteriores, a postagem de Vinícius Borges, acerca do Crystal, leva-nos a considerar a atual biomedicalização que disponibiliza a possibilidade de moldarmos nosso corpo e nossa vida a partir de solicitações e desejos que nossa cultura nos permite acessar. Quer sejam por visões narcisísticas ou ideológicas do que seja o bem-viver ou o estar com saúde, os produtos médicos/farmacêuticos são cada vez mais necessários e indispensáveis, como sugere Benilton Bezerra (2014). Rafaela Teixeira Zorzanelli, Francisco Ortega e Benilton Bezerra Júnior (2014) assim se manifestam em relação ao atual quadro de biomedicalização:

É importante notar que o conceito de biomedicalização se endereça não a negar as teses da medicalização, mas a chamar a atenção para sofisticções técnicas e para as novas ferramentas que a tecnociência produz; para o modo como a medicina é praticada e as soluções que disponibiliza aos consumidores de saúde; e para o cenário em que a opinião pública é mais um

⁴⁴ Professor da Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) na conferência “Genealogia e controvérsias atuais” acerca do conceito de medicalização que aconteceu, em 2014, no Simpósio “Medicalização: conceitos, questionamentos e reflexões”, organizado pelo Nepcia: Núcleo de educação e pesquisas em saúde mental da infância e adolescência (MEDICALIZAÇÃO..., 2014).

ator importante a corroborar a convicção de que a capacidade do corpo, em tese, é ilimitada (ZORZANELLI; ORTEGA; BEZERRA JÚNIOR, 2014, p. 1864).

As postagens de alguns sujeitos são bastante incisivas em relação à medicalização, isto é, à medicalização com vistas à adequação de seus corpos a padrões de masculinidades desejados. Como dizem tais internautas:

“Falo isso com propriedade essa foto aqui debaixo tem 10 anos. Foram inúmeras dietas malucas, crise de ansiedade, compulsão alimentar e muita terapia” (2020).

“Nossa man! O que eu já tomei de remédio, o que eu já me machuquei para me encaixar no padrão. Tu não faz ideia!” (2019).

“Cara, você acabou de descrever parte da minha vida. Também tive problema com meu corpo, que além de ser gay, é gay gorda. Isso me levou a coisa nada ortodoxa. Nisso desenvolvi 3 transtornos alimentares que me trouxeram alguns danos terríveis. Hoje faço terapia e sou medicado” (2019).

Essas postagens remetem-nos a Mowlabocus (2015), que nos permite considerar que, na subcultura gay, os métodos de autovigilância, controle e disciplina sobre o corpo são maiores que na população em geral. Como nos diz o autor, são crescentes, nas academias de musculação e ginástica, estratégias de treinamentos físicos ou práticas fisioculturistas “que variam entre aumento do peitoral e do bíceps com uso de botox, lipoaspiração, brozeamento e implantes” (MOWLABOCUS, 2015, p. 65), além do uso de “anabolizantes e de drogas ‘naturais’ de aprimoramento de treino físico” (MOWLABOCUS, 2015, p. 65). Manter e cuidar do corpo com vistas à longevidade é pouco, perto das mais urgentes e necessárias ações que podem levar um corpo a uma transformação medicamentosa, ou seja, a uma modificação, tonificação ou melhora no seu desempenho farmacologicamente. Um corpo que se adéqua para satisfazer a algum desejo, um corpo que se tornou dócil.

Como salientam Zorzanelli, Ortega e Bezerra Júnior (2014), ao traçarem um panorama sobre as variações em torno do conceito de medicalização, para além da profissão médica; da indústria farmacêutica; das associações de pacientes; da mídia impressa e virtual que atuam na divulgação da produção científica; dos periódicos médicos e propagandas de medimentos etc., temos que considerar que, para autores/as contemporâneos/as, há um papel ativo dos

indivíduos no processo de medicalização. Ou seja, os casos apontados pelos internautas em que se busca a modelação do corpo via “*remédios*” ou “*dietas malucas*” não passam, necessariamente, pelo poder e autoridade dos médicos, pois são buscas dos próprios sujeitos, mediante o repertório que nossa cultura cria e promove. Há uma cultura que cria e disponibiliza os novos processos de medicalização por escolha. Para Zorzaneli, Ortega e Bezerra Júnior (2014), a literatura acerca da medicalização aponta para a forma como novas configurações tecnocientíficas, após 1985, organizaram as práticas biomédicas e deram origem à biomedicalização que pode ser compreendida como uma

nova economia biopolítica da medicina, saúde e doença, por mudanças nas formas de viver e de morrer, pela formação de uma arena complexa na qual os conhecimentos biomédicos, serviços e tecnologias são cada vez mais intrincados, e por um novo e cada vez mais acirrado foco na otimização e no aperfeiçoamento individual por meios tecnocientíficos e na elaboração do risco e da vigilância no nível individual, grupal, e de população (ZORZANELLI; ORTEGA; BEZERRA JÚNIOR, 2014, p. 1864).

Como podemos notar, o debate em torno do conceito de medicalização não se concentra na definição ou não do que vem a ser doença, mas na definição de um “estado cujas características passam a ser reconhecidas pela medicina, pelos pacientes e pela cultura como alvo legítimo de intervenção médica, terapêutica, profilática ou restauradora” (ZORZANELLI; ORTEGA; BEZERRA JÚNIOR, 2014, p. 1866).

Referindo-se aos efeitos do capitalismo em nossas práticas, identidades, desejos e subjetividades, Paul Beatriz Preciado (2020b) nos instiga a pensar que o “corpo não está sob a pele. Está em grande parte fora, portanto, mais nas ‘ex-tranhas’ do que nas entranhas” (PRECIADO, 2020b, p. 6). Ao invés de falar em corpo, o autor se refere ao que chama de aparato somático ou somateca, ou como apenas uma das ficções histórico-políticas que excedem o corpo. O antigo corpo, entendido como uma anatomia composta por órgãos cujas funções formam um sistema orgânico vivo, não é mais suficiente para falar do “aparato somático como um arquivo político vivo composto de uma infinidade de imagens, idiomas, representações, técnicas de gerenciamento político, fluidos orgânicos e inorgânicos” (PRECIADO, 2020b, p. 6). Como aponta o autor espanhol,

o próprio aparato somático contemporâneo deve ser distribuído através de uma extensa rede orgânica e inorgânica: a respiração constantemente abre o aparato somático para o exterior, da mesma maneira que a troca com o biótopo bacteriano; Por outro lado, as tecnologias da comunicação, da

cibernética e das drogas médicas não deixaram de produzir órgãos que estão fora da pele, exo-órgãos (PRECIADO, 2020b, p. 6).

O que Preciado (2020b) parece querer nos dizer com a ideia de que há algo que excede o corpo, e que este não está mais “sob a pele”, vai além de pensarmos nos *smartphones* que estão nas palmas das mãos e nos permitem acessar aplicativos de encontros e, daí, encontrar corpos disponíveis para sexo nas proximidades. Está além de pensarmos em próteses, silicones, marcapassos, órgãos artificiais, hormônios naturais ou artificiais ou tantos outros aparatos tecnológicos que podemos assimilar como parte necessária a nossos corpos. Preciado (2020b) nos diz também das tantas expectativas ou cobranças que nossa cultura projeta sobre nosso corpo, como padrões do que vem a ser homem e mulher em dada sociedade, mas também expectativas acerca de suas capacidades e potencialidades a serem sanadas de acordo com seus desejos criados culturalmente, a partir do que entendemos como saúde, bem-estar, satisfação, beleza, felicidade, status...

Na próxima seção, trataremos de uma postagem que ‘bombou’ no *Twitter* e nos ajudará a avançar em relação à história que estou tentando contar. Trata-se de uma história que aborda a constituição de homossexualidades masculinas e sua medicalização.

6.9 “O QUE É UMA CIRURGIA PLÁSTICA SENÃO UM VIAGRA *AD ETERNUM*?”: A PRODUÇÃO BIOMÉDICA E TECNOLÓGICA DE CORPOS HOMOSSEXUAIS MASCULINOS

A gestão farmacológica dos problemas existenciais comuns, aqueles que Freud dizia que ‘não impedem de existir’, manifesta uma intolerância às asperezas da existência e inscreve-se no extremo contemporâneo [...]: os que simulam farmacologicamente sua existência por opção, por preocupação com o desempenho, como o controle de si etc (LE BRETON, 2014, p. 57).

As possibilidades que o desenvolvimento dos dispositivos biotecnológicos oferecem aos corpos masculinos como forma de se sentirem menos ‘anormais’ e de se adequarem a expectativas, padrões e desejos próprios de nossa cultura são crescentes. Trata-se de possibilidades que podem ser pensadas como uma simulação farmacológica da existência, “por opção”, como nos sugere Le Breton (2014) na epígrafe, isto é, um caminho bioquímico que pode ajudar contra as provações do mundo. Penso que uma dessas provações pode ser percebida na manifestação de um sujeito que postou: “*Algumas gays Ipanemers malham antes*

de ir pra praia pra manter os músculos inchados e tomam ¼ de viagra pra ficar meia bomba o tempo todo e chamar atenção na praia” (2019).

Acessei essa postagem que aponta para uma prática de algumas das pejorativamente chamadas, “*gays Ipanemers*”, por um caminho inverso ao das outras que encontrei no campo. Eu soube dessa postagem que chegou ao *trend topic*, ao topo do *Twitter*, por meio de um comentário de um amigo. Logo que eu soube da discussão que se desenrolou nas redes sociais e ganhou reportagens e seguidos comentários, fiquei interessado e procurei me informar a respeito. Essa inversão a que me refiro, isto é, primeiro eu soube da postagem e de sua repercussão e, só depois, acessei a postagem original, foi possibilitada pelo fato de o *Twitter* disponibilizar uma ferramenta para a localização de postagens a partir de frases ou palavras de interesse do/a pesquisador/a, como fazemos nas buscas por palavras-chave nos sites de artigos, periódicos ou outras produções acadêmicas. Sendo assim, não foi difícil localizar a postagem inicial que disparou a polêmica acerca do uso de Viagra “*pra ficar meia bomba o tempo todo e chamar a atenção na praia*” pelo volume na sunga.

Como já conversamos em outro momento, é possível apontar que essa preocupação com o tamanho do pênis pode ter a ver com a pedagogia dos filmes pornográficos atingindo as masculinidades homossexuais, ao incentivarem uma cultura falocêntrica do quanto maior o pênis, melhor. Tal cultura, por sua vez, pode levar ao desejo de aparentar um pênis maior para impressionar possíveis parceiros podendo dizer, também, de uma “*baixa autoestima de muitos gays com os seus pênis*” (2020), como diz um internauta que mencionamos. Independentemente dos motivos que levam determinados sujeitos a usarem Viagra para ficarem “*meia-bomba*”, o que importa para nossa discussão é a produção farmacológica de corpos possibilitada pelas atuais tecnologias biomédicas e farmacológicas.

Preciado (2018) nos conta um pouco dessa história ao apontar que, enquanto, por anos, a pornografia foi uma tecnologia visual “dominante dirigida ao corpo masculino de forma a controlar sua reação sexual” (PRECIADO, 2018, p. 31), após 1950, a indústria farmacêutica buscou uma forma de desencadear a ereção, e a consequente resposta sexual masculina, por meio de recursos como próteses cirúrgicas e químicas. Partindo das primeiras próteses de polietileno contra a falta de ereção, passando por um marca-passo peniano, chegamos ao momento em que os laboratórios Pfizer criaram o Viagra, em 1988, como tratamento químico para disfunção erétil (PRECIADO, 2018, p. 31).

A principal questão em torno do Viagra, nesta pesquisa, não passa por qualquer julgamento moral ou por qualquer crítica a quem dele faz uso, mas gira em torno de seu uso exigir recomendação médica, já que a própria bula apresenta o perigo de riscos

cardiovasculares graves, como “morte súbita cardíaca, hemorragia cerebrovascular e infarto do miocárdio” (COM..., 2020, recurso online), especialmente, com o extremo calor do verão carioca e o costumeiro uso de bebidas alcoólicas nas praias, conforme afirma um especialista em sexo citado na reportagem. Esse especialista também aborda um cosmético alternativo e sem efeitos colaterais e que pode substituir o Viagra no intuito de avolumar o tamanho do pênis. Trata-se de um produto capaz de “inflar o pênis ou clitóris, dando a impressão de um órgão genital maior, e deixando-o muito mais sensível ao toque”, ressalta o especialista que usava da reportagem para divulgar o produto. Como ele ensina: o “modo de uso é bem simples, basta aplicar no local desejado dois minutos antes. O produto também pode ser utilizado no momento de intimidade do casal”.

De acordo com Fabíola Rohden (2009, p. 89), “desde o lançamento oficial do Viagra, em 1998, temos assistido à consolidação de uma nova era no processo de medicalização da sexualidade, em muito orientada pela presença da indústria farmacêutica”. Para a autora, essa medicalização é um fenômeno amplo que envolve mais do que a definição de um comportamento como desviante, pois trata também das descobertas científicas que os legitimam e sugerem tratamentos que envolvem uma vasta rede de jogos de interesses sociais, políticos e econômicos.

Enquanto os primeiros sexólogos se ocupavam com anomalias na sexualidade reprodutiva (doenças venéreas ou impedimentos físicos para a prática sexual), a nova ciência sexológica, ou ‘ciência do orgasmo’, “elabora primeiramente a norma do orgasmo ideal e dela retira as anomalias, que estaria pronta a curar” (ROHDEN, 2009, p. 92). Para a autora, o que essa nova ciência do orgasmo faz “é substituir a separação entre normalidade e anormalidade [em relação à ereção peniana] por um contínuo da disfunção” (ROHDEN, 2009, p. 92) do organismo. Em um primeiro momento, até a década de 1980, a preocupação com a impotência sexual masculina girava em torno de questões psicológicas e, mais precisamente, destacava-se o próprio medo da impotência como seu causador, o que poderia ser contornado por terapias, aconselhamentos ou tratamentos hormonais, alimentares ou próteses, por exemplo. Depois, passou-se a considerar a disfunção erétil como uma falha impeditiva da capacidade de penetração do pênis, como destaca a autora. De acordo com autores/as internacionais que utiliza, Rohden (2009) assevera que a grande novidade do século XX é que se passa de uma concepção e de um entendimento que “admitia o declínio da vida sexual no decorrer do tempo, e na qual até se suspeitava pejorativamente da atividade sexual na velhice, para uma outra na qual se torna obrigatório o bom desempenho sexual até o limite da vida” (ROHDEN, 2009, p. 98). Foi nesse mesmo contexto que se começou a divulgar, midiaticamente, que a

atividade sexual é uma “condição necessária para uma vida saudável e que a capacidade erétil definiria a virilidade durante todo o curso da vida masculina” (ROHDEN, 2009, p. 98), como somos levados a acreditar em nossos dias.

A autora chama nossa atenção para os desdobramentos de um ato performático do doutor Giles Brindley que provocou a ereção de seu pênis ao injetar phenoxybenzamina, na frente de todos/as que participavam de um congresso, em 1983. Esse ato disparou um movimento de mudanças de abordagens que levaram ao abandono do termo pejorativo de impotência sexual para um mais moderno: o de disfunção erétil. Essa mudança de tratamento, ao mesmo tempo em que mostra que a ereção é “um evento eminentemente fisiológico em detrimento dos aspectos psíquicos” (ROHDEN, 2009, p. 98), sugere, ainda, a ideia da disfunção sexual masculina como uma “doença orgânica tratável é também um problema de saúde pública” (ROHDEN, 2009, p. 98).

Sucesso de vendas como uma droga ligada a estilo de vida e de conforto, o Viagra surgiu como um medicamento para tratar uma doença e manter a ereção, ou seja, ele não é vendido como um afrodisíaco. Isso nos permite perceber o surgimento e o desenvolvimento de uma ‘ciência molecular da sexualidade’ à qual se associa, em nossos dias, a “ideia de constante vigilância e do consumo de produtos para garantir a saúde erétil, símbolo de masculinidade e saúde física e emocional” (ROHDEN, 2009, p. 99). Afinal, como nos lembra Preciado (2020a), historicamente, pênis, testículos e esperma em sua relação com vaginas, úteros e óvulos foram alvo de uma “gestão biopolítica diferenciada”, ou seja, “enquanto os óvulos e o útero foram objeto de privatização social e de cercamento econômico, o esperma, entendido como fluxo soberano, é um líquido cuja circulação pública tem sido promovida politicamente como índice de poder, saúde e riqueza” (PRECIADO, 2020a, p. 80).

Essa conversa com Preciado (2020a) e com Rohden (2009) permite-nos pensar a medicalização, também, como um processo de desmedicalização, ou seja, a entrada em cena de outros elementos externos à medicina. É o que vemos com a entrada da indústria farmacêutica em um jogo pesado que, por meio de organizações, conferências, publicações científicas, teinamentos de profissionais, campanhas de marketig, enfim, uma verdadeira “farmacologia sexual”, permite a existência do Viagra como “uma tecnologia material e cultural que está relacionada com a construção de uma nova possibilidade de intervenção no corpo masculino” (ROHDEN, 2009, p. 100).

Outro importante aspecto a considerar acerca do sucesso do Viagra é: ele só é possível numa sociedade cuja formação discursiva acredita e propaga valores de masculinidade apoiados na virilidade e na potência masculina determinada pelo pênis e seu desempenho,

mesmo que essa potência venha de fora do corpo, isto é, mesmo que ela exceda o corpo, como sugere Preciado (2020b).

O que nossa cultura nos ensina sobre um homem sem ereção? Como a ereção, aliada a um corpo másculo e sem traços ou trejeitos identificados com o feminino, torna-se relevante para pensar o modelo de corpo macho-hetero padrão socialmente difundido? O Viagra parece resolver problemas ligados à vulnerabilidade, falta de controle ou imprevisibilidade do corpo masculino, não importando a idade, visto o medicamento prometer um *up* na potência, enquanto essa passa a ser considerada como questão de saúde necessária aos sujeitos masculinos em suas constituições. Como já conversamos anteriormente, ter saúde, em uma sociedade medicalizada, é muito mais do que não ter uma doença ou algum incômodo, é ser mais, é exercer a potência, é ter poder sobre si e determinar sua conduta.

A busca por parecer mais viril não diz respeito apenas à busca por parecer ter um pênis maior, como vimos no uso de Viagra por gays na praia. De acordo com o site Observatório G, à exceção dos metrossexuais, o homem gay tem maior preocupação com a beleza do que outros homens (ROLIM, [2020]). E essa busca por beleza, por um corpo definido ou por algumas marcas sociais ligadas à masculinidade heterossexual, tem levado muitos homens gays aos consultórios médicos. Se, há alguns anos, certos procedimentos estéticos eram considerados um tabu no ambiente masculino, agora, “com a exposição cada vez mais frequente de homens sem camisa, músculos definidos e com menos pelos, um novo padrão de beleza masculina se consolidou” (ROLIM, [2020], recurso online), diz um especialista ouvido pelo Observatório G. que também apontou para o crescimento da procura por tais procedimentos pelo público gay.

Como ressalta esse especialista ouvido pelo Observatório G., os procedimentos mais procurados vão desde a Lipofit de Alta performance (intradermoterapia de definição), que é o tratamento mais recomendado pela sociedade Brasileira de Biomedicina Estética para eliminar gorduras localizadas e remodelar a região desejada, passando também pelas intervenções chamadas de Estética Íntima Masculina, ou seja, procedimentos na “na região genital masculina que resulta em melhor aparência do pênis e ganhos visuais de espessura e comprimento” (ROLIM, [2020], recurso online). Tal procedimento age reduzindo “o tecido gorduroso em torno do pênis para projetá-lo, ficando aparentemente maior” (ROLIM, [2020], recurso online). Além dessas, existem outras específicas para “flacidez, manchas e estrias na região inguinal que estão super em alta entre o público gay” (ROLIM, [2020], recurso online), como diz o especialista.

Conforme assinala um usuário do *Twitter*, o que assistimos hoje é a “*harmonização servindo para padronizar ainda mais as gays padrão*” (2021). Além dos procedimentos que vimos acima, o mais procurado de todos tem sido a mudança do ângulo da mandíbula para torná-la mais pronunciada e proeminente por meio de harmonização facial de acordo com o especialista. Para esse profissional, o objetivo desse procedimento é “dar ao rosto feições mais viris, já que a mandíbula mais pronunciada dá a impressão de maior força e reforça as características sexuais masculinas consideradas atraentes pela sociedade” (ROLIM, [2020], recurso online).

Como vários usuários do *Twitter* e também essa reportagem destacam, a preocupação com o corpo vem ocupando uma parcela significativa de sujeitos homossexuais. Conforme uma outra reportagem que pergunta: Por que os homens gays estão tão infelizes com seus corpos?, da Revista Carta Capital (BRANQUINHO, 2020), que, utilizando dados de uma pesquisa realizada em 2017 pela Attitude, uma importante revista britânica focada no público gay, aponta que “84% dos homens que a responderam disseram sentir uma intensa pressão em ter um ‘corpo bom’” (BRANQUINHO, 2020, recurso online). Perguntados sobre o quão satisfeitos esses entrevistados estavam com seus corpos, de cinco mil respostas, “10% responderam ‘muito infeliz’, 49% ‘infeliz’, enquanto 23% disseram ‘feliz’ e apenas 1% ‘muito feliz’”. De acordo com a reportagem, “os homens gays crescem com essa sensação de inadequação, de que serem quem são, pode lhes custar o amor e a felicidade; de que serão rejeitados apenas por serem eles mesmos” (BRANQUINHO, 2020, recurso online), afinal, são afetados pelo discurso que trata as homossexualidades como anormalidade.

A medicalização, associada à ideia de um corpo “*perfeito*” e no “*padrão*” à qual estamos nos referindo, é um discurso vendido por campanhas publicitárias e está nas revistas como a *Junior*, sobre a qual conversamos, e em inúmeras outras publicações e demais artefatos de nossa cultura. Está escancarada nas redes sociais e, conforme diz um intenaute, pode levar sujeitos a “*mais uma noite indo dormir chorando depois de ter visto vários perfis aqui no tt de guris da minha idade com corpos perfeitos*” (2019). Isso enquanto outro diz: “*eu acho mto bizarro quando alguém posta uma foto antes de depois de perder não sei quantos quilos e tem uma chuva de comentários dando parabéns quando eh questão de saúde ok sabe*” (2017). Essas postagens apontam para a forma como os discursos medicalizantes são incorporados pelos sujeitos, a ponto de os usarem para regular, além de seus próprios corpos, também os dos outros, nas novas dinâmicas sociais nas quais as redes sociais *on-line* despontam.

Em minha pesquisa junto ao *Twitter*, não foram poucas as postagens que encontrei de sujeitos com seus corpos suados e em ambientes como uma academia de ginástica e musculação, com seus aparelhos e objetos que remetem à masculinidade como apontam Oliveira e Sales (2022). Os efeitos dessas postagens que geralmente trazem um comentário como “*o de hoje está pago*” podem ser danosos a outros, como foi para um sujeito que postou: “*eu tou chorando porque me vejo nesse papel. Todos os dias eu fico me maldizendo, que não sou capaz de fazer o suficiente. Me sacrificando em níveis além dos toleráveis. Cara, eu espero escapar disso um dia*” (2019).

Não alcançar os objetivos desejados em relação ao corpo, beleza ou virilidade pode acarretar sérios problemas à saúde mental desses sujeitos, como destacou um psiquiatra entrevistado pela Carta Capital ao citar um artigo publicado em 2014 pelo *International Journal of Eating Disorders* (Jornal Internacional de Transtornos Alimentares), que afirma que “homens homossexuais e e bissexuais têm três vezes mais chances de ter problemas com sua imagem corporal que homens cis heterossexuais” os quais podem levá-los a “sintomas depressivos, ansiosos, sensação de rejeição e isolamento” (BRANQUINHO, 2020, recurso online) que, muitas vezes, não se esgotam com a realização do desejo de uma corpo ‘perfeito’.

Joel Birman (2012) destaca que o individualismo “como autocentramento absoluto do sujeito, atingiu seu cume e limiares até então impensáveis” (BIRMAM, 2012, p. 179) na atualidade. Esse autocentramento “se apresenta inicialmente sob a forma de estetização da existência” que acontece por meio de uma “exaltação gloriosa do próprio eu” (BIRMAM, 2012, p. 179), tendo seu correlato na “cultura da imagem”. Para o autor, “o cuidado excessivo com próprio eu se transforma em objeto permanente para a admiração do sujeito e dos outros, de tal forma que aquele [o sujeito] realiza polimentos intermináveis para alcançar o brilho social” (BIRMAM, 2012, p. 180). As redes sociais, com suas tramas que envolvem confissão, exposição e vigilância constantes, parecem ser o instrumento perfeito para esses polimentos intermináveis apontados por Birman (2012). As postagens que estamos analisando podem ser pensadas a partir do que nos apresenta esse autor. O desfile de corpos que minha pesquisa no *Twitter* permitiu acessar diz dessa cultura da estetização do eu em que “o sujeito vale pelo que parece ser, mediante as imagens produzidas para se apresentar na cena social, lambuzado pela brilhantina eletrônica” (BIRMAM, 2012, p. 180).

De acordo com esse autor, o consumo ou ‘predação’ sexual de corpos atua nos processos de constituição dos sujeitos através de uma exautação de si-mesmo. Exaltação na qual a “exibição se transforma no essencial da existência, sua razão de ser” (BIRMAM, 2012, p. 181), na atual cultura do espetáculo que toma o sujeito e exige dele uma infinita

performance marcada pelo narcisismo. É no fracasso do sujeito em realizar essa estetização glorificada do eu que têm lugar as depressões, a síndrome do pânico e as toxicomanias para as quais grandes laboratórios investem recursos em pesquisas e soluções farmacológicas, em detrimento de outras possibilidades. Assim, por meio de artefatos e tecnologias bioquímicas e psicofarmacológicas, os sujeitos que fracassam em sua “participação [...] na cultura do narcisismo”, tentam se recuperar e ter “acesso à majestade da cultura do espetáculo e ao mundo da performance” (BIRMAM, 2012, p. 182), e conter as mazelas do narcisismo, mais uma vez, recorrendo à medicalização de seus corpos.

Após essa conversa, o que podemos notar é que, de uma forma ou de outra, quer seja na academia, de forma natural ou por meio de suplementos ou anabolizantes, quer por meio do Viagra, próteses ou procedimentos cirúrgicos ou estéticos, o que vemos é que “*tá todo mundo se montando todo dia*”, como enunciou um sujeito em 2019. Nossa conversa, enfim, deixa-nos perceber que “o discurso da medicalização nos contempla, nos seduz, traz respostas e alívio” (DANTAS, 2009, p. 567). É considerando essa produção médico-farmacêutico-tecnológica do corpo em nossos dias que me parece pertinente a pergunta de um internauta, a que intitula esta seção: “*o que é a cirurgia plástica senão um Viagra ad eternum?*” (2019), mediante a profusão de produtos e serviços da área de saúde que passam a fazer parte de nossos desejos de consumo.

A provocação desse internauta postada como resposta aos comentários e às duras críticas de usuários do *Twitter* às gays de Ipanema pelo uso do Viagra para aumentar o volume dos pênis oferece-nos muito o que pensar. Com o objetivo de polemizar e provocar outros sujeitos, essa postagem nos instiga a perguntar por que condenar o uso do Viagra para impressionar nas praias, enquanto se faz tanta plástica, cirurgias, tratamentos, toma-se tanto anabolizante ou se fazem tantas outras intervenções no corpo?

6.10 “A NORMA SEDUZ, A NORMA GARANTE PRIVILÉGIOS... A NORMA FORJA MESMO EM SEXUALIDADES DISSIDENTES...”

Problematizar o quanto as homossexualidades ainda são tratadas como anormalidade em nossos dias, bem como o quanto esse tratamento pode afetá-las e levá-las em direção a saberes científicos da área de saúde, da área farmacêutica e tecnológica, a fim de sanar ou compensar essa apontada anormalidade, pode nos levar a caminhos complexos, escorregadios. Trabalhar com o referencial foucaultiano é considerar que as formações discursivas “não são jamais dispositivos locais, mas atravessam e religam uma pluralidade heterogênea e

disseminada de campos de saber e de regimes de práticas” (COURTINE, 2013, p. 59) as quais nos constituem, fazendo-nos o que somos. O que Courtine (2013) nos diz é que não podemos pensar o discurso medicalizante isoladamente, temos que analisá-lo nas relações que estabelece com outros discursos, com outros saberes e com outras tantas práticas sociais de uma sociedade.

O que interessou para minha pesquisa, inspirado por Foucault (2003) e pela análise do discurso, foi o fato de algum sujeito poder dizer alguma coisa em uma determinada circunstância. Não interessa pensar o sentido do que foi dito, mas na função do que foi dito no momento exato da enunciação, isto é, no acontecimento do ato de fala. Para o autor, o discurso é uma série de acontecimentos e a função do/a pesquisador/a é descrever as “relações que esses acontecimentos - que podemos chamar de acontecimentos discursivos – mantém com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ao campo político, ou às instituições” (FOUCAULT, 2003, p. 255). Assim, é como um ato de fala, que, por sua vez, tem determinada função, que podemos problematizar a postagem de um internauta: *“heteronormativos, a passiva, a poc, o padrão, pão com ovo, daddy, etc. Gays, ao invés de inventar 1 nome todo dia, pra generalizar uma característica, a minha vontade é ter todos NÓS numa SURUBA... Não seria mais legal?”* (2021).

O motivo de darmos nomes como *“heteronormativo, a passiva, o padrão, pão com ovo, daddy”* e tantos outros pode ser pensado a partir do que um outro internauta nos diz e trago como título desta seção: *“a norma seduz, a norma garante privilégios... a norma forja mesmo me sexualidades dissidentes...”* (2020). Mas por que tantos nomes? Por que tantas variações? Por que *“inventar 1 nome todo dia, pra generalizar uma característica?”*. Que característica seria essa, conforme aponta a postagem, que vários nomes tentam generalizar?

Ao que parece, tal característica a ser generalizada, de acordo com a postagem, diz do desejo por pessoas do mesmo gênero. Um desejo cuja forma e maneira de se expressar varia de pessoa para pessoa e se manifesta pela pluralidade de pensamentos, sentimentos, desejos e de práticas possíveis entre os corpos. É interessante observar que esses tantos nomes que damos para diferentes práticas afetivo-sexuais entre pessoas do gênero masculino não são tão abundantes para as homossexualidades femininas. E isso pode nos dizer do quanto as homossexualidades masculinas são bem mais vigiadas e normatizadas que as femininas (LOURO, 2009), bem como da forma como as masculinidades, numa sociedade machista como a nossa, entram no jogo de sedução que envolve a distribuição social de privilégios, que a aproximação com valores heteronormativos põe em circulação.

É no jogo de poder que distribui desigualmente os privilégios sociais que se torna necessário nomear, qualificar e dar lugar social aos sujeitos de acordo com seus desejos e práticas que opõem as gays “*passivas*” e as “*pão com ovo*” às “*gays padrão*”. Pensando com Foucault (2008), foi com a instituição do dispositivo da sexualidade, momento em que a partir do século XVIII a população entrou no jogo de poder da biopolítica e passou a ser percebida “como uma espécie de objeto técnico-político de uma gestão de governo” (FOUCAULT, 2008, p. 92), que o desejo ganhou contornos de desejo sexual e se tornou a marca, a essência dos sujeitos criando suas identidades. Ruth Sabat (2001) nos ajuda nessa argumentação, afirmando que

as identidades culturais não são dadas a priori, não são preexistentes aos sujeitos, elas se constituem no processo de representação de um grupo, sempre em relação a outros grupos, que carregam características diferentes daquele que está sendo representado. A questão das identidades emerge em meio a processos de desigualdade, produzidos a partir de diferenças. Emerge quando grupos sociais não se reconhecem como iguais (SABAT, 2001, p. 15).

De acordo com essa autora, enquanto a teoria social contemporânea discute a identidade em termos culturais e históricos, o que implica que elas não são definitivas nem universais, este não é o entendimento comum, pois o discurso heteronormativo e sua obsessão normalizante ainda empurram as homossexualidades para o desviante e para a anormalidade e, daí, como “problemas clínicos da psicologia ou da medicina. Essa medicalização da sexualidade atribui às identidades sexuais um caráter natural, separado de um conjunto de fatores culturais que estão aí presentes” (SABAT, 2001, p. 16).

Referindo-se à forma como o desejo sexual vem sendo usado como definidor das identidades sexuais, Foucault (2008) considera que os indivíduos têm diferentes e imprevisíveis comportamentos. Com vistas a um controle calculado e refletido sobre a população, os primeiros teóricos da população, no século XVIII, já identificavam o desejo como uma ‘invariante’ entre os indivíduos. E foi isso que levou o desejo a ser reconhecido como um ‘motor de ação’ que torna tais indivíduos permeáveis à nova técnica governamental. O mesmo desejo que já vinha sendo acionado na direção de consciências, desde a Contrarreforma, foi atualizado como técnica de poder e de governo da população. Estrategicamente, a constatação de que “o desejo é aquilo por que todos os indivíduos vão agir. Desejo contra o qual não se pode fazer nada” (FOUCAULT, 2008, p. 95) tornou-se um importante elemento teórico que, se administrado politicamente, ou seja, “se o deixarmos agir,

em certo limite e graças a certo número de relacionamentos e conexões, acabará produzindo o interesse geral da população” (FOUCAULT, 2008, p. 95). Entrando no jogo entre o espontâneo e o regrado, o desejo permitiu a produção de interesses coletivos artificiais, que, passando a ser tratados como naturais e de interesse geral, tornam-se ferramenta para a gestão da população.

Assim, o desejo, especialmente o sexual, passou a definir os sujeitos e suas respectivas identidades sexuais, dividindo-os entre homossexuais, heterossexuais ou bissexuais⁴⁵ como forma de maior e mais detalhado controle sobre os indivíduos e sobre a população como um todo. E foi por meio do dispositivo da sexualidade e a criação de um elemento imaginário, o sexo, que os os corpos foram capturados e entraram nos jogos de saber e poder que vêm se desdobrando até nossos dias, como podemos perceber pelas enunciações nas redes sociais. Pelas palavras de Foucault (2011b), o dispositivo de sexualidade “suscitou um de seus princípios internos de funcionamento mais essenciais: o desejo do sexo – desejo de tê-lo, de aceder a ele, de descobri-lo, liberá-lo, articulá-lo em discurso, formulá-lo em verdade” (FOUCAULT, 2011b, p. 171). Dessa forma, constituiu-se a ideia do sexo como a verdade, como essência dos sujeitos, enfim, o sexo como objeto de desejo dos sujeitos. Um desejo que define e se torna a marca principal e essencial dos sujeitos.

É instigado pela forma como Foucault construiu seu método de trabalho, um método que se preocupava com problematizar como nos produzimos por meio de nossas práticas, isto é, nossa forma de ser e existir no mundo, que busquei analisar as enunciações de sujeitos nas redes sociais. É com o autor que busco problematizar, junto às redes, o tanto que se fala/confessa acerca do sexo pelas plataformas digitais, como na postagem de um internauta:

“É muito louco como a não-heterossexualidade é SEMPRE um assunto público né? Ninguém faz bolão pra saber se um homem ht gosta mais de mulher alta ou baixa, de chupar ou se chupado. Pq no caso deles isso é privado. Nossa vida sexual é discutida por eles sem um pingão de pudor” (2021).

A forma como a homossexualidade é discutida “*sem um pingão de pudor*” na nossa sociedade, como aponta o tuíte, leva-nos ao encontro de Foucault, para quem

é essa desirabilidade do sexo que fixa cada um de nós à injunção de conhecê-lo, de descobrir sua lei e seu poder; é essa desirabilidade que nos

⁴⁵ Destaco que, na atualidade, precisamos considerar que existem outras identidades em curso.

faz acreditar que afirmamos contra todo poder os direitos de nosso sexo quando, de fato, ela nos vincula ao dispositivo de sexualidade que fez surgir, do fundo de nós mesmos, como uma miragem onde acreditamos reconhecer-nos, o brilho negro do sexo (FOUCAULT, 2011b, p. 171).

A postagem permite-nos perceber o dispositivo da sexualidade funcionando, ao apontar para o fato de nossa sociedade colocar as homossexualidades em discurso e transformá-la em assunto público, isto é, como discurso cujo objetivo é produzir sujeitos distribuídos, marcados e diferenciados pela distribuição desigual da precariedade.

Enquanto discutimos socialmente, coisa que fazemos, por exemplo, dando nomes às várias possibilidades de se viver a homossexualidade, suas práticas e suas origens, não fazemos o mesmo com as heterossexualidades. De acordo com Anderson Ferrari, Roney Polato de Castro e Felipe Bastos (2021, p. 8), “quando não há necessidade de pensar [...] a origem das heterossexualidades e o que são elas –, estamos dividindo os sujeitos em naturais e não naturais”. Para os autores, assistimos ao funcionamento do discurso heteronormativo agindo apoiados pela misoginia e pelo androcentrismo, ecoando e ajudando na estabilização da “superioridade heterossexual masculina”. Ou, por outras palavras, à produção social de masculinidades acontecendo em meio a complexos jogos discursivos que implicam relações de poder em torno de uma matriz heterossexual que se articula “também pela rejeição de quaisquer aspectos possíveis de ser associados à feminilidade e, por extensão, à homossexualidade” (FERRARI; CASTRO; BASTOS, 2021, p. 9). Pelo que estamos conversando, podemos pensar esse processo de rejeição social em relação às homossexualidades como um disparador de uma “inteligibilidade fabricada para hierarquizar corpos e sexualidades” (FERRARI; CASTRO; BASTOS, 2021, p. 9), distribuídas entre: “pocs”, “passivas”, “afeminadas”, “daddys”, “pão com ovo”, “padrão”, “barbies”, “héteros que curtem homens”, “bichas”, “discretas”, “ursos” etc.

De acordo com Preciado (2020a), fomos separados e divididos pela norma, fomos “cortados em dois e forçados em seguida a escolher uma de nossas partes” (PRECIADO, 2020a, p. 26). Para o autor, o que chamamos e conhecemos como subjetividade não passa uma “cicatriz deixada pelo corte na multiplicidade do que poderíamos ter sido” (PRECIADO, 2020a, p. 26). Uma cicatriz sobre a qual se escreve um nome como afirmação de uma identidade sexual. Como nos diz Butler (2003, p. 155), “esta matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos”, vez que se trata de uma matriz que atua no próprio meio homossexual, como sugere um sujeito que diz achar que “na verdade é padrão em cima de padrão... e engraçado pensar que

nós estamos fora da caixinha imposta pela sociedade de casa na igreja e etc... mas nos enfiamos em várias outras caixinhas dentro da nossa comunidade” (2021).

A matriz heterossexual aparece, de acordo com essa postagem, produzindo seus efeitos como “*caixinhas dentro da nossa comunidade*”; designando zonas ‘inóspitas’ ou ‘inabitáveis’, que são povoadas por sujeitos ou grupos que “não gozam do status de sujeitos, mas cujo habitar sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito” (BUTLER, 2003, p. 155). A construção das homossexualidades como abjetas, e algumas mais do que outras, é uma necessidade social para a fixação da heterossexualidade como norma e nos permite perceber que “o desejo não tem objeto fixo, e que, portanto, seu direcionamento é circunstancial e se dá dentro de condições históricas e culturais que o direcionam para interesses coletivos” (MISKOLCI, 2017, p. 42). No limite, continua esse autor, pode-se afirmar que “o desejo por pessoas do mesmo sexo é disponível a todos, mas frequentemente coibido e tornado até ininteligível por meios educacionais, políticos e culturais os mais variados” (MISKOLCI, 2017, p. 42), de acordo com algum interesse em jogo.

Junto aos/às autores/as e aos sujeitos que vêm nos ajudando nesta conversa podemos considerar que a sexualidade está por todo lado, ou melhor, ela está no centro dos processos que nos constituem como sujeitos. Embora minha pesquisa tenha como foco as homossexualidades e alguns processos de medicalização que as envolvem, cabe ressaltar que muito do que foi dito e pensado em relação às homossexualidades e sobre a medicalização, de uma forma ou de outra, são similares e atingem a todas as sexualidades. E isso das mais às menos normativas.

O que conversamos até aqui não passa por tentar responder à pergunta de um usuário do Twitter: se “*somos viciados em sexo porque somos viciados no Twitter? Ou somos viciados no Twitter porque somos viciados em sexo?*” (2021). Meu intuito foi tentar pensar de outra forma, isto é, problematizar e colocar novas questões à forma como nos constituímos como sujeitos de uma sexualidade. Como nos tornamos sujeitos definidos por nossos desejos em relação ao sexo, especialmente, como nossa identificação como sujeitos de uma sexualidade, a homossexualidade, é construída na relação com os discursos e saberes da área biomédico-farmacêutico-tecnológica em nossos dias.

7 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Queremos Saber
Gilberto Gil

Queremos saber
O que vão fazer
Com as novas invenções
Queremos notícia mais séria
Sobre a descoberta da antimatéria
E suas implicações
Na emancipação do homem
Das grandes populações
Homens pobres das cidades
Das estepes, dos sertões
Queremos saber
Quando vamos ter
Raio laser mais barato
Queremos de fato um relato
Retrato mais sério
Do mistério da luz
Luz do disco voador
Pra iluminação do homem
Tão carente e sofredor
Tão perdido na distância
Da morada do Senhor
Queremos saber
Queremos viver
Confiantes no futuro
Por isso de faz necessário
Prever qual o itinerário da ilusão
A ilusão do poder
Pois se foi permitido ao homem
Tantas coisas conhecer
É melhor que todos saibam
O que pode acontecer
Queremos saber
Queremos saber
Todos queremos saber
(QUEREMOS..., 1998).

É muito prazeroso chegar a este momento e poder olhar para trás e tecer algumas considerações acerca do trabalho produzido nos quatro anos de pesquisa. O objetivo dessas considerações, que não são para concluir ou colocar um ponto final no assunto, é tentar manter viva a conversa que tecemos e trazer alguns aspectos para reflexão.

Preparar estas palavras finais traz bastante alívio em relação a tantos momentos de tensão, de solidão e de ansiedade que vivi nesses anos. É muito reconfortante voltar aos arquivos, especialmente aos digitais, com postagens retiradas do *Twitter*, mas também aos

tantos livros, às dissertações, teses, reportagens, entrevistas, vídeos etc., nos quais pesquisei, e perceber que daquele emaranhado de coisas pude produzir problematizações que considero relevantes para nosso momento histórico, sobretudo para o campo das pesquisas em Educação.

Sinto que já não sou o mesmo pesquisador e professor que iniciou a pesquisa. Pesquisar, inspirado pelo referencial foucaultiano, representou um grande exercício de pensamento que me conduziu a análises nada tranquilas em relação à medicalização e a seus atravessamentos com produção de homossexualidades masculinas. Entrar em contato com a história de tantos sujeitos que encontrei manifestando-se no *Twitter* fez-me repensar minha própria constituição como sujeito, ou seja, minha própria história com a homossexualidade, com os prazeres, com os desejos, com meu corpo, mas também com a minha profissão.

Gostaria de sublinhar que, quando falei de mim e da minha experiência, ou melhor, quando me confessei, ao longo do texto, meu intuito foi o de tentar aproximar minha história à de outros sujeitos que, como eu, possam ter passado ou ainda passam por situações desagradáveis em função da homossexualidade. Ao contar como fui descobrindo minha sexualidade, o que eu quis foi tentar marcar a evolução histórica dos saberes acerca das homossexualidades, pois, embora ainda sejam rodeadas de tabus e incompreensões, muita coisa vem mudando, sobretudo em decorrência da militância de grupos e de sujeitos em busca de direitos e mais espaço social para os sujeitos homossexuais. Se, hoje, por exemplo, posso falar com orgulho que “saí do armário” e que lido bem com minha sexualidade, isso foi impensável por muito tempo.

Voltar às redes sociais, agora como pesquisador, remexeu com muitas histórias adormecidas em minha memória e permitiu que eu ressignificasse muito do que vivi, especialmente o momento em que as salas de bate-papo *on-line* salvaram-me da prisão em que eu vivia, possibilitando que eu experimentasse desejos e prazeres aos quais, até aquele momento, eu não me permitia. Desejos que por muito tempo ficaram escondidos e em segredo, mas que puderam se expressar a partir de minha inserção na rede mundial de computadores via internet. Afinal, conforme discutimos em outro momento, eu não poderia sair sem lesões, ferimentos ou marcas após remexer no campo discursivo de meu tempo. Operar com a análise do discurso de inspiração foucaultiana e exercitar a problematização como estratégia de pesquisa deslocaram-me, como sujeito, no campo discursivo em que estou imerso, ou seja, levaram-me a outras posições de sujeito.

Realço, como uma das principais contribuições deste trabalho, a possibilidade de chamar a atenção para um importante conceito foucaultiano: o de medicalização. Penso ter

sido relevante para o campo da Educação problematizar a forma como o discurso medicalizante pode operar a produção de corpos e sujeitos, sobretudo em nossos dias, por meio de discursos alimentados pelo saber médico, biomédico e farmacêutico. Saberes estrategicamente apoiados na ciência e na tecnologia. Saberes autorizados socialmente a falar sobre a sexualidade e sobre a vida. Saberes que vêm funcionando como instrumento estratégico de normalização da sociedade, ou seja, que engendram condutas e comportamentos de determinados corpos homossexuais masculinos.

Penso que a maior potência deste trabalho está na possibilidade de nos ajudar a pensar a medicalização como um dos mais importantes dispositivos de produção de sexualidades na sociedade ocidental. Um dispositivo que se sustenta e se mantém, por meio de discursos que nos constituem e, como pudemos perceber, é um dispositivo que não funciona sozinho, pois é imbricado e amalgamado com outros tantos dispositivos, ou melhor dizendo, é um dispositivo que funciona, como vimos, articulado com o dispositivo da sexualidade, com o dispositivo da masculinidade, com o dispositivo pedagógico, com dispositivo tecnológico, dentre outros, na constituição de sujeitos complexos, contraditórios e em constante construção e desconstrução. Michel Foucault (2012) nos ajuda pensar essa articulação entre dispositivos ao apontá-los como

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2012, p. 244).

Espero que as conversas que mantivemos nesta tese possam nos ajudar a problematizar questões como a de um sujeito que, em 2021, perguntou: *“Por que vocês chamam de hétero alguns caras que estão todo dia fazendo banheirão, vão nas trilhas, saunas e tal?”*. Ao perguntar o porquê de chamarmos de *héteros* alguns caras que têm comportamentos e práticas tidas socialmente como de sujeitos homossexuais, a postagem nos ajuda a perceber a articulação entre vários dispositivos que atuam na formação discursiva de nosso tempo, produzindo sujeitos.

Pelo que foi enunciado na postagem, na possibilidade de pessoas com práticas consideradas homossexuais passarem por *héteros*, podemos perceber, antes de tudo, o dispositivo da sexualidade funcionando na origem da identificação e separação dos sujeitos de acordo com seus desejos e práticas sexuais. Um aspecto importante a destacar em relação a

esse enunciado, e a tantos outros que analisamos, é podermos perceber que o que um sujeito enuncia nunca é algo isolado, isto é, “se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja” (FOUCAULT, 2016, p. 120). Continuando, esse autor salienta que “não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis” (FOUCAULT, 2016, p. 121). É considerando a articulação desse enunciado com outros do mesmo discurso, ou até mesmo com outros enunciados de discursos diferentes e até divergentes, que podemos analisar essa negociação entre a heterossexualidade e a homossexualidade como percebemos na postagem.

Conforme conversamos, a identificação dos sujeitos de acordo com seus desejos e práticas, pelo dispositivo da sexualidade, de alguma forma se acopla ao dispositivo pedagógico e nos ensina, por meio de nossas relações sociais, o que o nosso tempo produz discursivamente e nos orienta quanto ao que é ser heterossexual ou homossexual, homem ou mulher ou, ainda, permitem-nos, por mais estranho que isso possa parecer, chamar de *“héteros alguns caras que fazem banheirão”*.

O tuíte apontado chama a atenção para o funcionamento de um outro dispositivo que é totalmente entrelaçado e até se confunde com o de sexualidade: o da masculinidade. É o dispositivo da masculinidade que funciona produzindo e modulando nosso entendimento do que do que é ser homem, inclusive, a possibilidade de caras que se dizem *héteros*, frequentarem saunas e trilhas de ‘pegação’ conhecidas como práticas gays. Cabe a esse dispositivo manter a tensão entre a norma, que tenta colocar limites para os gêneros e para o sexo, e alguns sujeitos que resistem e não querem ser “encaixotados”, como um internauta que sugere: *“Nos limitar é encaixotar [...], não devemos ser aturados ou tolerados na norma, devemos superar a norma”* (2020).

Podemos, ainda, destacar um outro dispositivo amalgamado a esses já apontados: o dispositivo tecnológico. Já pudemos conversar bastante acerca da forma como nossa vida é produzida de forma amalgamada com o aparato tecnológico. No entanto, Gilberto Gil, na epígrafe que abre este texto (QUEREMOS..., 1998), muito nos ajuda a pensar no grande poder do dispositivo tecnológico em nossos dias, ao chamar nossa atenção para o cientificismo, ou seja, para a crescente crença nos poderes da ciência e da tecnologia como solução para os dramas e problemas do ser humano e da vida em sociedade.

Gil nos deixa com muitas dúvidas acerca do uso da tecnologia, ou melhor, ao fato de ela não ser para todos/as, mas, especialmente, quanto aos próprios rumos da humanidade tecnológica em que vivemos. A canção diz muito também do que foi minha busca nesta

pesquisa: o querer saber. O querer saber do funcionamento da ciência, das implicações das descobertas científicas e, sobretudo, os fins aos quais se destinam.

A busca por esse querer saber que motivou minhas investigações colocou-me um grande desafio: a necessidade de assumir uma atitude menos passiva diante da concentração do saber e da ciência nas mãos de grupos privilegiados, isto é, nas mãos dos cientistas das diversas áreas de conhecimento. Como já apontamos, a vontade de verdade e de poder que vem orientando a ciência desde o século XIX não pode ser compreendida como um “amor à verdade”, como se pode tentar fazer parecer.

A ciência que Gil descarna é a mesma que identifiquei em minha pesquisa e funciona como um poderoso sistema de exclusão que, apoiando-se em suportes institucionais e dispositivos, dita os modos de saber, sua aplicação e distribuição em uma sociedade. Por tudo que conversamos nesta tese, destaco, como uma de suas principais contribuições, a possibilidade de repensarmos e, quem sabe, podermos abrir brechas e furar o “itinerário da ilusão do poder da ciência” apontado pelo poeta. Afinal, “se foi permitido ao homem tantas coisas conhecer”, “é melhor que todos saibam o que pode acontecer”, como cantou Gil. E queremos saber. Queremos, de fato, um relato que seja um “retrato mais sério” dos mistérios da ciência e de seu uso para a emancipação do ‘homem’ carente e sofredor.

Além dos autores e das autoras com quem conversamos na tese, Gil nos auxilia a pensar e a problematizar nossa ciência, a que tudo explica, que tudo pode e que tudo resolve. A mesma ciência que nos trouxe para “tão distantes da morada do senhor”, mas que não satisfaz ao nosso desejo, vontade e necessidade de termos raio laser mais barato ou, sequer, possibilita-nos confiar totalmente no futuro.

Espero que as análises que empreendi possam contribuir para problematizarmos a forma como os discursos científicos, especialmente os medicalizantes, vêm marcando a sociedade ocidental, desde o século XIX, e, ainda hoje, atravessam a produção de homossexualidades masculinas. Da mesma forma, também espero que meu esforço contribua para que possamos melhor perceber como a medicalização atravessa a produção histórica de discursos sobre o sexo e sobre a sexualidade, discursos esses, como vimos, que ocupam lugar central na produção de sujeitos em nossa sociedade. Penso que ter pesquisado a medicalização pode nos permitir percebê-la como um processo longo, indefinido e crescente que, em nossos dias, transfere para a ciência biomédica e farmacêutica poderes que vão muito além do tratamento de doenças, transtornos ou incômodos que possam afetar o corpo, ou seja, que exerce um poder que se estende a toda a vida.

Torço para que esta investigação possa contribuir para uma melhor compreensão e, quem sabe, uma atualização, da forma como se construiu (e se constrói) uma marca de anormalidade e doença que ainda está presente quando pensamos nas práticas sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo gênero. Ao analisar a forma como alguns discursos vêm funcionando como instrumento estratégico de normalização da sociedade, sobretudo aqueles que engendram condutas e comportamentos de determinados corpos homossexuais masculinos via medicalização, minhas investigações apontaram para a grande importância das redes sociais, dentre elas o *Twitter*, como poderosas maquinarias de produção de sujeitos, corpos e sexualidades em nossos dias; uma produção que acontece por meio da circulação de discursos e enunciados que aprofundam formas de interação entre sujeitos que o *Twitter* e as redes sociais, de maneira geral, possibilitam.

Além dessas contribuições, quero destacar um outro ganho, agora pessoal e profissional, com a realização deste trabalho. No processo da pesquisa, pude perceber uma ideia deturpada e desfigurada que eu tinha em relação à escola. Quando contei a história daquele menino que, ao ser chamado de trans, esquizofrênico e doente mental disparou incômodos que trouxeram para esta pesquisa, eu só via o lado negativo da história, ou seja, a medicalização do aluno. Medicalização que parecia ter a ver com o fato de ele se dizer LGBT. Por muito tempo, a medicalização foi o único aspecto que chamou minha atenção nessa história que tanto me marcou. Porém, hoje, percebo o quanto eu me amarrei a apenas um lado da história, ou, melhor dizendo, só vi o que foi possível ver naquele momento: o dispositivo da medicalização, acoplado ao dispositivo pedagógico, marcando e dando lugar àquele sujeito.

Foi a partir das considerações de Márcio Caetano, nas bancas de qualificação, que despertei a minha atenção para a escola como um importante espaço de resistência às normas, pois, para que aquele menino fosse enquadrado como trans, esquizofrênico ou doente mental, e isso por seus comportamentos estranhos para alguns/algumas na escola, havia, ao mesmo tempo, e em conflito, uma outra escola. Existia uma outra e diferente prática escolar que silenciosamente permitia e potencializava a existência daquele menino, mesmo com seus comportamentos provocativos e relacionados à sua sexualidade que a muitos/as parecia assustar.

Se posso afirmar que as incompreensões e os preconceitos que levaram aquele aluno à medicalização tinham a ver, pelo menos em parte, com a forma de ele expressar sua sexualidade, não posso mais deixar de considerar que a mesma escola, ao mesmo tempo que o medicou, por outro lado, também foi um espaço acolhedor à sua diferença. A escola foi o

espaço que permitiu que ele fosse o que queria ser, quando menos, atrás de seus muros. Em qual outro lugar ele poderia se manifestar tão livremente como se manifestava na escola? De alguma maneira, esse aluno percebeu que ali ele poderia se manifestar e expressar sua forma arrojada e inquieta de ser. De algum jeito, mesmo sem que eu pudesse perceber naquele momento, a escola potencializava e permitia a existência daquele menino. Ou seja, mesmo incompreendido, ele se sentiu seguro e pôde criar estratégias para sobreviver e exercer sua sexualidade diariamente confessada no ambiente escolar. Ele pôde, ali, tensionar tanto os dispositivos que tentavam envolvê-lo que foi enquadrado pela norma, ou seja, foi diagnosticado e medicalizado.

Como a primeira centelha que disparou minha pesquisa aconteceu na escola, e mais precisamente com a história desse aluno, é falando dessa escola que descobri, apenas no doutorado, que quero colocar um ponto final neste texto. É a potência da escola, especialmente a pública, que quero afirmar. Entre os tantos espaços educativos em que circulamos, entre tantos artefatos culturais que nos educam e constituem como sujeitos pelos mais variados e intrincados dispositivos, a escola pública é um dos poucos, ou, talvez, o único, em que as modernas formas de produção de sujeitos, como as que problematizamos nesta conversa que se encerra, podem ser problematizadas.

É muito comum me perguntarem como lido com as tentativas religiosas e conservadoras de limitar as discussões de gênero e sexualidade na escola pública. Quero aqui reafirmar a resposta que geralmente dou a essa pergunta, ou seja, que na escola jamais ensinamos meninos e meninas a se tornarem gays e lésbicas, que não ensinamos isso ou aquilo como certo ou errado, bom ou ruim, acerca das sexualidades, mas que buscamos sempre garantir o direito de todos e todas de existirem e de manifestarem, pelo menos no ambiente escolar, a seu modo e desejo, sua sexualidade. É essa escola que eu não conhecia, ou não percebia, que eu quero me esforçar ainda mais para construir, uma escola que é, ou que devemos lutar, para que seja de todos/as.

Quem sabe um dia, nossas escolas possam juntar suas vozes à de um internauta que enuncia: *“Gay, vc pode ser feliz sexualmente SIM, sem grindr, sem tt+18, sem mandar nudes, sem gravar sexo, sem ter onlyfans, sem banheirão, sem sauna, sem parque, sem sexo a3 ou +, sem relacionamento aberto... OU tb faça tudo, escolha teu bem! N caia na pressão de fazer SÓ PQ tá em alta hj”* (2021). A escola pública pode ser um local privilegiado para a problematização dessa apontada “pressão de fazer SÓ PQ tá em alta” hoje em dia. Pressão à qual somos, muitas vezes, empurrados/as e sem que percebamos. Penso que, se não for na escola, em poucos outros lugares ou espaços, poderemos conversar livre, racional e

afetivamente a respeito das escolhas que fazemos, da forma como nos tornamos sujeitos de desejo e sobre o funcionamento dos dispositivos que visam nos produzir dentro de normas com vistas ao controle social de nossos corpos. Enfim, penso que a escola pública é um espaço privilegiado para a problematização da produção social de corpos e sexualidades por meio de discursos que, como no caso do discurso cientificista e do medicalizante, sequer percebemos como um discurso.

Espero que meu trabalho possa ajudar a combater discursos e enunciados que empurram as discussões e pautas acerca das homossexualidades para lugares restritos, como para algumas possibilidades de amor, isto é, apenas ao direito de amar e ser amado, pois, quando se fala de homossexualidades, temos também que falar de vulnerabilidade social, de precariedade, de falta de acesso ou da sua própria expulsão de sujeitos homossexuais das instituições educacionais. E isso além de falarmos de assassinatos, de humilhações e da medicalização nossa de cada dia.

Desejo que esta tese possa contribuir para as problematizações acerca da produção social do gênero e das sexualidades para que mais sujeitos possam afirmar, como nos sugere um sujeito no *Twitter*: *“A gente ama sim, pq amar faz parte de nós, mas amar não é suficiente quando nos matam e inviabilizam de todas as formas. Eu quero amar sim, mas eu quero os meus e as minhas vivos pra poderem estar ao meu lado, tendo dignidade nesse caralho de país”* (2021). O ano desse lamento postado no *Twitter*, 2021, pode dizer muito do momento em que esta tese foi produzida: durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019/2022). A postagem marca o que foi tal governo para as minorias sociais, em especial, para os sujeitos apontados pela sigla LGBTQIA+. Como destaca um internauta em uma postagem do mesmo ano, se, *“antes o Brasil era só o país que mais mata LGBTQ+. Hoje é o país que mais mata de fome, de frio, por irresponsabilidade e descaso...”*

Que estas páginas e esse esforço que empreendi nesta pesquisa nos ajudem a problematizar a precariedade que toma a vida de alguns sujeitos em nossa sociedade. Desejo que esta tese nos ajude a compreender que viver em sociedade implica, necessariamente, entrar em uma disputa. Uma disputa que, afinal de contas, é pelo controle do corpo. E se tanto queremos saber (e “é bom que todos saibam”), o simples reconhecimento da precariedade inerente à vida em sociedade pode nos levar a criar mais pontes, mais afetos e menos barreiras para os sujeitos homossexuais em suas constituições.

Como já apontado, o trabalho de pesquisa é muito mais do que esta tese que apresento à banca como requisito para a obtenção do título de doutor em Educação pelo PPGE da Faced/UFJF. Considero que o trabalho de pesquisa vai muito além do que este texto oferece,

pois pesquisar, inspirado no referencial e na perspectiva teórica que adotamos no Gesed, não significa concluir ou dar respostas às nossas questões de investigação, mas, principalmente, abrir brechas, criar novos problemas e contribuir para novas problematizações. É nesse sentido que sinalizo que minha pesquisa e este texto inevitavelmente estão deixando lacunas que, ao suscitarem novas questões, podem levar a novas investigações.

Uma dessas lacunas diz respeito à importância da militância de sujeitos LGBTQIA+, de simpatizantes ou de amigos/as e aliados/as da causa, na luta contra os processos de medicalização da vida e das sexualidades não heterossexuais. Desde meus primeiros passos nesta pesquisa que venho perseguindo e me atentando para essa questão que, pelos limites de uma tese, não pôde ser problematizada. E como a tese tem um ponto final, mas a pesquisa não, penso que esse lapso possa ser o disparador de novas investigações.

REFERÊNCIAS

- #VOTELGBT. **Diagnóstico LGBTQ+ na pandemia**: Desafios da comunidade LGBTQ+ no 2021 contexto de continuidade do isolamento social em enfrentamento à pandemia de Coronavírus. 2021. Disponível em:
<https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/60db6a3e00bb0444cdf6e8b4/1624992334484/%5Bvote%2Blgbt%2B%2B%2Bbox1824%5D%2Bdiagno%CC%81stic%2BLGBT%2B2021+b+%281%29.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2022.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. *In*: RIBEIRO, Djamilia (coord.). **Feminismos Plurais**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ANGELUCCI, Carla Biancha. Prefácio. *In*: COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; RIBEIRO, Mônica Cintrão França. (org.). **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**: memória do II Seminário Internacional Educação Medicalizada: dislexia, TDAH e outros supostos transtornos. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 9-14.
- ANJOS, Marcelo Faria dos. **Telenovela “em cena”**: enunciados performativos de personagens homossexuais a partir dos anos 2000. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.
- ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- AS REDES sociais mais utilizadas no Brasil em 2022. **Maiores e Melhores**, [S. l.], [2022]. Disponível em: <https://www.maioresemelhores.com/redes-sociais-mais-utilizadas-brasil/>. Acesso em: 29 mar. 2022.
- BAUMAN, Zygmunt. **44 Cartas do Mundo Líquido Moderno**. Tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade**, a psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BOHER, Larissa. Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo pelo quarto ano consecutivo. **Rede Brasil Atual**, [S. l.], 12 maio 2022. Disponível em:
<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-lgbtqia-no-mundo-pelo-quarto-ano-consecutivo/>. Acesso em: 07 fev. 2023.
- BRANQUINHO, Bruno. Por que os homens gays estão tão infelizes com seus corpos? **Carta Capital**, [S. l.], 02 mar. 2020. Disponível em:
<https://www.cartacapital.com.br/blogs/saudelgbt/por-que-os-homens-gays-estao-tao-infelizes-com-seus-corpos/>. Acesso em: 14 jan. 2023.
- BRITZMAN, D. P. O que é esta coisa chamada amor: Identidade homossexual, educação e currículo. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 21,

n. 1, p. 71-96, 2017. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71644>. Acesso em: 04 jul. 2023.

BUJES, Maria Isabel Edelweis. **Infância e maquinarias**. 2001. 258 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1904>. Acesso em: 04 mar. 2023.

BUTLER, Judith. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler.

[Entrevista cedida a] Baukje Prins e Irene Costera Meijer. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, 2002. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100009>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BUTLER, Judith. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”. *In*: LOURO, Guacira Lopes. (org.). **Corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução de Thomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 151-172.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2012.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**. Tradução de Sérgio Lamarrão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2018.

CABRAL, Cláudio Orlando Gamarano. **Entre Xaropes, Baleias e TDAHs**: a escola e a medicalização. 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em:

<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1631/1/claudioorlandogamaranocabral.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2023.

CAÇADOR de mim. Intérprete: Milton Nascimento. Compositor: Luís Carlos Sá e Sérgio Magrão. *In*: Caçador de mim. Intérprete: Milton Nascimento. São Paulo: Ariola, 1981. 1 CD, faixa 6 (3 min). Disponível em: <https://immub.org/album/cacador-de-mim>. Acesso em: 11 fev. 2021.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CASTRO, Roney Polato de. Formação docente para as relações de gênero e sexualidades: problematizando a heteronormatividade no Ensino Superior. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 111-124, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/12881>. Acesso em: 04 jul. 2023.

CASTRO, Roney Polato de. O Programa de Educação Afetivo-Sexual (PEAS) como prática de educação sexual: múltiplas possibilidades. *In*: FERRARI, Anderson. (org.). **Sujeitos, Subjetividades e Educação**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010. p. 155-177.

CASTRO, Roney Polato de. Formação docente, subjetividades e experiência: problematizando a partir dos percursos, pela pesquisa e pela docência. *In*: FERRARI, Anderson. (org.). **A potencialidade do conceito de experiência para a educação**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013. p. 139-158.

CASTRO, Roney Polato de; ALBUQUERQUE, Reniely L. “Uma família bem diferente”: cinema, configurações familiares e subjetivação”. *In*: FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato de. (org.). **Política e poética das imagens como processos educativos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012. p. 75-102.

CETIC.BR. **TIC Domicílios**: 2022 Domicílios. [2022]. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

COLLARES, Cecília Azevedo Lima.; MOYSÉS, Maria Aparecida. A. **A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico**: a patologização da educação. São Paulo: FDE, 1994. (Série Ideias, 23).

COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Afonso; RIBEIRO, Mônica Cintrão França. (org.). **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**: memória do II Seminário Internacional Educação Medicalizada: dislexia, TDAH e outros supostos transtornos. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Tradução de Bianca Santana. **Parágrafo**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 8-17, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/07/01.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico]. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

COM o objetivo de um “volume” maior, homens usam spray que causa inchaço e 1/4 do comprimido de Viagra. **O Maranhense**, [S. l.], [2020]. Disponível em: <https://omaranhense.com/com-o-objetivo-de-um-volume-maior-homens-usam-spray-que-causa-inchaco-e-1-4-do-comprimido-de-viagra/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito, **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014/24650>. Acesso em: 26 ago. 2022.

COSSI, Rafael Kalaf. Desvinculação da experiência transexual do diagnóstico psicanalítico de psicose. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 6, n. 1, p. 9-17, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpsaude/v6n1/v6n1a03.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2018.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

COSTA, Marisa Vorraber. Novos olhares na pesquisa em Educação. *In*: COSTA, Marisa Vorraber. (org.). **Caminhos Investigativos I**: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007. p. 13-38.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DANTAS, Jurema Barros. Tecnificação da vida: uma discussão sobre o discurso da medicalização da sociedade. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 21, n. 3, p. 563-580, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/FwQmjsZxb8Yz4KdPdNpwQkM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 nov. 2021.

DELEUZE, Gilles e Félix Guattari. **O Anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Luiz Benedicto Lacerda Orlandi. São Paulo: Ed. 34. 2011.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Paul Pelbart. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DÍAZ, Esther. **A filosofia de Michel Foucault**. Tradução de César Candioto. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

DICIONÁRIO INFORMAL. **Homonormatividade**. [2022]. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/homonormatividade/>. Acesso em: 11 nov. 2022.

DICIONÁRIO INFORMAL. **Diferença entre palavras**: Bear ou Chaser. [2023]. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/diferenca-entre/bear/chaser/>. Acesso em: 11 fev. 2023.

DOMÍNGUEZ, Daniel *et al.* Etnografia virtual. **FQS: Forum Qualitative Social Research**, [S. l.], v. 8, n. 3, set. 2007. Disponível em: <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/274/603>. Acesso em: 06 maio 2022.

DONEDA, Danilo; ALMEIDA, Virgílio A. F. O que é a governança de algoritmos? *In*: BRUNO, Fernanda *et al.* (org.). **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 141-148. Disponível em: https://medialabufrj.net/wp-content/uploads/2020/10/Tecnopoliticas-da-vigilancia_miolo_download.pdf. Acesso em: 06 maio 2022.

DUARTE, André. Biopolítica e sociedade de controle: notas para compreender o presente. *In*: CASTELO BRANCO, Guilherme. (org.). **Filosofia pós-metafísica**. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2005. p. 11-26.

ENTENDA: Pink Money e o poder do consumo rosa. **Medium**, [S. l.], 25 out. 2017. Disponível em <https://medium.com/@pinkads/entenda-pink-money-e-o-poder-do-consumo-rosa-b6569e2a7d3a>. Acesso em: 16 mar. 2022.

ESQUEÇA o ‘fav’: o Twitter troca a estrela pelo coração. **El País**, [S. l.], 03 nov. 2015. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/03/tecnologia/1446563522_864579.html. Acesso em: 12 fev. 2021.

FERNANDES, Belmiro. **O Chemsex como padrão comportamental**: e a adequação do sistema de saúde brasileiro à luz bioética de intervenção para o acolhimento dos envolvidos. 2020. 198 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

FERNANDES, Cláudio. O que é história das mentalidades? **História do Mundo**, [S. l.], [2022]. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/o-que-historia-das-mentalidades.htm>. Acesso em: 16 mar. 2022.

FERRARI, Anderson. **“Quem sou eu? Que lugar ocupo?”**: Grupos gays, Educação e construção do sujeito homossexual. 2005. 218 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/362149>. Acesso em: 28 out. 2022.

FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato de. (org.). **Política e poética das imagens como processos educativos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato de; BASTOS, Felipe. Marcas inscritas nos muros da escola: imagens, educação e vidas precárias. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, e231389, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Z56vPk9gBCkscnYNnWJrvFP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2022.

FERRARI, Anderson; MAZZEI, Luiz Davi. Quais são os “espaços seguros” para as homossexualidades? **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, ano 3, v. 3, n. 11, p. 30-52, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/article/view/245934/37570>. Acesso em: 28 out. 2022.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 59-80, jul./dez. 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71363/40517>. Acesso em: 01 fev. 2023.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 197-223, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O visível e o enunciável no dispositivo pedagógico da mídia: contribuição do pensamento de Foucault aos estudos de comunicação. **Verso e Reverso**, Porto Alegre, n. 40, 2005. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/7300>. Acesso em: 16 maio 2022.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos II**: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Tradução de Elisa Monteiro. Organização e seleção de textos Manoel de Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV**: Estratégia, poder-saber. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Organização e seleção de textos Manoel de Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos I**: Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Organização e seleção de textos Manoel de Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Obras de Michel Foucault).

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V**: Ética, sexualidade e política. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autan Dourado Barbosa. Organização e seleção de textos Manoel de Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos VI**: Repensar a Política. Tradução de Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Organização e seleção de textos Manoel de Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II**: o uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010c.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora VMF Martins Fontes, 2010d. (Obras de Michel Foucault).

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010e. (Obras de Michel Foucault).

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos VII**: Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Organização e seleção de textos Manoel de Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011a.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011b.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2011c.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011d.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IX: Genealogia da Ética, subjetividade e Sexualidade**. Tradução de Abner Chiquieri. Organização e seleção de textos Manoel de Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FRANÇA, Filipe Gabriel Ribeiro. "**Para fazer pensar e entreter**": educação, produção corporal, sujeitos e masculinidades na revista Júnior (2007-2015). 2019. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/11488/1/filipegabrielribeirofranca.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.

FUGANTI: Biopoder nas políticas de saúde e desmedicalização da vida (discurso transcrito). **Escola Nômade**, [S. l.], 23 fev. 2016. Disponível em: <https://www.escolanomade.org/2016/02/23/biopoder-nas-politicas-de-saude-e-desmedicalizacao-da-vida-discurso-transcrito/>. Acesso em: 14 fev. 2021.

FURLANI, Jimena. **Mitos e tabus da sexualidade humana**: subsídios ao trabalho em educação sexual. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GENTE. Intérprete: Caetano Veloso. Compositor: Caetano Veloso. *In*: Bicho. Intérprete: Caetano Veloso. Rio de Janeiro: Philips, 1977. 1 CD, faixa 3 (4 min). Disponível em: <https://immub.org/album/bicho>. Acesso em: 11 fev. 2021.

GIAMI, Alain. A Medicalização da Sexualidade. Foucault e Lantéri-Laura: História da Medicina ou História da Sexualidade? **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 259-284, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/8WHxtWvVB68kcvp7zjPKLLk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 maio 2022.

GOULARTH, Neilton dos Reis. "**Eu sinto que eu sempre me encaixei nessa coisa de não ser homem e não ser mulher**": tecendo saberes e experiências da não-binaridade de gênero. 2018. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/6682/1/neiltondosreisgoularth.pdf>. Aceso em: 08 ago. 2022.

LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Tradução de João Wanderley Geraldi. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./fev./mar./abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>. Aceso em: 08 ago. 2013.

LARROSA, Jorge Bondía. **Tremores**: escritos sobre a experiência. Tradução de Cristina Antunes e João Wanderley Geraldi. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

LE BRETON, David. **Adeus ao Corpo**: Antropologia e sociedade. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 2014.

LEFÈVRE, Fernando. **O medicamento como mercadoria simbólica**. São Paulo: Cortez, 1991.

LEHER, Roberto. Medicalização de políticas públicas, avaliação e metas de desempenho. *In*: COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; RIBEIRO, Mônica Cintrão França. (org.). **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**: memória do II Seminário Internacional Educação Medicalizada: dislexia, TDAH e outros supostos transtornos. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 271-292.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O Corpo Educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, Pesquisar, Escrever... **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, n. 25, p. 235-245, 2007. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC25/Arquivo.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. *In*: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada; Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2009. p. 95-124. (Educação para Todos, v. 32). Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000187191>. Acesso em: 16 maio 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2010.

MACHADO, Nathalye Nallon. **Mulheres jovens, selfies, feminilidades e subjetividades em imagens**. 2019. 188 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/11765/1/nathalyenallonmachado.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.

MAGALHÃES, Joanalira Corpes. **Corpos transparentes, exames e outras tecnologias médicas**: a produção de saberes sobre os sujeitos homossexuais. 2012. 186 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/4817/Joanalira%20Corpes%20Magalh%c3%a3e s.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 maio 2022.

MAGALHÃES, Joanalira Corpes; AMARAL, Caroline Amaral; CASEIRA, Fabiani Figueiredo. Artefatos culturais: pensando algumas potencialidades para discussão dos corpos, gêneros e sexualidades. *In*: RIBEIRO, Paula Regina; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. (org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Editora da Furg, 2017. p. 121-134. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/livro_debates_contemporaneos_ed ucacao_sexualidade.pdf. Acesso em: 16 maio 2022.

MARTINS, Raimundo. Pensando com imagens para compreender criticamente a experiência visual. *In*: ASSIS, Henrique Lima; RODRIGUES, Edvânia Braz Teixeira. (org.). **Educação das artes visuais na perspectiva da cultura visual**: conceituações, problematizações e experiências. Goiânia: Kelps, 2011. p. 19-38.

MD droga: Sintomas, causas e tratamentos. **InterHelp Internação**, [S. l.], 01 dez. 2020. Disponível em: <https://interhelpinternacao.com.br/blog/md-droga/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MEDICALIZAÇÃO: conceitos, questionamentos e reflexões. [S. l.: s. n.], 2014. 1 vídeo (19 min). Publicado pelo canal UPIA UNIFESP. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=iwPj0qgvfIs>. Acesso em: 25 ago. 2021.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas ou sobre como fazemos nossas investigações. *In*: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. (org.). **Metodologias de Pesquisa Pós-Críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 23-46.

MINHA alma. Intérprete: O Rappa. Compositor: Marcelo Yuka, Marcelo Falcão, Xandão, Marcelo Lobato, Lauro Farias. *In*: Lado B Lado A. Interpretado: O Rappa. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 1999. 1 CD, faixa 6 (4 min). Disponível em: <https://immub.org/album/lado-b-lado-a>. Acesso em: 11 fev. 2021.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 28, p. 101-128, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/tWFyRWkCdWv4Tgs8Q6hps5r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 maio 2022.

MISKOLCI, Richard. O armário ampliado: Notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 2, p. 171-190, 2009. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/27042011-02292814artigomiskolcirichard>. Acesso em: 16 maio 2022.

MISKOLCI, Richard. **Desejos digitais**: uma análise sociológica da busca por parceiros online. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MOWLABOCUS, Sharif. Cultura do Gaydar: torcendo a história da mídia digital na Grã-Bretanha do século XX. *In*: PELÚCIO, Larissa; PAIT, Heloísa; SABATINE, Thiago. (org.). **No emaranhado da rede**: gênero, sexualidade e mídia, desafios teóricos e metodológicos do presente. São Paulo: Annablume Queer, 2015. p. 49-80.

MOYSÉS, Maria Aparecida Afonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. Medicalização: o obscurantismo reinventado. *In*: COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Afonso; RIBEIRO, Mônica Cintrão França. (org.). **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**: memória do II Seminário Internacional Educação Medicalizada: dislexia, TDAH e outros supostos transtornos. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 41-64.

NÃO recomendado. [Compositor e intérprete]: Caio Prado. *In*: Variável Eloquente. Intérprete: Caio Prado. São Paulo: Ponto4 Digital, 2014. 1 CD, faixa 6 (4 min). Disponível em: <https://immub.org/album/variavel-eloquente>. Acesso em: 11 fev. 2021.

OLIVEIRA, Danilo Araújo de; SALES, Shirlei Rezende. Pedagogia da masculinização nos vídeos pornôs: a produção do jovem homem barebacker: Array. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 17, p. 1-23, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/18522/209209216322>. Acesso em: 19 maio 2022.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. O conhecimento na era dos transtornos: limites e possibilidades. *In*: COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Afonso; RIBEIRO, Mônica Cintrão França. (org.). **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**: memória do II Seminário Internacional Educação Medicalizada: dislexia, TDAH e outros supostos transtornos. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 79-92.

OLIVEIRA, João Manuel de. Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neo-liberais de uma Cidadania de “consolação”. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 68-78, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/jC7kRjXmQLwGq4SXGgYt9kx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 maio 2022.

ORTEGA, Francisco; ZORZANELLI, Rafaela. **Corpo em evidência**: a ciência e a redefinição do humano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

OXANDROLONA: para que serve, como usar e efeitos colaterais. **TUA SAÚDE**, [S. l.], jun. 2022. Disponível em: <https://www.tuasaude.com/oxandrolona/>. Acesso em: 16 mar. 2022.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo e formação profissional em lazer. *In*: ISAYAMA, Helder Ferreira. (org.). **Lazer em estudo**: Currículo e Formação Profissional. Campinas: Papyrus, 2010. p. 27-58.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. *In*: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. (org.). **Metodologias de Pesquisa Pós-Críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 23-46.

PELLEGRINI, Marco César; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila. **Novo olhar História**: 1. São Paulo: FTD, 2013.

POCAHY, Fernando. "Vem meu menino, deixa eu causar inveja": ressignificações de si nas transas do sexo tarifado. **Sex., Salud Soc.**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 122-154, ago. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/download/1623/2395>. Acesso em: 19 maio 2022.

POLLAK, Michael. “A homossexualidade masculina: ou a felicidade do gueto?” *In*: ARIÉS, Philippe; BÉNJIN, André Bénjinorg. (org.). **Sexualidades ocidentais**. Minas Gerais: Brasiliense, 1987. p. 54-76.

PRECIADO, Paul B. **Texto Junkie**, sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N - 1 edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a.

PRECIADO, Paul B. Preciado e o sorriso de crocodilo: uma entrevista de Urano. [Entrevista cedida a]: Carolina Meloni González. Tradução de Ali Prando. **Disco Punisher**, [S. l.], 18 jan. 2020b. Disponível em: <https://discopunisher.wordpress.com/2020/01/18/paul-b-preciado-e-o-sorriso-de-crocodilo-uma-entrevista-de-urano/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

PSICOLOGIA.PT. **Ketamina**. [2022]. Disponível em: https://www.psicologia.pt/instrumentos/ver_ficha.php?cod=ketamina. Acesso em: 15 mar. 2022.

QUEREMOS saber. Intérprete: Gilberto Gil. Compositores: Gilberto Gil e Capinan. *In*: O Viramundo – 1972/1976. v. 2. Interprete: Gilberto Gil. São Paulo: Polygram, 1998. 1 CD, faixa 7 (3 min). Disponível em: <https://immub.org/album/o-viramundo-19721976>. Acesso em: 11 fev. 2021.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. Os corpos no espaço escolar: (Re) configurações dos/as alunos/as anormais em tempos pós-modernos. *In*: FERRARI, Anderson; RIBEIRO, Cláudia M.; CASTRO, Roney Polato de. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Lavras: UFLA, 2014. p. 121-138.

RODRÍGUEZ, Pablo Esteban. Espetáculo do dividual: tecnologias do eu e vigilância distribuída nas redes sociais. *In*: BRUNI, Fernanda *et al.* (org.). **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 181-198.

ROHDEN, Fabiola. Diferenças de gênero e medicalização da sexualidade na criação do diagnóstico das disfunções sexuais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 89-109, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100006/10985>. Acesso em: 16 maio 2022.

ROHDEN, Fabiola; DUARTE, Larissa Costa. Entre o obsceno e o científico: pornografia, sexologia e a materialidade do sexo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 715-737, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/46746/32491>. Acesso em: 12 jan. 2022.

ROLIM, Márcio. Especialista revela quais os procedimentos estéticos mais procurados por gays. **Observatório G**, [S. l.], [2020]. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/beleza/especialista-revela-quais-os-procedimentos-esteticos-mais-procurados-por-gays>. Acesso em: 28 abr. 2022.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 04-21, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100002/8891>. Acesso em: 16 maio 2022.

SALES, Shirlei Rezende. Tecnologias digitais e juventude ciborgue: alguns desafios para o currículo do Ensino Médio. *In*: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. (org.). **Juventude e ensino médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 229-248.

SALES, Shirlei Rezende. #Potênciaciborgue: notas para escapar de ciladas teóricas em análises sobre currículos e tecnologias digitais. *In*: AGUIAR, Márcia Ângela da Silva; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; PACHECO, José Augusto de Brito. (org.). **Currículo**: entre o comum e o singular [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018. p. 236-247.

SANTANA, André. Há 41 anos, Os Trapalhões estreava na Globo. **Observatório da TV**, [S. l.], 13 mar. 2018. Disponível em: <https://observatoriodatv.uol.com.br/noticias/ha-41-anos-os-trapalhoes-estreava-na-globo>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SANTOS, Michele Priscila Gonçalves dos. **“Dá um like e se inscreve no canal!”**: problematizando discursos de gêneros e sexualidades em vídeos do *youtuber* Felipe Neto. 2021. 222 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/12896/6/michelepriscilagon%c3%a7alvesdossantos.pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.

SANTOS, Sandro Prado. Do Biológico à Religiosidade: Esforços Normalizadores da Homossexualidade no Espaço Escolar. *In*: CONGRESSO MUNDOS DE MULHERES, 13.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis. **Anais Eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017. p. 1-8. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498758991_ARQUIVO_TRABALHOCOMPLETOSandroPradoSantos.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021.

SAPATO 36. Intérprete: Raul Seixas. Compositor: Raul Seixas e Claudio Roberto. *In*: O dia em que a Terra parou. Intérprete: Raul Seixas. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 1977. 1 CD, faixa 6 (3 min). Disponível em: <https://immub.org/album/o-dia-em-que-a-terra-parou>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 05 jun. 2020.

SCOTT, Joan Wallach. Os usos e abusos do gênero. Tradução de Ana Carolina Eiras Coelho Soares. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018>. Acesso em: 04 jul. 2023.

SIGNIFICADOSBR. **Twitter**. [2022a]. Disponível em: <https://www.significadosbr.com.br/.Twitter>. Acesso em: 15 maio 2022.

SIGNIFICADOSBR. **Facebook**. [2022b]. Disponível em: <https://www.significadosbr.com.br/facebook>. Acesso em: 15 maio 2022.

SILVA, Luiza Cristina Silva; SALES, Shirlei Rezende. “Aquele tesão repentino por si mesma”: currículo da nudez autoexposta na produção de sexualidades e gênero na sociedade

contemporânea interconectada. *In*: PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina Silva. (org.). **Pesquisas sobre Currículos, Gêneros e Sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018. p. 279-298.

SILVA, Rosemeri Aquino da. “‘Nós lidamos com os restos da sociedade’: Mulheres, homossexuais, travestis - Corpos sob controle e sob saberes institucionais”. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 7., 2006, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2006. p 1-7. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg7/artigos/R/Rosimeri_Aquino_Silva_49.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021.

SKLIAR, Carlos. **Desobedecer a linguagem: educar**. Tradução de Giane Lessa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

STERN, Fábio Leandro; WEDEKIN, Luana Maribele. “A visão dos futuros terapeutas sobre a homossexualidade em atendimento”. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 7., 2006, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2006. p. 1-7. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg7/artigos/W/Wedekin_Stern_14.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021.

TEMPORÃO, José Gomes. Indústria farmacêutica e medicalização. *In*: COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; RIBEIRO, Mônica Cintrão França. (org.). **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos: memória do II Seminário Internacional Educação Medicalizada: dislexia, TDAH e outros supostos transtornos**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 65-78.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VERMELHO, Sônia Cristina; VELHO, Ana Paula Machado; BERTONCELLO, Valdecir. Sobre o conceito de redes sociais e seus pesquisadores. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 863-881, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/cXRvMhCswX4jQNYp5grBShn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 jul. 2022.

VIAGRA. Connect'Love story' by VMLY&R. [S. l.: s. n.], 14 jul. 2020. 1 vídeo (19 min). Publicado pelo canal UPIA UNIFESP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L3BusCaKYcQAdOfDaMonth>. Acesso em: 05 jul. 2022.

MEDICALIZAÇÃO: conceitos, questionamentos e reflexões. [S. l.: s. n.], 08 out. 2014. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal UPIA UNIFESP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oGUeIPbq8Y4>. Acesso em: 05 jul. 2022.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. Análises culturais: um modo de lidar com histórias que interessam à educação. *In*: COSTA, Marisa Vorraber. (org.). **Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 73-92.

ZAGO, Luís Felipe; SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. Corpos, gênero e sexualidades gays na corda bamba ético-metodológica: um percurso possível de pesquisa na internet. **Revista Cronos**, Natal, v. 12, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2205/pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

ZAGO, Luiz Felipe. Convites e tocaias: considerações ético-metodológicas sobre pesquisas em sites de relacionamento. *In*: PELÚCIO, Larissa; PAIT, Heloísa; SABATINE, Thiago. (org.). **No emaranhado da rede: gênero, sexualidade e mídia, desafios teóricos e metodológicos do presente**. São Paulo: Annablume Queer, 2015. p. 149-174.

ZAMBRANO, Elisabeth. Mesa: **Psicologia, sexualidade, novas configurações familiares e aspectos legais da promoção de direitos**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia (CFP), 2011. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Diversidade_Sexual_-_Final.pdf. Acesso em: 30 ago. 2018

ZENHA, Luciana. Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam? **Caderno de Educação**, Belo Horizonte, ano 20, v. 1, n. 49, p. 19-42, 2018. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/cadernodeeducacao/article/view/2809/1541>. Acesso em: 04 jul. 2022.

ZORZANELLI, Rafaela Teixeira; ORTEGA, Francisco; BEZERRA, Benilton. Um panorama sobre as variações em torno do conceito de medicalização entre 1950-2010. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 19, n. 6, p. 1859-1868, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/nqv3K7JRXxmrBvq5DcQ88Qz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 maio 22.